

UNIVERSIDADE ABERTA



Trabalho Infantil em Moçambique e Sustentabilidade Social

Perceção das crianças envolvidas no garimpo na
Província de Manica

Antonieta da Conceição Sidónio Manhice

Tese de Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento

2016

UNIVERSIDADE ABERTA



Trabalho Infantil em Moçambique e Sustentabilidade Social

**Perceção das crianças envolvidas no garimpo na
Província de Manica**

Antonieta da Conceição Sidónio Manhice

Tese orientada pela Professora Doutora Maria Filomena Madeira Amador

e

Co-orientada pelo Professor Doutor Hermano Carmo

2016

Resumo

Moçambique é uma parcela do planeta com uma população agora estimada em 26 milhões de habitantes, de acordo com informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), 52% dos quais constituem população infantil (UNICEF, 2014). Este dado representa desafios para a capacidade do Estado para satisfazer a demanda pelos cuidados de saúde, educação, emprego.

Trabalho Infantil em Moçambique e Sustentabilidade Social: Perceção das crianças envolvidas no garimpo na Província de Manica é o título de uma tese, um estudo de caso que, a partir de uma metodologia fenomenológica pretende apresentar um quadro aproximado de um fenómeno pouco conhecido e, ao mesmo tempo, denunciar uma prática cuja vivência potencia efeitos a médio prazo que condicionam o bem-estar da criança.

O estudo centra-se na observação do contexto da exploração do trabalho infantil, nomeadamente em atividades de garimpo, analisando também a forma diferenciada como as diferentes culturas olham para a criança, a evolução histórica desses mesmos olhares até à emergência em épocas mais recentes dos direitos da criança. Passamos em revista a perspetiva histórica do trabalho infantil até desembocar na criação da Organização Internacional do Trabalho. Contextualizamos o trabalho infantil em Moçambique e ainda descrevemos a atividade do garimpo no âmbito do fenómeno. A análise procura compreender a perceção que as crianças têm da sua participação no garimpo nos âmbitos social, económico e ambiental. Os resultados do estudo apresentam um quadro estrutural do fenómeno que evidencia uma experiência mais negativa do que positiva. A experiência não denota uma satisfação sustentável das necessidades sociais, económicas e educativas das crianças. A experiência das crianças decorre num contexto social onde o tema é tratado de forma marginal, numa sociedade que não tem a magnitude do fenómeno, por isso numa sociedade pouco informada sobre a problemática, num país onde os níveis de pobreza atingem 60% da população, onde há muita legislação aprovada mas a Lei do Trabalho é omissa quanto ao prevenir o fenómeno. Uma questão fica no ar: estará o país a construir o ideal de Desenvolvimento Sustentável?

Palavras-chaves: Trabalho infantil, garimpo, pobreza, fenomenologia, sustentabilidade

Summary

Mozambique is a portion of the planet with a population now estimated at 26 million inhabitants, according to information provided by the National Statistics Institute (INE), 52% of which constitute child population (UNICEF, 2014). This data represents challenges to satisfy the demand for health care, education, employment.

Child Labour in Mozambique and Social Sustainability: Perception of the children involved in mining in Manica Province is a case study thesis that intended as a contribution to the country, to society in general and to the academic community in particular. In this context, the general purpose of the phenomenological study intends to from the perception of children provide a rough picture of a little-known phenomenon in the social, economic and environmental and at the same time, report a practice whose livingness increase medium-term effects which condition the child's well-being.

The study focuses on the observation of the context of the exploitation of child labor, namely in the mining activities, analyzing also the differentiated manner how the different cultures looks for the child, the historical evolution of these same looks, until the emergence in recent times of children's rights. We review the historical perspective of child labor until culminate in the creation of the International Labour Organization. Contextualize child labor in Mozambique and also describe the mining activity in the phenomenon. The analysis seeks to understand the perception that children have of their participation in mining activities. The study results present a structural framework of the phenomenon showing a more negative experience than positive. The experience does not denote a sustainable satisfaction of social, economic and educational needs of the children. The experience of the children occur in a social context, in which the theme is treated marginally, in a society that has no magnitude of the phenomenon, that's why so a insufficiently-informed society about the problem in a country where poverty levels reach 60% of the population, which is the main factor in the recrudescence of the phenomenon. There is lots of approved legislation but the legislation already approved, the Labour Law, is silent as to prevent the phenomenon, which reveals a less informed society about the phenomenon and a negative perception about the experience of working in the mining consolidated in the economic need and in the suffering. One issue remains in the air: will the country build the ideal of sustainable development?

Keywords: Child labor, mining, poverty, phenomenology, sustainability, vulnerability.

Résumé

Le Mozambique est un pays avec une population estimée en 26 millions d'habitants, d'après les données de l'Institut National de Statistique (INE), dont 52% correspondent à la population enfantine (UNICEF, 2014). Ces données représentent un défi à l'État pour satisfaire les besoins en termes de santé, d'éducation et d'emploi.

Le travail des enfants au Mozambique et la durabilité sociale: la perception des enfants travailleurs dans l'extraction à la Province de Manica, est le thème de cette thèse, qui, par le biais de la recherche phénoménologique, cherche à faire la présentation d'un phénomène très peu connu et, en même temps, dénoncer une pratique dont l'avenir, à moyen terme, met en cause le bien-être de l'enfant.

L'étude se centre sur l'observation du travail des enfants, notamment les activités d'extraction minière, en analysant comment les différentes cultures regardent l'enfant, l'évolution historique de ces mêmes regards jusqu'à l'émergence des droits de l'enfant. L'étude passe ensuite en revue la perspective historique du travail des enfants pour déboucher sur la création de l'Organisation Internationale du Travail (OIT). Nous étudierons le travail des enfants au Mozambique et décrirons l'activité de l'extraction minière dans le cadre du phénomène. L'analyse cherche à comprendre quelle perception les enfants ont de leur participation dans l'extraction minière en termes sociaux, économiques et environnementales. Les résultats de cette recherche présentent un cadre structural du phénomène qui révèle une expérience plutôt négative que positive. L'expérience ne démontre pas une satisfaction durable qui concerne les besoins sociaux, économiques et éducatifs de l'enfant. L'expérience des enfants se déroule dans un contexte social où la thématique est traitée de façon marginalisée, dans une société qui n'a pas pris connaissance de l'ampleur du phénomène par manque d'information sur cette problématique. La méconnaissance de ce problème est d'autant plus forte dans ce pays où le taux de pauvreté atteint 60% de la population et que les lois qui régissent le travail existent mais elles ne sont pas appliquées. Une question demeure : le pays construit-il l'idéal du développement durable ?

Mots-clés: travail des enfants, extraction minière, pauvreté, phénoménologie, durabilité

Dedicatória

Dedico este trabalho
às minhas netas Yulisha e Haywana,
às meninas e meninos do meu país
para que saibam
que há sonhos que parecem impossíveis,
porém possíveis desde que lutemos sem nunca desistir!
Esta tese é o exemplo vivo dessa possibilidade.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos são direcionados a todos que direta ou indiretamente deram apoio moral e estímulo para a concretização desta tese.

Agradecimentos especiais são dirigidos a:

Custódio Namburete e José Manhice que da eternidade me inspiram para a luta.

À octogenária, mãe e mulher visionária que sempre soube transmitir o gosto pelo desafio e luta pelo sucesso.

Aos respeitados Professores coordenadores, Professora Doutora Maria Filomena Amador e Professor Doutor Hermano Carmo por terem acreditado neste projeto e de forma incondicional deram apoio e contribuições relevantes durante todo o processo de elaboração desta tese.

Não nos esquecemos de endereçar um obrigado muito especial às crianças entrevistadas da Província de Manica porque delas dependeu o sucesso da nossa aprendizagem sobre o fenómeno Trabalho Infantil.

Índice	
Índice de Quadros	ix
Índice de Figuras	xii
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	xv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	20
1.1 A multiplicidade de olhares sobre a criança	21
1.1.1 A criança olhada pelas diversas culturas	21
1.1.2 Evolução histórica dos olhares: evolução histórica do modo como as sociedades têm olhado para a criança e a emergência dos direitos da criança	29
1.2 A exploração do Trabalho Infantil	45
1.2.1 Trabalho infantil em África: perspetiva histórica	45
1.2.2 A Organização Internacional do Trabalho: evolução do trabalho infantil nas duas últimas décadas	57
1.3 O trabalho infantil em Moçambique	74
1.4 Caracterização da atividade de garimpo: o papel das crianças e os efeitos no respetivo desenvolvimento	132
CAPÍTULO 2 – SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO E SOCIOLOGIA COMPREENSIVA	142
2.1 Os conceitos de “sustentabilidade” e de “desenvolvimento sustentável”	143
2.1.1 Discussões e debates	143
2.1.2 Vertentes da sustentabilidade: social, ambiental, económica e educativa	161
2.1.3 O trabalho infantil no âmbito das problemáticas do Desenvolvimento Sustentável	167
2.2 Sociologia Compreensiva	168
2.2.1 O teor filosófico da Sociologia Compreensiva de Max Weber	169
2.2.2 O conceito de ação social em Max Weber	173
2.2.3 Construção do significado das ações do indivíduo	174
CAPÍTULO 3 – REFERENCIAL METODOLÓGICO	177
3.1 A fenomenologia como método de investigação	178
3.1.1 Breve referência ontológica e histórica do conceito de fenomenologia	178
3.1.2 Dos fundamentos filosóficos ao estudo empírico	186
3.2 Método e técnicas de investigação	191
3.2.1 Construção da base de dados e suas implicações	194
3.2.2 Considerações éticas e metodológicas de trabalhar com crianças	197
3.2.3 Caracterização da amostra	202
3.2.4 Percorso de coleta dos dados	205

3.3 Critérios de validade e rigor da investigação.....	222
<i>CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</i>	230
4.1 Caraterização da Província de Manica e da região.....	231
4.2 O processo de recolha dos dados.....	248
4.3 Perceção dos principais atores sociais sobre a participação das crianças no garimpo.....	275
4.3.1 A família	276
4.3.2 O professor.....	277
4.3.3 Comunidades locais e autoridades tradicionais	280
4.3.4 Governo Local	281
4.3.5 Sociedade civil.....	283
4.4 Análise das perceções das crianças	289
4.4.1 Caraterização detalhada da amostra das crianças	289
4.4.2 Análise da perceção das crianças.....	300
<i>CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	357
<i>Bibliografia.....</i>	367
<i>Anexos.....</i>	399
Anexo I- Guião de Entrevista	400
Anexo II. Dados biográficos dos informantes e outras informações relevantes	404

Índice de Quadros

Quadro 1.1: Comparação das características das sociedades pré-industrial, industrial e pós-industrial	23
Quadro 1.2: Volume de negócio transatlântico de escravos por nações de origem, 1519-1867 (em milhões)	49
Quadro 1.3: Relação da população moçambicana livre e escrava em 1845	54
Quadro 1.4: Relação de escravos pertencentes aos habitantes da Província de Moçambique	55
Quadro 1.5: Cifras e percentagem de crianças que realizam atividades económicas, trabalho infantil, e as piores formas de trabalho infantil em 2000 - dados desagregados por idades	62
Quadro 1.6: Percentagem de meninas que realizam atividades económicas, trabalho infantil e trabalhos perigosos em 2000.....	63
Quadro 1.7: Estimativas relativas a crianças economicamente ativas por região (de 5 a 14 anos) em 2001	64
Quadro 1.8: Estimativas do número de crianças implicadas nas formas inquestionavelmente piores de trabalho em 2000.....	65
Quadro 1.9: Envolvimento de crianças em atividade económica, trabalho infantil e trabalho perigoso por sexo, grupo etário 5-17 anos, 2000-2012.....	67
Quadro 1.10: Envolvimento de crianças em atividade económica, trabalho infantil e trabalho perigoso por grupo etário.....	68
Quadro 1.11: Setores de atividade que mais concentram crianças em atividade laboral	69
Quadro 1.12: Envolvimento de crianças em atividades económica, trabalho infantil e trabalho perigoso por sexo e grupo etário, 2000-2012	71
Quadro 1.13: Dados Socioeconómicos mais importantes sobre a Posição das Mulheres em Moçambique	87
Quadro 1.14: População projetada por área de residência e segundo a idade	93
Quadro 1.15: Gráfico relativo à Dinâmica de crescimento populacional, 1980-2015	94
Quadro 1.16: População projetada para a Província de Manica, 2007-2011	96

Quadro 1.17: Cobertura sanitária da Província de Manica	98
Quadro 1.18: Ensino rudimentar católico, 1940-1944.....	104
Quadro 1.19: Tendência (tempo/ horas) relativa à exposição das crianças a programas infanto-juvenis no período 2007-2009	121
Quadro 2.20: Comparação das propostas dos Objetivos do DS categorizados em objetivos sociais, ambientais e económicos.....	157
Quadro 3.21: Apresentação esquemática da problemática da investigação.....	229
Quadro 4.22: Distribuição da população por grupo etário segundo distritos. Província de Manica, 2007.....	234
Quadro 4.23: Taxas de analfabetismo da população de 15 anos e mais de idade por sexo, nos vários distritos. Província de Manica, 2007	238
Quadro 4.24: Distribuição percentual da população de 5 anos e mais por condição de frequência escolar, nos diferentes distritos da Província de Manica, 2007	239
Quadro 4.25: Distribuição percentual da população de 5 anos e mais por nível de ensino concluído, segundo distritos. Província de Manica, 2007.....	240
Quadro 4.26: Produção global da Província de Manica. Un: Milhões de Meticais (a preços constantes de 2004).....	242
Quadro 4.27: Incidência da Pobreza na Província de Manica, 1996-2009	244
Quadro 4.28: Taxa de emprego em Moçambique, 2005.....	245
Quadro 4.29: Os Ciclos de aprendizagem no Ensino Básico e as correspondentes idades	296
Quadro 4.30: Senso geral do todo no contexto sobre o impacto social de trabalhar no garimpo	302
Quadro 4.31: Apresentação sistematizada dos constituintes que emergiram no contexto do impacto social de trabalhar no garimpo	324
Quadro 4.32: Senso geral do todo no contexto relativo ao impacto económico de trabalhar no garimpo	332
Quadro 4.33: Dados comparativos de rendimentos da venda de ouro entre nacionais e estrangeiros	340
Quadro 4. 34: Apresentação sistematizada dos constituintes que emergiram no contexto do impacto económico de trabalhar no garimpo.....	342

Quadro 4.35: Senso Geral do todo no contexto do impacto ambiental de trabalhar no garimpo 346

Quadro 4.37: Apresentação sistematizada dos constituintes que emergiram no contexto do impacto ambiental de trabalhar no garimpo 352

Índice de Figuras

Figura 0.1: Rede de Significações do Trabalho Infantil	4
Figura 1.2: Grupo de escravos desumanamente escoltado	51
Figura 1.3: Percentagem de famílias moçambicanas vivendo abaixo da linha de pobreza, 1997-2009	83
Figura 1.4: Incidência da Pobreza por área de residência	84
Figura 1.5: Percentagem de famílias em pobreza absoluta por sexo do chefe da família em Moçambique no período 1997-2009	85
Figura 1.6: Evolução e projeção da população Moçambicana: 1890-2050	91
Figura 1.7: Pirâmide etária da população de Moçambique, 2007	97
Figura 1.8: Cobertura televisiva e radiofónica direcionada a crianças em 2013	122
Figura 1.9: Panorama do desempenho dos jornais diários no período 2009-2011	124
Figura 1.10: Panorama do desempenho dos jornais semanários no período 2009-2012 ...	125
Figura 1.11: Temas relacionados com a proteção da criança abordados nos jornais entre 2012 – 2013	126
Figura 1.12: Tendência de localização geográfica dos factos reportados no período 2009-2012	128
Figura 1.13: Tendência de acesso à informação e ao conhecimento da população moçambicana	129
Figura 1.14: Percentagem por sexo de aceso a qualquer meio de comunicação	130
Figura 1.15: Esquema do Ciclo de Intoxicação por Mercúrio	136
Figura 3.16 e 3.17: Pormenor de entrevistas a crianças participantes no garimpo nas minas de Fenda e em Nhamayassi respetivamente	218
Figura 3.18: Uma sessão de entrevista com a participação de um intérprete	219
Figura 4.19: Cabeça do Velho, o ícone da Província de Manica	232
Figura 4.20: Taxa de prevalência do HIV/SIDA em adultos (15-49 anos) por província .	235
Figura 4.21: Distribuição da população por área de residência e por sexo	243

Figura 4.22: Título de uma notícia do Jornal Diário de Moçambique de autoria do jornalista Luís Fernandes inserido no RECAI	246
Figura 4.23: Mina de extração de turmalinas a céu aberto em Nhamayassi-Distrito de Bárue	251
Figura 4.24, Figura 4.25 e Figura 4.26: Participação de crianças no processo de lavagem de ouro na região de Mussambuze	252
Figura 4.27: Um majolijo transportando detritos arenosos da montanha para o processo de lavagem do ouro - campos de garimpo de Mussambuze	254
Figuras 4.28 e 4.29: Processo de transporte de areia para o processo de lavagem de ouro feito por crianças.....	255
Figura 4. 30: Um lote de sacos contendo areia auríferas, matéria-prima de onde se extrai o ouro pelo processo de lavagem.....	255
Figura 4.31: Pesagem do ouro	256
Figuras 4.32, 4. 33 e 4.34: Diferentes locais de lavagem do ouro	257
Figura 4.35: Casernas onde os majolijos pernoitam no campo de garimpo de ouro em Mussambuzi	258
Figura 4.36: Corte transversal do processo de exploração de ouro em galeria.....	259
Figura 4.37: Corte transversal do processo de exploração de ouro em zig-zag.....	259
Figura 4.38: Diferentes camadas antes de encontrar o ouro	260
Figura 4.39: Uma criança introduzindo-se numa galeria de exploração de ouro	260
Figura 4.40: Uma galeria de exploração de ouro em plena atividade.....	261
Figura 4.41: Garimpeiro retirando mineral do poço, num processo muito arriscado	262
Figura 4.42: Garimpeiro insuflando ar na mina através de um tubo copolene	263
Figuras 4.43 e 4.44: Garimpeiros retirando areia da galeria usando um elevador construído de forma artesanal	264
Figura 4.45: Processo de lavagem do ouro em Mussambuze feito fora do leito do rio.....	265
Figura 4.46 e 4.47: As bancas da Fenda no campo de garimpo de Mussambuze.....	266
Figura 4.48: Crianças cuidado dos mais novos enquanto os mais velhos trabalham	267

Figura 4.49: Uma criança em plena atividade nas bancas da Fenda.....	268
Figura 4.50 e Figura 4.51: Crianças vendendo produtos aos garimpeiros.....	269
Figuras 4.52 e 4.53: Interior da banca onde são projectados os DVD's.....	270
Figura 4.54: Concentração de fumo no interior da barraca onde são projectados DVD's	270
Figuras 4.55, 4.56 e 4.57: Adolescentes mães solteiras em zonas do garimpo.....	271
Figura 4.58: Sala de aulas da escola primária do primeiro grau anexa à escola Nhamachato no Distrito de Manica.....	273
Figuras 4.59 e 4.60: Cópias de alunos da 4ª classe da escola primária do primeiro grau de Nhamachato, Distrito de Manica	274
Figura 4.61: Cartaz sobre habilidades para a vida, disponibilizado às escolas pelo Ministério de Educação no âmbito do projeto de prevenção do HIV nas escolas moçambicanas	278
Figura 4.62: Idade e sexo dos participantes	290
Figura 4.63: Distribuição dos entrevistados na atividade direta de mineração.....	291
Figura 4.64: Distribuição dos entrevistados pelas atividades na participação indireta.....	292
Figura 4.65: Situação escolar	293
Figura 4.66: Classe que os intervenientes frequentavam em 2012, ano da entrevista	293
Figura 4.67: Nível de fluência na língua de ensino.....	295
Figura 4.68: Composição do agregado familiar dos entrevistados	297
Figura 4.69: Estrutura da experiência no contexto do impacto social de trabalhar no garimpo	330
Figura 4.70: Estrutura da experiência no contexto do impacto económico de trabalhar no garimpo	344
Figura 71: Estrutura da Experiência no contexto do impacto ambiental	353
Figura 4.72: Esquema - Representação da estrutura essencial da percepção das crianças referente aos contextos económico, social, ambiental	354

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

CDC (Convenção sobre os Direitos da Criança)
CR (Constituição da República)
CTV (Centro Terra Viva)
DCD (Declaração dos Direitos da Criança)
DIPREME (Direção Provincial de Recursos Minerais)
DS (Desenvolvimento Sustentável)
FDD (Fundo de Desenvolvimento Distrital)
FMI (Fundo Monetário Internacional)
IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)
INE (Instituto Nacional de Estatística)
Inf (Informante)
IOF (Inquérito ao Orçamento Familiar)
MAPE (Mineração Artesanal de Pequena Escala)
MGCAS (Ministério do Género, Criança e Ação Social)
MPD (Ministério de Planificação e Desenvolvimento)
ODMs (Objetivos de Desenvolvimento do Milénio)
ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável)
OIT (Organização Internacional do Trabalho)
PARPA (Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta)
PAS (Política de Acção Social)
PERPU (Programa Estratégico de Redução da Pobreza Urbana)
PES (Plano Económico e Social)
PQG (Programa Quinquenal do Governo)
PRE (Programa de Reabilitação Económica)
PRES (Programa de Reabilitação Económica e Social)
RECAC (Rede de Comunicadores Amigos da Criança)
RI (Revolução Industrial)

ROSC (Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança)

SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)

SC (Sociologia Compreensiva)

SIMPOC (Programa de Informação Estatística e Seguimento do Trabalho Infantil)

TVM (Televisão de Moçambique)

INTRODUÇÃO

Não tenho medo de que meu tema possa, em exame mais detalhado, parecer trivial. Receio apenas que eu possa parecer presunçoso [a] por ter levantado uma questão tão vasta e tão importante (Carr apud Machado, 2000:171)

O trabalho infantil é um problema social e económico complexo (OIT, 2002), em outras palavras, corresponde a uma “situação incompatível com os valores de um significativo número de pessoas, que concordam ser necessário agir para [a] alterar” (Rubington e Weinberg, 1995 *apud* Carmo, 2011:84). Por sua vez, a existência de trabalho infantil é revelador do “carácter desigualitário e desumano da sociedade contemporânea” (Sarmento, 2008:111), razão porque também deve ser considerado um problema político (ILO, 2013) e, ainda que percecionado de forma distinta à escala global deve ser combatido por todos os povos. Como defendeu o Papa Francisco, em comunicação aos jovens aquando da sua visita ao Brasil, que coincidiu com o dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, “uma infância serena permite às crianças olhar com confiança a vida e o futuro”.¹

i) Contextualização teórica e pertinência do estudo no âmbito da Sustentabilidade Social e Desenvolvimento

A perceção diferenciada do fenómeno dificulta uma abordagem unilinear do problema. As várias perspetivas com que se encara a situação situam-se entre algo que é negativo, por isso condenado por ser prejudicial e algo que é positivo, aceite por ser considerado útil e necessário para o desenvolvimento harmonioso da criança, sendo que em algumas sociedades o trabalho infantil simplesmente não é reconhecido como uma realidade.

É frequentemente considerado como uma situação normal com “valor em si mesmo, [...] uma escola de virtudes” (Madeira, 2007:19). Neste contexto, o trabalho infantil é encarado como dignificador, na medida em que ensina valores e competências necessárias para a

¹ Agência Brasil (2013) "Trabalho Infantil: Papa faz apelo contra exploração de Trabalho Infantil", São Paulo: Rede Brasil Atual, <http://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2013/06/papa-faz-apelo-contr-exploracao-de-trabalho-infantil-2217.html> [22 de Setembro de 2014]

vida futura da criança, correspondendo a uma escola da vida. Se nos centrarmos exclusivamente no universo feminino e, em algumas culturas e épocas, o trabalho doméstico é/foi exclusivo das meninas/mulheres. Estas sociedades consideram que a mulher deve ser preparada para ser esposa submissa, mãe e dona de casa. Nestas comunidades o fenómeno está ligado a conceções culturais e de género já enraizadas e por consequência, difíceis de combater. Em outras culturas, o trabalho infantil é proibido por lei, embora na prática possa coexistir com infrações que são escondidas e subvalorizadas.

Independentemente da conceção que houver, podemos afirmar ser uma prática nociva para o desenvolvimento harmonioso da criança, a qual Neto (2007) designa mesmo como “um roubo de infância” que torna as crianças precocemente adultas. A competição que se tem vindo a gerar no mercado de trabalho tem provocado que em muitos países as crianças sejam usadas como mão-de-obra barata, criando-se situações de exploração do trabalho infantil que chocam com os direitos que a Carta de Princípios das Crianças estabelece. Assim, não se deve considerar que este seja um problema local, ou nacional. Em muitas regiões do planeta as crianças estão na base de uma economia globalizada com todas as consequências que advêm para o mundo do trabalho face às novas exigências de formação ditadas pelo mercado de trabalho.

Em todas as culturas onde é socialmente tolerado, isto é entendido como um processo que ensina habilidades úteis para a vida futura das crianças, esta perspectiva permite a sua perpetuação, dificultando a perceção de que na realidade, sob o ponto de vista dos direitos consagrados, não respeita muitas vezes o “Direito a ser Criança no seu tempo de criança” (Moniz, 2007:7).

Nas sociedades onde o trabalho infantil é considerado como normal, existe uma imagem simplista e ingénua de crianças a trabalhar e não há referência a tipologias que descrevam os vários tipos de atividades que desenvolvem, muitas vezes realizadas em circunstâncias adversas e condenáveis por não respeitarem a condição da criança enquanto ser humano em desenvolvimento.

Se analisarmos com maior detalhe a situação do trabalho realizado pelas crianças destaca-se uma multiplicidade de atividades que vão das mais simples até as mais complexas. Em alguns casos o trabalho envolve tarefas aparentemente pouco exigentes como tarefas escolares, trabalho doméstico de arrumação dos bens pessoais, enfim, um tipo de trabalho de alguma forma compensador para a criança pois contribui em certa medida para o processo de aprendizagem e integração social. Este tipo de trabalho é aceitável, geralmente com um impacto positivo no desenvolvimento da criança. É um trabalho leve que não perturba ou impede a educação da criança e nem impede que ela tenha oportunidade de brincar e descansar.

Em outras situações as crianças realizam trabalho que envolve atividades complexas, intelectuais e/ou físicas, como é o caso do trabalho doméstico que é feito no quadro do apoio ao agregado familiar (lavar pratos, varrer o quintal, cuidar dos mais novos, ajudar nos trabalhos de lavoura) até a situações como cuidar dos idosos, ou de familiares inválidos (principalmente as meninas), como de doentes do HIV, situação muito comum em Moçambique. Como é óbvio, este tipo de atividades interfere no tempo da criança (escola, lazer, descanso).

Em casos extremos, o trabalho é de cariz exploratório, isto é, tem implicações na educação e no desenvolvimento da criança, transforma-se numa necessidade económica e um elemento necessário à sua sobrevivência e dos seus familiares. Neste caso são afetadas sobremaneira importantes dimensões do desenvolvimento: físico, cognitivo, emocional e social e moral.

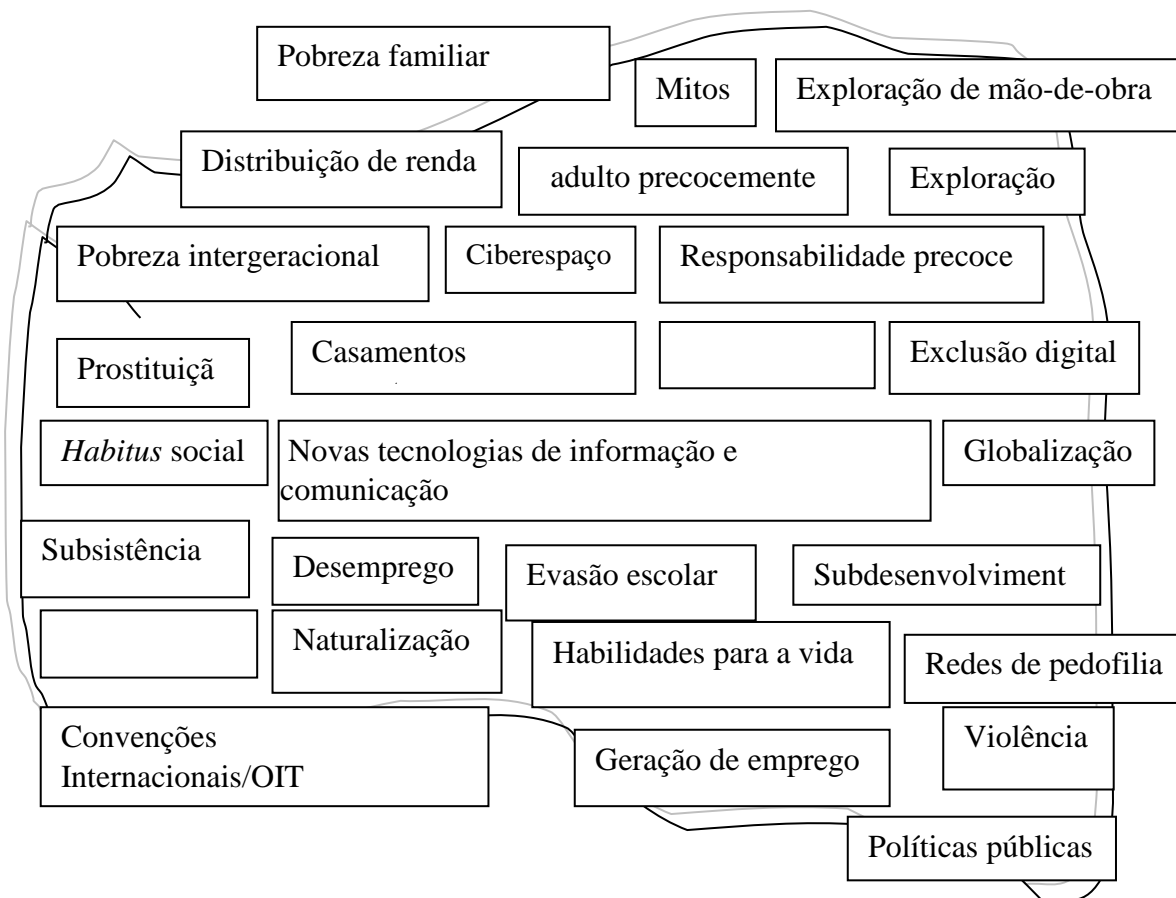
As situações mais extremas e mais perversas do trabalho infantil são aquelas que ocorrerem na atualidade através do ciberespaço e colocam a criança em contacto com formas hediondas de crime organizado, como é o tráfico de drogas, recrutamento para prostituição, para guerras e para pedofilia (Neto, 2007).

Um olhar atento aos diferentes tipos de trabalhos aqui arrolados, faz-nos perceber uma pluralidade de sentidos e finalidades. No primeiro conjunto de exemplos o sentido sugere a criação de valores, habilidades para a vida, bons hábitos que preparam a criança para uma

vida adulta condigna, organizada, trabalhadora, em resumo, a sua finalidade é socializar e desenvolver o indivíduo (OIT/IPEC, 2013). Porém, quando olhamos para os segundos e terceiros tipos de trabalho, referência ao trabalho doméstico na família e de apoio à família, ao trabalho por conta de outrem, fica implícito o sentido de subordinação, de classe, de poder e de exploração. Qualquer uma das últimas duas categorias de trabalho ainda que remunerado deve ser combatida, pois constitui um crime que explora e viola os direitos fundamentais das crianças.

São vários os elementos que quando relacionados uns com os outros ajudam a construir uma teia de conceitos relacionados com o trabalho infantil e, que quando concebidos na relação do todo com as partes constituem uma rede de significações do fenómeno. De seguida apresentamos um conjunto possível (fig. 0.1):

Figura 0.1: Rede de Significações do Trabalho Infantil



Fonte: Adaptado de Neto, 2007

Porque todo o trabalho infantil é agressivo e de uma forma geral prejudica a criança, afetando as suas atividades e a sua necessidade de crescer como criança, tanto a criança oriunda de agregados com baixos rendimentos como as crianças que vivem em ambientes com maiores rendimentos sofrem prejuízos físicos, morais, afetivos, emocionais de entre outros, embora as crianças de famílias mais abastadas sofram menos prejuízos físicos, mas também sofrem efeitos emocionais e afetivos (Neto, 2007).

Assim, precisamos de analisar o tipo de trabalho para compreender em que condições o mesmo se desenrola. Devemos, de entre outros aspetos, questionar: i) o número de horas de duração da jornada de trabalho; ii) se o trabalho não afeta o crescimento harmonioso das crianças (físico, psicológico); iii) se não coloca as crianças em situações humilhantes; iv) se não ocorre em situações que possam ser enquadráveis no conceito de exploração de mão-de-obra; v) se o trabalho é realizado em circunstâncias seguras, de entre muitas outras questões que poderiam ser colocadas no superior interesse da criança. Como explica a OIT (2006) há necessidade de destrinçar entre o que é trabalho das crianças e a exploração do trabalho infantil, a partir de uma análise mais aprofundada que estabeleça uma fronteira entre atividades não-económicas, especialmente as relacionadas com o trabalho doméstico e que se enquadram no âmbito do trabalho infantil, com aquelas que revestem já outro tipo de condições mais perigosas e atentatórias dos direitos das crianças. De acordo com esta organização internacional este procedimento, não só permitiria desenvolver estatísticas mais corretas, como também romper com a invisibilidade e o silenciamento de algumas situações ocultas em diferentes tipos de trabalhos.

Em síntese, e de acordo com os princípios instituídos internacionalmente, Sarmiento (2008) afirma ser possível postular um conjunto de indicadores aplicáveis de forma universal a crianças com idade superior a 12 anos que permitiriam ajudar a caracterizar o trabalho infantil:

O contributo da actividade para a saúde, o bem-estar e o equilíbrio da criança, o modo como afecta positiva ou negativamente a sua motricidade, e sua postura corporal e o seu desenvolvimento biopsicológico e motor;

A relação entre a actividade desempenhada e o percurso escolar da criança – a relação entre trabalho e sucesso escolar;

O tipo de actividade realizada e o modo como contribui para alimentar a curiosidade intelectual, o interesse pela descoberta, a capacidade de inovação, a originalidade e criatividade, (...);

A intensidade e duração das actividades laborais e os laços que se estabelecem entre os diferentes tempos da criança: o tempo para estudar, o tempo para brincar, o tempo para dormir e descansar, o tempo para conviver e participar da vida da comunidade e o tempo de trabalho;

A relação do trabalho com a estrutura social, os efeitos de reprodução ou de mudança social induzidos pela actividade desempenhada pela criança, nomeadamente através da construção das aspirações, da indução de hábitos e comportamentos de conformidade social ou a promoção de um espírito crítico e participativo;

A vontade da criança e a participação efectiva nas decisões que lhe dizem respeito;
A adequação do contexto de trabalho às crianças e a sua subordinação a princípios de justiça nas relações laborais, remuneratórias e hierárquicas.

(Sarmiento, 2008:113)

Apesar de as Convenções N.ºs 132 e 182 estabelecerem limites para os tipos de trabalhos que não são aceitáveis, a comunidade internacional considera que a expressão “trabalho infantil”, não sumariza todos os trabalhos realizados por crianças e jovens com menos de 18 anos. A perspectiva de consenso é de que todo o trabalho realizado por crianças e que esteja “dentro dos limites e não interfere com a saúde e o desenvolvimento das crianças e nem prejudica a sua escolaridade, pode ser visto como uma experiência positiva” (OIT, 2006:37). Portanto, como processo de socialização das crianças e adolescentes não está problematizada a atribuição de responsabilidades desde que compatíveis com a sua faixa etária, mas sim as condições em que o trabalho é realizado, que pode ou não configurar exploração da mão-de-obra das crianças (Sarmiento, 2008).

O trabalho infantil não é um fenómeno isolado, explicado apenas a partir da pobreza, resultante do cada vez maior carácter não igualitário da sociedade contemporânea. Como explica a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é uma combinação de diferentes fatores interligados que vão desde o tradicional até às fronteiras políticas (ILO, 2013). Na III Conferência Global sobre o trabalho infantil (2013), a terceira do género, realizada em Brasília, de 8 a 10 de outubro de 2013, considerou-se existir condicionantes de ordem económica, institucional, demográfica e socioculturais, de tal modo que o conhecimento adequado das mesmas permite a identificação das estratégias mais corretas a adotar para o respetivo combate. É sobre estas condicionantes que já de seguida vamos falar de forma mais detalhada.

- Condicionantes económicas do trabalho infantil

Há uma tendência generalizada para considerar a incidência do trabalho infantil como estando relacionado com os níveis de desenvolvimento económico de cada país, todavia a crise global financeira que caracteriza o mundo nos dias de hoje, influencia sobremaneira a renda das pessoas com maior incidência nos agregados pobres e, como consequência estas famílias obrigam as crianças a trabalharem para aumentarem a renda familiar (Conferência Global sobre Trabalho Infantil, 2013). Estes dois fatores agudizam os níveis de pobreza, um fator essencial na determinação do mercado do trabalho infantil. Estudos recentes do Banco Mundial, no Brasil, provaram que envolver-se precocemente no mundo do trabalho diminui as oportunidades ao longo da vida em cerca de 13 a 20%, aumentando significativamente a probabilidade de ser mais pobre no futuro (OIT, 2006).

- Condicionantes institucionais

O Comité Nobel, em 2014, revelou que nos países mais pobres 60% da população tem menos de 25 anos, pelo que o respeito pelos direitos das crianças e dos jovens é condição de um desenvolvimento global e em paz. A falta de paz propicia o nascimento de zonas de conflito e concomitantemente a emergência de situações de violação da integridade das crianças. Uma criança violentada, também violenta os seus o que conduz à perpetuação da violência de geração em geração.

A estabilidade política de um país é um fator crucial de impacto no trabalho infantil. São ainda fatores de instabilidade institucional as guerras, conflitos internos, violência generalizada, violação dos direitos humanos. Estas situações são nefastas para a política social de um país, na medida em que podem provocar contextos de volatilidade institucional, enfraquecer os serviços de proteção social dos agregados, prejudicar a disponibilidade de bens e serviços, como a saúde pública e a educação, condições fundamentais para a criação da cidadania e construção das capacidades requeridas para uma inserção plena no mercado do trabalho, os quais para além de influenciar negativamente a renda familiar podem ainda provocar deslocamentos forçados dos

agregados familiares que visem a procura de condições de vida melhores (Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, 2013).

- *Condicionantes demográficas*

As características demográficas de um país podem também constituir fatores condicionantes na influência do recrudescimento do trabalho infantil. O crescimento populacional de um país, quando caracterizado por uma explosão demográfica em que a estrutura etária é constituída por uma grande percentagem de população jovem, maioritariamente crianças, não é favorável ao desenvolvimento económico e estabilidade política principalmente quando esta explosão não é acompanhada de uma política social adequada. Este tipo de características demográficas impõe sérios desafios no desenvolvimento socioeconómico do país em causa (Arnaldo e Cau, 2013), uma vez que o grupo populacional é dependente, não contribui para a base tributária que suporta os serviços governamentais e a rede de segurança social (Leahy *et al.*, 2010 *apud* Arnaldo e Cau, 2013). Nestas situações a explosão demográfica pode constituir uma condicionante para o recrudescimento do trabalho infantil diferentemente do que acontece quando as características demográficas se referem a uma população em que a grande maioria se situa nas idades adultas, numa faixa etária ativa, contribuintes para a base tributária que suporta os serviços governamentais.

A esperança de vida é outro elemento da demografia de um país que influencia a definição da idade mínima para o trabalho. As altas taxas de mortalidade, com incidência em adultos, afetados, por exemplo, por doenças crónicas como a tuberculose, o HIV, podem exigir que crianças trabalhem muito cedo não só para cuidar dos doentes, como para cuidar dos mais novos em decorrência da incapacidade para o trabalho dos adultos enquanto doentes, e ou em decorrência da morte precoce dos seus progenitores.

Os fluxos migratórios provocados por situações diversas como secas, guerras, são outros condicionantes que obrigam famílias inteiras a deslocarem-se de um lado para o outro, sujeitando-se a condições de vida inadequadas e a empregos que colocam em causa a dignidade humana. Situações como estas condicionam que crianças e jovens tenham também de ir procurar recursos para ajudar a aumentar os poucos rendimentos da família.

- *Condicionantes culturais e sociais*

Os aspetos socioculturais podem constituir forte condicionante para o recrudescimento do trabalho infantil. Na III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil (2013) considerou-se que estes constituem um sério obstáculo à eliminação do trabalho infantil, porque ao contrário das outras condicionantes (demográficas, institucionais e de ordem económica) que podem ser analisadas e trabalhadas com objetividade pelas políticas públicas, as de ordem sociocultural encerram dimensões subjetivas difíceis de discussão e por essa razão exigem uma forma de abordagem mais complexa. A III Conferência Global sobre o trabalho infantil considera que a dimensão cultural do fenómeno está ancorada nos valores sociais que qualificam o trabalho como fundamental para a socialização da criança “que favorece o desenvolvimento da personalidade, a aceitação dos papéis e a internalização de normas sociais [e] visto como disciplinador e educativo que gera responsabilidade” (Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, 2013:12). Carmo (2010) considera que a criança deve ter possibilidade de se desenvolver mas através de um processo ativo de que resulte o “desabrochar [do] seu potencial individual” (Carmo, 2010:7) e, que lhe permita ser autónomo e solidário, tornando-se num indivíduo que “aprende a obedecer num quadro de valores adequado, em todos os papéis sociais que venha a desempenhar” (Carmo, 2010:8), isto é respeitando a diversidade e a democracia.

Dentro das condicionantes socioculturais a questão das representações de género dominantes em cada sociedade são outro fator que a OIT considera também como estando relacionadas com o trabalho infantil. Este tipo de condicionantes tipifica as atividades de acordo com os sexos, sendo assim consideradas atividades adequadas só para homens e só para mulheres, a idade ideal a partir da qual as mesmas podem ser desempenhadas e, inclusive a permanência ou não da criança na escola. O Paquistão é talvez um dos exemplos mais próximo, onde a educação das meninas é muitas vezes negada, como nos chamou a atenção a paquistanesa Malala Yousafzai, a Nobel da Paz 2014, e símbolo de luta contra a segregação das raparigas e de todas as criança e jovens (Yousafzal, 2013).

Dentro deste role de condicionantes, a questão dos povos indígenas e das comunidades tradicionais é mais um dos factores que a OIT integra nas questões culturais, fator que deve

ser visto de maneira especial, pois estes povos lutam por preservar os saberes e práticas tradicionais que garantem a sobrevivência de seus costumes (Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, 2013). Para recordar a importância destes contextos basta reler o depoimento de Louis Bruyere, Presidente do Conselho Nativo do Canadá constante do Relatório Nosso Futuro Comum:

Os povos indígenas são a base do que, [...] pode ser chamado de o sistema de segurança do meio ambiente. Somos responsáveis pelo sucesso ou fracasso em poupar nossos recursos. [...]. Somos os primeiros a tomar conhecimento das mudanças do meio ambiente [então não podemos ser] os últimos a serem ouvidos ou consultados.

(CMMAD, 1991:66)

Não prestar atenção a estas questões seria contribuir para o emergir de vários problemas, uma vez que o trabalho infantil é para estas sociedades uma forma de garantir a transmissão de saberes de geração em geração. O grande desafio face a estas questões específicas está em como abordar a temática de trabalho infantil, salvaguardando simultaneamente os direitos das crianças e adolescentes e o direito às tradições.

Não menos importante está o rescaldo do fenómeno da globalização aliado à livre comunicação entre os povos. O rescaldo destes dois fenómenos pode ser também, na sociedade atual, um catalisar da entrada precoce no mundo do trabalho de crianças e adolescentes mais especificamente no trabalho formal e informal. O desejo de se autonomizar as famílias, de terem mais fácil acesso a bens de consumo pode conduzir as crianças e jovens a abandonarem a escola e a tentarem inserir-se no mercado de trabalho. Porém, as fracas competências que possuem, resultado de uma escolaridade reduzida ou de pouca qualidade, não lhes permitem o acesso a empregos e a trabalhos que respeitem a dignidade humana.

Um breve olhar sobre a região da África Subsaariana, onde se focaliza o presente estudo, e onde o fenómeno do trabalho infantil mais cresceu na última década, leva-nos a sublinhar que os condicionantes variam de país para país, mas, apresentando na sua maioria, alto nível de emprego informal. Em consequência das exigências de especialização do mercado de emprego na atualidade, predominam as atividades de baixa produtividade em áreas rurais e urbanas, fatores que quando adicionados à falta de serviços e proteção social baixa, uma escolaridade reduzida ou simplesmente analfabetismo, infra-estruturas precárias,

contribuem para o agudizar dos níveis de pobreza e como consequência, o recrudescimento do trabalho infantil.

A presente investigação decorreu na Província de Manica em Moçambique. A Província de Manica está localizada no interior da zona central de Moçambique, estabelecendo fronteira com o Zimbabwe. Tem uma superfície de 61.661km², correspondendo a cerca de 7,7% da superfície total do país (Governo da Província de Manica, 2015). A norte, faz fronteira com a Província de Tete, a leste com a Província de Sofala e a sul com as Províncias de Inhambane e Gaza.

A província tem uma localização geográfica privilegiada em termos económicos, pela facilidade na articulação com o resto do território nacional e com outros países da região que congregam a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, regionalmente designada SADC². A capital é a cidade do Chimoio, urbe de vida intensa devido à sua localização geográfica, atravessada pelo corredor de transportes da Beira da qual fazem parte as estradas nacionais que a atravessam e que escoam tráfego nacional e internacional, fazendo a ligação com os países do *interland* como Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e Congo Democrático. A província é ainda atravessada por uma linha férrea que liga o porto da Beira à República de Zimbabwe, na fronteira com Machipanda. Geograficamente é uma região montanhosa, revestida de vegetação natural e rica em recursos hídricos, com rios de caudal permanente e nos últimos tempos com águas turvas. É também rica em recursos, agrícolas, florestais e minerais.

De acordo com d'Orey (1992) Manica pertence à porção mais oriental do chamado cratão do Zimbabwe, onde desde finais do século XIX se procedeu à extração mineira de ouro. O mesmo autor refere que a produção atingiu um máximo em 1914, mas nesse período incidia essencialmente sobre filões de quartzo aurífero e aluviões recentes. Em 1949, a produção teve uma redução significativa, resultado do preço do ouro, do aumento da mão-de-obra e da necessidade de se utilizar outro tipo de tecnologia no tratamento dos metais

² Moçambique fica situado na região subsaariana e é membro de direito da SADC. Esta organização regional é composta atualmente por 15 países, nomeadamente: Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Lesoto, Namíbia, Seychelles, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia, Suazilândia e Zimbabwe.

extraídos. A Mina Bragança abandonada no início da I Grande Guerra atingiu a profundidade de 80 metros. Segundo o mesmo autor, geologicamente, o cratão do Zimbabwe é composto de rochas graníticas, vulcânicas e sedimentares e está envolvido por um conjunto de cinturões muito metamorfizados - *greenstones belts*, entre eles o de Manica que se prolonga para o Zimbabwe.

O ouro é o mineral explorado há mais tempo, uma atividade intensa, principalmente na mina de Mondunguara, uma atividade sobejamente proibida na época colonial, levando até à pena de morte para quem tentasse explorar sem a devida autorização. Era esta a única em funcionamento à data da independência, em 1975. No período colonial, a exploração atingiu proporções de natureza industrial, mas os 16 anos de guerra civil que fustigaram o país no pós-independência, criaram sérios constrangimentos a esta atividade, justamente quando o preço do ouro no mercado internacional subiu (d'OREY, 1992). Depois da guerra, a população que se havia refugiado nos centros urbanos, na sua maioria sem emprego e por falta de alternativas mais lucrativas, viu-se obrigada a optar pela mineração artesanal para resolver os seus problemas de pobreza. Hoje, a produção do ouro na Província de Manica, por exemplo, resultado da mineração artesanal se situa entre 480 e 600 kgs por ano (Selemane, 2010).

No contexto da realidade moçambicana, a disponibilidade de trabalhos de investigação sobre o tema do trabalho infantil é muito reduzida, ao contrário do interesse que tem despertado a muitos investigadores o estudo da violência em contextos infantis e juvenis. Esta constatação, que não é só nossa, sendo secundada por outros autores (Barros e Tajú, 1999; Biza *et al.*, 2008), não pretendendo ser necessariamente uma crítica negativa, trata-se apenas de uma crítica que visa ressaltar que a ausência de investigação científica sobre este tema não alimenta, e por consequência, torna pobre o debate público, político e social necessário para dinamizar a promoção na sua plenitude dos direitos de todas as crianças moçambicanas.

A indisponibilidade de estudos sobre trabalho infantil constitui o primeiro grande motivo que nos leva a ter o desejo de explorar este assunto na sua complexidade e a mapear o fenómeno em toda a sua extensão, incluindo lançar um olhar sobre o programa recém-

lançado dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), capaz de impulsionar novas perspectivas e soluções.

O segundo motivo prende-se com o facto de o garimpo constituir um assunto largamente mediatizado no país e com relatos frequentes de participação de crianças. Com efeito, a participação de crianças nesta atividade não tem merecido a atenção devida por quem de direito e da classe académica em particular, sendo por isso difícil, senão impossível encontrar informação que esclareça a real dimensão do fenómeno no país.

Pela importância que se reveste o tema na proteção de milhares de crianças, temos no nosso amâgamo a ambição de poder contribuir com informação e reflexão que permita conhecer melhor o problema e minimizá-lo. Estamos conscientes das limitações do trabalho e da impossibilidade de responder a todas as dúvidas que a sociedade coloca sobre este assunto, mas imbuídos das conceções de Weber (2001), filósofo de quem emprestamos o saber filosófico para a condução deste estudo, o qual advoga que apenas uma parcela da realidade pode ser objeto de investigação, procuraremos também contribuir para a construção do conhecimento coletivo sobre esta temática. Esta razão pesa sobre o nosso desejo e, por isso, apenas abordamos a questão na sua relação com emprego, sobrevivência, vulnerabilidade, pobreza e dependência.

ii) **Problemática e questões de investigação**

Em Moçambique estão recenseadas mais de 12 milhões de crianças, as quais constituem 52% da população do país (UNICEF, 2014). Elas constituem as preciosas flores que nunca murcham, como sempre o disse o saudoso Presidente Samora Machel,³ mas com probabilidades imensas de murchar se a sociedade moçambicana não fizer um trabalho árduo e sério no sentido de as proteger e de lhes proporcionar, como crianças que são, a infância que elas merecem.

³ Primeiro Presidente de Moçambique Independente.

A participação de crianças no garimpo está diretamente ligada às piores formas de trabalho infantil, pois, para além da exploração de mão-de-obra, envolve violência, prostituição, drogas, crime, situações características deste tipo de atividade (OIT, 2006), contrariando assim os princípios aceites internacionalmente e consagrados na Convenção Sobre os Direitos da Criança (CDC), considerados por esta Convenção como das piores formas de trabalho infantil (OIT, art. nº 3, alínea d).

Em Moçambique pouco se conhece sobre a dimensão do trabalho infantil, problema social⁴ de “contorno difusos, muitas vezes consciencializado por razões de ordem cultural” (Carmo, 2010:275).

Ao tomarmos como referência Durkheim (2004:93) e a afirmação, “se é verdade que tudo que é normal é útil, pelo menos por ser necessário, é falso que tudo o que é útil seja normal“, justificamos a nossa posição sobre a conotação de atividade normal para o trabalho infantil se, como acontece em várias culturas, a partir dele a criança compreende as várias funções sociais pela observação e imitação do que vê os adultos fazerem e adquire competências úteis, o que por vezes ajuda a aportar benefícios económicos às famílias. Porém, é falso sempre que não salvaguardamos o desenvolvimento harmonioso da criança e se “contraria a ideia de justiça e coesão social” (Bastos *et al.*, 2008:8).

Importa confessar que para os efeitos deste trabalho o que se constitui como problema não é que as crianças aprendam a trabalhar, defendemos a ideia de que o trabalho dignifica o homem e partilhamos da ideia dos círculos que vêem o trabalho “como algo inerente à sua condição de atores sociais plenos [e portanto,] não como uma imposição humilhante, mas como direito, que carece de ser devidamente protegido e regulado, contra a exploração” (Sarmiento, 2008:110). Estamos sim contra a invisibilidade de um fenómeno social, a ignorância de alguns atores sociais sobre o fenómeno e a inércia de outros. O nosso objetivo visa dar visibilidade a este problema.

⁴ No presente trabalho vamos usar o conceito de problema social, a partir de uma definição recriada de Carmo, 2011, como uma dada situação que embora não existindo ainda na consciência coletiva é incompatível com os valores dessa sociedade e parte desta concorda ser necessário agir para a alterar.

Estudos académicos centrados na criança como unidade de observação são inexistentes na realidade moçambicana, podendo citar um trabalho de mestrado sobre a Perceção da Criança sobre a Violência da autoria de Sales (2010). Esta ausência condiciona o nosso entendimento sobre a profundidade dos problemas que afetam a criança, e além disso devemos ser cautelosos na extrapolação para o nosso contexto de outras realidades.

As estatísticas oficiais revelam que 32% das crianças entre os 7 e os 17 anos estão envolvidas nalguma forma de atividade económica, calculando que esta situação abrange 40% das crianças nas zonas rurais e 16% nas zonas urbanas.⁵ De acordo com Serra (2006) o Ministério do Trabalho identifica como piores formas de trabalho, o doméstico, a prostituição e o trabalho em farmas,⁶ mas deixa de lado tudo o que está relacionado com o garimpo, assim como com outros trabalhos de natureza mais informal, como a participação em redes de droga, pagamento por dívida,⁷ enfim, isto é, um conjunto de aspetos nocivos e de dimensão escravagista que a qualquer criança obstruem o gozo pleno dos seus direitos de ser criança. Precisamos que a sociedade moçambicana conheça esta verdade e só assim poderá aderir ativa e conscientemente no processo de luta contra todas as formas de exploração da criança e muito em especial contra todas as formas de trabalho infantil.

A nossa investigação tem como ponto de partida a formulação de um conjunto de questões que se constituem como fio condutor da pesquisa. Na sua formulação tivemos presente que a criança é um ser social, por isso é imprescindível conhecer as suas perspetivas para conhecermos melhor o contexto. As questões de investigação são as seguintes:

- a. Qual é a perceção da criança relativamente à sua participação numa atividade, o garimpo, que tem um fim eminente, confinado num tempo e espaço determinado?
- b. Qual é a visão da sociedade moçambicana sobre o trabalho infantil em regiões de garimpo?

⁵ Instituto Nacional de Estatística, Maputo, <http://www.ine.gov.mz/> [5de Dez de 2011]

⁶ *Farmas* são extensas áreas cultivadas e exploradas em moldes industriais e usam muita mão-de-obra barata incluindo a infantil.

⁷ Em algumas sociedades moçambicanas crianças, mesmo antes de nascer, são usadas para pagamento de dívidas, algumas das quais relacionadas com rituais.

- c. Qual é a visão da esfera governativa face à participação de crianças no garimpo, tendo em conta o imperativo de construção de uma sociedade mais justa e onde o *slogan* é acabar com a pobreza absoluta, uma exigência que implica um fazer contínuo e responsável, tendo como primeira base os recursos disponíveis localmente?

O presente trabalho pretende ser um estudo de caso que, a partir da perceção das próprias crianças e de outros intervenientes tem por objetivos:

- a. apresentar um quadro aproximado do fenómeno e, ao mesmo tempo;
- b. denunciar uma prática cuja vivência potencia efeitos a médio prazo que condicionam o bem-estar da criança.

Na nossa investigação consideramos ser pertinente a utilização de uma perspetiva qualitativa que vise compreender e interpretar a realidade através das afirmações proferidas pelos vários atores, em particular as crianças, que se traduz em:

- a. Apresentar uma tipificação qualitativa do problema na sua dimensão económica, social e ambiental através do valor e do significado atribuído pelas crianças à sua participação na atividade de garimpo.
- a. Contribuir para a visibilidade do modo como se está a afetar o desenvolvimento equilibrado das crianças participantes;
- b. Denunciar as implicações nefastas para o desenvolvimento sustentável de uma região que a médio prazo vai herdar um capital humano sem as competências e as habilidades requeridas para um processo de desenvolvimento inclusivo.
- c. Gerar hipóteses sobre o trabalho infantil em Moçambique, que possam servir de base a estudos futuros.

Assim, consideramos que os resultados desta investigação poderão constituir um contributo enquadrável numa das três grandes linhas estratégicas perseguidas pelo Quadro

Estratégico de Planeamento Internacional do Trabalho Infantil (IPEC),⁸ isto é a disponibilização de uma base de conhecimento do fenómeno o que pode aumentar a sensibilização e a mobilização social.

Apesar do reconhecido interesse social das conclusões do presente estudo e ser por isso de assumir que todos os implicados contribuísem para a obtenção de um resultado cuja informação fosse útil para todos, a natureza de trabalho apresentou obstáculos que, embora não tenham condicionado o bom termo do nosso estudo, devem ser referidos.

Na idealização do projeto fomos sendo confrontados com diversas situações potencialmente limitadoras. Um discurso de Armando Guebuza, então Presidente da República em 2011,⁹ alertava para a euforia das descobertas de vários recursos que segundo a sua visão poderiam: "carcomer a unidade nacional". No discurso do presidente, dirigido aos membros seniores do seu elenco, estava para nós subjacente um ambiente tenso e percebemos ser um aviso para possíveis dificuldades em estabelecer contactos com os potenciais fornecedores de informação, com especial enfoque para a esfera administrativa ao serviço do poder político. A dar corpo ao nosso receio, esteve o ceticismo quanto à exequibilidade do projeto, manifestado por alguns círculos com quem conversamos sobre os nossos objetivos.

Um outro constrangimento que julgamos ter sido ameaçador foi o que Carmo e Ferreira (2008) designam de "subinformação" dado que, das buscas que fizemos à memória institucional do país, constatamos serem escassos os estudos relativos ao trabalho infantil, tendo assim realizado a investigação com muito pouca literatura sobre o fenómeno, relativa à realidade nacional.

Não deixamos de incluir nesta lista a questão que se refere às exigências de um tema cuja abordagem demanda um tratamento multidisciplinar e intersetorial. O nosso medo estava em, por um lado, conseguir aflorar cada disciplina na perspetiva mais adequada e na

⁸ Cf. UNICEF. O Fim do Trabalho Infantil: Um objectivo ao nosso alcance. Relatório Global no Seguimento da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Tr. Carlos Fuza e Alexandra Costa, 2006.

⁹ Guebuza, A. (2011) "PR alerta contra euforia dos recursos" Jornal Notícias, 10 de Outubro: 1.

medida certa de modo a conciliar este fato com a necessidade de resumir a informação e, por outro, deixar de lado algum setor importante.

Para além disso há a destacar que não foi possível um financiamento para a realização do estudo, tendo ficado tudo às expensas da investigadora, situação constrangedora pois o trabalho de campo exigia disponibilidade de fundos. Mas como aconselha Quivy e Campenhoudt (2008) romper os preconceitos e desafiar os possíveis obstáculos deve ser a postura de qualquer investigador social e, neste caso, em prol daqueles que só nós adultos temos possibilidade de defender se o desejarmos.

iii) Organização geral da tese

A nossa tese é composta de uma introdução e por 5 capítulos.

Na introdução do estudo apresentamos uma breve contextualização teórica da problemática, seguida da caracterização do contexto envolvente. Ao dar este passo, fazer a revisão de literatura relacionada com o conceito central do nosso estudo e a caracterização contextualizadora do espaço onde decorre o estudo nesta fase de investigação, percebemos que podemos estar a colidir com os pareceres de alguns autores que abordam o tema dos estudos de natureza qualitativa com enfoque fenomenológico os quais preconizam a não realização da revisão de literatura antes de se iniciar a investigação, defendendo que a informação pode eventualmente influenciar o investigador na condução da sua investigação (Mendes, 2007). Conscientes do fato, não agimos no sentido de apresentar um referencial explicativo comparável ao das investigações de carácter quantitativo, pretendendo apenas apresentar um referencial que ajude a contextualizar o fenómeno em estudo (Giorgi, 2006 *apud* Mendes, 2007), que se assume complexo.

Na introdução incluímos ainda a justificativa da pertinência do estudo para a investigadora, para a classe académica e para a sociedade moçambicana no geral. Apresentamos ainda aquilo que foram as situações de ameaça para a realização do estudo e terminamos com a explicação de como foi organizada a nossa tese.

O primeiro capítulo dedica-se a olhar para aquilo que é o contexto da exploração do trabalho infantil, partindo da forma diferenciada como as diferentes culturas olham para a criança, assim como a evolução histórica desses olhares até a emergência dos direitos da criança. No mesmo capítulo fazemos uma perspetiva histórica do trabalho infantil até desembocar na criação da OIT. Incluímos neste capítulo uma abordagem sobre o estado do trabalho infantil em Moçambique e terminamos o capítulo com a caracterização do garimpo e das atividades desenvolvidas por crianças neste contexto.

O segundo capítulo delinea outras componentes do quadro teórico, substrato base para o desenvolvimento do estudo onde se integra a definição dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, as vertentes da sustentabilidade (ambiental, económica, social e educativa) e se aflora ainda a questão do trabalho infantil no âmbito das problemáticas do desenvolvimento sustentável. Neste capítulo apresentamos a teoria social que dirige o nosso estudo: a teoria da Sociologia Compreensiva (SC).

O terceiro capítulo fundamenta a análise empírica do estudo começando por descrever as opções metodológicas e todas as implicações, desde o método, as considerações de ordem ética de trabalhar com crianças, a construção do guião da entrevista, a definição da amostra, e apresentação detalhada das várias fases de trabalho de campo.

O quarto capítulo apresenta e discute os dados. Pela natureza do estudo e para uma melhor compreensão das perceções das crianças englobamos na análise todos os aspetos que dão contexto ao estudo, nomeadamente a conjuntura envolvente (social e política). Apresentam-se reflexões parciais sobre os dados, com o objetivo de formular asserções de conhecimento que possam suportar as conclusões finais.

O quinto e último capítulo tece as considerações finais, tendo em conta as questões que à partida colocamos e orientaram o nosso estudo e apresentamos as hipóteses geradas.

CAPÍTULO 1 – A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

O presente capítulo é dedicado à análise teórica dos elementos que conformam o quadro conceptual relativo à exploração do trabalho infantil.

Consideramos como elementos pertinentes a identificação da multiplicidade de olhares sobre a criança a partir de diversas culturas, assim como apreciar a evolução histórica dessas mesmas visões, desde os primórdios da história da humanidade até desembocar na emergência das preocupações com os direitos da criança. Esta linha argumentativa prossegue com a abordagem do nascimento da Organização Internacional do Trabalho.

Numa fase posterior, analisamos a problemática do trabalho infantil em Moçambique, bem como as principais condicionantes que estão na base do respetivo recrudescimento. Terminamos o capítulo com a caracterização da atividade de garimpo e do papel de crianças nessa atividade, assim como dos efeitos negativos desta atividade para o desenvolvimento da criança.

1.1 A multiplicidade de olhares sobre a criança

O *Dicionário Universal da Língua Portuguesa* (1999) define o termo “criança”, como um ser humano, menino ou menina, em desenvolvimento e considera a “infância” como o período de vida do ser humano que vai do nascimento até à puerícia, isto é, um período de crescimento morfofisiológico.¹⁰ Por sua vez, a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1960[?]) define o termo “criança” como correspondendo a um ser, ente ainda novo e pequeno, e, a infância como o período da vida do homem que vai desde o nascimento até a puberdade.

Qualquer das definições acima destacadas induz a pensar que o termo criança/infância é relativo a um tempo que começa e termina, um momento, um período de vida de qualquer ser que deveria ser percebido por todos como pertença de toda a criança, sem distinção de raça, sexo, religião e etnia. É de direito ser criança e ter uma infância. Todavia, a experiência do tempo e do espaço social da humanidade prova-nos que este direito não pertence a todas as crianças. Ao longo dos tempos este direito tem sido encarado a partir de diversas perspetivas, dependendo do contexto e do lugar. Do mesmo modo que tem assumido significados distintos no decurso das diferentes etapas históricas da evolução das sociedades, em consonância com o facto de “As sociedades ao desenvolver as suas potencialidades [...] provocam uma mudança social nos hábitos, nos costumes, nas atitudes, nos valores em suma, nas relações sociais” (Pité, 2004:42).

Para um entendimento adequado das questões sobre a criança, constitui imperativo deste trabalho de investigação proceder a uma revisão de literatura que coloque em destaque o modo como as diferentes culturas, olhadas numa perspetiva histórica, percecionam este conceito.

1.1.1 A criança olhada pelas diversas culturas

Depois do que acima se disse, torna-se necessário apresentar um enfoque histórico e cultural que nos permita compreender as mudanças e diferenças. E porque a relação entre a criança e a

¹⁰ Moçambique Editora, 1999

sociedade é intrínseca, para a descoberta do lugar que a criança ocupou e ocupa no sistema das relações sociais em cada momento histórico começámos por analisar três grandes momentos da evolução das sociedades ocidentais, nomeadamente sociedades europeias pré-industriais, industriais e pós-industriais. O quadro 1.1 faz uma síntese das características de cada etapa de evolução das sociedades.

Quadro 1.1: Comparação das características das sociedades pré-industrial, industrial e pós-industrial

	Sociedade Pré-industrial	Sociedade Industrial	Sociedade Pós-industrial
Período	Até o século XIX	De meados do século XVIII a metade do século XX	A partir da II Guerra Mundial
Instituições básicas	Família, grupos primários	Família nuclear	Família instável
Principais Recursos	Terra, matérias-primas, alto índice de natalidade	Meios de produção, matérias-primas, produtividade	Conhecimento, criatividade, informação, ciência, cultura
Setores económicos dominantes	Criação de animais, extração de minerais, pesca, exploração de florestas, produção para consumo próprio, setor primário	Produção de bens: fabrico, transformação, setor secundário	Economia do conhecimento, fornecimento de serviços, transporte, comércio, saúde, cultura, nutrição, lazer. Setor terciário
Estrutura profissional	Camponeses, pescadores, operários não qualificados, artesões	Operários, engenheiros, empresários, funcionários	Técnicos, cientistas, empresários
Espaços	Campo, pequenos centros urbanos, loja do artesão, manufatura	Indústrias, fábricas, escritórios, cidades	Internet, globalização, trabalho a distância,

Desafios	Mortalidade infantil, escassez de alimentos, doenças	Crise energética, poluição, desperdício dos recursos, anomia, disparidades sociais, guerra, insegurança no trabalho	Qualidade de vida, saúde pública, guerra, crise ambiental, equidade de gêneros
Atores sociais	Proprietários de terras, senhores, camponeses, artesões, plebe	Empresários, trabalhadores, sindicatos	Técnicos, cientistas, banqueiros, empresários, ONGs, ...
Fatores de coesão	Solidariedade mecânica, origem comum	Solidariedade mecânica, ideologia de classe, objetivo comum	Solidariedade programada, redes múltiplas de comunicação, aldeia global
Relações com o tempo e o espaço	Orientação para o passado, tradição, resposta imediata, tempos sincronizados com a natureza, sentido do além	Adaptação conjuntural às necessidades, vida baseada no tempo de trabalho	Orientação para o futuro, cenários de previsão de longo prazo, ritmo de trabalho escolhido e individualizado, vida baseada no lazer, <i>real time</i>
Vantagens	Ritmos lentos, equilíbrio com a natureza, autogestão, pouca burocracia, solidariedade primária	Dimensão multinacional, lugar onde se trabalha separado do lugar onde se vive,	Dimensão transnacional, conexões telemáticas e televisivas de todos os lugares
Desvantagens	Miséria, servidão, mortalidade infantil, ignorância, fadiga física	Alienação, competitividade, desperdício, anomia, fadiga psicofísica, exploração	Manipulação, direção externa, controle externo, massificação, marginalização, desemprego, fadiga psíquica

Fonte: Adaptado de Masi, 2003

a) Sociedades pré-industriais

As sociedades pré-industriais situam-se historicamente até o século XIX, podendo afirmar-se que em algum momento se desenvolveram em paralelo com as sociedades industriais que nasceram no século XVIII.

Nestas sociedades a família constituía a instituição básica, e o padrão de organização social era composto por um núcleo familiar extenso, inserido em outras unidades, nomeadamente a tribal (Thompson, 1989). Nestas sociedades, baseadas em culturas recoletoras e agro-pastoris, as principais atividades centravam-se na caça, no pastoreio, no trabalho agrícola, e na transformação mercantil (Masi, 2003), atividades realizadas com base na repartição distinta das tarefas entre sexos e idades, conformando duas esferas distintas de trabalho, esfera masculina e esfera feminina (Rocha *et al.*, 2006). Assim, de entre outras atividades, e no âmbito da corresponsabilidade de tarefas, característico das sociedades pré-industriais, nas sociedades recoletoras além da responsabilidade de sustento das famílias (recolha de produtos vegetais, exemplos dos bosquímanos e pigmeus), cabia às mulheres a tarefa de vigiar e cuidar das crianças o que proporcionava que estas ficassem durante muito tempo sob proteção dos adultos, permitindo uma socialização complexa, orientada para a manutenção das tradições. Nas sociedades agro-pastoris, ter várias esposas e muitos filhos era sinónimo de produtividade.

Nas sociedades agro-pastoris, a agricultura tinha um valor muito importante e as crianças, naturalmente acompanhadas de suas mães, constituíam uma força de trabalho importante precocemente integrada no trabalho dos adultos. Ressaltar que a integração da criança no mundo da produção não se configurava como exploração de trabalho infantil, tinha um carácter de tarefa espontânea. Os adultos não castigavam as crianças e procuravam garantir que estivessem alegres; “as crianças por sua vez, mostravam-se satisfeitas por terem atuado com os adultos e como adultos” (Elkonin, 1988 *apud* Pasqualini, 2009:33). A organização social permitia que a família usufrísse momentos de lazer em família, em diferentes situações,

como à volta do fogo, passando-se o testemunho dos saberes da sociedade, como também acontecia nas grandes festas pagãs e religiosas.

Neste tipo de sociedades a criança era utilizada como mão-de-obra precoce pela própria família. Uma sociedade que aceitava o trabalho infantil e o procurava reproduzir continuamente. Por outro lado, as condições difíceis de trabalho, a miséria em que muitas famílias viviam, traduziu-se em altas taxas de mortalidade infantil.

b) Na sociedade industrial

A sociedade industrial corresponde a um período que medeia entre a segunda metade do século XVIII até à primeira metade do século XX. Uma época fecunda no âmbito da ciência e do progresso tecnológico, marcado pelo aparecimento da máquina a vapor, uma tecnologia capaz de gerar uma mudança nos modos de produção. As principais características são descritas por Masi (2003) como sendo de padronização das estruturas, a especialização na realização de tarefas com maquinaria, a sincronização dos tempos e dos comportamentos, a emergência de cidades e regiões com altos índices de industrialização, o aumento da dimensão das fábricas e cidades, assim como a centralização de informações e de decisões.

No campo social, uma das grandes inovações foi a separação entre o lugar onde se vive e o local de trabalho, entre sistema familiar e sistema profissional e a substituição da família extensa pela família nuclear.

Se o conhecimento e o domínio da tecnologia possibilitaram às nações um maior controlo no acesso e exploração das matérias-primas, quanto ao que à criança diz respeito, pode-se falar de um período particularmente difícil. A reflexão feita por Postman (2007) sobre o estado de coisas naquela altura, alimenta o nosso conhecimento e ajuda-nos a perceber a fundo a gravidade que a situação atingiu:

A industrialização foi uma inimiga constante e terrível da infância. Com o crescimento da indústria e a necessidade de trabalhadores nas fábricas e nas minas, a natureza especial das crianças foi subordinada à sua utilidade como fonte de mão-de-obra [...] um dos efeitos do

capitalismo industrial foi dar apoio aos aspectos penais e disciplinares da escola, que eram vistos como um sistema para dobrar a vontade da criança e condicioná-la ao trabalho rotineiro nas fábricas [...]

(Postman, 1999:67 *apud* Neto, 2007:23)

Neste período, as crianças, em particular as oriundas das famílias pobres, eram vistas como mão-de-obra barata, igualada a combustível para mover a máquina e as suas mãos hábeis a objetos para acelerar o parque industrial. Foi uma época em que as preocupações com o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, social e moral da criança foram negados ou muito esquecidas. A anomia, a fadiga psicofísica e a exploração, males característicos daquela época, tiraram a infância de muitas crianças.

c) Na sociedade pós-industrial ou sociedade da informação

A sociedade pós-industrial, também designada a partir de determinado momento por sociedade de informação, “aldeia global”, “aldeia planetária”, “telecomunidades” teve início logo depois da II Guerra Mundial. É caracterizada essencialmente por interações sociais que atravessam todas as fronteiras geográficas, étnicas, de classe, nacionalidade, de religião, e de ideologias, constituindo um conjunto de redes de comunicação que interligam toda a humanidade (Anderson, 1986).

De acordo com (Masi, 2003), neste período, pode existir uma perspectiva positiva ou negativa. A visão otimista é fornecida por autores como Toffler (1970), no seu livro *Choque do Futuro*, e assenta na ideia da possibilidade de no futuro a sociedade vir a mudar e a atribuir uma maior importância à melhoria qualitativa das condições de vida que ao desenvolvimento económico numa dimensão meramente quantitativa. O evoluir da tecnologia irá permitir que o trabalho deixe de ser tão árduo, tornando-se mais leve e por essa razão a fadiga física vai reduzir, a escolaridade e o nível do saber difundido entre os cidadãos será mais alto, o progresso será objeto de uma maior fruição e as possibilidades de escolha serão maiores. Por sua vez, a visão pessimista é-nos dada por autores como Christopher Lasch, referenciado por Masi (2003), para

quem a situação é preocupante, entre outros aspetos devido a um desemprego estrutural¹¹, ao agudizar das limitações de ordem social que obstaculizam o desenvolvimento económico, o uso das novas tecnologias que criam um maior fosso entre ricos e pobres, só para citar, um conjunto de riscos que evoluem rapidamente e transformam o futuro numa incógnita (Masi, 2003). Muitas são as incógnitas, a exemplo de como irão mudar as interações mercê do surgimento das novas tecnologias? Como controlar os agentes e as correspondentes ações, isto é, conseguir determinar quais são as consequências das suas ações? Quando deixará o terceiro mundo de ser dependente? Que faremos com a nova forma de analfabetismo que surge com o avanço das tecnologias? Que conteúdos ensinar às crianças para que elas sejam devidamente preparadas para enfrentar o mundo em mutação acelerada? Poderá a sociedade fazer leis justas que não só garantam a privacidade dos cidadãos, como defender as crianças de novos perigos?

Potencialmente existe a possibilidade de se poder proporcionar uma nova era de bem-estar devido aos avanços científicos e tecnológicos, com destaque para o âmbito da Medicina e Biotecnologia, todavia a estas contrapõe-se uma desorganização social, explicada como sendo a “perda de controlo por parte das instituições sobre os indivíduos ou grupos, impossibilitadas de impor as normas de conduta social e provocando situações de anomia” (Pité, 2004:43).

Nestas sociedades, as crianças pobres continuam sendo exploradas, marginalizadas e empurradas para o mundo do trabalho informal, o qual maior oportunidade de trabalho oferece principalmente a grupos com baixo índice de literacia informática. As crianças das camadas mais abastadas em termos económicos sofrem outro tipo de exploração pouco perceptível, mas igualmente negativo e o risco de caírem nas malhas de redes criminosas que se servem da internet para os mais variados objetivos.

¹¹ Este termo deve ser entendido como uma “Situação gerada em que o desemprego atinge períodos longos em que a oferta de emprego é menor do que a procura e a economia não apresenta capacidade de resolução duradoura” (Pité, 2004:41).

1.1.2 Evolução histórica dos olhares: evolução histórica do modo como as sociedades têm olhado para a criança e a emergência dos direitos da criança

Uma análise sobre o modo como as sociedades têm olhado para a criança ao longo dos tempos obriga-nos a fazer uma análise comparativa e regressiva da história da humanidade. Esta análise transporta-nos para realidades diferentes e tempos remotos.

O aceitar como normais os comportamentos dos adultos em relação à criança é uma tendência característica das sociedades de hoje, mas ao longo da história das sociedades humanas, a criança não foi sempre vista de modo homogêneo, constituindo assim numa categoria construída histórico e culturalmente, e por via disso, explicada de forma diferente em cada momento. Podemos mesmo afirmar que a história da infância, desde os tempos remotos até aos dias de hoje, trilhou caminhos sinuosos, razão porque não existe uma única infância, existem várias, dependendo não só da época, mas acima de tudo das sociedades e do estatuto social da criança.

Para Ariès (1981) ser criança “é um papel social”¹² definido por aquilo que os adultos esperam da criança (Trucker, 1995 *apud* Ströher e Kremer, 2007), uma expectativa que mudou ao longo dos tempos principalmente na Europa Ocidental até a Idade Média (Burke, 2002). Esta é a razão que condiciona a existência de muitas e diferentes “infâncias”, construídas em diferentes contextos e épocas específicas.

- **O trabalho infantil nos tempos bíblicos**

O trabalho infantil é um assunto que resiste ao tempo, podendo ser assinaladas evidências deste facto desde os tempos bíblicos, como sugere uma passagem do *Êxodo I* (1,1-6,27), quando faz referência ao povo de “Israel Escravizado no Egipto” e explicita que “Tornaram-lhes a vida amarga com uma pesada servidão: barro, tijolos, toda a espécie de trabalhos no

¹² Papel social é um dos conceitos fundamentais da sociologia e “definido com base nos padrões ou normas de comportamento que se esperam daquele que ocupa determinada posição na estrutura social ” (Burke, 2002:71).

campo” (A *Bíblia Sagrada Africana*, 2004:98), complementada pela passagem que afirma que “os filhos de Israel gemiam na servidão, e ergueram até Deus o seu grito de socorro na sua servidão” (A *Bíblia Sagrada Africana*, 2004:100).

Recordar que a Bíblia é preche de muitos outros exemplos sobre escravatura e, enquanto escravos, os povos eram explorados, e obviamente esta situação incluía também as crianças. No *Êxodo* 19-20 testemunha-se este facto. Por exemplo, quando se refere ao direito dos escravos advoga-se que sempre que se adquirisse um escravo hebreu, este deveria servir seis anos sem qualquer tipo de recompensa e, ao sétimo, poderia partir em liberdade, podendo levar os seus filhos, se à data da sua apresentação, tinha mulher e filhos. Mas, pelo contrário, se tivesse ido sozinho e o seu senhor lhe tivesse oferecido uma mulher que gerou filhos, então estes bem como a mulher deveriam pertencer ao senhor. Pode-se acrescentar a esta lista os casos de oferenda dos filhos para holocaustos, para pagamento de dívidas que também são reportados na Bíblia.

- **Trabalho Infantil na Antiguidade**

É reconhecido o contributo da mão-de-obra infantil no processo de desenvolvimento das civilizações antigas, como Egipto, Mesopotâmia, Grécia e Roma, trabalhando as crianças na agricultura, pastorícia, no trabalho artesanal e carpintaria (Ferreira, 2001).

Na Grécia antiga, muito em particular em Esparta, o espírito guerreiro característico da época era garantido por crianças, pequenos guerreiros cuja formação era voltada para esse fim (Azambuja, 2004:23 *apud* Silva, 2009). Por sua vez, Ferreira (2001) também refere que na Roma antiga, falava-se de meninas escolhidas de entre as mais novas de uma família para servirem no templo. Estas meninas, retiradas do convívio familiar com idades entre os 6-10 anos, viviam sob vigilância apertada dos adultos e tinham a missão de zelar pela tocha sagrada, moer e armazenar cereais, confeccionar material necessário às penitências e sacrifícios, preparar alimentos e cuidar dos objetos sagrados. Apesar do aparente tratamento especial, eram autênticas prisioneiras e sofriam castigos físicos se faltassem às obrigações,

sendo mesmo mortas se violassem a regra de castidade que eram obrigadas a cumprir durante 30 anos. Autênticas prisioneiras uma vez que desempenhar aquelas funções não era da sua livre e espontânea vontade. E, comparado aos dias de hoje, este tipo de trabalho pode ser enquadrado no tipo das piores formas de trabalho infantil.

O Código de Hammurabi¹³ conhecido nome que designa um conjunto de leis criadas na Antiga Mesopotâmia pelo Rei da Babilónia, o rei Hammurabi, datado de mais de 2000 anos a.C., é um escrito da Antiguidade que de certa forma tem evidências já do fenómeno de trabalho infantil. Este código constitui a primeira tentativa de legislar sobre aspetos como as relações de trabalho, família e escravidão.

Para abordar este aspeto neste trabalho, deixamo-nos influenciar pelas etapas de infância definidas por Frabboni (1998), nomeadamente: infância negada ou criança adulto até o século XV, criança industrializada, finais do século XVI até o século XVIII e criança de direito ou criança social, século XIX até aos dias de hoje.

- **O período da infância negada**

Ariès (1981) na sua análise sobre a história social da criança considera que a noção de infância aparece no continente europeu no início da Idade Média. Até essa época, os povos ainda não tinham um conceito específico para diferenciar as etapas do desenvolvimento da criança, o que Frabboni (1998) designa por infância negada. Isto está patente na própria arte onde a criança é raramente representada e quando isso acontece surge com características mais próximas de seres adultos em miniatura, mas sem apresentar os elementos que no presente associamos à iconografia infantil (Ariès, 2006). Por vezes, surge mesmo em alegorias associada à morte o que também eventualmente poderá ser interpretado como pretendendo com isso sublinhar a alta mortalidade infantil que se verificava na época.

¹³ Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/hamurabi.htm> [1 de Julho de 2015]

A propósito da expressão “infância negada”, (Orme, 2003 *apud* Ströher e Kremer, 2007) afirma não ser correto fazer este tipo de generalizações, uma vez que os pontos de vista variaram em função de contextos religiosos e do estatuto social. Os mesmos autores citam Snell (2007) que defende não ser a falta de um termo específico para designar a infância evidência suficiente que prove a total ausência dessa distinção. As posições de (Snell, 2007 *apud* Ströher e Kremer, 2007) são corroboradas pela Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1960[?]) ao defender que a proteção à infância é tão antiga como a humanidade apesar de alguns a considerarem uma aquisição da modernidade, nomeando várias evidências que confirmam esta situação. Entre as evidências nomeadas destacamos o caso do Egito Antigo, a China, a Índia, a Palestina dos tempos Bíblicos onde o combate contra o aborto, a assistência aos partos, a amamentação, a luta contra o abandono de crianças, a proteção das viúvas era prática corrente. A mesma fonte revela que já na Antiguidade havia médicos como Soranus de Éfeso (Roma), que viveu um século antes de Cristo o qual se notabilizou nesta área e se considera por vezes como estando na origem posterior da Obstetrícia e da Genecologia.

À ausência de representações da vida da criança associava-se a coexistência de sentimentos de indiferença, indeterminação de idade que se estendiam a toda atividade social, desde os jogos, as brincadeiras, as profissões, até às armas (Ariès, 1981, 2006), sendo o anonimato e o infanticídio da criança as características mais dominantes. Na Europa Ocidental, particularmente nas famílias mais pobres, de acordo com Ariès (1981), eram ignoradas e exploradas pelos próprios pais. Pelo contrário, nas famílias nobres, da elite imperial romana, por exemplo, os filhos eram educados por um mestre e tinham acesso a livros e outros bens (AA.VV., 2002).

A infância era reduzida a um período muito curto, circunscrito apenas aos primeiros anos de vida, período em que dependiam totalmente dos pais. Assim que a criança conseguisse ser autossuficiente era misturada com os adultos e tratada de forma indistinta, isto é, se tivesse sobrevivido tenazmente às intempéries, maus tratos, escassez alimentar, más condições higiénicas. A criança vivia mais perto da morte do que da vida (Müller, 2001).

O anonimato da criança era tão cruel que o extermínio das crianças indesejadas era normal. Neste descaso, a morte de uma criança não era sempre vista com dor, comparativamente com a perda de um outro ente querido (Ariès, 1981). Esta indiferença, por exemplo, pode ser entendida a partir das palavras frias de um pai, ao declarar que “Perdi dois ou três filhos pequenos, não sem tristeza, mas sem desespero”, ou ainda a partir da frase de uma mulher que, tranquilizando outra mulher inquieta por ter perdido cinco “pestes” dissera: “Antes que eles te possam causar muitos problemas, tu terás perdido a metade, e quem sabe todos” (Ariès, 2006:22). Esta estranha forma de consolar uma mãe inquieta choca com a sensibilidade de todos que percecionam a morte como algo triste.

No período medieval, o crescimento do trabalho artesanal permitiu o nascimento e desenvolvimento de corporações de ofícios onde o proprietário era o mestre e juntava à sua volta muita mão-de-obra de aprendizes, de entre ela crianças que aprendiam o ofício, e não recebiam qualquer tipo de salário, tendo apenas direito a casa e comida (Silva, 2009). O mesmo autor faz recordar que na sociedade feudal, profundamente marcada por relações de vassalagem, o servo e os filhos estavam presos à terra, obrigados a trabalhar na propriedade do senhor feudal e a pagarem-lhe o imposto de uso da terra.

Para uma compreensão adequada dos factos, é preciso esclarecer que no mundo grego, por exemplo, o pai de família era o detentor por lei dos direitos sobre os seus filhos e este direito era extensivo a decidir ou pela vida ou pela morte de um filho, caso o rejeitasse. Para as meninas, em particular, o pai, se as rejeitasse, podia entregá-las a prostíbulos ou mesmo mandar executar. A morte de crianças era vista como um ato normal uma vez que mais crianças poderiam nascer e facilmente substituir as que faleceram (Ariès, 1981).

Depois da passagem rápida e insignificante pela família de origem, e porque se entendida a infância como uma transição para a vida adulta, aos 7 anos, a criança era abandonada numa outra família onde iria aprender vários ofícios. Nesta idade intitulada pela igreja como a “idade da razão”, a idade em que a criança domina a palavra, esperava-se que se comportasse ao máximo como adulto, pequeno adulto ainda que percebido como “fraco, ineficiente,

inexperiente e ignorante” (Burke, 2002:71). Para a igreja e o poder político da época a criança era vista como algo inacabado, inútil, pecadora que só o batismo a poderia salvar.

As trocas afetivas e a interação social ocorriam essencialmente fora da família. A esta etapa da primeira infância, entendida como uma época das aprendizagens, a educação era feita junto de mestres nas oficinas ou “através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não ao seu filho, mas ao filho de outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir” (Ariès, 1981:228). A transmissão do saber e dos valores era realizado através da aprendizagem, uma prática seguramente forçada e incompatível com a idade, pois o móbil era o de lhe comunicar o saber-fazer e o saber viver. Não que hoje em dia não se vá nesta direção, mas naquele tempo era imperioso que a criança aprendesse o mais depressa possível a ser independente, uma vez que não tinha a estrutura familiar que olhasse por ela e tinha de, o mais rapidamente possível, se valer por si própria.

Adultos e crianças partilhavam o mesmo espaço, a mesma linguagem, até a forma de vestir, razão que leva a alegar-se que:

não havia necessidade de ideia de infância, muito menos de um mundo exclusivo ou preponderante delas e para elas, porque todos compartilhavam o mesmo ambiente informacional e, portanto, viviam no mesmo mundo social e intelectual no mesmo espaço vital

(Batista, 2009:24, *apud* Pereira, 2011:17)

Todavia, a forma de vestir não anunciava igualdade, pelo contrário, denunciava a condição social do indivíduo plebe, nobre ou religioso.

Porém, por volta dos finais do século XVII, como afirma Ariès (2006), foi perceptível o emergir de um sentimento superficial pela criança, período que Ariès designa de “apaparicação”, que ocorria nos primeiros anos de vida. Assim, neste período “As pessoas se divertiam com a criança pequena como com um animalzinho, um macaquinho impudico” (Ariès, 1981:10). Este sentimento de infância através da “apaparicação” surgiu no meio familiar, e ocorria geralmente por entre as mulheres encarregadas de cuidar das crianças, porque do outro lado da vida há quem tivesse um sentimento negativo da infância que não

admitia o amor às crianças. Esta repulsa pela “apaparicação” da crianças pode ser perceptível em:

Não posso conceber essa paixão que faz com que as pessoas beijem as crianças recém-nascidas, que não têm ainda nem movimento na alma, nem forma reconhecível no corpo pela qual se possam tornar amáveis, e nunca permiti de boa vontade que elas fossem alimentadas na minha frente

(Ariès, 2006:101)

Se do interior da família a “apaparicação” era percebida com um sentimento positivo, o mesmo não acontecia do exterior desta. A “apaparicação” passou a ser criticada pela sociedade, principalmente pelos eclesiásticos e homens da lei. Os moralistas achavam que as crianças das famílias pobres, em especial, não tinham educação e os pais não se preocupavam por esse facto.

Gradualmente foi surgindo a consciencialização de que alguma coisa era negligenciada na vida da criança. À recusa em considerar as crianças como entes que apenas serviam para alegrar os adultos, surge posteriormente a percepção que as crianças eram criaturas frágeis que era preciso preservar e disciplinar. A partir desta tomada de consciência nasceu outro sentimento sobre a infância. A criança era um ser diferente do adulto e havia que ser educada e preservada dos hábitos maléficos dos adultos. Esta tomada de consciência inspirou outra forma de ver a criança (psicológico e moral) que inspirou o nascimento da escolarização, período que se alastrou até o século XX.

- **Revolução escolar e sentimental**

Nesta fase ocorreu efetivamente uma mudança paradigmática, impulsionada pelo evoluir da consciência de que o ser humano passa por várias etapas no seu desenvolvimento. Para além disso, da criança encarada apenas como ser biológico, sem estatuto social, evolui-se para outras concepções:

Isto quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo [...]. A família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges.

(Ariès, 1981:11-12)

A criança e a família transformaram-se e passaram a ocupar um lugar de destaque na dinâmica social, sendo a família um espaço de afeição entre o casal, alargado aos respetivos filhos.

A partir desta fase, a escola deixou de ser apenas para os privilegiados e transformou-se num “instrumento normal de iniciação social, da passagem do estado de infância ao do adulto” (Ariès, 2006:159). Nascia agora uma nova fase caracterizada pela aproximação da família das crianças, pelo emergir dos sentimentos de família e de infância que anteriormente estavam separados uns dos outros. O amor de pais para filhos ganhava nova dimensão social, mas importa sublinhar que este amor, não dava nenhum direito à criança, esta não tinha direito a desejos, era uma propriedade exclusiva dos pais.

Mas se por um lado a criança se separou dos adultos e passou a viver com outros indivíduos da sua idade e a ser educada no seio de uma instituição preocupada com a sua formação moral e intelectual, com base em princípios que valorizavam o adestramento rigoroso e autoritário, por outro lado,

A escola confiscou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato. A solicitude da família, da igreja, dos moralistas e dos administradores privou a criança da liberdade que ela gozava entre os adultos. Infligiu-lhe o chicote, a prisão, em suma, as correções reservadas aos condenados das condições mais baixas. Mas esse rigor traduzia um sentimento muito diferente da antiga indiferença: um amor obsessivo que deveria dominar a sociedade a partir do século XVIII.

(Ariès, 1981:278)

Se por um lado o acesso à escolarização se tornou mais fácil, este continuou a não estar disponível para todos. As raparigas, com exceção de algumas que eram enclausuradas em conventos, a maioria era educada em casa, pela prática, pelo costume e muitas delas em casas alheias. A educação dos rapazes primeiro generalizou-se na classe média da hierarquia social. A educação era segregacional, no mundo dos operários e artesões, a aprendizagem continuava sendo pela prática. Os filhos dos nobres estudavam nas academias, onde aprendiam algumas matérias consideradas básicas, as boas maneiras, e os desportos da cavalaria.

A educação das crianças não visava a vida das crianças, as crianças eram educadas tendo em vista o bem e o prestígio da família. As crianças eram propriedade das famílias e estas representavam o poder supremo.

- **Trabalho infantil no período da Revolução Industrial**

Com início em Inglaterra, por volta do século XVIII, a Revolução Industrial (RI) é um facto histórico que marcou a humanidade e se traduziu em mudanças económicas, culturais e sociais. A referência a este período é incontornável quando se aborda a questão do trabalho infantil. O período anterior à Revolução Industrial é marcadamente caracterizado pela agricultura, atividade determinante para as populações maioritariamente rurais. Na França e na Inglaterra, os países pioneiros da revolução, esta atividade representava entre metade (Inglaterra) a três quartos (França) de rendimento nacional (Rioux, 1996).

A industrialização provocou uma mudança radical no processo de produção com consequências para as corporações de ofícios que tiveram que desaparecer dando lugar ao nascimento de indústrias. O nascimento de diferentes indústrias proporcionou o crescimento das cidades e obrigou o êxodo massivo das comunidades vulneráveis rurais para as cidades à procura de emprego. Os industriais, ávidos por mais lucros, optavam por empregar mão-de-obra barata, sendo as crianças os seus melhores alvos. A célebre frase “peguem as crianças”, pronunciada na altura pelo sr. Pitt (1796) em resposta aos manufatureiros ingleses que defendiam que não tinham dinheiro para pagar impostos, representa o incentivo do poder administrativo para que os industriais explorassem a mão-de-obra infantil (Bourdelaís, 2002). Ao longo do período da revolução é marcante a atividade de crianças em setores como indústria têxtil, crianças limpa chaminés, crianças nas minas de carvão, de entre outros.

Os relatórios da *Children's Employment Commissions*¹⁴ denunciam as atrocidades sofridas pelas crianças no período da RI, trabalhando nas minas de carvão. Os vários relatórios desta

¹⁴ Cfr. os relatórios desta comissão em Symons, 1841; Stewart, 1841; Waring, 1842; Austin, 1999.

comissão estão prenhes de exemplos e reportam que trabalhavam nas diferentes indústrias do reino da Inglaterra crianças de idades desde os 7 anos de idade realizando várias atividades, muitas das quais pouco adequadas à maturidade física das crianças envolvidas.

As evidências do caráter desumano do trabalho das crianças nas minas no período da RI estão sumarizadas em pedaços de depoimentos de crianças o que marca o caráter hediondo do trabalho por elas realizado. O depoimento que apresentamos já de seguida é de Sarah Gooder, uma menina de apenas oito anos de idade, trabalhadora em meados do século XIX. Sarah declarou reforçando a ideia de dureza e disse:

Sou encarregada de abrir e fechar as portas de ventilação na mina de Gauber, tenho de fazer isso sem luz e estou assustada. Entro às quatro, e às vezes às três e meia da manhã, e saio às cinco e meia. Nunca durmo. Às vezes canto quando tenho luz, mas não no escuro: não ousa cantar [...]

(Postman, 1999 *apud* Neto, 2007:23)

Outra criança entrevistada na altura revelou que:

Este estado de coisas é deplorável contemplar, trabalhar incessantemente ajoelhados em água durante oito horas, “algumas vezes durante 12 horas ou mais” e ter o suor a correr pelas partes do corpo não emersas, comendo comida fria que ocasionalmente produzia diarreia, no inverno vindo apenas para cima depois do pôr do sol e não podendo ver a luz do dia durante semanas ou meses juntos, recolhendo na minha fria e mal coberta cama, e talvez com insuficiência alimentar¹⁵

(Austin, 1999:13)

Passagens de diferentes relatórios denunciam como os direitos fundamentais das crianças eram negados (Martins, 2008) e citam de entre outras atrocidades: condições de trabalho inseguras, repugnantes; trabalho pesado; jornada de trabalho até mais de 15 horas e até trabalho noturno; alimentação inadequada e desregrada; condição salarial miserável; negação a oportunidades de educação das crianças; a negação ao direito de saúde das crianças

¹⁵ Tradução livre da autora. No original “*This state of things which is deplorable to contemplate, working up to the knees in water incessantly for eight hours, “sometimes for twelve of more” and having the sweat running off those parts of the body not immersed, eating cold food which occasionally produced diarrhea, coming above ground in winter only after sunset and seeing no daylight for weeks or months together, retiring to their cold ill-covered beds, and perhaps with an insufficiency of food*” (Austin, 1999:13).

trabalhadoras e a existência de multidões de estropiados, sem braços, despedidos sem justa causa e sem qualquer tipo de garantia e as condições de má nutrição constante e subnutrição periódica, agravadas pelo cansaço físico, insuficiências de alojamento, como denuncia Rioux (1996) que depois acrescenta que o mundo operário tornou-se doente e com uma taxa de mortalidade infantil enorme até 300%.

O caráter deplorável das classes trabalhadoras incluindo o trabalho infantil durante a RI sensibilizou a Igreja razão que levou o então Papa, Leão XIII, (2 de Março de 1810- 20 de Julho de 1903) a escrever a conhecida Carta Encíclica *Rerum Novarum*¹⁶, datada de 15 de Maio de 1891. É uma carta aberta, dirigida a todos os veneráveis irmãos, patriarcas, arcebispos e bispos da religião católica do seu tempo e criticava duramente a falta de princípios éticos. No ponto 2 da carta, relativa às causas do conflito, pode-se ler:

[...] estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida

No § n.º10 da carta, o Papa reconhece o trabalho como algo que dignifica o homem, mas chama a atenção aos patrões para respeitar os seus subordinados e proíbe-os de exigir trabalho superior às forças dos indivíduos ou em desarmonia com sua idade, porque e segundo ele defende no § n.º25:

A actividade do homem, restrita como a sua natureza, tem limites que se não podem ultrapassar. O exercício e o uso aperfeiçoam-na, mas é preciso que de quando em quando se suspenda para dar lugar ao repouso. Não deve, portanto, o trabalho prolongar-se por mais tempo do que as forças permitem. Assim, o número de horas de trabalho diário não deve exceder a força dos trabalhadores, e a quantidade de repouso deve ser proporcionada à qualidade do trabalho, às circunstâncias do tempo e do lugar, à compleição e saúde dos operários.

Neste pedaço da carta o Papa manifestava a sua sensibilidade face às condições das classes trabalhadoras e considerava tal *modus operandi* das classes ricas contra o proletariado uma coisa tão contrária à razão e à verdade e por isso de considerar a maior vergonha (Masi, 2003).

¹⁶ Carta Encíclica *Rerum Novarum*, http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html [1 de Julho de 2015]

A infância “industrializada” surge no período da modernidade. O período que mediou entre o século XVI e a Revolução Francesa foi marcado por acontecimentos ímpares, que vão desde a epopeia dos Descobrimentos, passando pela industrialização da Inglaterra e da França, até às inovações no campo científico.

A industrialização provocou transformações profundas nas relações sociais, as quais foram marcantes para as sociedades europeias. Os acontecimentos que mudaram as relações sociais das famílias, nomeadamente, a urbanização e a industrialização provocaram novas formas de trabalho e de inserção das mulheres e das crianças no mundo produtivo (Vasques, Schlickmann & Campos, 2009). Nasceu a família moderna e a emergência social da criança. Mas as maiores marcas da industrialização assentam no caráter exploratório da mão-de-obra infantil, visto como de regressão à sociedade medieval, onde era dominante a precocidade da passagem para a idade adulta (Ariès, 2006). Aliás, o século XIX é considerado o século negro para as crianças, a infância não é exaltada, as crianças não são vistas como sujeitos sociais, no entanto, como disse Rousseau no seu *Emílio*, eram seres aptos para a “servidão civil” (Buffa, Arroyo & Nosella, 2010), hábeis para o mundo do trabalho, para lutar pela vida precocemente. Mas ao mesmo tempo também é no século XIX que nascem as primeiras ideias relacionados com a necessidade de proteção da criança.

A popularização da leitura, por um lado, como consequência do aparecimento da imprensa, fez nascer a distinção entre os mais velhos que sabem ler e os mais novos a quem se devia ensinar, proporcionando a massificação das escolas. A sociedade passou da era da manufatura, para a industrialização emergente na época, uma revolução que colocou em conflito o ofício manual com o ofício da indústria. Enquanto o ofício manual exigia de cada trabalhador um labor virtuoso do ofício, habilidade adquirida ao longo da sua aprendizagem numa corporação sob olhar atento de um mestre e o trabalho decorria num ambiente de certa hierarquia entre os trabalhadores, entre uma minoria que dominava os segredos do ofício e uma maioria que realizava o trabalho de forma mecânica, o ofício da indústria exigia conhecimentos para operar com as máquinas que ora nasciam.

Neste período, no campo da revolução ideológica, as concepções de grandes pensadores revolucionaram a maneira de estar na sociedade. Tomamos as ideias de Descartes (1596-1650) como importantes pois como teremos oportunidade de retomar aqui neste trabalho, influenciaram a filosofia do pensamento da época, e destaque vai para a marcante frase do filósofo “eu penso, então existo”, que influenciou o pensamento sobre a forma de ver a pessoa. Do anonimato da vida gregária, passou a falar-se do “eu”, o indivíduo, sujeito social. Ao lado de Descartes recordamos também Bacon (1561-1826), Galileu (1564-1642), Comenius (1592-1670), Locke (1632-1704), cujos ideais contribuíram teoricamente na construção da necessidade de um novo saber e de uma nova educação (Buffa, Arroyo & Nosella, 2010).

Comenius foi notável pelos seus ideais refletidos na sua *Didática Magna* (1632) ao propor “um mínimo comum e universal de escolarização padronizada e pública com base no experimento científico” (Buffa, Arroyo & Nosella, 2010:22), porque, para ele, os homens eram todos iguais, razão porque se deveria ensinar tudo a todos, isto é ensinar “a todos os fundamentos, as razões e os objetivos de todas as coisas, das que existem na natureza e das que se fabricam” (Comenius, 1976:145 *apud* Buffa, Arroyo & Nosella, 2010:23).

As contribuições de Locke também foram notáveis. Partiu da ideia de tábua rasa, isto é a criança nascia como uma folha em branco que podia ser preenchida de modo arbitrário. A criança não tinha motivação natural para a aprendizagem e por essa razão defendia os jogos educativos (Frota, 2007). Porque nesta época os castigos corporais eram uma prática recorrente usada para educar as crianças, Locke defendia a não aplicação dos castigos físicos porque segundo ele estes tornariam a criança medrosa quando chegasse à idade adulta.

Por sua vez, Rousseau no século XVIII difundiu a ideia “de natureza boa, pura e ingênua da criança e da necessidade de respeitá-la e deixá-la livre para que a natureza pudesse agir no seu curso normal, favorecendo o pleno desenvolvimento saudável das crianças” (Frota, 2007:152).

Rousseau defendia a educação da criança em liberdade, livre do vício e livre do erro, condenou a ética pedagógica de repetição dos conteúdos. Passava-se assim, da ideia de

adestramento para a ideia de necessidade de educação e, mais especificamente, para a diferenciação dos conteúdos tornando-os mais adaptados à condição do aluno. Esta é a razão que justifica o facto de Rousseau ser considerado o precursor da pedagogia. A sua contribuição mudou a consciência de muitas famílias a sentirem-se encorajadas e interessadas a tratar a criança com alguma dignidade (Corazza, 2002).

Os ideais dos pensadores que acabamos de nomear concorreram para a ampliação da escolaridade obrigatória. Nasceu uma conceção de infância onde se reconhecia o valor emocional da criança, a criança ganhou centralidade na dinâmica das famílias. Já não são as amas que educam, mas as próprias famílias e também a escola.

Diferentes áreas do saber (Psicologia, Psicanálise, Antropologia, Sociologia, Medicina, Pedagogia, de entre outras) emergiram e começaram a preocupar-se com as questões de proteção da criança e com a infância. Desenvolveram estudos dos quais resultaram conhecimentos, um manancial teórico que permitiu um melhor entendimento tanto da criança como da infância. A criança passou então a estar “mais do que nunca no centro da família [...] objeto de investimento a todos os níveis: afetivo, mas também económico, educativo e existencial” (Ariès e Duby, 1990:146), isto é, passou a ser considerada como um sujeito social.

Porém, os filósofos africanos como Ngoenha (2014) não permitem que deixemos de lado um aspeto importante relacionado com a tão propalada igualdade entre os homens. Este filósofo sublinha a questão da posição dos filósofos franceses do século XVII e XVIII perante a condição infra-humana a que o negro ficou reduzido, coisificado e sem liberdade, feito escravo. Este estado de coisas prevaleceu até o período em que a escravatura foi abolida e coincide em parte com a época em que a criança passou a ser vista como sujeito social.

- **Criança sujeito social**

Nos últimos dois séculos a sociedade percebeu a importância da criança como sujeito social, mas possuidor de especificidades naturais enquanto ser em desenvolvimento. A criança passou

a assumir um maior destaque tanto na esfera privada como na pública. O século XX é, segundo a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1960 [?]), o “Século da Criança” por ter sido neste período que houve um verdadeiro despertar para a necessidade de proteger a infância, isto é, nasceu aquilo que Neto (2007) denomina por novos “possíveis”¹⁷ evidenciado na criação de diversos mecanismos em defesa da criança.

A sociedade abandonou as visões mais *adultocêntricas*. A própria pesquisa multiplicou-se e focalizou-se na compreensão da criança e da sua infância, dando-lhe voz. Estes estudos evidenciaram que a qualidade de infância influencia o posterior desenvolvimento do indivíduo.

Contudo, apesar de haver uma concepção de que a criança é um ser de direito, existem, em todo o mundo, crianças que não gozam do direito de ser criança. Existem muitos factores adversos que concorrem para esta negação. Em algumas crenças e práticas do nosso tempo, às vezes de uma forma não muito visível, ainda prevalecem algumas concepções do passado.

As más condições sociais que vulnerabilizam muitas famílias em todo o mundo, motivados por vários factores como guerras, pobreza e outros, colocam muitas crianças em situações de risco comparativamente com outras. Mas não só, enquanto a teoria é benevolente e as leis aprovadas não são segregadoras e visam o superior interesse da criança, na prática, pelo contrário, a condição social da criança e o ambiente em que está inserida condiciona com frequência a respetiva aplicação em toda a plenitude.

Em todo o mundo existem crianças que não gozam dos seus direitos. Elas são tratadas desumanamente como se ao longo dos séculos a humanidade nunca tenha tido consciência dos

¹⁷ Os novos “possíveis” ao Trabalho Infantil devem ser percebidos como o conjunto de mudanças ocorridas na sociedade atual, desde a quebra de tabus, superação de antigas limitações, aprofundamento dos direitos e deveres humanos e sociais, com maior enfoque no âmbito legal, que permitem a abertura de espaços de possibilidades para a instauração de um novo *habitus* social que permita a criação de alternativas humanizadoras para o fenómeno (Neto, 2007).

seus erros e reconheça os males infligidos à criança. Encontramos crianças soldados, à semelhança do que acontecia na época medieval. Há meninas arrastadas para a prostituição, uma prática que recorda outras épocas. Crianças vendidas como escravas para pagamento de dívidas e outras trabalhando em condições que lembram o período da revolução industrial, enfim, até crianças entregues a outras famílias para serem criadas devido à falta de condições dos seus progenitores, crianças rejeitadas por causa da sua condição física e porque não fazer referência a um mal emergente no meu país, crianças perseguidas em razão da sua condição de portadoras de albinismo para fins obscuros e ligados com a obtenção de riqueza.

Porém, no contexto desta contradição entre a teoria e a prática têm vindo a emergir diversas instituições de apoio à infância, tanto a nível local, como nacional, regional, e global. Entre as últimas destacamos a *Save the Children* (1919) e a UNICEF (1946). No reconhecimento das obrigações que a Humanidade tem perante as crianças, em 1959, as Nações Unidas proclamaram a Declaração dos Direitos da Criança (DDC) que consagra os princípios fundamentais de defesa da criança, onde no princípio nº 1 está consagrado que:

A criança gozará dos direitos enunciados nesta Declaração. Estes direitos serão reconhecidos a todas as crianças sem discriminação alguma, independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou outra da criança, ou da sua família, da sua origem nacional ou social, fortuna, nascimento ou de qualquer outra situação.

Em resumo, “as novas concepções de infância e de criança apontam para a aceitação de uma multiplicidade e de um devir que não se fecham si mesmo” (Dahlberg, Moss & Pence, 2003 *apud* Frota, 2007:149), pelo contrário, abrem-se e complexificam-se a um ritmo de mudança intenso (Neto, 2007) o que torna o fenómeno “efémero”. A cada momento que passa, a sociedade está preocupada em melhor entender a criança e a infância e, ao mesmo tempo luta por compreender os problemas da modernidade que seguramente estão em desfavor da criança, um dos quais é referido por Marx como sendo de “uma fria indiferença social, capaz de destruir cada valor cultural ou político cujo potencial ela mesma despertou” (Anderson, 1986:3).

1.2 A exploração do Trabalho Infantil

Trabalho infantil e exploração do trabalho infantil são dois conceitos largamente veiculados nos dias de hoje, principalmente quando se pretende abordar uma realidade pouco percebida e por vezes invisível e incorretamente definida, a qual está fundada num fenómeno controverso e polémico,

“multidimensional, [com] uma infinidade de aspectos insusceptíveis de serem apreciados unidirecionalmente, é multifacetado e tão pouco é localizado no Terceiro Mundo, sendo antes um fenómeno global com expressão também nos países ricos”

(Dorman, 2001 *apud* Sarmiento, 2008:111)

cujas consequências ferem os direitos das crianças, relacionados com bem-estar, com a existência de tempo e espaço para brincar e socializar com outras crianças, isto é, com condições favoráveis a um crescimento harmonioso (físico e psicológico).

Apesar destas problemáticas serem largamente veiculadas nos dias de hoje, elas datam do nascimento da humanidade e por essa razão devem ser vistas numa perspectiva histórica. Até agora estivemos essencialmente centrados no contexto europeu, mas no tópico passaremos a estreitar a nossa abordagem.

1.2.1 Trabalho infantil em África: perspectiva histórica

Acabamos de perceber que o trabalho infantil é um fenómeno social que embora presente na nossa era data de tempos remotos da humanidade e por isso também um fenómeno histórico. É um crime muito embora não tenha sido sempre entendido como tal à semelhança de como a OIT a considera, razão porque o mundo consciente apela à sua erradicação.

Para abordarmos a questão do trabalho infantil nos períodos pré e colonial, precisamos resgatar a ideia de como a história de África é contada. Dipholo e Biao (2013) consideram três fases centrais, a pré-histórica que compreende a fase da existência do conhecido continente negro, período em que os factos e o conhecimento eram marcadamente disseminados de forma oral. A segunda fase que é dividida por sua vez em duas: a fase dos Descobrimentos que corresponde à fase em que a Europa se expande para África, conhecida como fase pré-colonial

e por último, a fase colonial, período em que a Europa se estabeleceu no espaço africano dominou e colonizou.

a) Trabalho infantil no período pré-colonial

Sobre a primeira fase, pouco se sabe em termos fatuais e a razão prende-se com a disseminação do conhecimento a ocorrer de forma oral, não ter permitido o registo do mesmo. Sabe-se no entanto, que África, o berço da humanidade, tem um rico e peculiar manancial de conhecimentos acumulado ao longo dos séculos. Este conhecimento é desenvolvido sob o ponto de vista de África e constitui o Sistema Tradicional de Conhecimento de África, também conhecido por Sistema de Conhecimentos Indígenas ou simplesmente Conhecimento Indígena (Dipholo e Biao, 2013).

Um parêntese apenas para explicar que conhecimento indígena deve ser entendido como o conjunto de conhecimentos e habilidades locais, transmitidos de geração em geração ou através da palavra oral ou através de rituais, que servem de base para o conhecimento agrícola, pesca, preparação e conservação de alimentos, cuidados de saúde, conservação da natureza e muitas outras atividades que sustentam as populações. É neste contexto que consideramos que os diferentes grupos têm no seu seio uma forma de organização da sociedade ancestral.

Não temos qualquer pretensão de fugir ao escopo central do nosso estudo, o trabalho infantil, porém é importante situarmo-nos na história de África. Todavia podemos, a partir do que atrás referimos sobre a forma como as culturas tradicionais olhavam para a criança, imaginar que embora na época não se atribuisse uma conotação negativa ao trabalho infantil as condições de vida das crianças deveriam estar longe de ser as ideais.

Para suportar a nossa abordagem do fenómeno no período pré-colonial partimos da caracterização geopolítica e geoestratégica do mundo, no período do florescimento da industrialização. Esta foi a forma por nós encontrada para encontrar elementos que nos ajudassem a elucidar o fenómeno em estudo pois em nosso entender, os acontecimentos

geopolíticos e geoestratégicos dos estados influenciaram em grande medida o desenrolar do fenómeno. Como explica Becker (2005), a geopolítica é a ciência que analisa relações entre poder e espaço geográfico e caracteriza-se por pressões, intervenções no cenário internacional, desde as mais amigáveis até a guerras e conquistas de territórios.

A dinâmica mundial do período pré-colonial foi caracterizado por um intenso intercâmbio entre as diferentes regiões do mundo, um intercâmbio nem sempre amigável que marcou as relações entre os povos de todos os tempos, e as relações mercantis foram as atividades de interesse mútuo que galvanizaram os intercâmbios. Jaffe (1988), por exemplo, refere no seu livro *A History of Africa* que já por volta do primeiro século da nossa era, comunidades da costa este africana comercializavam com Roma, exportando ouro, óleo e marfim.

Desde o século VII a meados do século XII, a costa oriental de África foi intensamente visitada e mesmo ocupada por comerciantes árabes. De Mogadíscio a Sofala surgiram atividades comerciais para levar ouro extraído das regiões do Zambeze e de Quíloa, assim como escravos (Ki-Zerbo, 1999). Outra fonte revela que já no século X da nossa era, sociedades africanas estabeleceram relações comerciais com povos mercadores estrangeiros de entre eles de origem asiática, os quais dominavam o poderio comercial do Oceano Índico e o comércio do ouro e do marfim eram os produtos mais procurados pelos mercadores (Serra, 2000).

Em Moçambique fala-se do império de Monomotapa, fundado por volta do século XV, extenso e rico império cuja base económica assentava na agricultura, pastorícia, no comércio, na mineração, caça, tributos/taxas/ofereidas e na manufatura e indústria de pequena escala (Souto, 1996; Serra, 2000). O Império de Monomotapa estabelecia relações amistosas com vários países, com destaque para os portugueses, que se fixaram na região de Sofala, neste período de fundação do império.

Porém, por volta do século XV a Europa, entrou em declínio provocado por um lado, por um crescimento populacional sem precedentes, crescimento que não foi acompanhado de um

desenvolvimento agrícola compatível com as necessidades de uma população crescente. Começaram a escassear alimentos e várias doenças dizimaram populações inteiras.

A expansão mercantil europeia, iniciada no século XV, tornou-se no século XVI num fenómeno global que surgiu como resultado do declínio do mundo feudal e ao mesmo tempo da formação de uma burguesia comerciante e manufatureira que muito rapidamente se espalhou pelo mundo à procura de metais preciosos e de força de trabalho barata para os extrair, assim como para a produção agrícola e manufatureira. Neste contexto, África tornou-se um espaço com capacidades de gerar novas oportunidades para dinamizar suas economias, vista pelos europeus como detentora de capital natural (agrícola, mineira e mão-de-obra).

A luta pelo monopólio de riquezas provocou lutas renhidas entre os nativos das regiões ricas e os povos que aportavam aquelas paragens, com destaque para espanhóis, italianos e portugueses. Das lutas resultou a ocupação de territórios e a subjugação dos vencidos. Iniciou-se assim a colonização.

a) Trabalho infantil no período colonial

Anteriormente fizemos referência à forma como os filósofos franceses dos séculos XVII e XVIII se posicionaram perante o discurso dos homens das Luzes a respeito da condição de coisa a que tinha sido reduzido o negro. Este ideário e os debates que ocorreram marcaram profundamente as concepções do colonizador interessado em obter mão-de-obra barata.

Um aspeto central da história dos povos do chamado continente negro, que marca profundamente a história do fenómeno do trabalho infantil no período colonial, é a escravatura. Na verdade, a escravatura é um fenómeno/instituição que acompanhou a humanidade até a sua abolição formal por volta do século XIX. O escravo era um indivíduo cuja situação jurídica, social e cultural era comparada a um objeto, podendo até ser adquirido (Pité, 2004).

Como vimos, já no período bíblico se falava de escravatura. O fenómeno escravatura permeia tempos e espaços, mas nunca se falou tanto de escravatura como fenómeno abominável, como ocorreu no período da colonização em que se transformou num negócio lucrativo, colocando os escravos como mercadoria, vendidos como mão-de-obra para a construção de um mundo de riqueza para o seu comprador, o colonizador.

Queremos aqui recordar que o espírito aventureiro dos povos da Europa resultou da necessidade de encontrar novas oportunidades mercantis e o início do comércio transatlântico de escravos coincide com o período dos Descobrimentos, por volta da primeira metade do século XV.

Muito embora o número de escravos africanos comercializado e levados de África para um comércio triangular África-Europa-América seja polémico entre os estudiosos, Beckles (2002) considera que o número oscilará entre os 9.6 milhões a 15 milhões.

Os números apresentados no quadro 1.2 a seguir, ajudam a explicitar que países como Portugal, Inglaterra, França, Alemanha, Espanha, Estados Unidos de América figuram entre os que mais contribuíram para desenvolver o negócio de escravos.

Quadro 1.2: Volume de negócio transatlântico de escravos por nações de origem, 1519-1867 (em milhões)

Ano	Portugal	Inglaterra	França	Alemanha	Espanha	USA/BR:Indies	Dinamarca	Total
1519-1600	264.1	2	-	-	-	-	266.1	
1601-1650	439.5	23	-	41	-	-	-	503.5
1651-1675	53.7	115.2	5.9	64.8	-	-	0.2	239.8
1676-1700	161.1	243.3	34.1	56.1	-	-	15.4	510
1701-1725	378.3	380.9	106.3	65.5	-	11	16.7	958.6
1726-1750	405.6	490.5	253.9	109.2	-	44.5	7.6	1311.3
1751-1775	472.9	859.1	321.5	148	1	89.1	13.4	1905.2
1776-1800	626.2	741.3	419.5	40.8	8.6	54.3	30.4	1921.1
1801-1825	871.6	257	217.9	2.3	204.8	81.1	10.5	1645.1
1826-1850	1247.7	-	94.1	-	279.2	0	0	1621

1851-1867	154.2	-	3.2	-	23.4	0	0	180.7
No período	5074.9	3112.3	1456.4	527.7	517	280	94.2	11,062.4
%	45.9	28.3	13.2	4.8	4.7	2.5	0.9	100

Fonte: Adaptado de Beckles, 2002

O quadro 1.2 revela que o comércio de escravos foi um negócio que floresceu ao longo de três séculos, com maior destaque para o século XIX. Os dados não nos deixam mentir, Portugal foi muito mais audaz que os parceiros.

Em África e na Ásia, os intitulados velhos mundos, o aparecimento de zonas colonizadas pela Europa faz com que os povos (indiano, o negro das regiões costeiras de África, o indígena das índias Orientais Holandesas, do império espanhol e português) deixassem de produzir para a satisfação das necessidades vitais e se tornassem escravos em virtude da dominação colonial e a sua atividade se virasse para a satisfação dos interesses do colonizador, o lucro. A atividade agrícola ficou virada para plantações de rendimento (café, cacau, sisal, algodão, cana-de-açúcar) produtos expedidos para a Europa a favor do colonizador. É neste processo que começa a haver a necessidade de muita mão-de-obra barata de entre ela, crianças.

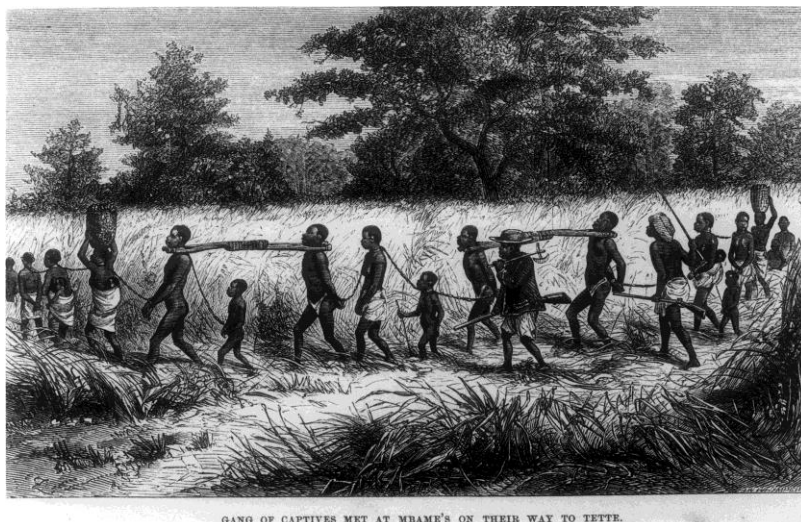
A colonização portuguesa não se deteve em encontrar riquezas como ouro, marfim, especiarias da Índia muito apreciadas na coroa, explorou de forma dura o negócio de escravos que se afigurava mais rentável. Assim, as suas colónias, Cabo-Verde, Angola, Guiné, São Tomé e Príncipe, Moçambique, transformaram-se rapidamente em inacabáveis sorvedouros de mão-de-obra escrava, vendida em número considerável para a exploração agrícola e mineira das terras da América Central e Espanha (AA.VVb., 1995).

A saga do colonizador português pela riqueza escravagista pode ser percecionada numa afirmação extraída de um texto de Oliveira Martins, em 1880, vociferando ser “míster dissecar os pântanos, navegar rios, abrir estradas, construir os armazéns e obter os braços ferramenta humana de trabalho” (Zamparoni, 2004:301). Os escravos tornaram-se a força de trabalho

barata encontrada para dinamizar a produção em larga escala e a baixo custo em benefício do colonizador.

A figura 1.2 é uma das muitas imagens amplamente usadas quando se pretende retratar a escravatura e a mesma ajuda a enquadrar o trabalho infantil no âmbito do continente africano.

Figura 1.2: Grupo de escravos desumanamente escoltado



Fonte: Centro de Formação Fotográfica

Como podemos verificar, a fig. 1.2 ilustra um grupo de escravos, de entre eles mulheres acompanhadas das suas crianças, a serem desumanamente escoltado para os circuitos de venda, depois de brutalmente capturados. As armas de fogo nas mãos dos capatazes negros, confirmam a cumplicidade entre o colonizador e os negros locais com poder, que recebiam bens em troca de escravos. Se os adultos escravizados, tudo confirma que as crianças não escapavam a esta saga que conheceu o apogeu com a colonização.

Os séculos XVII e XVIII, em particular, foram marcantes para as populações colonizadas e exploradas, tornadas escravas e vendidas como máquinas de trabalho. A história de Moçambique regista que na segunda metade do século XVIII a procura de escravos

ultrapassou a procura do ouro e do marfim. O homem, porque produtor de riqueza, passou a ser a matéria-prima mais procurada (Serra, 2000).

Os navios que protagonizavam a operação de compra e exportação de mercadoria humana (os escravos) de África para o Brasil, América, Europa foram designados por negreiros. Esta operação criou muita riqueza para os seus praticantes. Este período coincide com a época histórica atrás referenciada em que os filósofos franceses menosprezaram a condenação da escravatura.

Se por um lado, a peculiaridade e o êxito do processo colocaram a colónia portuguesa num patamar de destaque, pela perícia que revelou na transposição de um sistema de dominação europeu para África (Capela, 2010), por outro lado a venda e o modo de tratamento dos escravos no país colonizado, são dois elementos motivos bastantes para uma acusação e condenação ao colonialismo português. Precisamos sublinhar que a ação dos portugueses é de condenação total porque quando aportaram nos entrepostos moçambicanos, encontraram povos com uma cultura material florescente, relatada por Vasco da Gama e outros portugueses como “se não superior, igual à portuguesa de 1500” (Gómez, 1999:20). Porém, a sua supremacia militar e espírito explorador impuseram-se perante o desenvolvimento destes povos e subjugaram-nos.

São razões para esta condenação a atitude adotada pelo regime perante os escravos, ignorando por completo o que possa estar para além do indivíduo, pessoa igual, passando a algo coisificado, mercadoria, desintegrado da família e da sociedade (Martins, 2000), chegando mesmo a não poder dispor do seu próprio corpo. Um percurso pelo espaço social colonial permite-nos cruzar acontecimentos que, pela sua natureza, são factos repugnantes, autênticos crimes hediondos que só ao colonialismo se pode imputar. Apesar de se reconhecer que Portugal foi o primeiro país a abolir oficialmente a escravatura e o negócio de escravos por volta do século XIX, deve-se denunciar que organizou nas suas colónias um outro sistema de escravatura que obrigava as populações colonizadas a trabalhar como escravos (Pité, 2004).

Relacionado com o tema em estudo arrolamos aqui alguns exemplos que julgamos poderem ajudar a elucidar a relação intrínseca entre o trabalho infantil e a escravatura.

O *modus operandi* colonial pode ser percebido no facto de até os escravos serem coisificados e fazer parte dos patrimónios de heranças e dotações. Exemplo de uma dessas heranças encontramos na escritura em que Dona Lizarda Joquim de Aguiar atribui como dote à sua neta e dizia: “entre muitos outros bens inclui [...] 2 bichos (escravos menores) [...] 35 negras de colima (cultura da terra), dentre duas com um filho e uma com dois filhos e 16 negrinhas bandazias (escravas para companhia e serviço da dona)” Capela (1993:14).

Outra referência da prática colonial escreve cenas de venda de crianças numa mesma praça onde eram vendidas vacas (Martins, 2000), crianças tratadas como mercadoria humana comparada com outros produtos, como ouro, ferro, todavia de valor diferenciado. Osswald (2006) faz referência à venda de filhos pelos seus pais por motivos de carência e denuncia a exploração sexual das escravas, protagonizada pelos portugueses. Os donos das escravas escolhiam de entre as mais belas para vender bordados, compotas, e licores e ainda as obrigavam a prostituírem-se para aumentar a sua renda.

Os padres Jesuítas¹⁸, que por volta de 1886 evangelizavam as populações negras de Tete, revelaram que em todo o Zambeze era normal os pais ao fugirem da fome, venderem crianças e jovens (Martins, 2000). Mas os padres Jesuítas são acusados de terem usado em larga escala as relações escravagistas de produção nas suas propriedades no Brasil (Júnior e Bittar, 1999). O seu *modus operandi* era uma simbiose perfeita entre evangelizar, educar, e explorar. No processo da sua educação, as crianças executavam tarefas perigosas como o são caçar, pescar, para a sua subsistência como revela um extrato de texto do Padre José de Anchieta, exímio catequista Jesuíta do século XVI, no Brasil, ao explicar que as crianças iam duas vezes por dia à escola, sobretudo de manhã e à tarde, mas que todos deviam ir à caça ou à pesca para

¹⁸ Os padres Jesuítas tiveram a missão de evangelizar as populações escravas e de educar os filhos destes (Júnior e Bittar, 1999).

procurarem o sustento, porque segundo o próprio, só come quem trabalha (Júnior e Bittar 1999). É evidente que cada uma das atividades, caçar, pescar, não coadunam com a idade das crianças, pelo perigo a elas associado.

Enfim, pode-se juntar a esta lista ainda outras situações como o facto de um crime cometido por um único indivíduo, por exemplo a fuga do trabalho, desse ao patrão pleno direito de imputar a pena a toda a família, e parentes mais remotos (Martins, 2000). Toda uma família era vendida como escravo, incluindo pai, mãe, filhos, primos para pagar a dívida. E porque não acrescentar também a esta lista exemplos de abuso aos trabalhadores negros pelos portugueses que consistia de entre outros a ausência de descanso para as mães em período de aleitamento (Serra, 2000). As estatísticas revelam o quão generalizada era a escravatura que até se achava o estado mais natural das pessoas em Moçambique. O Quadro 1.3 é revelador dessa concepção.

Quadro 1.3: Relação da população moçambicana livre e escrava em 1845

Povoação	Livres	Escravos
Ilha de Moçambique	377	6895
Ibo (Cabo Delgado)	768	536
Quelimane	229	1330
Sena	101	239
Tete	48	3954
Sofala	187	621
Inhambane	327	1847
Lourenço Marques	120	327

Fonte: Adaptado de Martins, 2000

Os dados da tabela 1.3 revelam tão-somente que a população moçambicana era composta de mais escravos do que pessoas livres. As fontes sobre a exportação de escravos de Moçambique são diversas. Capela e Medeiros (1989) estimam um total de 500 mil escravos exportados nos séculos XVIII e XIX de Moçambique para as ilhas do Índico (Seicheles, Maurícias, Madagáscar). Gómez (1999) refere, por seu turno, que durante o século XVIII, o movimento

de escravos de Moçambique para outros destinos por ano chegava a 10 000, um número que subiu para 15 000 no período 1780-1800, sendo o século XIX o período em que mais escravos foram exportados.

Dos poucos registos existentes, destaque vai para um levantamento feito de harmonia com a Portaria Ministerial de 1843, e constante do Livro de Registo de Escravos relativo ao vale do Zambeze, a área geográfica mais estudada, cujo registo confirma a nossa afirmação sobre a relação intrínseca entre o trabalho infantil e a escravatura (quadro 1.4).

Quadro 1.4: Relação de escravos pertencentes aos habitantes da Província de Moçambique

Distritos	Masculinus				Femininos				Totais
	Maiores	Menores	Total	%	Maiores	Menores	Total	%	
Moçambique	3360	1463	4823	70,0	1440	630	2070	30,0	6893
Quelimane	4863	1364	6227	52,4	4171	1498	5669	47,6	11 896
Inhambane	516	434	950	51,4	450	449	899	48,6	1849
Sofala	203	221	424	68,3	104	93	197	31,7	621
L. Marques	114	93	207	63,3	81	39	120	36,7	327
C. Delgado	119	182	301	56,1	99	136	235	43,8	536
Totais	9175	3757	12 932	58,5	6345	2845	9190	41,5	22 122

Fonte: Capela, 2010

Apesar de neste quadro 1.4 não se indicarem as idades a que se refere a menoridade dos sujeitos objeto de escravismo, podemos reparar que os masculinos são em número mais expressivo comparativamente ao feminino.

Recordamos que a escravatura foi abolida em 1836, todavia o decreto de abolição não foi respeitado pelos portugueses que continuaram a praticar a escravatura nos territórios por eles

ocupados (Gómez, 1999; Pité, 2004). Já naquela altura o trabalho infantil era proibido, proibição disposta no Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas, de 1917 (Zamparoni, 2004), porém apesar desta proibição, o recrutamento de crianças para o trabalho era disseminado e mesmo considerado como uma prática vantajosa para “habituar todos os indígenas, desde pequenos, não só ao trabalho como ao convívio de brancos e desprezo pela ociosidade” (Zamparoni, 2004:316). Porém, o verdadeiro móbil era o de obter força de trabalho barata.

O *Brado Africano*¹⁹ foi um espaço publicitário que denunciou pública e veementemente a exploração da mão-de-obra negra. Escrevendo a favor dos grevistas das classes trabalhadoras, ousou dizer que “tinham e tem razão para se revoltar contra esta corte, que outra coisa não representa senão o fazerem economia à custa do preto” (Brado Africano *apud* Hedges, 1999:60). Hohlfeldt e Grabauska (2010) referem que o Brado Africano denunciava a ocorrência de crianças não maiores dos 14 anos agarradas à força para irem trabalhar nas plantações de algodão.

Nas cidades, os menores faziam trabalho doméstico e trabalhavam mesmo em repartições do estado como nos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, hoje Maputo, a realizar tarefas pesadas como abastecer os navios de carvão, carregar materiais pesados, de entre outras tarefas insalubres reservadas só para os negros.

Já no século XX, durante o Estado Novo, como as greves começaram a multiplicar-se, e os ideais independentistas começaram a emergir, o colono criou mecanismos para abafar o despertar da consciência dos negros. Criou a sua segurança secreta, a Polícia Internacional de Defesa do Estado, mais conhecida por PIDE. A saga colonial contra o negro escravizado

¹⁹ *Brado Africano* foi um jornal bilingue (Ronga e Português), fundado em 1918 como um semanário guardião dos interesses dos naturais das colónias portuguesas, espaço onde os principais escritores moçambicanos começaram a publicar seus escritos. A sua característica bilingue permitiu o seu sucesso que levou a que não só circulasse em Moçambique como também nas minas do Transvaal, onde trabalhava força laboral moçambicana. A figura marcante deste jornal é o conceituado jornalista João Albasini seu co-fundador (Hohlfeldt e Grabauska, 2010).

passou então a ser sabiamente denunciada pelo canto e pela poesia. O conceituado escritor moçambicano José Craveirinha (1922-2003), está de entre os que a partir da poesia, contou muitas atrocidades praticadas pelos colonos contra as comunidades negras. O seu grito contra a exploração pode ser ouvido nos versos que ele muito bem soube compor, mas é no poema *Grito do negro*²⁰, um poema identitário que deixa escapar a relação tensa existente entre o sujeito poético (povo colonizado) corporizado pelo carvão e o patrão, o colonizador, quando grita:

Eu sou carvão!
E tu arrancas-me brutalmente do chão
e fazes-me tua mina, patrão
Eu sou carvão!
E tu acendes-me, patrão,
para te servir eternamente como força motriz
mas eternamente não, patrão.

Muito suncitamente pode-se afirmar que a cadência **ão**, em carvão, patrão, chão, é reveladora da dureza do tratamento imposto ao negro.

1.2.2 A Organização Internacional do Trabalho: evolução do trabalho infantil nas duas últimas décadas

Desde a sua criação em 1919 que a OIT tem mostrado a sua preocupação em relação à problemática de trabalho infantil, razão porque a sua abolição efetiva constitui um dos quatro princípios relativos aos direitos fundamentais objeto das convenções da organização.

²⁰ O poema completo pode ser lido em <https://africopoetica.wordpress.com/2007/08/20/jose-craveirinha-grito-negro/> [17 de Julho de 2015].

O primeiro documento desta organização sobre esta matéria é referido como sendo a “Convenção para a Idade Mínima (Indústria) 1919”, um documento que proibia a contratação de menores com idade inferior a 14 anos, em profissões específicas, como a indústria, com destaque para a extração mineira, pedreiras, construção civil, alguns tipos de indústrias transformadora, transporte de pessoas ou mercadorias por via rodoviária, ferroviária ou fluvial, (INE/UNICEF, 2010).

Apesar do desejo universal de erradicar o trabalho infantil, a luta desencadeada contra este mal enfrenta sérios desafios por se tratar de um fenómeno complexo (OIT-IPEC, 2013) e por vezes invisível, continuando a ser crucial quantificar e investigar as crianças que trabalham na economia informal, em domicílios privados, em empresas familiares e em atividades ilegais e ocultas, revela a OIT (2002).

Recordamos que a consciência da necessidade de erradicar o trabalho infantil é relativamente recente, olhando para o nascimento da humanidade, despontou a partir dos finais do século XVIII, como ficou atrás dito. No entanto, só a partir de 1979 quando se assinalou o ano internacional da criança é que os progressos na investigação deste fenómeno ganharam impulso especial. É nestas últimas décadas que a contribuição da OIT mais se fez sentir. A OIT aprovou importantes instrumentos com objetivo de proteger a criança da exploração e do trabalho infantil.

A Convenção n.º 138, de 1973, relativa à Idade Mínima para Admissão ao Emprego, constitui um desses instrumentos. No seu artigo 2 define como idade mínima recomendada para o trabalho em geral, a idade dos 16 anos e abre uma exceção para os países pobres e admite que os mesmos possam fixar uma idade mínima de 14 anos para o trabalho. A mesma Convenção recomenda que para os trabalhos que possam colocar em risco a saúde, a segurança ou a ofender a moralidade do menor, sugere uma idade mínima de 18 anos. Para os trabalhos que não coloquem em risco o jovem, a OIT sugere a idade dos 16 anos, desde que a atividade não interfira na instrução ou treino vocacional.

A presente Convenção admite que, por exceção possa ser considerado trabalho leve na faixa etária entre os 13-15 anos, desde que a atividade não prejudique a saúde ou desenvolvimento da criança, não interfira na educação, ou na sua participação numa orientação vocacional, devendo, para isso, a autoridade competente especificar as atividades a realizar e permitidas, bem como o tempo máximo diário de trabalho.

Apesar de existir uma idade mínima legal permitida para o início do trabalho, o trabalho infantil como um todo é visto como inadequado, existindo atividades vistas não só como inadequadas mas impróprias para crianças, pela sua crueldade, por essa razão devem ser banidas com muita urgência. Trata-se das piores formas de trabalho infantil. A Convenção 182 da OIT, de 1999, destaca o trabalho escravo ou semi-escravo, o trabalho decorrente da venda e tráfico de menores, a escravidão por dívida, o uso de crianças e adolescentes em conflitos armados, prostituição, pornografia de menores, uso de menores para atividades ilícitas (produção, tráfico de drogas) e ainda todo o trabalho que possa prejudicar a saúde, segurança ou os aspetos morais do menor.

Desde esta perspetiva e sob o ponto de vista da OIT, é trabalho infantil “todo o trabalho que ponha em risco o bem-estar da criança, limite o acesso à sua escolaridade ou impeça o seu desenvolvimento físico e moral harmonioso” (Bárcia, 2007:4). De acordo com este autor, três critérios objetivos estão associados a esta definição: a idade da criança, o número de horas semanais de trabalho e as condições em que se exerce o trabalho. De acordo com a OIT, está-se em presença de trabalho infantil nas seguintes situações:

- qualquer actividade económica realizada por crianças até aos 11 anos de idade;
- entre os 12 anos e a idade mínima de emprego, é trabalho infantil todo aquele que seja superior a 15 horas de trabalho semanais ou que, mesmo sendo inferior a esse período, seja realizado no âmbito daquilo que nós consideramos como sendo as piores formas de trabalho infantil;
- partir da idade mínima e até aos 18 anos, é trabalho infantil todo aquele que está no âmbito da chamada Convenção n.º 182 sobre as piores formas[...] prostituição, ou pornografia, de trabalho forçado ou escravo, de trabalhos ilícitos (como o tráfico de estupefacientes) e de trabalho em condições perigosas que podem atentar contra o desenvolvimento físico e moral da criança.

(Bárcia, 2007:5)

O impulso na tarefa de investigação registou-se em 1998, quando a OIT criou o Programa de Informação Estatística e Seguimento do Trabalho Infantil (SIMPOC), que muito tem lutado na criação de melhores metodologias estratégicas para a investigação do fenómeno. Para melhor estimar as crianças envolvidas em diferentes tipos de atividades, a OIT (2006) decidiu categorizar os tipos em três grupos, utilizando os seguintes conceitos:

- a. **Crianças economicamente ativas** referente a todas as crianças em atividades produtivas realizadas independentemente se são ou não remuneradas, sejam ou não para o mercado, que ocupem apenas algumas horas ou jornada completa, esporádicas ou regulares, legais ou ilícitas (OIT, 2002; OIT, 2006);
- b. **Trabalho infantil** conceito mais restrito do que “crianças economicamente ativas”, (OIT, 2006), relativo ao trabalho realizado por crianças que apresenta um carácter prejudicial, negativo ou indesejável para as crianças e que deve ser combatido (OIT-IPEC, 2013);
- c. **Trabalho perigoso**, qualquer atividade ou ocupação realizada por crianças que, pelas suas características resulte em efeitos adversos para a segurança, saúde (física ou mental) e desenvolvimento moral das crianças. Nesta categoria estão inclusas a utilização de crianças na pornografia, prostituição; utilização de crianças em atividades ilícitas. O perigo pode ser resultado de excessiva carga de trabalho, das condições físicas de trabalho e ou da intensidade de trabalho. Cada país deve determinar o tipo de trabalho que considera perigoso.

Relembramos que 1979, ano Internacional da Criança, foi um marco importante no impulso das questões relativas à defesa dos direitos das crianças. Todavia, apenas em 1995 o mundo despertou para a dimensão do problema. As estatísticas, neste ano de 1995, davam conta que 250 milhões de crianças de idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos eram economicamente ativas nos países em desenvolvimento, dos quais pelo menos 120 milhões trabalhavam em condições de dedicação exclusiva (OIT, 2002). Foi esta a informação que alertou o mundo sobre a necessidade de se encetar uma luta global contra este mal que prejudica o futuro de milhares de crianças em todo o mundo e que motivou que se tomasse a decisão de encorajar a construção de “um mundo para as crianças”, alicerçado nos princípios

da democracia, da igualdade, da não-discriminação, da paz e da justiça social (Nações Unidas, 2002), visto num contexto mais amplo de políticas socioeconómicas, especialmente em políticas macroeconómicas e programas de emprego, igualdade das mulheres e expansão da educação, em suma, visto numa perspetiva global de desenvolvimento. Mas acima de uma perspetiva de desenvolvimento, há um consenso global de que deve ser dado o primado de uma conceção de direitos humanos (OIT, 2006).

Apesar do despertar da consciência da sociedade mundial sobre a necessidade de lutar contra o trabalho infantil no mundo, as estimativas globais para 2000 continuaram a revelar uma realidade preocupante. No âmbito de disponibilidade de estatísticas sobre o fenómeno, o quadro 1.5 abaixo denuncia a situação de falta de dados estatísticos principalmente dos relacionados com crianças em atividades realizadas em locais invisíveis ou de difícil acesso, como onde a criança está envolvida nas piores formas de trabalho infantil, e/ou nas formas inquestionavelmente piores de trabalho infantil.

Quadro 1.5: Cifras e percentagem de crianças que realizam atividades económicas, trabalho infantil, e as piores formas de trabalho infantil em 2000 - dados desagregados por idades

	De 5-14 anos		De 15 -17 anos		Total	
	Cifra	Percentagem do grupo de idade	Cifra	Percentagem do grupo de idade	Cifra	Percentagem do grupo de idade
Crianças economicamente ativas, das quais:	210.800.000	18	140.900.000	42	351.700.000	23
Crianças trabalhadoras, das quais:	186.300.000		59.200.000	18	245.500.000	16
▪ Crianças que realizam as piores formas de trabalho infantil	—	—	—	—	178.900.000	11,5
▪ Crianças que realizam trabalhos perigosos	111.300.000	9	59.200.000	18	170.500.000	11
▪ Crianças que realizam as formas inquestionavelmente piores de trabalho infantil	—	—	—	—	8.400.000	0,5

Fonte: Adaptado de OIT, 2002

O quadro 1.5 mostra que em 2000 havia menos crianças em atividade, comparativamente a 1995, todavia estimava-se que ainda 211 milhões de crianças de 5-14 anos realizavam algum tipo de atividade económica, 186 milhões realizavam trabalho que deve ser abolido por estar incluso nas piores formas e 141 milhões de crianças da faixa etária 15-17 anos realizavam atividades económicas, enquanto 59 milhões estavam envolvidas nas piores formas de trabalho infantil.

No mesmo período, a estimativa de percentagem de meninas que realizavam atividades económicas, trabalho infantil e trabalhos perigosos, está patente no quadro 1.6.

Quadro 1.6: Percentagem de meninas que realizam atividades económicas, trabalho infantil e trabalhos perigosos em 2000

	De 5 a 14 anos (percentagem de meninas)	De 5 a 17 anos (percentagem de meninas)	Total (percentagem de meninas)
Meninos economicamente ativos, dos quais:	50	47	49
Meninos trabalhadores, dos quais:	49	42	48
▪ Meninos que realizam trabalhos perigosos	47	42	45

Fonte: Adaptado de OIT, 2002

As estimativas da OIT (2002) sugerem que tanto meninas quanto rapazes estão envolvidas em alguma forma de trabalho. As diferenças não são profundas, embora se entenda que haja mais meninos do que meninas envolvidas. Para além das altas taxas de meninas envolvidas no trabalho infantil e em trabalhos perigosos, um aspeto curioso e preocupante é que as meninas dos 5 aos 14 anos encabeçam as estatísticas. Preocupante porque nesta faixa etária é suposto estarem a frequentar o ensino básico e, se envolvidas em alguma forma de trabalho é certo que o seu direito de ingressar na escola, na idade certa, está a ser negado.

Trabalho infantil por regiões

As tabelas acima fizeram-nos perceber que a problemática do trabalho infantil é globalmente preocupante. Um estudo comparativo por regiões em 2001 cria maior preocupação. Existem disparidades por regiões do globo como podemos aferir ao apreciar as estatísticas apresentadas no quadro 1.7.

Quadro 1.7: Estimativas relativas a crianças economicamente ativas por região (de 5 a 14 anos) em 2001

	Números de crianças economicamente ativas	Porcentagem do total global (por grupo)	Porcentagem de crianças economicamente ativas na população total de crianças
Países desenvolvidos (industrializados)	2.500.000	1	2
Países em transição	2.400.000	1	4
Ásia e Pacífico	127.300.000	60	19
América Latina e Caraíbe	17.400.000	8	16
África Subsariana	48.000.000	23	29
Médio Oriente e África do Norte	13.400.000	6	15
Total	211.000.000	_____	16

Fonte: Adaptado de OIT, 2002

O quadro 1.7 revela que a região Ásia Pacífico lidera a estatística, seguida da região da África Subsariana, cuja percentagem representa 29% de todas as crianças economicamente ativas, uma situação que consideramos preocupante.

Estimativas de crianças implicadas em formas inquestionavelmente piores de trabalho, são difíceis de se obter. De acordo com a OIT-IPEC (2013) este tipo de trabalho infantil deve ser abolido, pela sua crueldade. Estamos a fazer referência ao trabalho forçado ou em condições

de servidão, recrutamento à força para participar em conflitos armados, na prostituição e pornografia ou ainda em atividades ilícitas e tráfico de menores.

O carácter normalmente oculto e ilícito do trabalho infantil através das piores formas de trabalho dificulta a existência de estimativas mundiais e, conseqüentemente a falta de dados fiáveis sobre esta realidade em muitos países. Porém, de acordo com as estimativas da OIT (2002) e observando o quadro 1.8, pode-se verificar a situação aproximada prevalecente em 2000.

Quadro 1.8: Estimativas do número de crianças implicadas nas formas inquestionavelmente piores de trabalho em 2000

Piores formas de trabalho infantil	Cifra global de crianças
Trabalho forçado ou em condições de servidão	5.700.000
Recrutamento forçado para participar em conflitos armados	300.000
Prostituição e pornografia	1.800.000
Outras atividades ilícitas	600.000
Tráfico de crianças	1.200.000
Total	8.400.000

Fonte: Adaptado da OIT, 2002

As estimativas revelam uma situação preocupante e para além disso, como adverte a OIT (2002), o tráfico de crianças geralmente conduz a outras piores formas de trabalho infantil.

Em 2012, as estimativas da OIT revelavam que sobre o trabalho forçado²¹ se estimava que 5,5 milhões de crianças com idade igual ou inferior a 17 anos, representando 26% do total

²¹ Trabalho forçado de acordo com a OIT inclui todos os trabalhos ou serviços exigidos de uma pessoa sob ameaça de sanção e para os quais a pessoa não se ofereceu voluntariamente. Esta situação pode ocorrer quando o trabalho seja forçado por autoridades nacionais, por empresas privadas ou por indivíduos, (ILO Global Estimate of Forced Labour, 2012).

mundial de 20,9 milhões de vítimas de trabalho forçado (ILO, 2012). A mesma fonte revela que as consequências diretas deste número de crianças envolvidas no trabalho forçado, colocam 960 000 crianças expostas para a exploração sexual, 3 780 000 para a exploração de mão-de-obra.

Tendências mundiais no período 2000-2012

Os dados mundiais mais recentes e relativas ao trabalho infantil constam de uma avaliação intitulada *Medir os progressos na luta contra o trabalho infantil* e fazem referência ao período 2000-2012. Estudos recentes referem que desde 2000, o número de crianças pertencentes ao mundo do trabalho infantil decaiu de 246 milhões para 168 milhões de crianças e o número atual representa 11% da totalidade de crianças (OIT-IPEC, 2013). Segundo a mesma referência, metade destas crianças trabalham em atividades perigosas, pondo em risco a sua integridade física e moral. O total absoluto destas crianças, em 2012, é de 85 milhões, contra 171 milhões anteriormente identificadas. A taxa mais elevada localiza-se na África Subariana, onde 1 em cada 5 crianças está envolvida em atividades de trabalho infantil, apresentando uma taxa percentual de 21%, embora tenha reduzido em 6 milhões desde 2000 (ADITAL, 2015).

O trabalho infantil e as questões de género

No âmbito do desenvolvimento sustentável a questão de equidade de género é central pois a participação de todos no processo é imperiosa. Olhar corretamente para este problema implica perceber como as meninas e os meninos estão implicados neste fenómeno, o que pode ajudar a identificar as abordagens adequadas do fenómeno.

Quando analisada a questão de participação de crianças no trabalho infantil e olhando para a problemática tendo em conta as questões de género, a OIT (2013) revela que em 2008 os meninos apresentavam uma percentagem maior, comparativamente com as meninas, com 54,4 %, contra 45,6 % de meninas, na faixa etária dos 5 aos 11 anos; 59,8 % de meninos contra

40,2 % de meninas, na faixa etária dos 12 aos 14 anos e 66,2 % de meninos contra 33,8 % na faixa etária dos 15 aos 17 anos. Como se pode perceber, quatro anos mais tarde, o panorama continuava a revelar a mesma tendência, mais meninos do que meninas envolvidos no trabalho infantil, tal e qual nos revela o quadro 1.9 que apresentamos de seguida.

Quadro 1.9: Envolvimento de crianças em atividade económica, trabalho infantil e trabalho perigoso por sexo, grupo etário 5-17 anos, 2000-2012

Sexo		Crianças em atividade económica		Trabalho Infantil		Trabalho Perigoso	
		('000)	%	('000)	%	('000)	%
Meninos	2000	184 200	23,4	132 200	16,8	95 700	12,2
	2004	171 150	21,3	119 575	14,9	74 414	9,3
	2008	175 777	21,4	127 761	15,6	74 019	9,0
	2012	148 327	18,1	99 766	12,2	55 048	6,7
Meninas	2000	167 700	22,5	113 300	15,2	74 800	10,0
	2004	151 579	19,9	102 720	13,5	53 966	7,1
	2008	129 892	16,9	87 508	11,4	41 296	5,4
	2012	116 100	15,2	68 190	8,9	30 296	4,0

Fonte: Adaptado da OIT-IPEC, 2013

Em 2012, foram registados 99,8 milhões de meninos e 68,2 milhões de meninas envolvidos em atividades de trabalho infantil. A OIT referenciada pela OIT-IPEC (2013), chama aqui particular atenção ao facto do número de meninas poder não representar a situação real, uma vez que se reconhece que as meninas podem estar a trabalhar em atividades menos visíveis, não sendo por isso registadas pelas estatísticas.

Estimativas comparativas do trabalho infantil por grupo etário

Um olhar para as estatísticas, direcionando a atenção para a relação trabalho infantil/grupo etário também torna patente alguns aspetos (quadro 1.10).

Quadro 1.10: Envolvimento de crianças em atividade económica, trabalho infantil e trabalho perigoso por grupo etário

Grupo etário		Crianças em atividade económica		Trabalho Infantil		Trabalho Perigoso	
		('000)	%	('000)	%	('000)	%
5-11 anos	2012	73 072	8,5	73 072	8,5	18 499	2,2
12-14 anos	2012	70 994	19,6	47 381	13,1	19 342	5,3
	2000	211 000	17,6	186 300	15,5	111 300	9,3
	2004	196 047	16,2	170 383	14,1	76 470	6,3
5-14 anos	2008	176 452	14,5	152 850	12,6	52 895	4,3
	2012	144 066	11,8	120 453	9,9	37 841	3,1
	2000	140 900	42,4	59 200	17,8	59 200	17,8
	2004	126 682	35,2	51 911	14,4	51 911	14,4
15-17 anos	2008	129 217	35,0	62 419	16,9	62 419	16,9
	2012	120 362	33,0	47 503	13,0	47 503	13,0

Fonte: Adaptado da OIT-IPEC, 2013)

No quadro 1.10 que acabamos de apresentar fica bem evidente que o grupo etário dos 5 aos 11 anos lidera as estatísticas, com 73 milhões de crianças envolvidas. Trata-se de um grupo vulnerável, onde o abuso no local de trabalho pode ser acentuado e com grandes riscos de estas crianças perderem a oportunidade de frequentar a escola, se atendermos ao facto de estarem em idade escolar (ensino primário universal), como preconiza o programa mundial Educação para Todos.

Setores de atividades onde as crianças estão envolvidas no trabalho infantil

As crianças envolvidas no trabalho infantil encontram-se em diferentes setores de atividade. O quadro 1.11 proporciona informação mundial atualizada sobre os grandes setores onde mais se concentram as crianças em atividade laboral.

Quadro 1.11: Setores de atividade que mais concentram crianças em atividade laboral

Trabalho infantil por setor económico		
Setor Económico	Número de crianças	Percentagem de crianças
Agricultura	129 milhões	60%
Serviços	55 milhões	25%
Indústria	15 milhões	7,0%
Não definido	16 milhões	7,4%
TOTAL	215 milhões	100,0%

Fonte: Adaptado da OIT, 2010, *apud* OIT, 2013

O quadro 1.11 revela que a agricultura é dos setores de atividade que mais crianças utiliza, ocupando a maioria das crianças trabalhadoras, com um total de 129 milhões, representando 60% da totalidade das crianças envolvidas no trabalho infantil. Segundo a OIT, o trabalho na agricultura consiste essencialmente em trabalhos em pequenas explorações agrícolas familiares, podendo nele ser incluído o cuidar dos animais, a pesca e a aquacultura. A OIT faz notar que a agricultura situa-se de entre os três setores mais perigosos em termos de mortes relacionadas com o trabalho: acidentes de trabalho e doenças profissionais (OIT-IPEC, 2013).

O segundo setor que mais envolve crianças no trabalho infantil é o dos serviços com 55 milhões, representando uma percentagem de 25% das crianças. De acordo com os dados da OIT-IPEC (2013), o setor dos serviços inclui o trabalho doméstico, o trabalho informal em hotéis e restaurantes, a venda ambulante e outras formas de comércio, assim como a prestação de serviços em oficinas de reparação de automóveis e no setor dos transportes.

A indústria aparece também como sendo um dos setores onde podem ser encontradas crianças trabalhando precocemente e as estimativas de acordo com o quadro 1.11 consideram estar envolvidas cerca de 15 milhões de crianças. O trabalho infantil na indústria está relacionado essencialmente com a construção civil e a indústria manufatureira.

O mesmo quadro 1.11 mostra ainda haver um número considerável de crianças em trabalho não definido, algo preocupante na medida em que se trata de trabalho invisível, não se conhecendo em que situações estas crianças trabalham.

Importante notar que em todos os setores, o número de meninos é superior ao das meninas, com exceção dos serviços domésticos, considerados uma das formas de trabalho ocultas do olhar público e por consequência fora da alçada das inspeções de trabalho, o que deixa estas crianças vulneráveis à exploração e aos maus-tratos.

Progressos verificados na luta global pela erradicação do trabalho infantil, no período 2000-2012

De acordo com a conceção global da OIT (2006) a problemática do trabalho infantil é uma matéria que deve ser vista no âmbito dos direitos humanos, devendo o mundo unir-se para erradicar este mal. A luta por este problema está já a decorrer e deve continuar. Vozes sensíveis defendem que a eliminação do fenómeno é crucial e que a percentagem de crianças trabalhadoras, em particular nas suas piores formas, deveriam ser considerados indicadores do desenvolvimento social e económico de cada país a nível global (OIT, 2002). O quadro 1.12 evidencia os progressos alcançados na luta pela erradicação do fenómeno no período 2000-2012.

Quadro 1.12: Envolvimento de crianças em atividades económica, trabalho infantil e trabalho perigoso por sexo e grupo etário, 2000-2012

		Total de crianças	Crianças em atividade económica		Trabalho infantil		Trabalho perigoso	
		(‘000)	(‘000)	%	(‘000)	%	(‘000)	%
Global (5-17 anos)	2000	1 531 400	351 900	23,0	245 500	16,0	170 500	11,1
	2004	1 566 300	322 729	20,6	222 194	14,2	128 381	8,2
	2008	1 586 288	305 669	19,3	215 209	13,6	115 314	7,3
	2012	1 585 566	264 427	16,7	167 956	10,6	85 344	5,4
Sexo								
Meninos	2000	786 500	184 200	23,4	132 200	16,8	95 700	12,2
	2004	804 000	171 150	21,3	119 575	14,9	74 414	9,3
	2008	819 891	175 777	21,4	127 761	15,6	74 019	9,0
	2012	819 877	148 327	18,1	99 766	12,2	55 048	6,7
Meninas	2000	744 900	1677 700	22,5	113 300	15,2	74 800	10,0
	2004	762 300	151 579	19,9	102 720	13,5	53 966	7,1
	2008	766 397	129 892	16,9	102 720	11,4	41296	5,4
	2012	765 690	116 100	15,2	68 190	8,9	30 296	4,0
Grupo etário								
5-14	2000	1 199 400	211 000	17,6	186 300	15,5	111 300	9,3
	2004	1 206 500	196 047	16,2	170 383	14,1	76 470	6,3
	2008	1 216 854	176 452	14,5	152 850	12,6	52 895	4,3
	2012	1 221 071	144 066	11,8	120 453	9,9	37 841	3,1
15-17 anos	2000	332 000	140 900	42,4	59 2000	17,8	59 200	17,8
	2004	359 800	126 682	35,2	51 911	14,4	51 911	14,4
	2008	369 433	129 217	35,0	62 419	16,9	62,419	16,9
	2012	364 495	120 362	33,0	47 503	13,0	47 503	13,0

Fonte: Adaptado da OIT-IPEC, 2013

Como indicam as estatísticas, desde 2000 há progressos visíveis na redução do número de crianças envolvidas. Maiores progressos são assinalados entre 2008-2012, período recente onde o número global de crianças trabalhadoras da faixa etária entre os 5 e os 17 anos decaiu 47 milhões, de 215 para 168 milhões. E, em relação a crianças envolvidas em trabalho perigoso, o número diminuiu de 115 milhões em 2008, para 85 milhões em 2012.

É encorajador verificar que a redução se tenha verificado nas idades mais jovens (5-14 anos) que diminuiu mais de um terço de 186 milhões para 120 milhões e que o trabalho perigoso diminuiu de 111 para 38 milhões. Isto pode significar que à medida que o tempo passa, existe maior consciência coletiva da necessidade de lutar contra este problema.

Como enfrentar o problema do trabalho infantil de forma sustentável

A inclusão de todos os segmentos da sociedade nos processos de desenvolvimento faz parte dos imperativos do desenvolvimento sustentável que a humanidade almeja, onde todos no geral e cada um em particular se constitui sujeito da ação. Para explicar o que pretendemos, partimos da visão apresentada pelo Relatório Nosso Futuro Comum relativa à necessidade de acabar com as desigualdades sociais, quando postula que:

o desenvolvimento sustentável precisa de satisfazer as necessidades básicas de toda a gente e de tornar acessível a todos as possibilidades de chegar à ambicionada vida melhor. Um mundo onde a pobreza seja endémica será sempre dado a catástrofe, ecológica e de outras índoles

(CMMAD, 1991:9)

A visão postula não poder haver futuro sustentável em ambiente de assimetrias de poder, de saber, de género, de classe, e de etnicidade. Não há desenvolvimento sustentável sem sustentabilidade social, não há desenvolvimento sustentável sem a preparação das crianças para a sua participação como atores sociais de pleno direito.

Enfrentar o problema do trabalho infantil de forma bem sucedida demanda uma intervenção multissetorial e articulada, com recurso a uma “abordagem participativa, fundamentada nos direitos da criança e adolescentes e sensível às necessidades, sobretudo daqueles grupos

indígenas” (OIT, 2013:13), com atenção também aos portadores de deficiência (físicos, auditivos, visuais, de entre outros). É necessário encarar o problema de forma frontal, nomeadamente as questões da exclusão social pois estas limitam a oportunidade de participação dos indivíduos nos processos de desenvolvimento. A exclusão social não pode ser vista como estando apenas relacionada com a pobreza,

vai para além da carência material, pois incorpora a análise da desigualdade na distribuição dos recursos socialmente valorizados outros aspetos como a discriminação, estigmatização, exclusão social ou a debilidade das redes interpessoais que contribuem, reforçam ou alimentam as dinâmicas de exclusão ou obstaculização do acesso a determinados espaços, direitos ou relações sociais que são o único meio para alcançar certos recursos.

(Martínez, 1999 *apud* Subirats, Alfama & Obradors, 2009:29)²²

A idade, o género, proveniência ou origem cultural, ou o estado de saúde podem constituir factores que determinam a situação ou, de inclusão ou de exclusão. A estes factores acrescenta-se a posição económica no mercado de emprego, o nível educativo e o capital cultural acumulado (Subirats, 2004 *apud* Subirats, Alfama & Obradors 2009). Nesta ótica, a OIT, no seu papel de timoneiro da luta contra o trabalho infantil, identificou diferentes estratégias que se mostram eficazes para um enfrentamento positivo do problema.

A assistência e previdência social dos agregados vulneráveis situa-se entre as estratégias já consensualizadas (ILO, 2013), pois reconhece-se que quanto maior a proteção social que se oferecer aos cidadãos, maiores são as chances de que as famílias não dependam do trabalho das crianças para a sua sobrevivência. Porém, esta estratégia apenas tem sucesso se combinada com investimento em ações que envolvam a geração de renda, com ações que ofereçam oportunidades educacionais de aprendizagem e de formalização da economia informal (OIT, 2013).

²² Tradução livre da autora. No original “(...) *va más allá de la carencia material, puesto que incorpora al análisis de la desigualdad en la distribución de los recursos socialmente valorados otros aspectos como la discriminación, estigmatización, rechazo social o la debilidad en las redes interpersonales que contribuyen, refuerzan o alimentan las dinámicas de expulsión o obstaculización del acceso a determinados espacios, derechos o relaciones sociales que son el único medio para alcanzar ciertos recursos.*”.

(Martínez, 1999 *apud* Subirats, Alfama & Obradors, 2009:29)

A proteção social deve estar também associada à provisão de oportunidades, por parte do governo, de acesso a serviços de proteção de saúde, educação, habitação, proteção social a pessoas com deficiência, proteção social a pessoas idosas e desenvolvimento de políticas de emprego, em resumo, a estratégia deve combinar atividades que permitam a mudança de valores, que assegurem os direitos de cidadania de cada segmento populacional.

1.3 O trabalho infantil em Moçambique

Ao pretender analisar a problemática do trabalho infantil no contexto nacional, afigurou-se-nos necessário, em primeiro lugar, clarificar como Moçambique define os conceitos de “criança” e de “trabalho infantil”, para depois e através de uma revisão de literatura, proceder à caracterização do trabalho infantil no contexto nacional, bem como à identificação dos fatores determinantes do seu recrudescimento, tarefa de si difícil não somente pela exiguidade de informação relativa a este problema (Gonçalves, 2006), como pela natureza melindrosa ou ilegal das piores formas de trabalho infantil (OIT, 2009), e principalmente pelo caráter complexo da origem do fenómeno.

Situação atual do trabalho infantil em Moçambique

Começamos por afirmar que no país não existe literatura que defina o termo “criança” na aceção da cultura nacional. Para a definição do conceito “criança”, neste trabalho, tomamos como referência a Lei de Bases de Proteção da Criança (Issá, 2010).

Moçambique acolheu, depois de considerados vários fatores inerentes ao desenvolvimento da criança e ao estabelecido na CDC, a regra estabelecida no Direito Internacional que define a criança como sendo o menor de 18 anos. Importante referir que no presente, este conceito que abarca a faixa etária dos 0 aos 18 anos de idade, inclui parcialmente um outro conceito, o de *jovem*, introduzido pela (Resolução nº 32/2006), um conceito que se refere a todo o indivíduo moçambicano do grupo etário dos 15 aos 35 anos. Assim sendo, na realidade moçambicana é

considerada *criança* todo o ser humano com idade inferior a 15 anos, e *jovem* todo o indivíduo com idade compreendida entre 15-35 anos.

Desta definição nasce a necessidade de uma destrição entre dois conceitos, trabalho de menores e trabalho infantil. Na ótica da OIT/IPEC (2012), trabalho de menores deve ser entendido como sendo toda a atividade laboral desenvolvida por pessoas com idade inferior a 18 anos, que tenham completado a idade mínima para admissão a emprego, 15 anos, sujeita ou não a remuneração, em qualquer setor de atividade. E trabalho infantil toda e qualquer atividade laboral realizada por pessoas com idade inferior a 15 anos, sujeita ou não a remuneração.

Para os efeitos do presente trabalho, usamos o termo trabalho infantil em referência a toda a atividade realizada por crianças, indivíduos menores de 18 anos, conforme o estipulado pela definição de criança adotada. Esta tomada de posição teve como base a insalubridade de algumas atividades realizadas no contexto do garimpo que julgamos possuírem um grau de perigosidade elevado para idades até os 18 anos. A nossa posição segue as recomendações da Convenção n.º 138 da OIT, que estipula que sempre que o trabalho possa colocar em risco a saúde, segurança ou a saúde mental do menor, a idade mínima para o trabalho deve ser de 18 anos.

No concernente ao rosto do trabalho infantil, no país existe informação variada sobre a situação da criança, porém é ainda escasso o conhecimento sobre a magnitude do trabalho infantil, principalmente nas suas piores formas (MITRAB e UNICEF, 1999[?]); (Barros e Tajú, 1999; Gonçalves, 2006).

O trabalho infantil no país é uma realidade, como defendem Serra (2006) e MITRAB e UNICEF 1999[?] que atinge 10% da população nacional não adulta, sendo que desta se situa preferencialmente na faixa etária dos 10-14 anos, e com incidência considerável em crianças entre os 6-9 anos como revelam Barros e Baleiras (2005). Trata-se de um fenómeno que se reproduz num quadro vicioso como consequência da atividade realizada não permitir ganhos

suficientes para os indivíduos possuírem as condições básicas de vida, tanto para si como para os dependentes e como consequência direta passa de geração em geração.

Trata-se de uma realidade muito pouco documentada (Barros e Tajú, 1999), não existindo uma base de dados que espelhe de forma clara a dimensão do problema, as características e tendências do fenómeno no país e mesmo as representações sociais que grupos da sociedade possam ter sobre o fenómeno. Estudos realizados enfatizam mais a descrição de experiências vividas pelas raparigas, não sendo assim, possível captar a vulnerabilidade a que os rapazes também estão expostos durante o trabalho infantil (Biza e Gonçalves, 2007).

Dados oficiais sobre o trabalho infantil divulgados por volta de 2004, pelo INE, num estudo intitulado Inquérito aos Agregados Familiares, dizem respeito à situação do trabalho doméstico e referem que para a população ocupada em 2002/3, 69.5% dos homens trabalhadores domésticos estavam entre os 15-19 anos de idade, e 80.6% das mulheres trabalhadoras domésticas estavam entre os 15-19 anos (INE, 2002; Barros e Baleiras, 2005). Estimativas, de acordo com o mesmo estudo, apontavam que na semana antes do aludido inquérito:

- a. 9.2% das crianças esteve envolvida no trabalho infantil, das quais 9.8% eram homens e 8.6%, eram mulheres;
- b. 3.8% dessas crianças estava na idade entre 6-9 anos de idade;
- c. 14.5% estava entre os 10-14 anos de idade;
- d. 11.5% não possuía nenhuma escolaridade.

Em 2005, um estudo liderado pelo INE divulgou resultados de uma pesquisa sobre o setor informal realizado com o objetivo de conhecer a realidade deste setor de economia pouco conhecido apesar do seu grau de significado económico que não só alberga muitos trabalhadores, como constitui fonte de renda e de geração de emprego, e naturalmente alberga crianças trabalhadoras. O estudo revelou que 504,3 milhares de crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos de idade desenvolvem atividades económicas neste setor.

A tendência de incidência de crianças trabalhadoras apresenta disparidades ao longo do país. Maior incidência é visível nas províncias de Tete (105,6 milhares), seguida de Manica, o epicentro do nosso estudo (112 milhares), Sofala (61,4 milhares), Inhambane (57,9 milhares). A maior concentração situa-se na zona centro do país na ordem dos (319,4 milhares) de crianças (AA.VV., 2006a). O mesmo estudo explicita que, a percentagem de raparigas trabalhadoras é de (52,3%), superior à dos rapazes (47,7%).

Um pouco mais tarde, a UNICEF e MITRAB (2008[?]) divulgaram o resultado do Inquérito de Indicadores Múltiplos de 2008 do INE que abrangeu aproximadamente 14 mil agregados familiares, que corresponde a 64.190 membros. O estudo mostrou que 54 % (34. 413) são menores de 18 anos e a percentagem de crianças que trabalha é superior nas áreas rurais (25%) comparativamente às urbanas (15%).

Em 2010, um inquérito integrado à Força de Trabalho, realizado pelo INE/UNICEF (2010) produziu mais alguns dados do panorama trabalho infantil em Moçambique. O inquérito refere que de um universo de 4 805 619 crianças entrevistadas de 7 a 17 anos de idade, das quais 1 596 530 fazem parte da População Economicamente Ativa, 1 108 334 são empregadas, sendo, 35,6% da idade dos 7 a 9 anos de idade; 46,1% da idade dos 10 a 14; e, 18% de idades compreendidas entre 15-17 anos. Deste estudo, ficou claro que as crianças de idade compreendida entre 10-14 anos são a maioria nos corredores do trabalho infantil.

Quando analisadas diferentes características do fenómeno, os dados de estudo forneceram os seguintes resultados:

a. Sobre a condição e local de trabalho

A maioria das crianças de 7-17 anos trabalha na condição de trabalhadores familiares sem remuneração, numa proporção de 84%. Cerca de 90% das crianças trabalhadoras encontra-se vinculada no ramo da agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca. O ramo do comércio emprega 6,8%, enquanto que os restantes ramos de atividade apresentam percentagem que varia entre 1,8% a 0 (zero).

b. Situação da população feminina

Olhando para a população feminina, o estudo permitiu saber que do grupo etário de 7 a 17 anos de idade, a maioria encontra-se vinculada à agropecuária, silvicultura, caça e pesca, superando a masculina que apresenta uma cifra de 87,4%.

c. Sobre situação de segurança no trabalho

O mesmo estudo adverte que das 1 108 334 crianças a trabalhar em Moçambique, 15% delas já contraíram ferimentos ou lesões no seu local de trabalho, com maior incidência nas crianças menores de 14 anos comparativamente aquelas cujas idades variam de 15-17 anos. Os ferimentos vão desde ferimentos nos membros superiores ou inferiores, 92,5%; infeção nos olhos, 0,6%; problemas respiratórios, 0,9%; infeções nos ouvidos, 0,2%; e problemas na pele, 5,6%.

d. Perceção dos pais e ou encarregados de educação sobre o trabalho infantil

O estudo apresenta também aquilo que é a perceção dos pais e ou encarregados de educação relativamente ao que acham sobre os seus filhos/educando trabalharem. Curioso é que apenas 2% dos pais acha que os seus educandos não têm nenhum tempo livre. 76,1% acha que os seus educandos se divertem, e 5,4% considera que os educandos se divertem estudando. Não há quem considere o trabalhar nesta idade como sendo pernicioso.

e. O que leva as crianças a trabalhar

Quando analisadas as questões que levam a criança a trabalhar, as respostas dos educadores são diversificadas, e vão desde que a criança trabalha para aumentar as receitas (31,7%); para ajudar a família (50%); para pagar dívida familiar (0,2%); por falta de lugar na escola (0,7%) e por falta de dinheiro para pagar a escola (3,3%).

f. O que aconteceria se o filho não trabalhasse

Um aspeto preocupante está nas respostas dos pais e ou encarregados de educação sobre esta questão. 29,7% dos pais considera que o nível de vida do agregado familiar

baixaria, 3,5% considera que o agregado não conseguiria sobreviver, 40,5% pensa que a empresa não funcionaria e apenas 14,8% diz taxativamente que não aconteceria nada.

g. Razões que levam as crianças a não estudar, como é de direito

Sobre esta questão, as respostas variam de: a escola está longe (12%); falta de dinheiro (34,1%); não me interessa (18%); precisava de trabalhar e ganhar dinheiro (3,6%); fiquei grávida (1,5%) e por falta de lugar (5,5%).

h. Sobre o nível de satisfação com o trabalho que faz

Neste estudo, uma última questão surpreendeu, quando questionadas se estavam satisfeitas com o trabalho que realizavam, 91,4% não respondeu, 5,1% disse estar satisfeita e 2,7% respondeu que não estava satisfeita com o trabalho que realizava.

A proporção de crianças envolvidas no trabalho infantil também varia com a idade da criança sendo uma em cada cinco de 5 a 11 anos de idade envolvida no trabalho infantil, chegando a uma em cada quatro as crianças com 12 a 14 anos (UNICEF, 2010).

Igor Felice, representante da OIT no país revela *in* Jornal on-line *A Verdade*²³ que Moçambique no âmbito dos países da SADC é o pior país relativamente ao número de crianças envolvidas nas piores formas de trabalho infantil, seguido do Malawi.

De entre as piores formas de trabalho infantil é de destacar a problemática do tráfico de menores, que, de acordo com a *Save the Children* (2009), os praticantes aliciam as suas vítimas através de vários mecanismos, sendo de destacar os seguintes: promessas de comida e bens materiais; a promessa de emprego; a promessa de documentos; a promessa de cuidados e

²³ Jornal *A Verdade*, <http://www.verdade.co.mz/economia/46038-oit-coloca-mocambique-como-pior-da-sadc>

[17 de Maio de 2015]

abrigo; a promessa de entretenimento e recreação; a promessa de educação; a promessa de um relacionamento.

O tráfico destina-se a muitos fins, como exploração sexual ou tráfico de órgãos humanos para fins mágicos ou cirúrgicos (Allais, 2006; Save the Children, 2009), sendo a África do Sul o destino preferencial. A grande questão é que se trata de um negócio lucrativo, dada a magnitude de crianças vulneráveis (raparigas e rapazes) em risco de serem traficadas como as crianças órfãos do HIV/SIDA; crianças trabalhadoras; crianças migrantes; crianças de rua; crianças em instituições e que por algum motivo não gostem de lá estar, como revela Serra (2006) no seu estudo intitulado *Tatá papá, Tatá mamã: Tráfico de Menores em Moçambique*.

A profundidade do trabalho infantil no país envolve tráfico humano, exploração sexual, trabalho forçado, servidão por dívida, casamento forçado e este facto coloca o país no conjunto de países onde prevalece a chamada “escravidão moderna”, como refere Eliott na página do jornal *The Guardian*²⁴.

Se pouco se sabe sobre o trabalho infantil é óbvio que não exista uma compreensão clara acerca da diferença entre o trabalho de criança e o trabalho infantil, o tipo de trabalho que é aceitável e qual é prejudicial para a criança, considera o MITRAB e UNICEF (1999[?]). A atitude mais comum é a distribuição tradicional do trabalho dentro da família e na comunidade (rapariga ajuda no trabalho caseiro e rapaz na agricultura de subsistência), uma atitude de valorização do trabalho como forma de socialização da criança com vista a aprendizagem das funções a desempenhar quando adulta (Tajú, 1999); (Unicef 2001, *apud* UNICEF, 2000[?]); (Gonçalves, 2006; Biza *et al.*, 2008). O trabalho está normalmente ligado a fatores de ordem cultural existindo, no entanto, diferenciação de género, relativamente à idade de início de atividades entre as crianças e o tipo de atividade desempenhada por cada género.

²⁴ The Guardian, <http://www.theguardian.com/world/2014/nov/17/modern-slavery-35-million-people-walk-free-found> [23 -01-2015]

Mas não são apenas os aspetos culturais e de organização económica das comunidades que determinam que a criança trabalhe precocemente. Abordar os aspetos relacionados com o contexto onde ocorre este fenómeno, permite descortinar diferentes factores que justificam o recrudescimento do fenómeno. De entre os aspetos conjunturais consideramos ser de realçar a situação socioeconómica do país (dinâmica demográfica, vínculos entre pobreza e trabalho infantil, oferta educativa); o contexto jurídico nacional relacionado com o trabalho infantil e ainda a perceção do fenómeno pela sociedade moçambicana.

Breve caracterização socioeconómica do país

A caracterização socioeconómica de Moçambique é um aspeto central para a elucidação correta da problemática do trabalho infantil no país.

A caracterização socioeconómica do país para os efeitos deste trabalho torna-se mais compreensiva quando abordada desde 1975, ano da proclamação da independência de Moçambique, período em que o governo de Moçambique começou a delinear estratégias de desenvolvimento socioeconómico para o período pós-colonial. São de destacar até ao presente momento, diferentes estratégias desenhadas, cada uma orientada para um período específico de desenvolvimento socioeconómico do país. São eles o Programa de Reabilitação Económica (PRE), criado visando três problemas fundamentais: estabilidade, crescimento e desenvolvimento para livrar o país de uma dívida externa herdada do colonialismo de quase 200% do seu Produto Interno Bruto (PIB), livrar o país de um espetro de pobreza acima de 80% e de um nível de inflação de quase 50%, como refere o (Banco Mundial *apud* República de Moçambique, 2010b). O Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES) vigente no período 1990-1997, com uma componente de integração social (programas de apoio e alívio à pobreza) próprio para atenuar os efeitos negativos do PRE. Mais tarde, foram introduzidos sucessivamente o Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I)²⁵, para o

²⁵ Plano de Ação para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I): o enfoque desta estratégia assentava essencialmente numa visão meramente monetária (República de Moçambique, 2009:8).

período 2001-2005; o Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPAII)²⁶, para o período 2006-2009, o PARP 2011-2014²⁷ voltada para o desenvolvimento de uma base produtiva alargada e diversificada, voltada para o aumento da produção e produtividade agrária e pesqueira, promoção de emprego e apoio às Pequenas e Médias Empresas (PMEs), e os Planos Quinquenais do Governo de 2010 a esta parte ²⁸ (Muianga, 2012).

Os desafios do governo de Moçambique para reverter a situação prevalecente no período pós-independência continuam a ser intensos, não obstante diversas adversidades, como sejam a guerra civil de 16 anos que dilacerou o tecido social, criou deslocados de guerra, fez milhares de órfãos e obstaculizou o processo de reconstrução de infra-estruturas sociais e económicas, destruídas durante a guerra colonial e a construção de novas estruturas. A seca e as cheias cíclicas constituíram outros constrangimentos na luta contra a pobreza absoluta.

O esforço do governo permitiu que nos últimos anos, finais da década de 90 e no decurso da década de 2000, os indicadores macroeconómicos do país apresentassem um crescimento económico forte e uma estrutura macroeconómica robusta, segundo revela o Relatório sobre os ODMs. O crescimento conseguido situa-se de entre as economias mundiais com as mais altas taxas de crescimento, com uma média anual de 7,4% de 2004 a 2012 (República de Moçambique, 2010b). O Fundo Monetário Internacional (FMI) referenciado pelo UNICEF (2014) reconhece este crescimento e coloca Moçambique na terceira posição de países da região subsariana não produtores de petróleo, com crescimento alto, para além da Etiópia e Ruanda.

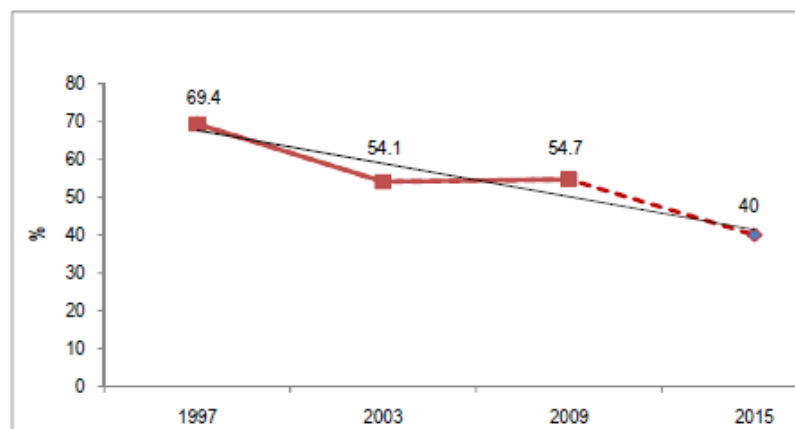
²⁶ O Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II), o enfoque desta nova estratégia está voltada para aspetos ligados essencialmente com as componentes de educação, saúde/nutrição e de posse de bens.

²⁷ PARP (2011-2014) tem como objetivo central a redução da incidência da pobreza dos atuais 54,7% para cerca de 42% em 2014, tendo como base um crescimento económico inclusivo e de base alargada (Muianga, 2012).

²⁸ Programas Quinquenais do Governo, aprovados pela Assembleia da República, programas cujo objectivo central é combater a pobreza para melhorar as condições de vida do povo moçambicano em ambiente de paz, harmonia e tranquilidade.

Ao nível de redução da pobreza absoluta, o gráfico da figura 1.3 que se segue revela que no período 1997 a 2009, observou-se um abrandar do sofrimento das famílias moçambicanas, sendo de destacar uma redução significativa no período 1997 a 2003, de 69,4% para 54,1%.

Figura 1.3: Percentagem de famílias moçambicanas vivendo abaixo da linha de pobreza, 1997-2009

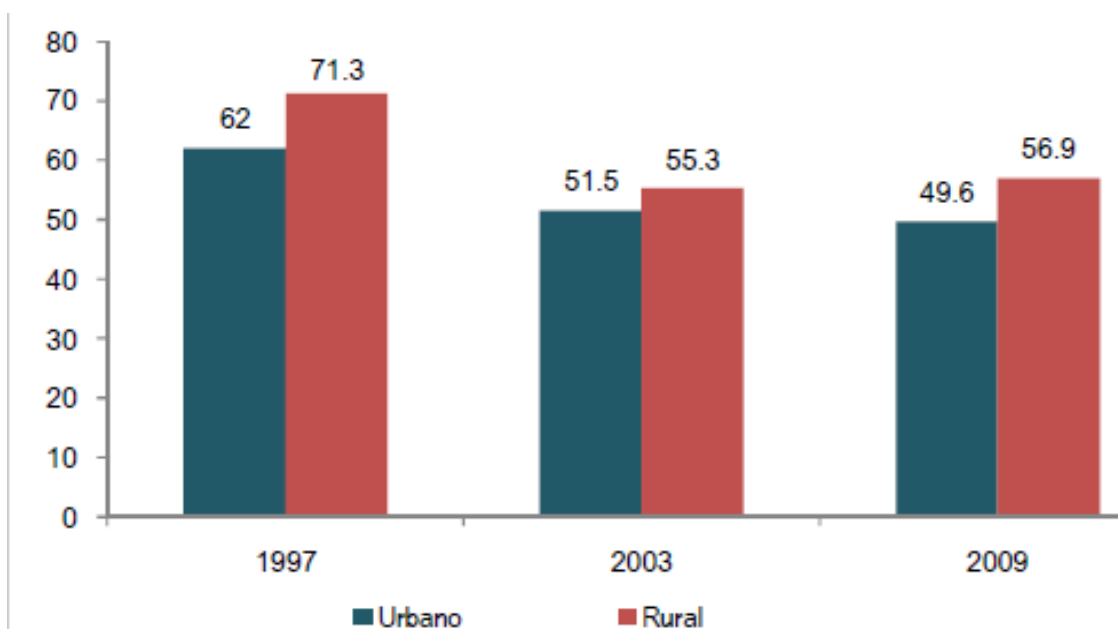


Fonte: República de Moçambique 2010a

Contra a expectativa de todos, no período 2003-2009, verificou-se uma estagnação. Não obstante a luta contra a pobreza absoluta ter sido impressionante e as taxas de pobreza terem reduzido drasticamente, o relatório sobre Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Segunda Avaliação Nacional (2002-2003), reporta que mais de metade da população “não chega [ainda] a alcançar até mesmo os padrões de vida básicos empregues para projetar as linhas de pobreza” (AA.VV., 2004:52).

Quando analisada a incidência da pobreza por área de residência, no período de 1997 a 2009, observa-se que a maior incidência da pobreza se situa nas zonas rurais. O gráfico da figura 1.4 que se segue evidencia esta realidade.

Figura 1.4: Incidência da Pobreza por área de residência

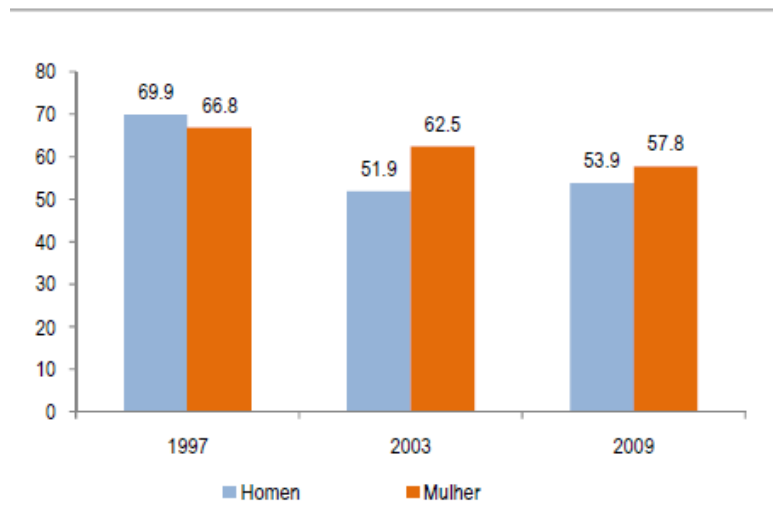


Fonte: República de Moçambique, 2010a

Notar que mesmo em face da redução havida, o maior número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, encontra-se nas zonas rurais (República de Moçambique, 2010^a); (van den Boom, 2011), numa percentagem de 71.2%, onde se concentra 80% da população, que nas zonas urbanas 62% (AA.VV., 2001).

Um olhar sobre a incidência da pobreza absoluta tendo em conta o sexo do chefe de família, o panorama no período em análise mostra mais uma vez que de 1997-2003 o cenário é encorajador. Patente uma redução, o gráfico da figura 1.5 indica que os agregados familiares chefiados por mulheres apresentam percentagens muito mais altas que as chefiadas por homens (República de Moçambique, 2010a).

Figura 1.5: Percentagem de famílias em pobreza absoluta por sexo do chefe da família em Moçambique no período 1997-2009



Fonte: República de Moçambique 2010a

Não obstante os esforços de melhoria contidos nos dados oficiais, assiste-se a um incremento da pobreza, numa percentagem que ainda coloca a maioria dos moçambicanos, em 60%, a viver ao lado de uma minoria que vive na abundância de muitos bens.

Um Relatório de Avaliação da Pobreza recente, fornece dados mais precisos sobre o facto. Com base no Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF)²⁹, disponibilizado em outubro de 2010 pelo Ministério de Planificação e Desenvolvimento (MPD) sabe-se que os pobres ficaram mais pobres, com maior incidência na região centro do país, abrangendo as províncias de Sofala, Manica (o centro do nosso estudo) e Tete. No centro, a incidência aumentou em 14%, enquanto que no sul foi em 8%. De uma forma geral, o número de pobres abaixo da linha da pobreza aumentou de 9,9 milhões para 11,7 milhões (FDC, 2011).

²⁹ IOF é uma pesquisa por amostragem, realizada pelo Ministério de Planificação e Desenvolvimento para observar a tendência da estrutura das despesas e receitas.

De entre os países da SADC, Moçambique ocupa o 1º lugar na linha de pobreza, conforme informe de (UNDP, 2005 *apud* Gonçalves, 2006). Na lista dos países africanos classificados pelo Índice de Desenvolvimento Humano³⁰, apenas o Burundi, Níger, Congo e Zimbabwe têm um índice menor (van den Boom, 2011; Dondeyne, Ndunguro, 2014). Em 2010, o informe da ONU revelou que Moçambique se situava entre os países mais pobres do mundo, quer quando avaliado no ranking de países por nível de renda *per capita*, que se situava no lugar 197 de 210 países (Banco Mundial, 2010 *apud* van den Boom, 2011), quer na classificação em termos de “riqueza *per capita*”, na posição 139 de um total de 152 (van den Boom, 2011); quer ainda na medição da taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos, na lista de 195 países ocupa o lugar 177, (ONU, 2010 *apud* van den Boom, 2011).

Apesar de serem reconhecidos os esforços de mudança de tendência, em 2014, Moçambique é referido como continuando a integrar os países com mais baixo índice de desenvolvimento humano.

Com efeito, é um dado que nos últimos anos a economia do país continua a ser descrita por analistas como mantendo altas taxas de crescimento sustentado, mas este crescimento económico é sustentado essencialmente pelos mega projetos que pouco emprego produzem (Masha, Ross, 2014), aliado à explosão demográfica ocorrida neste período que foi de 3 000 milhões de 2002/3 e 2008/9 e ainda a outros fatores descritos pela FDC como:

Taxas de crescimento muito baixas ou nulas na produtividade agrícola, aliadas a choques climáticos (cheias, ciclones e secas);

Termos de troca agravados devido a grandes aumentos nos preços internacionais de alimentos e combustíveis. Os preços dos combustíveis, em particular, subiram substancialmente durante o período de 2002/03 a 2008/09;

O efeito cumulativo da epidemia do HIV/SIDA.

(FDC, 2011:56)

³⁰ Índice de Desenvolvimento Humano, de acordo com o PNUD *et al.* (2006) é uma medida composta que mede a realização média de um país em 3 dimensões básicas de desenvolvimento: uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença; conhecimento medido pela taxa de alfabetismo de adultos (com ponderação de dois terços) pela taxa de escolarização bruta do primário, secundário e superior (com ponderação de um terço); nível de vida digna, medida pelo PIB per capita.

Em resumo, a “Tripla Ameaça” (desastres naturais prolongados; HIV/SIDA; e a fraca capacidade nacional de oferecer serviços básicos) pesou na capacidade do governo de organizar uma estrutura de apoio social às comunidades flageladas pela pobreza.

Os desafios contra a pobreza absoluta continuam altos e incidindo nos baixos níveis de consumo, altos níveis de vulnerabilidade e níveis persistentemente altos de malnutrição infantil (van den Boom, 2011) que afetam 44% das crianças moçambicanas. A distribuição da riqueza faz-se de acordo com os sexos, sendo os lares chefiados por mulheres os mais vulneráveis (van Klavern *et al.*, 2009); (UNICEF, 2010), pois, em todos os aspetos socioeconómicos que podem proporcionar o bem-estar da mulher moçambicana esta está sempre em desvantagem, como confirma a informação contida no quadro 1.13 que já de seguida apresentamos.

Quadro 1.13: Dados Socioeconómicos mais importantes sobre a Posição das Mulheres em Moçambique

Item	Homens	Mulheres
Representantes no Parlamento	64,4	35,6
Emprego formal	19,0	3,9
Proporção na agricultura	67,5	89,3
Taxa de alfabetização de adultos	67,0	37,5
Frequência líquida da escola primária	62,7	56,7
Esperança de vida à nascença (anos)	44,8	48,6
Proporção afectada pelo HIV-SIDA*	42,0	58,0
Item	Agregados familiares chefiados por homens	Agregados familiares chefiados por mulheres
Proporção total	73,6	26,4
Contagem de pobreza	51,9	62,5

Fonte: Tvedten, Paulo & Montserral, 2008

As desigualdades continuam a ser um problema crescente, transmissoras da pobreza de geração em geração (República de Moçambique, 2010b).

A vida social e económica de muitas famílias moçambicanas é difícil e a fraca capacidade de emprego decente³¹ e duradouro da grande maioria da população constitui condicionante para que milhares de cidadãos, tanto no meio rural como na cidade, de entre elas as 4 milhões de crianças e de adolescentes, estejam em situação de fragilidade social e que estas se engajem até nas piores formas de trabalho infantil, como forma de sobrevivência.

Importa aqui acrescentar que dados do último censo populacional 2007 do INE (2010) indicam que os principais ramos de atividades e as correspondentes percentagens de absorção laboral, se resume em:

- a. Sector Primário (agricultura, pesca, extração mineira), encaixando 76.0% da população.
- b. Sector Secundário (indústria manufatureira, energia, construção) com capacidade de apenas 5,9% de absorção.
- c. Sector terciário (transportes e comunicação, comércio, finanças, serviços administrativos) com capacidade de absorção de apenas 12%.

Como se pode depreender, a partir destes dados, o maior contingente da população ativa está precisamente concentrado no sector primário o que pouco rendimento fornece às famílias, sendo a agricultura a fonte dominante de emprego consequentemente, estas sentem a necessidade de estimular as suas crianças a trabalhar desde cedo para complementar as necessidades delas próprias e das respetivas famílias.

Como medida para reverter esta situação, o governo de Moçambique luta por desenhar estratégias de alívio. O Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD)³², direcionado para as

³¹ Emprego decente é, segundo a OIT, o trabalho que envolve oportunidades de trabalho produtivo e adequadamente remunerado, seguro, com melhores perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração social e com igualdades de oportunidades para homens e mulheres. É o trabalho decente que possibilita o combate à pobreza e às desigualdades sociais, <http://www.ilo.org/global/topics/decent-work/lang--en/index.htm> [10 de Fevereiro de 2015]

³² Fundo de Desenvolvimento Distrital é um crédito do governo criado pelo Decreto 90/2009, alocado ao distrito com o objectivo de impulsionar o desenvolvimento e o empreendedorismo na satisfação das necessidades básicas das comunidades locais, mediante a concessão de empréstimos reembolsáveis.

zonas rurais, o Programa Estratégico de Redução da Pobreza Urbana (PERPU) para as cidades constituem exemplos dessas estratégias destinadas a impulsionar o desenvolvimento, ainda que não entendido de forma consensual, constituem os exemplos que materializam a vontade do governo de Moçambique de ver os mais pobres a quebrarem as barreiras da pobreza. Estas estratégias mostram-se como uma janela de oportunidades que permite que as pessoas possam, elas próprias, definirem o que elas querem e agirem no local onde vivem.

Depois deste olhar para a realidade moçambicana, podemos mesmo afirmar que Moçambique é um paradoxo. Apesar da abundante capital natural constituído de recursos minerais, recursos renováveis (florestas e terra), e todos os serviços que o meio ambiente disponibiliza o seu *raking* situa-se de entre os mais pobres do mundo (Dondeye e Ndunguro, 2014).

Com efeito, entendemos nós que a pobreza não é a única determinante para o trabalho infantil. Como o afirmamos anteriormente, este fenómeno é também influenciado por outros factores do ambiente socioeconómico, alguns dos quais passamos a descrever.

O trabalho infantil e a exploração do trabalho infantil no país - visão geral e análise das suas condicionantes

A problemática da representação social do trabalho infantil em Moçambique, faz parte das práticas socioculturais de que a criança africana é alvo, valores culturais que não só encorajam o trabalho infantil, como permitem encarar com normalidade a realização de atividades laborais por crianças bastante novas (Barros e Baleiras, 2005); (UNICEF, 2010 *apud* OIT, 2006) na perspetiva de que é com o trabalho que se integra a criança na vida adulta condigna.

A problemática do trabalho infantil no contexto nacional é uma questão complexa. Ela não está apenas restrita a factores de ordem conjuntural, relacionados com a situação sócio económica (pobreza, desigualdades sociais, e exclusão social), como acabamos de ilustrar acima, mas também ligada a outros fatores de ordem cultural de organização e produção das comunidades e ainda a outros fatores adversos como o são os efeitos nefastos do HIV, fatores

de natureza natural, como é o caso da dinâmica demográfica da população nacional, um conjunto de fatores associados que constituem condicionantes subjacentes da situação da criança.

Estes factores ameaçam as cerca de quatro milhões de crianças e adolescentes moçambicanas em situação de vulnerabilidade (Serra, 2006) e afetam de modo particular as cerca de um milhão de crianças, dos 7-17 anos envolvidas no trabalho infantil³³. Adiciona-se a estes factores a situação do quadro jurídico que condiciona a perpetuação deste problema social, principalmente nas suas piores configurações.

Neste contexto de pouca informação sobre o fenómeno, afluiremos de forma abreviada os diferentes factores acima arrolados, apresentando dados que julgamos poderem contribuir para a perceção do modo como cada um influencia o recrudescimento do fenómeno no país. Começaremos por analisar a questão da dinâmica demográfica, não havendo, com este facto, alguma intenção de hierarquização dos factores.

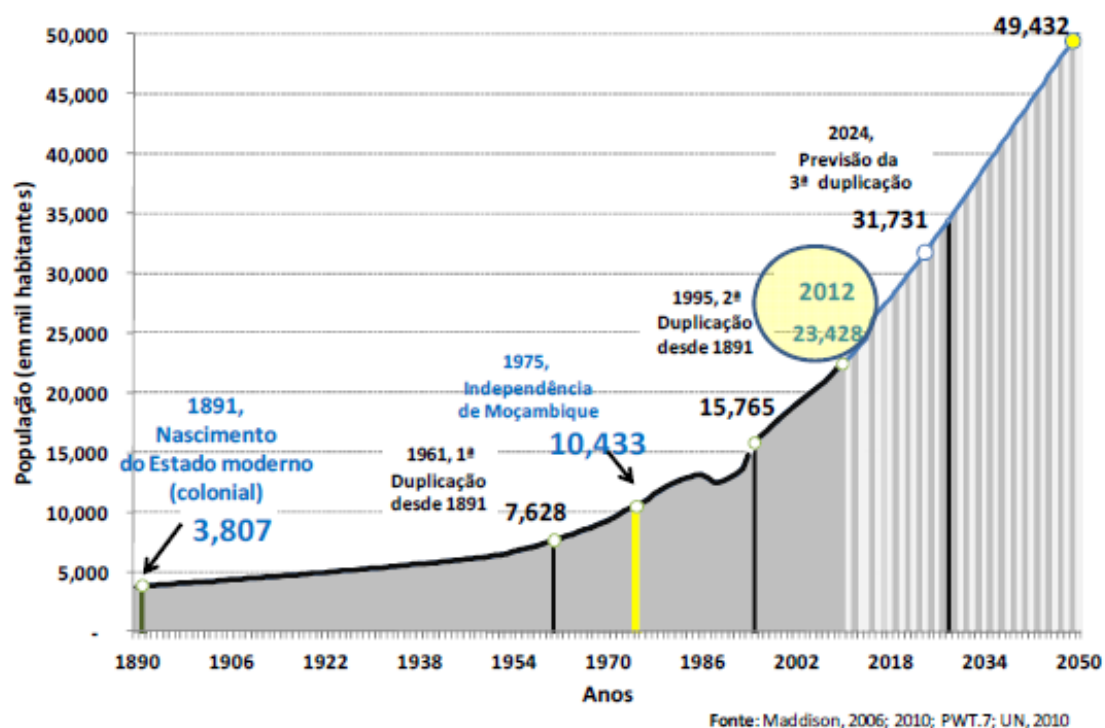
Dinâmica demográfica

Falar do trabalho infantil sem tocar no aspeto da dinâmica demográfica do país é omitir uma das condicionantes que, aliada ao aumento dos níveis de pobreza, às desigualdades sociais e à fraca capacidade do governo de desenvolver um programa sólido de segurança social básica e por consequência, de colocar à disposição dos cidadãos serviços sociais básicos (escolas, hospitais, habitação, emprego decente) que previnam o trabalho infantil, proporciona o recrudescimento deste mal no país.

³³ Informação prestada pelo UNICEF por ocasião do lançamento do relatório sobre a situação da criança no país, referente a 2010. <http://www.dnoticias.pt/actualidade/mundo/268849-trabalho-infantil-atinge-um-milhao-de-criancas-em-mocambique> [11 de Junho de 2011]

Breves palavras aqui para recordar que o crescimento populacional de um país constitui factor importante nos prospetos de desenvolvimento do país na medida em que o ritmo de crescimento e características determinam o tipo de serviços básico a proporcionar para o seu bem-estar (CMMAD, 1991); (Adriano e Cau, 2013). Moçambique, como qualquer outro país e mais especificamente da região subsariana, tem registado um incremento populacional assinalável, como atestam os dados patentes na figura 1.6.

Figura 1.6: Evolução e projeção da população Moçambicana: 1890-2050



Fonte: Francisco, 2012

Os dados patentes no gráfico da figura 1.6 elucidam sobre a evolução da explosão demográfica moçambicana e mostram as projeções até 2050. Pode-se assim dizer que se trata de uma evolução exponencial que em alguns momentos apresentou duplicações, como são os casos dos períodos 1891-1995 e uma segunda duplicação no período 2012. Os dados dos dois

últimos censos populacionais em 1997, revelam que a população moçambicana era estimada em 15. 278, 334 habitantes; em 2007, estimada em 20. 226, 290, representando um crescimento na ordem dos 32.4%, sendo 29,8% população urbana, contra 70,2% população rural (Chipembe *et al.*, 2012). Mais recentemente, 2014, as projeções incluindo o Banco Mundial³⁴ apontam para uma população de 25 milhões de habitantes.

As projeções apontam para a continuação da tendência de crescimento, como se pode aferir da informação antes referida, uma previsão de crescimento até os 31,731 milhões de habitantes por volta de 2024, com previsão de mais uma duplicação e crescimento até 49,432 milhões de habitantes, por volta de 2050. Quando analisadas as tendências de crescimento infantil, relativos ao período 2012-2024, maior crescimento é observado na área rural, local onde se concentram os maiores níveis de pobreza, como espelham os dados do quadro 1.14.

³⁴ Para mais informação sobre as projeções da população de Moçambique pode acessar os seguinte endereço: <https://www.google.co.mz/#q=popula%C3%A7%C3%A3o+de+mo%C3%A7ambique> [12 de Janeiro de 2014]

Quadro 1.14: População projetada por área de residência e segundo a idade

idades	2012			2013			2014		
	total	urbano	rural	total	urbano	rural	total	urbano	rural
5-9	3,564,643	993, 190	2, 571,444	3,645,291	1,015,608	2,629,683	3,723,981	1,037,587	2,686,394
10-14	3,019 414	939,729	2,079,685	3,118,697	968,752	2,149,954	3,225,408	999,709	2,225,699
15-19	2,542,923	885,167	1,657,756	2,621,317	917,745	1,703,572	2,696,713	948,906	1,747,807

Fonte: Site do INE, http://196.22.54.18/populacao/projecoes/proj_pop_moz/PROJ_NAC.pdf [29 de Janeiro de 2011]³⁵

³⁵ Para mais informação visite http://196.22.54.18/populacao/projecoes/proj_pop_moz/PROJ_NAC.pdf

Há um aspeto central para o nosso estudo que importa comentar. A correlação entre o perfil da pobreza e as características demográficas na situação do país. Esta correlação indica que:

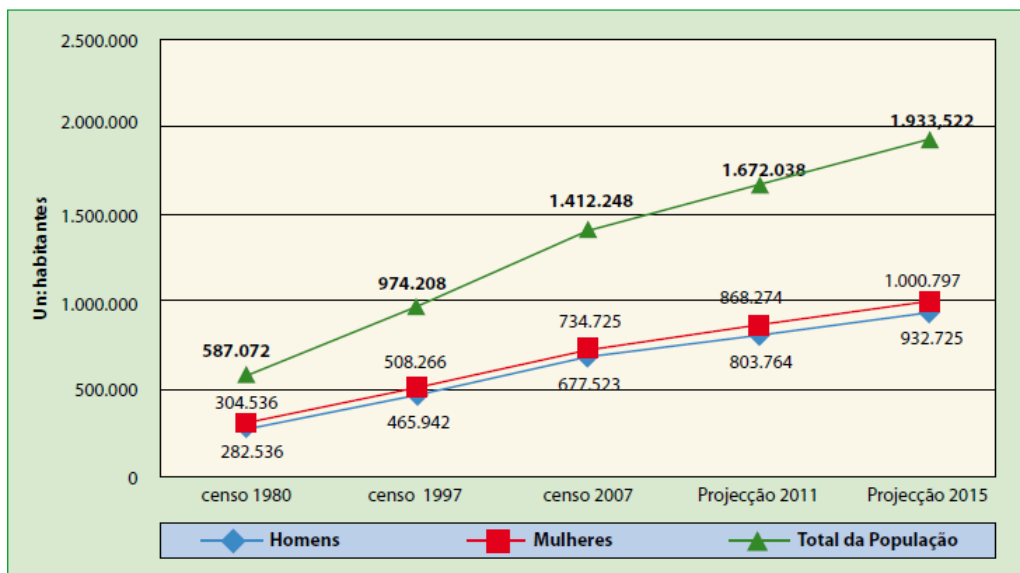
os indivíduos pobres tendem a residir em agregados familiares numerosos. Os pobres têm mais crianças do que os não pobres e começam a ter filhos mais cedo do que os não pobres. Os agregados familiares pobres têm aproximadamente duas vezes mais dependentes do que os não pobres, possuindo em paralelo uma taxa de dependência mais alta”

(AA.VV., 2001:1)

Este comentário é profícuo para este estudo porquanto ajuda a entender que se o país tem níveis de pobreza altos, a dependência entre os pobres é alta, isto proporciona níveis altos de pobreza que, por consequência, também proporcionam níveis de trabalho infantil muito altos.

A província de Manica, o epicentro do nosso estudo, não foge à regra. Primeiro, o gráfico da figura 1.15 revela a dinâmica de crescimento da população da Província desde 1980-2015. A tendência é igualmente de crescimento rápido.

Quadro 1.15: Gráfico relativo à Dinâmica de crescimento populacional, 1980-2015



Fonte: Governo da Província de Manica, 2015

Apreciando a tendência de crescimento da população infantil da Província de Manica, desde o último censo populacional de 2007, e num horizonte temporal de oito anos, está comprovada a tendência de crescimento crescente, como nos confirmam os dados do quadro 1.16.

Quadro 1.16: População projetada para a Província de Manica, 2007-2011

Anos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
População total	1.438 386	1.493 948	1 551 378	1.610 728	1 672 038	1 735 351	1 800 247	1 866 301
Idades								
5-9	230 689	241 255	251 679	261 841	271 242	278 445	286 767	295 470
10-14	188 893	198 246	207 875	217 727	227 762	237 917	248 097	258 140
15-19	155 346	162 110	169 275	176 887	184 996	193 675	202 764	212 130

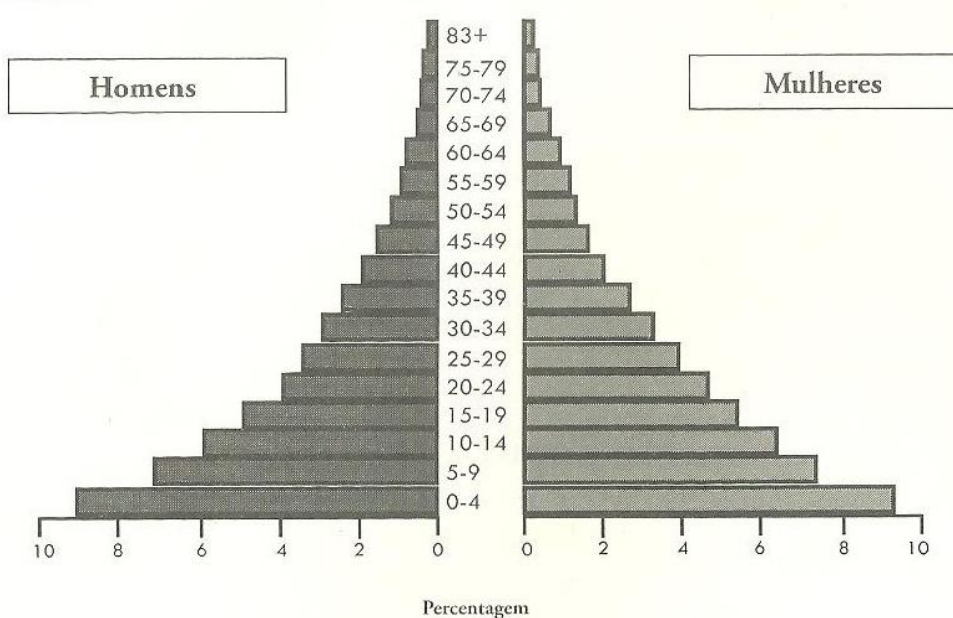
Fonte: INE³⁶

³⁶ Para mais informação sobre as projeções a nível nacional pode consultar:

<http://196.22.54.6/pxweb2007/Dialog/Excelview.asp?ma=144popp0&ti=Popula%E7%E3o+projectada+por+%E1rea+de+resid%EAncia+e+sexo+segundo+idade%2E+Mo%E7ambique%2C+2007+by++Provncia%2C+Idade%2C+Ano%2C+Area+and+Sexo&path=../Database/INE/02/21/&lang=1> [29 de Janeiro de 2011]

A população moçambicana tem um crescimento rápido e as projeções indicam essa tendência. Dois aspetos importantes (crescimento rápido e distribuição da população pelas faixas etárias) colocam sérios desafios para o país, relacionados com a capacidade do Estado para satisfazer as necessidades das suas populações e promover o desenvolvimento socioeconómico inclusivo que é desejado. Ao ritmo de crescimento rápido associa-se uma pirâmide etária de base larga e cone afunilado (figura 1.7).

Figura 1.7: Pirâmide etária da população de Moçambique, 2007



Fonte: Arnaldo e Cau, 2013

A estrutura etária da população de Moçambique é muito jovem, as idades que integram o nosso estudo fazem parte da maioria da população o que influencia no desenvolvimento económico do país se tivermos em linha de conta que se trata de um grupo da população ainda dependente, que ainda não é economicamente ativa, por essa razão não contribui para a solidificação da base tributária do país, como anteriormente nos referimos.

A par do crescimento populacional, importa referir que a situação sanitária de um país também influencia os aspetos demográficos que constituem condicionantes para o trabalho infantil. Observemos a situação de cobertura sanitária da província de Manica a partir do quadro 1.17 que se segue.

Quadro 1.17: Cobertura sanitária da Província de Manica

Distrito	Habitantes 2010	Unidades Sanitarias			Pessoal		Camas	Raclos			
		Hospital Provincial	Hospital Distrital	Centros de Saude	Medico	Tecnico Saude		Hab./ Médico	Hab./ Téc. Saúde	Hab./ Unidade Primária	Hab./ Cama
Tambara	35 847	0	0	6	1	35	13	35 847	1 024	5 975	2 758
Guro	52 011	0	0	9	1	47	30	52 011	1 107	5 779	1 734
Macossa	17 524	0	0	4	1	34	18	17 524	515	4 381	974
Báruè	101 461	0	1	12	2	91	64	50 731	1 115	7 805	1 585
Manica	337 942	0	1	17	4	139	93	84 486	2 431	18 775	3 634
Gondola	216 715	0	1	12	2	85	53	108 358	2 550	16 670	4 089
Sussundenga	149 343	0	0	9	2	70	46	74 672	2 134	16 594	3 247
Mossurize	172 654	0	1	8	2	79	76	86 327	2 186	19 184	2 272
Machaze	107 152	0	0	10	1	71	17	107 152	1 509	10 715	6 303
Chimoio	335 492	1	0	4	37	168	338	9 067	1 997	67 098	993
Província	1 526 141	1	4	91	53	819	748	28 795	1 863	15 897	2 040

Fonte: Governo da Província de Manica, 2015

O quadro 1.17 explicita tão somente que ao nível da província existe apenas um hospital provincial devidamente apetrechado que oferece todos os cuidados sanitários que um cidadão necessita. O rácio doente médico é preocupante, e na sua maioria há apenas um médico por distrito.

Se estabelecermos uma relação entre o problema da situação sanitária da província e o rácio doente médico, torna-se evidente que a temática do HIV/SIDA é uma daquelas questões de saúde pública com repercussões nefastas para a dinâmica demográfica de um país. Dados disponíveis revelam que em 2011 a incidência e impacto demográfico do HIV no país estimava-se num total de 1,4 milhões de pessoas que vive com HIV (UNUSIDA, 2012, *apud* CNS, 2013), dado que coloca o país na 8ª prevalência mais elevada do mundo onde 11,5% da população infantil é HIV positiva que está a receber tratamento, representando 36% da população infetada (UNICEF, 2014). Importante referir que a taxa mais elevada de prevalência de mulheres que vive com HIV situa-se na faixa dos 15-24 anos, com números 2.5 vezes mais altos do que os homens do mesmo grupo etário. Entre os 15-49 anos, a prevalência nas mulheres é aproximadamente 1.5 vezes mais elevada do que nos homens do mesmo grupo etário, segundo informação de Duce (2008). Os novos casos no país e a maior densidade situam-se no corredor que liga a cidade da Beira até Mutare (Zimbabwe), (Himmel, 2014), uma linha que atravessa a província de Manica o epicentro do nosso estudo. Em síntese pode afirmar-se que o país está perante uma epidemia severa, com um carácter heterogéneo em termos geográficos, sociodemográfico e socioeconómico (CNS, 2010).

A epidemia de HIV reduziu a esperança de vida de 41 anos em 1999, para 37 anos em 2006. Como é de esperar, o impacto socioeconómico atual no país caracteriza-se pela redução da força de trabalho, na sobrecarga do sistema de saúde, destruição de ganhos em todos os setores de atividade económica e social, e num número significativo de crianças tornadas órfãs e vulneráveis.

Sobre a orfandade, os dados estatísticos reportam que mais de 1 em cada 10 crianças menores de 18 anos, o equivalente a 12% é órfã de pai ou de ambos, enquanto 16% dos agregados familiares têm um ou mais órfãos. As províncias de Gaza e Maputo Província, no sul do País, apresentam a proporção mais elevada de menores de 18 anos órfãos de mãe e pai ou de ambos, numa cifra de 118% (INS/INE e ICF (2010)).

Como é possível observar, a dinâmica de crescimento populacional é crescente num país onde apesar de se assinalar um franco crescimento económico (República de Moçambique, 2010b); (van den Boom, 2011) os níveis de pobreza e a incidência de HIV continuam altos e a flagelar a população, tanto a nível urbano, como rural, como teremos ocasião de apreciar já a seguir ao abordarmos a questão do vínculo entre pobreza e trabalho infantil, como outra condicionante que proporciona o recrudescimento do fenómeno, principalmente nas suas piores formas.

Vínculos entre pobreza e trabalho infantil

A associação entre a pobreza e o trabalho infantil é conhecida e largamente documentada pela OIT em diversos relatórios sobre a situação mundial do trabalho infantil (ILO, 2002; ILO 2006 *apud* Gonçalves, 2006).

Achamos oportuno dizer que vamos falar de pobreza não apenas como falta de rendimentos, situação apresentada pela CMMAD (1991:54), como “o nível de renda abaixo do qual uma pessoa ou uma família não é capaz de atender regularmente às necessidades da vida”, a conceção estandardizada do conceito, mas como a negação do desenvolvimento humano, vista como “a privação em termos de saúde e sobrevivência, falta de conhecimento, negação de oportunidades para uma vida criativa e produtiva, exclusão social, falta de liberdade, assim como privação de rendimentos” (PNUD/SADC/SAPES TRUST, 1998:52) e “privação de potencialidades básicas”, como concetualiza o termo Sen (2008:1019), uma privação que vai para além da privação de rendimentos. A UNICEF (2010:3) refere que “A pobreza vivida na infância tem efeitos imediatos e de longo prazo nas crianças” e coloca riscos sérios de as crianças se tornarem adultos pobres e, por sua vez, virem a ter filhos pobres (Bastos *et al.*, 2008).

O casamento prematuro³⁷ é um aspeto cultural ilegal no país, muito relacionado com a pobreza que concorre para o agudizar da reprodução do ciclo intergeracional de pobreza, limitando o desenvolvimento. Basta perceber o que as estatísticas atuais revelam, 16% de meninas entre os 20-24 casaram-se antes dos 15 anos e 52% antes dos 18 anos. Mais preocupante fica o fato de 36% das meninas casadas dos 15-19 anos não têm qualquer educação, revelou a UNICEF Moçambique no seu site (³⁸).

É reconhecido que o impacto da pobreza intergeracional na infância e sua natureza cíclica constitui um obstáculo ao acesso a serviços sociais, de entre eles, o acesso à escola, sendo que a instrução é um requisito fundamental para uma ampla redução da pobreza, de uma dada população (UNICEF, 2010).

Um outro facto crucial que seguramente vai agravar a situação de pobreza e forçar as crianças a enveredar pelo trabalho infantil é o contingente de crianças órfãs, cujas projeções para o período 2005-2010 eram estimadas em 1,2 milhões de crianças, segundo informação contida num relatório do Ministério da Mulher e Acção Social (MMAS, 2004a), sem colocar de lado as afetadas pelo HIV/SIDA³⁹, ainda que não especificado o seu número.

Terminarmos a abordagem sobre o vínculo entre pobreza com o trabalho infantil, sublinhando que a pobreza em Moçambique atinge mais de metade da população e as crianças constituem um grupo extremamente vulnerável e grande parte delas são assim forçadas a procurar ainda muito jovens formas de sobrevivência. O trabalho tem sido uma saída de consenso para elas e seus familiares. Esta conjuntura propicia a exploração da mão-de-obra em famílias

³⁷ Casamento prematuro em Moçambique é o casamento de raparigas com homens adultos realizado logo após a 1ª menstruação e antes da primeira relação sexual (SAEDC, ISRI, INE & UNDP, 2006 *apud* Divage, Divage & Marregula, 2010).

³⁸ UNICEF Moçambique: <http://www.unicef.org/mozambique/pt/protection.html> [19-05-2015]

³⁹ Moçambique define crianças afetadas pelo HIV/SIDA aquelas que cuidam dos pais ou encarregados de educação doentes de SIDA, as rejeitadas devido ao estigma do HIV/SIDA, as chefes de famílias, as vivendo em famílias chefiadas por idosos, as vivendo em comunidades com elevado índice de sero prevalência e as que são órfãs de ambos os pais (Ministério da Mulher e da Acção Social, 2006).

consideradas não pobres ou em locais onde a atividade não é decente, sendo frequentes violações dos direitos fundamentais da criança, como a educação e a saúde.

A educação é o principal meio para se sair da pobreza. É precisamente sobre a oferta educativa que vamos de seguida analisar de forma breve a situação prevalecente no país, principalmente no nível básico, sabido que este nível assegura uma tomada de decisão sobre um futuro mais inteligente.

Oferta educativa e o trabalho infantil em Moçambique

Na escola a criança deverá adquirir as ferramentas que irão prepará-la para um trabalho decente quando adulta, livrando a si e a sua família do ciclo da pobreza. A educação é assim, uma das estratégias que, aliada à redução da pobreza e à existência de oportunidades de trabalho decente, concorre para a eliminação do trabalho infantil.

O acesso a uma educação básica de qualidade deve ser um dos objetivos primordiais do governo para que não se condene o futuro de milhões de crianças ao ciclo vicioso da exclusão, (OIT, 2007). A instrução é um dos elementos que concorre para a criação do capital humano de qualquer país, entendido como o conjunto de fatores (competências, conhecimentos, capacidades e atributos de personalidade) que diretamente influenciam na capacidade do homem de ter uma vida de qualidade, ser saudável, ser instruído e participar ativa e positivamente na vida da comunidade.

Segundo a ONU (2002) a educação é muito mais do que se disse acima, promove a democracia, a paz, a tolerância e o desenvolvimento, condimentos basilares para o exercício da cidadania plena.

Mas falar da oferta educativa no país sem tecer pequenos considerandos sobre os acontecimentos ocorridos durante a administração colonial portuguesa, é negar pedaços da história do país que de forma significativa influenciam o estado de coisas do presente. Para

definirmos a importância de recordar o passado, servimo-nos de uma afirmação da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), o partido que trouxe a independência:

Recordar o passado é valorizar o presente, é dar o primeiro passo para a compreensão profunda da natureza e das causas das nossas dificuldades actuais, é afirmar o orgulho de sermos moçambicanos, homens livres que assumiram o sentido da história, tornando-se os seus construtores.

(Gómez, 1999:5)

Este recordar, não nos torna saudosistas, contextualiza-nos e ajuda-nos a atribuir a importância devida aos ganhos conseguidos até o preciso momento, por um lado e a entender o porque não se conseguiu muito mais, por outro.

O ensino no período colonial baseava-se na lógica e filosofia colonial: “a superioridade da cultura europeia sobre a cultura africana” (Makumba, 2014:152). Era marcadamente segregacional e com uma rede escolar concentrada nas cidades e vilas, marcado por um desequilíbrio da oferta dos serviços de educação. A região sul sempre foi a mais beneficiada em relação ao resto do país.

A característica fundamental do sistema educativo colonial assentava na política educativa colonial voltada para a formação de mão-de-obra barata, servilismo perante o colonizador (Mucale, 2013), um fazer concordante com os objetivos do sistema colonial, a reprodução das suas relações de exploração e de dominação (Gómez, 1999; Mucale, 2013).

A finalidade do sistema colonial de educação é denunciada na carta pastoral do Cardeal Cerejeira datada de 1960 que dizia:

Tentamos atingir a população nativa em extensão e profundidade para os ensinar a ler, escrever e contar, não para os fazer «doutores» - [...] Educá-los e instruí-los de modo a fazer deles prisioneiros da terra e protegê-los da atração das cidades, o caminho que os missionários católicos escolheram com devoção e coragem, o caminho do bom senso e segurança política e social para a província [...] As escolas são necessárias, sim, mas escolas onde ensinemos ao nativo o caminho da dignidade humana e a grandeza da nação que o protege.

(Mondlane 1975:69)

O caráter segregacional do ensino colonial foi ao ponto de criar um sistema que retardava a progressão dos negros para as escolas consideradas de brancos e poucos assimilados. O

sistema criou o ensino rudimentar de três classes, desenvolvido pelas missões católicas. É esta a extensão tão propalada pela carta pastoral do Cardeal Cerejeira. Os resultados da propalada extensão estão refletidos no quadro 1.18.

Quadro 1.18: Ensino rudimentar católico, 1940-1944

	1940	1944
Total de matrículas	52.238	94.494
Aproveitamento no final do ano	224	804

Fonte: Hedges, 1999

A acreditarmos na fiabilidade das estatísticas oficiais, os dados que nos são apresentados indicam que menos de um por cento dos alunos negros matriculados no ensino rudimentar nas escolas das missões católicas conseguiam progredir para o ensino primário comum (Hedges, 1999). Outros dados fornecidos por este autor atestam o carácter segregacional do ensino colonial que pode ser entendido a partir do exemplo que ilustra que em 1930, num ensino que era destinado a brancos, de um total de 4019 matriculados, apenas 77 eram negros. Enquanto no ensino elementar católico de um total de 4.107 matriculados, 2.646 eram crianças negras. O paradoxo está em que em 1944, apenas um negro se matriculou no ensino secundário.

O teor da carta justifica o facto de por ocasião da independência a situação prevalecente fosse dramática. As estatísticas por volta de 1975 revelaram que 17% do total da população moçambicana frequentava as escolas comerciais e industriais, 2,9% frequentava o liceu, e apenas 0,9% frequentava o ensino universitário.

Um dos poucos ganhos dos nativos com a educação colonial era a literacia (Mucale, 2013) porque a realidade revelava que as escolas comerciais e industriais concentravam o maior contingente de alunos e o propósito era o de alimentar o setor produtivo. O ensino das

populações nativas fora confinado à igreja católica, e apenas a partir do ano 1941 nos termos da Concordata, um acordo entre o Estado e a Igreja Católica (Comité de Conselheiros, 2003).

A independência do país abriu espaço para a adoção de uma política educativa voltada para a consolidação do direito à educação dos moçambicanos e a nacionalização do ensino foi a decisão política que abriu as portas para o alargamento das oportunidades educativas dos moçambicanos.

A preocupação por uma educação para moçambicanos desafiou o governo do Moçambique independente a operar transformações estruturais no Sistema de Educação em Moçambique que permitissem a saída do subdesenvolvimento em que se encontrava em direção à construção de uma escola verdadeiramente moçambicana e assumia-se uma marcha longa para a moçambicanização da escola (Castiano, 2005). Isto é que justifica que um dos principais objetivos do sistema educativo do país fosse assegurar a erradicação do analfabetismo, conceder a educação básica a todos os cidadãos através da educação obrigatória e acesso a formação profissional.

A moçambicanização da escola impunha muitos desafios que iam desde a expansão territorial para a massificação da escola, a modernização da escola que pudesse colocar o moçambicano no mundo globalizado e a contextualização da escola para, como afirma Castiano e Ngoenha (2013) que estivesse em sintonia com as realidades do país, algo que entra em sintonia com a Agenda 2025 (Comité de Conselheiros, 2003) sobre a educação, quando se refere a “relevância do curriculum” e uma “escola que responda às necessidades locais”, ou *globalocalizada*, na retórica de Viegas (1922-2015),⁴⁰ (Castiano, 2015), no sentido de ter em consideração o aspeto global e local, mas estabelecendo uma relação estreita entre ambos os aspetos, criando sempre as dicotomias entre os saberes literários/saberes socioculturais, moderno/tradicional.

⁴⁰ Educador humanista moçambicano

Hoje, é reconhecido o esforço empreendido pelo governo de Moçambique para disponibilizar as condições necessárias para que os cidadãos gozem deste direito. É notória a existência de mais acesso a escolaridade, com maior número de crianças matriculadas, assim como a diminuição progressiva das disparidades de género (UNICEF, 2010).

Para este resultado pesa o desafio do setor de educação com vista a assegurar a expansão do acesso com equidade à implementação de medidas de fomento da melhoria da qualidade. Para este desiderato, o governo apostou na expansão dos espaços escolares e recrutamento de professores, a provisão do material escolar gratuito para o ensino primário, em especial o livro do aluno e o manual do professor.

Como medidas de recurso relativas a espaços escolares está a exploração do ensino a distância em parceria público-privada como alternativa para a expansão de oportunidades de acesso dos cidadãos à educação. O recurso à alfabetização de jovens e adultos é tomada como outra atividade de recurso que complementa o ensino formal, contribuindo para a redução do analfabetismo e da pobreza.

Quanto à expansão de espaços escolares e conseqüente aumento da oferta de proximidade, o Ministério da Educação (2012) revela que no Ensino Primário do primeiro e segundo graus público, o número de escolas do EP1 cresceu de 6, 705 em 2000 para 11,646 em 2013. No EP2 o número de escolas cresceu de 577 em 2000 para 4,724 em 2013. Como resultado do aumento da rede escolar, o rácio de alunos por escola no EP1 reduziu de cerca de 487 alunos em 2000 para cerca de 408 em 2012.

Entre 2000 e 2013, no Ensino Primário (da 1ª a 7ª classe), foi registado um aumento da taxa bruta de escolarização, passando de 75% para 115,4%. No mesmo período a taxa líquida de escolarização no Ensino Primário, passou de 55% para 95%. Em termos absolutos, o número de alunos a frequentar o Ensino Primário passou de cerca de 2,54 milhões em 2000, para 5,6 milhões dos quais 2.628.454 são raparigas, representando 48% em 2003. Importante aqui ressaltar que metade das crianças que inicia a escola primária não a termina (UNICEF, 2014).

Não há dúvida que há avanços de assinalar no provimento da educação, mas os desafios são ainda grandes se tivermos em conta que em 2010 estimava-se que 200 000 a 300 000 crianças da idade dos 6-12 anos estavam fora da escola, como revela o Ministério da Educação e Cultura (2009).

Recorda-se que a Lei do Sistema Nacional de Educação, Lei n.º 4/83⁴¹, no seu Art.º 6.º, estipula que “a frequência e conclusão das sete primeiras classes do ensino primário é obrigatória. As crianças moçambicanas devem ser obrigatoriamente matriculadas na 1ª classe no ano em que completarem sete anos de idade”. Esta obrigatoriedade não é efetiva quando há crianças que nem sequer estão registadas. Os dados do último censo populacional revelam que existe uma percentagem de menores de 10 anos não registados, representando 58.6%. Importa aqui assinalar que apenas 41,4% de menores de 18 anos estão registadas, numa percentagem quase que igual entre meninos, 41,7%, contra 41,1% de meninas (Chipembe, 2012). O Plano Nacional para a Criança I e II (PNAC) coloca como um dos seus desafios aumentar o registo de nascimentos de 31% em 2008 para 60% em 2015 (MMAS, 2004b). É importante aqui fazer figurar a informação de que não só a cobertura não é extensiva a todo o território nacional como também existe uma resistência cultural ao nível da sociedade, sobretudo nas zonas rurais, em matricular os seus filhos na idade estipulada, (OIT/IPEC, 2012).

Desafiadores também são os aspetos relacionados com a qualidade da educação; as disparidades geográficas (tanto entre províncias, como entre os distritos de uma mesma província); altos índices de desistência e de reprovações, sobretudo no sexo feminino; incidência de turnos triplos; a problemática rácio professor-aluno e a existência de um número significativo de alunos que frequentam o 3º turno.

⁴¹ A lei 4/83 aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação e define os princípios na sua aplicação. A mesma pode ser vista no seguinte endereço electrónico:

http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/legisSectores/edu_leg/leiSNE.pdf [12 de Abril de 2015]

Desafiador está também o acabar com a ocorrência de abuso sexual e físico nas escolas, incluindo professores exigindo ter relações sexuais como garantia para transitar de classe, um mal que afeta particularmente meninas e que leva a muitas desistências (OIT, 2009). Dados avançados pelo UNICEF *apud* (OIT/IPEC, 2013) revelam que 8% das crianças em idade escolar do ensino primário foram vítimas de abuso sexual e outras 35% foram vítimas de assédio sexual.

Como é de imaginar, os constrangimentos dificultam todo o esforço de lograr uma educação universal no espírito e na letra do movimento de "Educação para Todos" que consagra o direito a "oportunidades iguais a todas as crianças", devendo ser dado todo o apoio e condições especiais aos que necessitam, de "educação de qualidade" e "educação para o pleno desenvolvimento humano", como por exemplo as pessoas surdas-mudas, os invisuais e outros com alguma deficiência merecendo um atendimento especial para que logrem a sua aprendizagem.

Contexto jurídico nacional relacionado com o trabalho infantil

Na presente secção pretendemos fundamentalmente fazer uma breve leitura do contexto jurídico nacional diretamente relacionado com a problemática do trabalho infantil, identificar os aspetos positivos que protegem a criança moçambicana bem como os aspetos mais frágeis e ou omissos da legislação moçambicana que constituem condicionantes para o trabalho infantil no país.

Começamos por apreciar como a Lei Mãe de todas as leis, a Constituição da República (CR), aborda esta questão e seguiremos adiante com a apreciação da Lei do Trabalho vigente no país e tentaremos entender a posição de Moçambique relativamente às leis internacionais, de entre elas as convenções e demais leis internacionais de proteção à criança.

Como a Constituição da República salvaguarda os direitos da criança moçambicana

Desde o âmbito legal e para fins de análise da problemática do trabalho infantil no contexto nacional, se toma em conta que para a proteção de menores e adolescentes e em especial a erradicação do trabalho infantil, existe uma cobertura constitucional.

A Constituição da República (2004), a lei de todas as leis, define, no seu Art.º n.º 1, que “A República de Moçambique é um estado [...] democrático e de Justiça Social”. E defende como objetivos fundamentais “a edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos” (Art.º n.º 11, alínea c). Importante ressaltar também que no (Art.º n.º 36) a CR defende que o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural. No que ao trabalho diz respeito, a CR proíbe o trabalho forçado (Art.º n.º 84, ponto n.º 3). Este conjunto de princípios é revelador de que o legislador constitucional concedeu destaque especial ao ambiente sócio político, o qual deverá ser um ambiente seguro, de equidade e de justiça social e de respeito pela pessoa humana.

Quando analisada a CR no que diz respeito à proteção da criança, no Art.º n.º 47, ponto n.º 1, consagra que: “As crianças têm direito à proteção e aos cuidados necessários ao seu bem-estar”. Em referência à infância, a Lei Mãe postula, no seu Art.º n.º 121, ponto n.º1, que “Todas as crianças têm o direito à proteção da família, da sociedade e do estado, tendo em vista o seu desenvolvimento integral”. Neste artigo a lei fundamental consagra à família o papel de elemento fulcral para o bem-estar da criança, para no Art.º n.º 120, ponto n.º 2, remeter para a responsabilidade da família o crescimento harmonioso da criança e a educação das novas gerações nos valores morais, éticos e sociais. Por sua vez, no ponto n.º3 do mesmo artigo, a Lei coloca a família e o estado com a responsabilidade de “assegurar a educação da criança, formando-a nos valores da unidade nacional, no amor à pátria, à igualdade entre os homens e mulheres, respeito e solidariedade”.

Na Lei Mãe, está estabelecido que a criança goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e proíbe qualquer forma de discriminação contra ela ou qualquer tratamento negligente, discriminatório, violento e cruel.

Quanto ao trabalho de menores, o Art.º n.º 121, ponto n.º 4 da Lei Mãe tem disposições importantes para o tema em estudo e proíbe o trabalho de crianças “quer em idade de escolaridade obrigatória, quer em qualquer outra”.

Como é de notar, a Lei Mãe, a CR, consagra direitos que defendem a criança contra as mais diversas formas de atuação que podem lesar o seu desenvolvimento harmonioso, sendo o trabalho de crianças proibido em quaisquer circunstâncias. Mas, a Lei Mãe, ao definir o ponto n.º 4 do Art. n.º 121, pretenderia distanciar-se do que defende no Art.º n.º 11, referente aos Objectivos Fundamentais, na sua alínea i) em que consagra o respeito pela: “afirmação de identidade moçambicana, das suas tradições e demais valores socioculturais”. Relembramos aqui que a cultura africana no geral e a moçambicana não constitui exceção, trabalhar em tenra idade é histórico-tradicional, visto como necessário para preparar a criança para a idade adulta. Calculamos que não existe qualquer tipo de distanciamento, pois a mesma lei assevera, no mesmo Art.º n.º 121, o direito à proteção da família contra os maus tratos e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições, e, no que à interpretação e aplicação da Lei diz respeito, é consignado o princípio de que se deverá ter sempre em conta os superiores interesses da criança e a sua condição especial, como pessoa em desenvolvimento.

Depois desta análise fica claro que na lei moçambicana existe a concepção da criança como cidadã, sujeito de direitos, todavia uma concepção que em algum momento está limitada na lei quando na realidade nacional existe outra concepção de criança relativa àquela que sofre a violência social e desesperadamente se engaja no trabalho infantil, e de forma global é denominada de acordo com o que ela faz: criança de rua, desnutrida, drogada, abusada sexualmente, vulnerável, afetada pelo HIV, violada, traficada, enfim todo o conjunto

denominações que denunciam o carácter segregacionista da sociedade, e a inércia dos governantes.

A materializar os direitos consagrados na CR existe a Lei do Trabalho (Lei n.º 23/2007), um instrumento que conforma o quadro jurídico-legal que disciplina o trabalho e o emprego.

A Lei do Trabalho e os aspetos específicos relativos ao trabalho infantil

Antes porém de olhar para a Lei do Trabalho (Lei n.º 23/2007), importa aqui vincar que Moçambique aderiu e ratificou, nos últimos 20 anos uma série de convenções e protocolos de Proteção e Promoção dos Direitos da Criança que concorrem para uma diminuição do trabalho infantil. De uma forma resumida, foram os seguintes os instrumentos da esfera internacional: Convenção sobre os Direitos da criança (1989) -1990; Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança (1990) -1998; Protocolo facultativo relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantil (2000) -2002; Protocolo facultativo relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados (2000) -2002; Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra Criminalidade Organizada Transnacional, relativo à Prevenção Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças (2000) -2002 (OIT/IPEC, 2012).

Recorda-se que a CDC, no seu Art.º n.º 32.º defende que a criança não pode ser explorada economicamente e não pode desempenhar trabalhos que possam ser prejudiciais ao seu sucesso escolar, ou nocivos para a sua saúde e desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.

O país ratificou também Convenções da OIT sobre o trabalho e trabalho infantil, nomeadamente a Convenção nº 29, relativa ao Trabalho Forçado (2003); a Convenção nº 81 relativa à Inspeção do Trabalho (1997); a Convenção nº 105 relativa à Abolição do Trabalho Forçado (1997); A Convenção 138 relativa à idade mínima para o trabalho (2003) e a Convenção 182 relativa às Piores Formas de Trabalho Infantil (2003) (OIT/IPEC, 2012).

Na realidade moçambicana e de acordo com o Art.º n.º 18.º da CR as convenções ratificadas pelo Governo de Moçambique vigoram na ordem jurídica moçambicana após a sua publicação oficial.

Neste contexto, analisando a Lei do Trabalho vigente no país à luz da CR, e focalizando a temática do trabalho infantil - o escopo do nosso estudo, é perceptível, logo à partida, aquilo que podemos considerar dissonância aparente entre o ponto n.º 4 do Art.º n.º 121 da CR que proíbe o trabalho de crianças em qualquer idade, no entanto o aspeto está regulamentado pela Lei n.º 7/2008 que consagra no seu Art.º n.º 47 ser “ vedada toda a forma de exploração do trabalho infantil devendo este princípio ser punido por lei” e o Artigo n.º 23, da Lei do Trabalho, 2007.

Quanto a nós, é aparente a dissonância porquanto a presente lei se constitui no instrumento jurídico regulador das relações de trabalho e emprego, incluindo o trabalho desenvolvido por menores⁴², construído tendo em conta as possibilidades que a OIT confere aos países de poderem/deverem conciliar as políticas nacionais e as convenções internacionais.

Entendemos que o posicionamento do Governo de Moçambique defende que a erradicação do trabalho infantil pode conduzir algumas famílias a situações piores do que aquelas em que se encontram, dada a situação sócio económica do país. A regulamentação do trabalho de menores/trabalho infantil, enquadra-se nos esforços do governo de Moçambique de desenvolver políticas e estratégias de defesa dos direitos da criança, neste caso, em relação às relações laborais de menores de 18 anos de idade, no estrito respeito das tradições e demais valores socioculturais, que como afirmamos anteriormente defendem que trabalhar em tenra idade é uma forma de integrar a criança/jovem na vida adulta, condigna.

⁴² Trabalho de menores, à luz dos instrumentos jurídicos nacionais, refere-se ao trabalho realizado por indivíduos menores de 18 anos e que já tenham completado a idade mínima para admissão a emprego, 15 anos, (OIT/IPEC 2012).

Notar que a lei moçambicana de trabalho em vigor aplica-se apenas às relações individuais e coletivas de trabalho subordinado e mediante remuneração. Como é evidente esta regulamentação exclui por completo as crianças que trabalham por conta própria, sobretudo na economia informal, por sinal a que emprega um número considerável de crianças. Encontram-se também fora da regulamentação legal todas as crianças e adolescentes que trabalham nas ruas ou no comércio ambulante, não sendo, por isso cobertas pela Recomendação n.º 146, da OIT, no seu Art.º n.º 16.º, alínea c) que alerta para a necessidade de crianças nesta situação deverem possuir licenças que atestem a sua capacidade para o trabalho.

Ao analisar o Art.º n.º 23.º da Lei do Trabalho na sua totalidade, percebemos que a presente lei está em consonância com a Convenção n.º 138 da OIT e Recomendação n.º 146 sobre a idade mínima para a admissão a emprego. A Convenção n.º 138 da OIT foi ratificada pelo Governo de Moçambique através da Resolução n.º 5/2003. Com efeito, a mesma lei não aborda de forma exaustiva a matéria regulamentar para todas as situações de violação dos direitos da criança referentes ao trabalho infantil e remete determinadas relações de trabalho para legislação específica⁴³ e age de forma a prevenir o trabalho infantil no mundo da produção económica, ficando de lado todas as questões relacionadas com a experiência quotidiana da criança em todas as tarefas que a cultura do país aceita como sendo um valor que prepara a criança para o mundo.

A Lei do Trabalho (Lei n.º 23/2007) é permissiva relativamente ao trabalho de menores de idades entre os 12-15 anos, sob autorização, por escrito, do representante legal (Art.º n.º 27). Fica assim claro que 15 anos é a idade mínima para o trabalho estabelecida por lei, idade que coincide com o estabelecido pela OIT. Todavia, observa-se a omissão dos preceitos relativos às condições sob as quais tal trabalho deve ser realizado, uma vez que se trata de um grupo etário muito frágil.

⁴³ Legislação específica reguladora das relações de trabalho em Moçambique: Regulamento Doméstico (Decreto n.º 40/2008); Regulamento do Trabalho Desportivo (Decreto n.º 24/2011); Regulamento de Segurança Privada (Decreto n.º 69/2007);

No ponto n.º1 é perceptível a preocupação em relação à segurança do menor e para isso remete a responsabilidade para o empregador em coordenação com o organismo sindical adotar medidas tendentes a proporcionar condições de segurança condizentes com a idade do menor, saúde, educação profissional, sustentando o emprego destes menores em atividades que respeitem o seu desenvolvimento físico, psíquico e moral.

Ainda dentro do espírito de proteção contra o trabalho infantil, a Lei do Trabalho, no ponto 2, do Art.º n.º 23, proíbe a ocupação do menor de 18 anos em tarefas insalubres e perigosas ou as que exijam grande esforço físico. É, no entanto, omissa um instrumento legal jurídico específico que defina as categorias de emprego ou de trabalho perigoso.

O Art.º n.º 23. n.º 3 da Lei do Trabalho regulamenta o horário de trabalho de menores e estipula que não pode exceder as 38 horas semanais e 7 horas diárias. A lei é, no entanto, omissa quanto à possibilidade de o menor poder ou não realizar jornadas de trabalho noturnas. Esta proteção está prevista na Lei de Bases de Proteção da Criança (Lei n.º 7/2008), no seu Art.º n.º 47, ao defender ser “vedada a colocação em turnos ou em setores laborais que ponham em risco a sua saúde e a integridade física e psíquica” (Issá, 2010).

No respeitante às condições de trabalho de menores, a Lei do Trabalho, no seu Art.º n.º 24.º exige que empregadores, em coordenação com o organismo sindical competente, definam as medidas para proporcionar condições de trabalho adequadas, devendo mesmo passar por um exame médico prévio e apresentar um atestado médico que comprove a robustez física, saúde mental e aptidão para o trabalho que vai realizar.

Referimo-nos anteriormente que algumas leis de proteção da criança contra o trabalho infantil constam de legislação específica. É o caso do Regulamento Doméstico (Decreto n.º 40/2008) que à luz da Lei Geral de Trabalho regulamenta que, é expressamente vedado aos empregadores a admissão ao trabalho doméstico de todos os menores com idade inferior a 15 anos de idade, salvo exceções de que exista autorização prévia do representante legal do menor. E, segundo o Art.º 4.º, do mesmo decreto não podem ser empregues crianças no

trabalho doméstico, com idades inferiores aos 12 anos de idade. Recordar que quer a lei da Família (Lei n.º 10/2004), quer a Lei n.º 7/2008 de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança, determinam que constituem deveres dos pais garantir sustento, guarda e educação dos filhos menores até que atinjam a idade permitida para o auto-sustento. Para as famílias desprovidas de rendimentos suficientes para o sustento das suas crianças, e que se vejam obrigadas a colocar os seus filhos menores a procura de trabalho, podem, à luz da legislação vigente, autorizar seus filhos para trabalhar abaixo da idade mínima de admissão ao trabalho (15 anos).

Relativamente à questão do provimento da justa remuneração, a Lei de Trabalho age tendo em conta a Recomendação n.º 146 da OIT que defende que o trabalho de menores seja pago de forma igual ao de qualquer outro trabalhador de maior idade. A este respeito a Lei do Trabalho no seu Art.º n.º 27 ponto n.º 4 defende que “O menor tem capacidade para receber a remuneração devida”, e determina no mesmo artigo, no seu ponto n.º 3 que “ a remuneração do menor deve ser fixada em função da quantidade e qualidade do trabalho por ele prestado, a qual, em caso algum, é inferior ao salário mínimo em vigor na empresa”.

Um estudo realizado pela OIT⁴⁴, em diversos países de entre os quais Moçambique, sobre a problemática das piores formas de trabalho infantil, revela que as leis existentes não protegem as crianças de exploração sexual infantil, razão porque os autores destes crimes ficam sempre impunes. O mesmo estudo chama a atenção para o facto de embora as crianças estarem protegidas da exposição à pornografia, embora choque os princípios culturais, legalmente não é proibido utilizar menores de 18 anos na produção de pornografia.

A lei no país protege as crianças de serem traficadas para fins de exploração sexual. Em contrapartida, apesar de promulgada a lei de proteção da criança, as leis relativas à pornografia

⁴⁴ *Findings on the Worst Forms of Child Labor*, 2009, OIT,
<http://www.dol.gov/ilab/programs/ocft/pdf/2009OCFTreport.pdf> [25de Junho de 2012]

infantil, prostituição infantil, turismo sexual infantil, não são consistentes com as normas jurídicas internacionais (OIT, 2009).

Muito recentemente, o país aprovou a Lei sobre Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas, incluindo mulheres e crianças, bem como o Regulamento do Trabalho Doméstico, um instrumento legal que está em consonância com a Recomendação da OIT sobre o Trabalho Digno para os Trabalhadores Domésticos (República de Moçambique, 2013a). Este dispositivo legal vem aliviar a dimensão nociva deste tipo de trabalho, percebido como um dos fenómenos que mais caracteriza a violação dos direitos das crianças.

Depois de compulsada a lei do trabalho percebemos haver outros aspetos importantes referentes aos direitos das crianças que de certa forma estão ligados ao trabalho infantil. Um olhar sobre o novo código penal moçambicano, leva-nos a considerar pertinente incluir aqui aspetos ligados à responsabilidade individual dos menores perante a lei. O Código Penal defende que os menores de 16 anos são inimputáveis, o que significa que não podem ser responsabilizados criminalmente pelos seus atos. As punições a serem aplicadas aos menores desta idade deverão ser de carácter assistencial e educacional. Os maiores de idades entre os 16 e os 21 anos têm responsabilidade limitada e gozam de inimputabilidade relativa se for provada a sua falta de discernimento (Artigo n.º 46 da Lei 35/2014).⁴⁵

Incluímos também aqui o que está regulado em relação à idade mínima para o casamento, uma vez que, como já o dissemos anteriormente, no país a questão de casamentos prematuros tem estado a preocupar as autoridades governamentais. O Código Penal regula os 18 anos como sendo a idade mínima para o casamento, embora os rapazes aos 16 e as meninas aos 14 possam contrair matrimónio mediante autorização dos pais ou responsáveis pelo menor.

⁴⁵ Lei n.º 35/2014, Lei da Revisão do Código Penal, http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Lei-35_2014Codigo_Penal.pdf [21 de Maio de 2016]

O tráfico de pessoas é uma matéria criminalizada no país e refere-se ao ato de violência, ameaça grave ou outra manobra sobre um indivíduo com o fim de levá-lo para um país estrangeiro para fins de prostituição ou exploração. Recordar que em 2002, o relatório do Governo de Moçambique pelo Comité de Direitos da Criança, arrolou este problema e mostrou a sua preocupação perante um fenómeno que cresce muito rapidamente. Para materializar a sua preocupação, o governo aprovou dois protocolos facultativos das Nações Unidas sobre a Prevenção e Punição do Tráfico de Pessoas, a (Resolução n.º 87/2002), e sobre a venda de Crianças, Prostituição e Pornografia (Resolução n.º 43/2002). Para proteger as crianças deste mal, em 2008, o governo aprovou a (Lei n.º 6/2008) que no seu Art.º n.º 10º dispõe que:

todo aquele que recrutar, transportar, acolher, fornecer ou receber uma pessoa, por quaisquer meios, incluindo sob pretexto de emprego doméstico ou no estrangeiro ou formação ou aprendizagem, para fins de prostituição, trabalho forçado, escravatura, servidão involuntária ou servidão por dívida será punido com pena de dezasseis a vinte anos de prisão maior.

Este dispositivo previne contra a escravatura, tráfico, servidão, trabalho forçado ou obrigatório.

O recrutamento de crianças para atividades ilícitas, como para a produção e tráfico de estupefaciente, constitui outra preocupação para as autoridades nacionais, num país que serve de corredor preferencial do narcotráfico. Moçambique ratificou em 1990 a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas e Estupefacientes (Resolução n.º 8/90) e a Resolução n.º 11/95, em 1996, relativa a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas (OIT/IPEC, 2010).

Não nos esquecemos de fazer referência que para o serviço militar, a idade mínima estabelecida para o recrutamento é de 18 anos, como estipula o Dec. n.º 7/2010.

Terminamos esta análise sublinhando que constitui também preocupação o facto de as leis moçambicanas não acomodarem o contexto local, no sentido de que as mesmas não estão em conformidade com as realidades vividas pelas crianças moçambicanas devido às realidades socioeconómicas envolventes, como a pobreza. As crianças não têm acesso a segurança social

suficiente e abrangente que possa prevenir a delinquência, o viver na rua e o abandono da escola para trabalhar.

Estágio das Políticas Nacionais em prol da luta contra o trabalho infantil

Depois da abordagem dos aspetos legais que protegem a criança contra a exploração no trabalho infantil, consideramos de mais-valia para complementar o enquadramento legal compulsar as políticas nacionais para ver como estas abordam a questão da luta contra o trabalho infantil.

O governo de Moçambique trabalha num esforço coordenado e transversal. Referência especial vai para o Programa Quinquenal do Governo (PQG), instrumento atrás referido como estratégia de desenvolvimento adotada pelo governo desde 2010 a esta parte que integra toda a planificação do Governo de Moçambique, como o próprio nome diz, num período de 5 anos. Deste programa constam objetivos específicos sobre a educação, saúde, mulher, família e ação social, trabalho, higiene, segurança e emprego.

Outra política de relevo é o Plano Económico e Social (PES), aprovado pela Assembleia da República, um instrumento de operacionalização dos objetivos económicos e sociais definidos pelo (PQG). Neste plano, a atuação das finanças públicas está orientada para a correta efetivação do PES.

A Política de Acção Social (PAS) é outro instrumento de relevo, aprovada pela Resolução n.º 12/98 e coordenada pelo Ministério do Género, Criança e Ação Social (MGCAS) através de dois mecanismos (intersetorial e interinstitucional). O mecanismo intersetorial permite a articulação deste com os diferentes setores ministeriais de forma horizontal, integrando os assuntos de interesse da criança nos respetivos planos de ação. O mecanismo interinstitucional permite que o MGCAS se relacione com os diferentes intervenientes, quer privados, quer da sociedade civil e comunitários, e, se opere a troca de informação, de diálogo e de concertação.

Os Planos Nacional para a Criança I (MMAS, 2004) e o Plano Nacional para a Criança II, (MMAS, 2012), coordenados pelo MGCAS entre diferentes pontos de atuação, em prol da proteção da criança, definiram objetivos específicos relativos à prevenção do trabalho infantil, como sejam:

- a. Sensibilização e capacitação das comunidades no sentido de as alertar sobre os perigos/riscos do trabalho infantil.
- b. Realização de campanhas contra o trabalho infantil com o envolvimento da sociedade civil.
- c. Criação de formas alternativas de rendimento para as famílias das crianças trabalhadoras, com o objetivo de as tirar do trabalho e integrá-las no sistema educativo.
- d. Capacitação e sensibilização das organizações sindicais, líderes comunitários e organizações comunitárias de base para a identificação e denúncia do trabalho infantil e exploração de menores.

Resumindo, o quadro legal e as políticas atinentes à proteção da criança no país não deixam dúvida sobre a existência de uma cultura pro-infância, contudo há um longo caminho a percorrer para que o conteúdo dos textos legais, das políticas nacionais e dos correspondentes planos de ação relativos à infância se tornem uma realidade para todas as crianças do país.

Perceção do fenómeno do trabalho infantil pela sociedade moçambicana

A frequência de informação dos *media* é um indicador do grau de perceção de um fenómeno, pois “os meios de comunicação social contribuem, mediatizando o fenómeno, para um escrutínio público” (Macedo, 2012:15). A informação permite maior visibilidade social dos fatos e faz ressaltá-los aos olhos de quem de direito. Um défice de informação sobre o fenómeno do trabalho infantil é problemático, e encaramo-lo como um défice de cultura científica referido por Granado e Malheiros (2001) porque também obstaculiza a compreensão do mundo atual, sendo difícil formar uma opinião sobre o fenómeno e até de intervir para o modificar.

Uma comunicação social fortalecida é fundamental para todos os cidadãos, inclusive crianças, por ser uma forma de transmitir informação vital para elas próprias, para os pais, em matéria de educação, saúde e questões de proteção da criança (UNICEF, 2010). Para percebermos o grau de percepção do fenómeno pela sociedade moçambicana, a partir da frequência de informação, analisamos o grau de exposição das comunidades, em especial das crianças aos diferentes *media*, como a rádio, a televisão e jornais.

Analisamos em primeiro lugar a atividade da rádio como o meio de difusão de maior cobertura. A rádio cobre todo o país, havendo rádios comunitárias⁴⁶, estimadas em mais de 90 estações, cobrindo mais de metade dos distritos, como refere a UNICEF (2014). As rádios comunitárias são na maior parte dos distritos o único meio de comunicação acedido pela comunidade, desempenhando, assim, um papel fundamental no processo informativo, educativo e recreativo para a população. Constitui o veículo informativo tanto para as crianças como para a comunidade e todas elas possuem na sua grelha de emissão programas de carácter infantil (Biza e Gonçalves, 2007). Nestas, as locuções são feitas nas diferentes línguas o que torna a informação mais facilmente compreendida.

Quando avaliado o tempo de emissões radiofónicas privadas e comunitárias de programas para crianças e, a partir de dados sobre inquérito mensal às rádios, constata-se que – 1. 533 são emissões privadas, contra 12.987 radiodifusões comunitárias (INE, 2010). Preocupante porque os dados não nos elucidam sobre o tipo de programas e nem o grau de exposição das crianças aos programas.

Os dados abaixo (quadro 1.19) podem ajudar-nos a construir uma ideia aproximada da tendência prevalecente relativa a três anos consecutivos, 2007, 2008, 2009 do tempo de exposição das crianças a programas infanto-juvenis e ou educativos.

⁴⁶ Rádio comunitária é de e para a comunidade e segundo a UNESCO, é um serviço de radiodifusão sem fins lucrativos gerido pela comunidade ou com a participação desta. Tem como missão central contribuir para o desenvolvimento socioeconómico e cultural da comunidade, promovendo a cultura de paz, democracia, os direitos humanos, a equidade e o *empowerment* da comunidade onde está inserida (Jane, 2004).

Quadro 1.19: Tendência (tempo/ horas) relativa à exposição das crianças a programas infanto-juvenis no período 2007-2009

Programa		2007	2008	2009
Infanto-juvenil	Televisão pública	909	554	558
	Televisão privada	1.041	1569	1201
educativo	Televisão pública	279	298	291
	Televisão privada	988	502	860
filmes	Televisão Pública	1.016	870	1055
	Televisão Privada	1 677	2 338	2 527

Fonte: INE, 2010

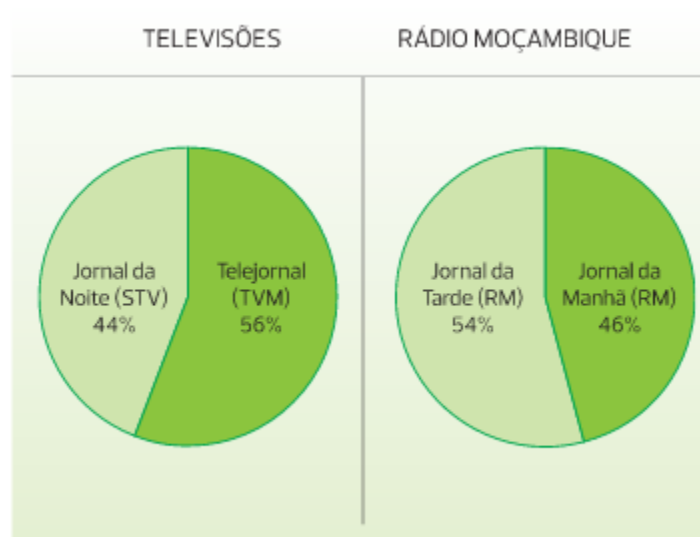
O quadro 1.19 permite o acesso a informação relevante. A televisão privada tem mais tempo de exposição que a pública. Depois, a frequência em vez de subir sucessivamente, parece não haver controle, oscila, deixando transparecer alguma fraqueza do compromisso com a educação das crianças. Importa considerar que a cobertura nacional em termos de televisão é ainda um desafio, havendo o constrangimento de acesso a energia elétrica de alguns distritos e localidades.

O estudo *A Criança na Imprensa: Análise da Cobertura Jornalística*⁴⁷, produzido pela Rede de Comunicadores Amigos da Criança (RECAC) com o apoio da UNICEF, visando a observação quantitativa e qualitativa do conteúdo dos artigos publicados na *media* moçambicana, nomeadamente rádio, televisão, jornais diários (*Notícias, Diário de Moçambique, O País*) e semanários (*Savana, Domingo, Zambeze, Canal de Moçambique, A Verdade, e Magazine Independente*) também fornece informação pertinente sobre a temática

⁴⁷ Trata-se de um mecanismo criado em 2007, denominado Rede de Comunicadores Amigos da Criança (RECAC), usado pelo MISA em parceria com a UNICEF com o objetivo de dinamizar uma cultura jornalística no país que dê uma atenção especial as questões relacionadas com o mundo da criança, na fiscalização de políticas públicas sociais, respeito pelos direitos humanos e principalmente dos direitos das crianças, sendo o foco principal as questões sobre proteção de crianças. A análise recai sobre jornais moçambicanos, de entre diários e semanais.

de exposição da criança a informação específica. Lancemos um olhar sobre a tendência das televisões e da rádio.

Figura 1.8: Cobertura televisiva e radiofónica direcionada a crianças em 2013



Fonte: A Criança na Imprensa- Análise jornalística, 2013⁴⁸

A tendência é de alguma esperança. O telejornal da Televisão de Moçambique, televisão pública, possui audiências interessantes bem como a edição radiofónica da Rádio Moçambique, todavia, nem todas as crianças moçambicanas têm acesso a estes meios, dada a deficiente cobertura destes *media* no território nacional. Trata-se de informação para algumas crianças. As restantes crianças têm alguma exposição aos programas através das rádios comunitárias, as únicas *media* que atingem as zonas rurais. Pode-se imaginar que a qualidade e a frequência não sejam as mesmas por razões diversas, só para exemplificar, enquanto a televisão oferece informação atualizada e com possibilidades de uma contextualização mais

⁴⁸ Pode ser consultada na íntegra no seguinte endereço: <http://www.unicef.org/mz/online-files/RelatorioCriancaNaImprensa2013.pdf> [24 de Maio de 2016]

ampla, as rádios comunitárias apenas reportam sobre aspetos da sua área de cobertura, o distrito.

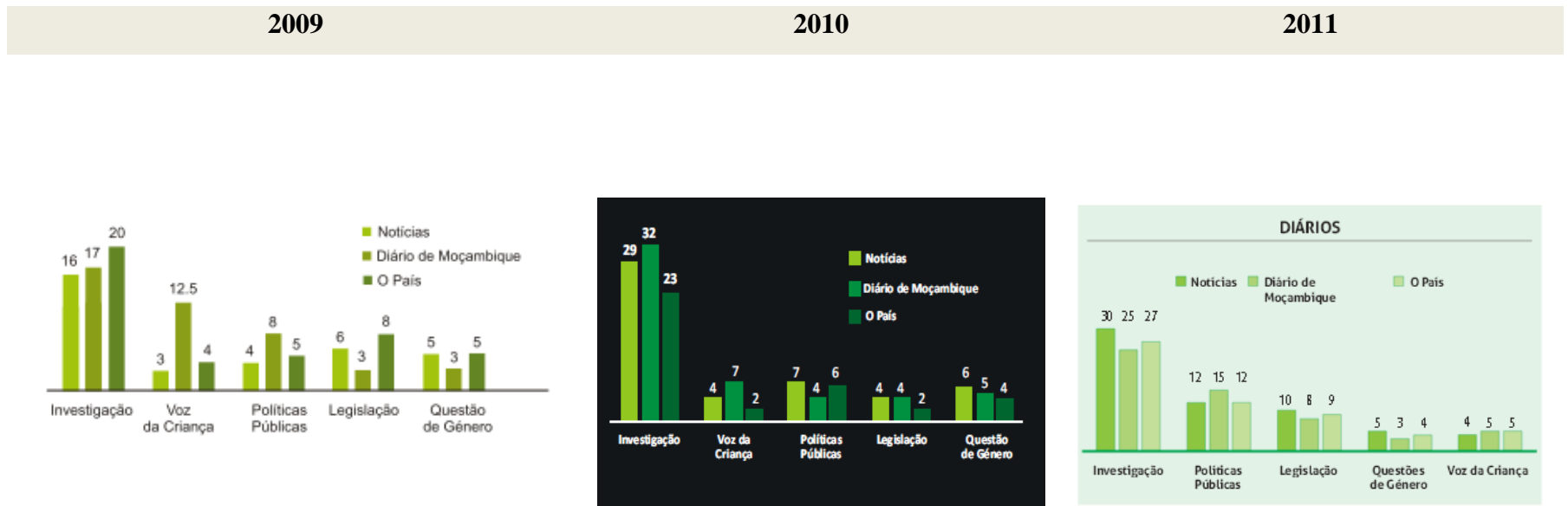
O estudo sobre a *A Criança na Imprensa: Análise da Cobertura Jornalística* denuncia que a investigação jornalística sobre os assuntos que dizem respeito à criança continua aquém do desejado, principalmente no que implica:

informação de qualidade com uma contextualização dos assuntos, apresentação dos factos com ampla riqueza de detalhes, apresentação de estatísticas, legislação, diversidade de fontes, opiniões divergentes, sugestões de soluções e divulgação de melhores práticas

(RECAC, 2011:5)

Os gráficos (figura 1.9, 1.10) que proporcionamos abaixo referentes a abordagem dos *media* de assuntos sobre a criança relativos a três anos consecutivos, 2009-2011 ajudam a elucidar a realidade dos factos.

Figura 1.9: Panorama do desempenho dos jornais diários no período 2009-2011



Fonte: RECAC, 2009, 2010, 2011

Figura 1.10: Panorama do desempenho dos jornais semanários no período 2009-2012

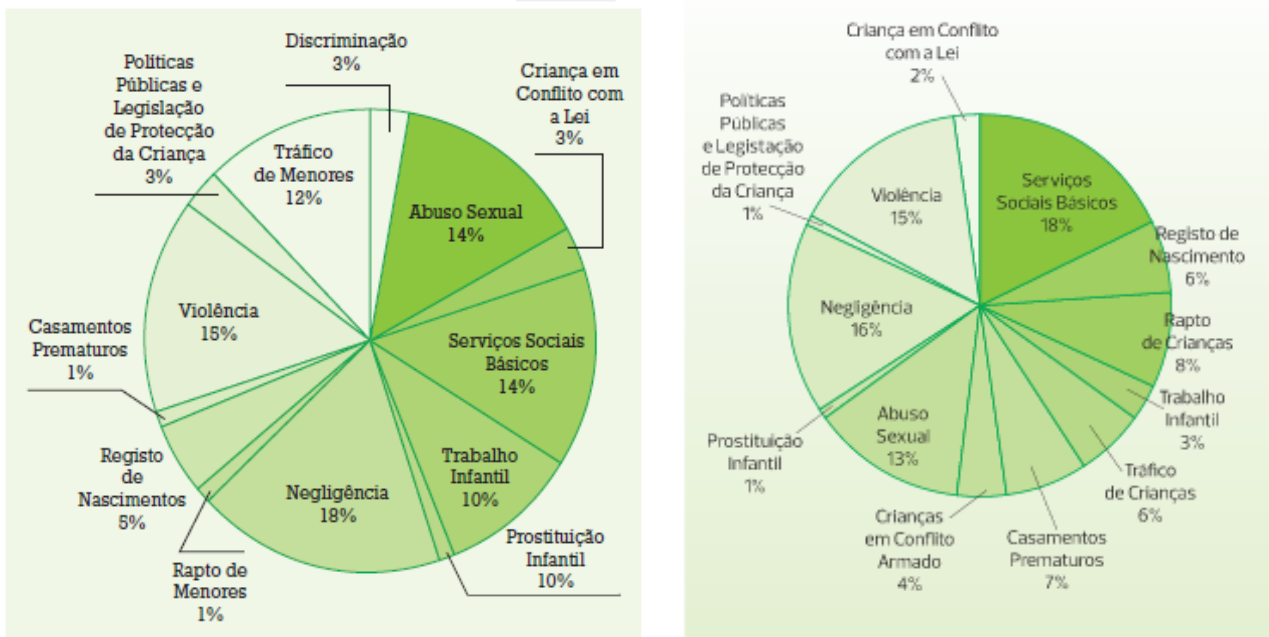


Fonte: RECAC, 2009, 2010, 2011

Da análise destes gráficos destacamos alguns aspetos que nos parecem importantes. Temas como políticas públicas, legislação, questões de género, voz da criança são escassamente abordados nos *media*. Isto pode significar que a sociedade moçambicana é muito pouco informada sobre o que está a acontecer com os assuntos da criança e como consequência imediata, não há construção e consolidação da consciência coletiva sobre a necessidade de luta contra este mal.

Os gráficos da figura 1.11 revelam o nível de incremento das matérias abordadas, mas podem também ser vistos como um sinal do mutismo dos *media* a respeito dos assuntos pertinentes sobre a vida das crianças moçambicanas.

Figura 1.11: Temas relacionados com a proteção da criança abordados nos jornais entre 2012 – 2013



2012

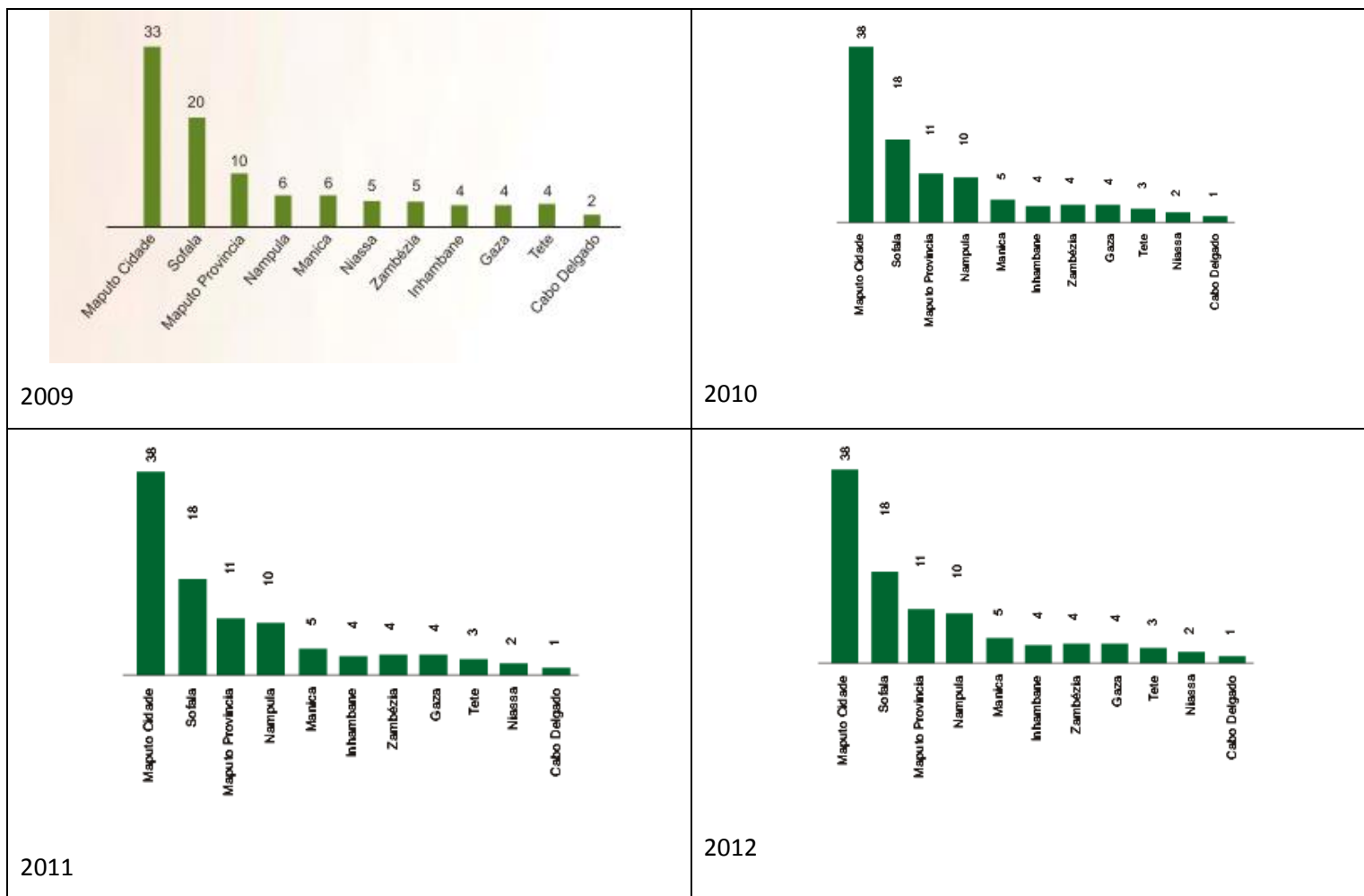
2013

Fonte: RECAC, 2012, 2013

Cada uma das áreas em análise dizem respeito a questões relativas à proteção da criança contra vários problemas, nomeadamente políticas públicas, casamentos prematuros, violência, discriminação, prostituição, raptos, tráfico de menores, casamentos prematuros, de entre outros.

Apesar do incremento do leque de informação, ainda assim a abordagem é reduzida, senão nula, dada a magnitude dos problemas que enferma a vida das crianças moçambicanas, como é o caso dos casamentos prematuros, um dos problemas que como o referimos anteriormente afeta negativamente a vida das 20% das raparigas mais pobres do país (Divage, Divage & Marrengula, 2010). Um dado importante relacionado com os casos reportados é a localização geográfica dos factos. Os gráficos da fig.1.12 abaixo esclarecem a tendência.

Figura 1.12: Tendência de localização geográfica dos factos reportados no período 2009-2012

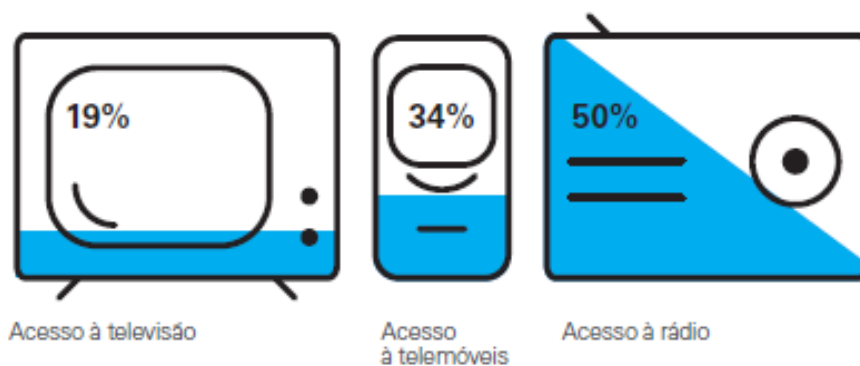


Fonte: RECAC, 2012

Não se sabe ao certo qual é a tendência a nível do país. Porém, os maiores índices de problemas reportados localizam-se nas Cidades de Maputo, Sofala e Província de Maputo. Uma coisa pode explicar este facto, a proximidade destas províncias das editoras dos jornais. Com exceção do *Jornal Diário* que está em Sofala, as restantes estão situadas na Cidade de Maputo.

Este estado de coisas ajuda a perceber melhor as constatações de Biza e Gonçalves (2007) que efetuaram um estudo de campo no âmbito do programa “Clube dos Bradas: Habilidades para a Vida dos Adolescentes” em que analisam o grau de conhecimento da comunidade sobre os direitos da criança, por parte de adultos. O estudo demonstra uma tendência global na qual a comunidade adulta pouco sabe sobre os direitos da criança e adolescentes. Esta tendência é partilhada pelo UNICEF através dos gráficos da figura 1.13.

Figura 1.13: Tendência de acesso à informação e ao conhecimento da população moçambicana



Fonte: UNICEF, 2014

Segundo a UNICEF (2014) o analfabetismo e a fraca competência comunicativa na língua oficial, constituem os maiores entraves de acesso à informação e ao conhecimento. A mesma fonte revela que 49% da população moçambicana está incapacitada de manter uma conversa em língua portuguesa, a língua normalmente usada no espaço público para veicular

informação, numa proporção de desvantagem de mulheres, 58%, contra 39% de homens. O pouco que se sabe sobre os direitos da criança varia, de acordo com o sexo e o estatuto socioprofissional (Biza e Gonçalves, 2007). Segundo estes autores, os pais e/ou homens adultos conhecem parte significativa dos direitos quando comparado com as mães ou mulheres. Por outro lado, adultos com algum nível de escolaridade, funcionários públicos, ativistas locais e líderes locais que participaram nas discussões revelaram possuir conhecimento acerca dos direitos da criança mais do que os que não trabalham e não possuem escolaridade, cuja maioria é igualmente constituída por mulheres.

Segundo o mesmo estudo, estas diferenças de acesso ao conhecimento dos direitos da criança pelos adultos do sexo masculino e feminino é condicionado por vários fatores onde se podem destacar o acesso e frequência ao espaço público e o acesso aos meios de comunicação social e institucionalizados por parte da maioria dos homens.

Em contextos rurais e semi-urbanos como aqueles onde ocorreu a pesquisa, é o homem quem mais escuta rádio. A respeito desta matéria, van Klaveren *et al.* (2009) revelam que o homem tem 1,5 vezes mais acesso à rádio do que as mulheres, e esta relação é melhor esclarecida pela figura 1.14, informação disponibilizada pelo UNICEF.

Figura 1.14: Percentagem por sexo de aceso a qualquer meio de comunicação



Fonte: UNICEF, 2014

Biza e Gonçalves (2007) esclarecem que o acesso e a participação em fóruns específicos de deliberação sobre vários assuntos que dizem respeito à comunidade e mesmo quando se trata de aspetos ligados à mulher e à criança é um privilégio reservado ao homem. É o homem que acede às redes de circulação de informação, principalmente nas instituições governamentais e não-governamentais nas quais circula igualmente maior parte de informação sobre assuntos diversos da vida pública e social. No estudo em referência, a análise dos discursos e opiniões dos adultos revelou também que os direitos são assimilados e confundidos com os deveres das crianças e maior realce é colocado no dever de respeito e obediência aos mais velhos, no contexto do exercício de atividades domésticas. Os dados do estudo revelam um grande distanciamento entre conhecimento e prática e sobretudo maior consciência do dever do que do direito.

A partir desta breve explanação pode-se considerar reduzida a percepção da sociedade moçambicana sobre a problemática da criança no geral e do trabalho infantil em particular. O ambiente social não proporciona informação suficiente para uma elucidação eficaz sobre a problemática. Outro dado que emerge é a existência dos aspetos culturais bem cristalizados nas mentes das comunidades.

Em resumo, o trabalho infantil no país decorre num contexto de pobreza, com alto nível de vulnerabilidade das crianças como consequência da quebra de estruturas de apoio familiar, num ambiente económico de mudança, com limitações de oportunidades educacionais, de informação, com um impacto do HIV/SIDA que exige das crianças uma contribuição de modo crescente no seio familiar, e, num ambiente prenhe de leis que, independentemente de serem suficientes ou não, ou muito pouco exigentes, ou mal conhecidas pelas comunidades e como consequência mal fruídas. Adicionalmente pode-se mencionar as calamidades naturais cíclicas como outros fatores condicionantes que colocam a criança numa situação de vulnerabilidade.

1.4 Caracterização da atividade de garimpo: o papel das crianças e os efeitos no respetivo desenvolvimento

Pouco se sabe sobre o ambiente de trabalho onde as crianças passam parte de seu tempo. No presente tópico caracterizamos a atividade de garimpo, as várias funções que as crianças desempenham neste contexto e as respetivos consequências.

É um dado inquestionável que o garimpo é uma atividade geradora de trabalho e por essa via, vista como potencial criadora de meios de subsistência de populações (Mosquera *et al.*, 2006[?]). Neste trabalho não estamos centrados em aspetos técnicos e relativos à atividade de extração, mas sim na mineração furtiva que envolve trabalho infantil. Trata-se de uma atividade ilegal e irresponsável, normalmente feita por comunidades rurais pobres com poucas alternativas de emprego (Mosquera *et al.*, 2006[?]; Dondeyne, 2007; Dondeyne, Ndunguru & Bannerman, 2009; Spiegel, 2009; Geoide Consultoria Limitada, 2010; Consul, Mandevane, & Tankar, 2012). A OIT estima que no mundo, e mais concretamente nos países em desenvolvimento, cerca de 13 milhões de pessoas estejam envolvidas nesta atividade (ILO, 1999 *apud* Dondeyne, Ndunguru & Bannerman, 2009).

A participação de crianças na atividade de garimpo, inicia-se muito cedo, sendo estas utilizadas em múltiplas tarefas:

- a. Cuidar dos mais novos ajudando suas mães e ou seus patrões enquanto trabalham;
- b. Auxiliar na entrega dos instrumentos de trabalho e limpeza dos mesmos;
- c. Selecionar cascalho, triturar rochas ou bateando no rio durante longas horas nas piores condições de higiene, segurança no trabalho;
- d. Extrair mineral, usando da sua agilidade, são preferenciais para se introduzir nos poços para extrair os resíduos do mineral nos filões, algumas vezes em poços profundos, e com pouca ventilação;
- e. Transporte dos resíduos para a superfície, feito por vezes de poços profundos sem nenhuma segurança, e transportando o resíduo para os locais da lavagem, no caso da extração de ouro, carregando de uma só vez quantidades pesadas de resíduos;

- f. Processamento, feito durante longas horas expostos ao calor, humidade e sem nenhuma proteção de segurança como óculos, botas, luvas, capacetes, iluminação para os casos de introdução nos poços, rádio de comunicação, de entre outros;
- g. Tarefas relacionadas com a mineração como confeção de alimentos, carregamento de água, lavar pratos, venda de produtos de consumo, de entre outras tarefas;
- h. Algumas crianças em especial as meninas servem os interesses sexuais dos garimpeiros em troca de dinheiro.

Ninguém sabe ao certo quantas crianças quebram etapas do seu crescimento com esta atividade e elegem o trabalho de garimpo como modo de vida. A participação de crianças no garimpo leva a que estas corram o risco de um futuro adiado por conta de uma atividade eminentemente passageira.

Sendo uma atividade furtiva e normalmente realizada por comunidades pobres, isso leva-nos a abordar a questão dentro do triplo vínculo, pobreza, desigualdades e deterioração ambiental. Vamos fazer a caracterização da atividade tendo como pano de fundo os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODMs) e os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs), base de consensos internacionais que visam a redução da pobreza e a proteção do planeta. O Relatório Nosso Futuro Comum sublinha que:

Muitas questões críticas de sobrevivência estão relacionadas com desenvolvimento desigual, pobreza, e aumento populacional [...] A espiral descendente de pobreza e da deterioração ambiental é um desperdício de oportunidades e recursos. De modo especial, é desperdício de recursos humanos.

(CMMAD, 1991:XIV)

Por sua vez, os ODMs e os ODSs assentam nos Direitos Universais do Homem, aprovados em 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, direitos que devem ser usufruídos por todos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem, nacional ou social, posição económica, nascimento, condição de vulnerabilidade, ou outra condição. Dos direitos relacionados com a caracterização que pretendemos fazer da atividade do garimpo constam de entre outros: O direito individual que defende que as pessoas não podem ser submetidas à escravidão, ou servidão, nem tratamento desumano; o direito do indivíduo em relação à

comunidade que defende o direito de possuir uma propriedade, seja ela individual ou coletiva; e os direitos económicos, sociais e culturais que tratam de questões básicas para a dignidade humana como alimentação, saúde, moradia, trabalho, educação e água, entre outros (Mosquera *et al.*, 2006[?]).

A atividade de garimpo é acusada, em termos gerais, de restringir o acesso à terra das populações não-mineradoras nos seus próprios territórios, que a usam em termos ancestrais para a agricultura, a pastorícia e outras atividades que lhes servem de sustento económico. Algumas das terras ocupadas pelos garimpeiros são terrenos férteis. Nalguns casos existe entendimento com os donos da terra e até partilha de lucros, mas são escassos os exemplos.

Partindo do que a CMMAD (1991:58) defende de que “A satisfação das necessidades e aspirações humanas é um objetivo tão óbvio da atividade produtiva” o garimpo, sendo uma atividade geradora de trabalho, poderia ser fonte de novas e maiores oportunidades de desenvolvimento, porém em vez de melhorias económicas, nas zonas de garimpo vive-se o paradoxo de se assistir a uma substituição dos produtos alimentares que antes eram produzidos localmente por outros oriundos de outras áreas e comprados nos mercados (Tankar, 2012). Esta alteração, por sua vez, implica um aumento da despesa das famílias. Este é sem dúvida um dos motivos que leva a anuência das famílias para que as crianças abracem o garimpo para suprir o défice financeiro da família.

Acresce ainda que as atividades de garimpo condicionam muitas vezes o acesso à água que é desviada para a mineração, como acontece na mineração de ouro. Contudo, o problema mais grave está relacionado com a qualidade deste bem uma vez que alguns produtos usados no garimpo são altamente tóxicos para os seres vivos. Os próprios terrenos mesmo depois de abandonados ficam contaminados e impróprios para a agricultura. Além disso, paralelamente a água passa a ser comercializada engarrafada, tornando-se mais uma despesa que as famílias têm de enfrentar.

O artigo nº. 229 dos ODSs, preconiza que o acesso pleno a uma educação de qualidade é uma condição para alcançar o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza, a igualdade entre os géneros, o empoderamento das mulheres e o desenvolvimento humano. A promoção de emprego decente exige que todos (crianças e jovens) tenham oportunidade de ter acesso às competências necessárias para o emprego, principalmente para os setores novos e emergentes. Mas de acordo com Tankar, (2012), as crianças acabam por perder a oportunidade de ir à escola e dedicam-se ao garimpo.

O estado em geral é dramático e dados indicam que o nível de desistência dos alunos do nível básico nas escolas localizadas nas imediações das áreas de mineração, só nos dois últimos trimestres de 2012, de um universo de 40 913 alunos, 1828 rapazes (4,4%) e (798), 4,3% meninas desistiram. No ensino secundário geral, de um universo de 4 906 alunos, de onde apenas 1 843 são meninas, desistiram 249, representando 5% e 71 rapazes, correspondendo a 3.8%. Sempre que se propala a notícia de descoberta de novas áreas de garimpo nas redondezas das escolas, o absentismo aumenta e até ocorrem desistências em massa, como revela (Consul, Mandevane & Tankar, 2012).

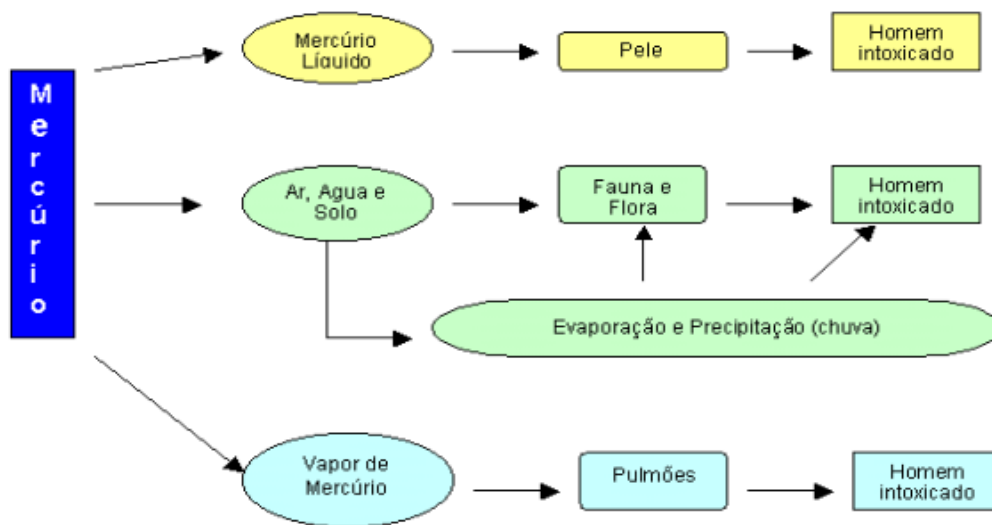
O garimpo é uma atividade nómada pela sua natureza o que obriga as populações mineradoras a viverem em casas pouco resistentes, por vezes restos de antigos acampamentos de outros mineiros, embora pensando que é para um tempo muito curto, algumas famílias acabam vivendo bastante tempo em habitações sem condições básicas (Mosquera *et al.*, 2006[?]). Tankar (2012) afirma que a característica nómada da atividade de garimpo desestrutura as famílias e as crianças ficam assim vulneráveis a estes movimentos nómadas que as privam de ir a escola, de ter amigos, e muito em particular de viverem numa casa adequada e com saneamento básico.

Os ODSs, no seu § 138, reconhecem “que a saúde é condição prévia, um resultado e um indicador das três dimensões do desenvolvimento sustentável [...] a base do bem-estar e da produtividade humanos” (CMMAD, 1991:119). As crianças que realizam atividades de garimpo estão sujeitas a vários riscos a nível de saúde: i) contaminação pelo uso de

substâncias tóxicas, como o mercúrio; ii) risco de desabamento de algumas explorações com a possibilidade de ficarem soterradas; iii) viverem em locais sem assistência médica.

Para as situações em que se usa o mercúrio no processamento do ouro, as crianças ficam expostas a uma possível contaminação. A figura 1.15 abaixo ajuda a perceber como se processa a contaminação..

Figura 1.15: Esquema do Ciclo de Intoxicação por Mercúrio



Fonte: Alberto, *et al.*, 2010

Mosquera *et al.* (2006[?]) advertem para o facto do mercúrio nunca desaparecer da natureza e sofrer um processo de acumulação ao longo das cadeias alimentares. O risco para o ser humano é muito alto, podendo nalguns locais existir mesmo uma contaminação por contacto direto.

A intoxicação por mercúrio cria danos profundos ao homem, provoca fraqueza, insónia, cegueira, surdez, perda da coordenação dos movimentos, problemas na articulação das palavras, perda da sensibilidade nas extremidades das mãos e dos pés e em torno da boca,

danos ao sistema nervoso, câncer e pode levar à morte, diz (Barce, 2006 *apud* Alberto, *et al.*, 2010). A estes sintomas Selemane (2010) adiciona outros problemas decorrentes da inalação de mercúrio, como dores de estômago, diarreias, depressão, ansiedade, gosto a metal na boca, dentes moles e com inflamação e sangramento nas gengivas, mudanças de humor, agressividade e dificuldades de prestar atenção. Nos casos extremos, provoca mutações genéticas (Mosquera *et al.*, 2006[?]). Devido ao facto dos danos do mercúrio no sistema nervoso apenas serem sentidos passado anos os garimpeiros desvalorizam este perigo e dizem “nós fazemos este trabalho há muitos anos, mas nunca vimos ninguém sofrer dessas doenças. Temos malária, febre e outras doenças normais” (Selemane, 2010:36).

Para além do mercúrio as crianças entram ainda em contacto direto com outros elementos químicos prejudiciais para a saúde humana quando em valores elevados: ferro, fósforo, crómio, cobre, arsénio e cádmio (Dondeyne, Ndunguru & Bannerman, 2009). Não obstante isto, nas zonas de garimpo observam-se crianças e adolescentes confinados na escuridão de estreitos túneis, trabalhando durante longas jornadas em minas, expostos a graves acidentes. As unidades sanitárias da região já reportaram casos de crianças atendidas com problemas respiratórios graves devido a inalação de mercúrio e poeiras, conforme refere Tankar citado pelo site⁴⁹ do Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da criança (ROSC).

Outro risco de assinalar que afeta a saúde das crianças mineradoras é a falta de força como resultado de desgaste prematuro da estrutura física decorrente de um trabalho precoce duro. Adiciona-se a estes males queimaduras, envelhecimento precoce, caracterizado pela diminuição do tónus muscular, doença conhecida por hipotonia, desenvolvimento não adequado e cancro de pele, por exposição ao mercúrio e ao sol, como nos esclareceu o *Fórum Terra*, uma associação da sociedade civil que trabalha na região.

⁴⁹ ROSC, <http://www.rosc.org.mz/index.php/noticias/item/123-apoio-as-covs-e-jovens-vulner%C3%A1veis-sadc-estabelece-padr%C3%B5es-e-diretrizes-comuns> [29 de Dezembro de 2015]

Ligados às condições de vida podemos fazer referência a deficiências de nutrição, saneamento do meio, às precárias condições habitacionais, consumo de droga, promiscuidade nas zonas de garimpo o que propicia o aumento da contaminação pelo HIV.

A qualidade de vida não diz respeito apenas àquilo que é a situação de momento das crianças. A qualidade de vida passa pelo desenvolvimento sustentável e está relacionada com a capacidade para melhorar as condições de vida no futuro, como defende a análise da CMMAD (1991). Tankar (2012) em declarações à Rádio DW e fazendo referência a realidade constatada num estudo realizado em três distritos da Província de Manica, revela que as crianças vivem o paradoxo de, com o rendimento mensal de aproximadamente 160 euros, continuarem a viver na pobreza absoluta, sofrendo de má nutrição, por vezes crónica, e, em precárias condições habitacionais, de saúde e de saneamento. Se hoje estas crianças vivem em tais situações, fica claro que com o garimpo não ascendem a qualidade de vida e muito menos criam uma base para uma contínua e crescente qualidade de vida.

O garimpo ilegal é um trabalho realizado por vezes sob coação, essencialmente por necessidades económicas de quem o pratica. Para além disso implica tarefas pesadas como cavar, usando picaretas, pás e enxadas, manuseio de elevadores feitos de material local e precário sem nenhum sistema de controle de segurança, sem iluminação adequada, chegando mesmo a usar velas; sem botas, luvas e equipamento adequado, trabalhando de tronco nu, e sem descartar a hipótese de ser mordido por cobras que eventualmente se introduzam nos poços uma vez que estes são a céu aberto, e o garimpo se realiza em zonas remotas.

Uma aspeto a destacar é a não existência de uma formalização das relações de trabalho. Neste processo podemos encontrar vários tipos de trabalho, desde o individual, por conta própria, trabalho familiar, trabalho de grupos de sócios trabalhadores, trabalho comunitário e o trabalho dependente, sob diversas modalidades de pagamento ao trabalhador (Mosquera, *et al.*, 2006 [?]) e em nenhum destes tipos há formalização das relações de trabalho.

É ainda um trabalho penoso porquanto implica carregar grandes quantidades de material. Por outro, quando no exercício da atividade encontram campas funerárias, estas são muitas vezes profanadas. Nos locais de garimpo, para além da droga, há prostituição, casamentos prematuros, em suma, as crianças não vivem nem brincam como crianças que são e ninguém lhes respeita esse direito.

O trabalho decente, digno, tem uma relação estreita com a erradicação da pobreza. Reforçam-se mutuamente. Não se pode erradicar a pobreza havendo segmentos inválidos por acidentes de trabalho, sem direito a uma proteção social para proteger ou a si mesmos por invalidez e ou os familiares de mortos por acidentes de trabalho.

Em todo este processo a criança está exposta a vários perigos como trabalhar longas horas, explosões, desmoronamentos, soterramentos e contaminação com substâncias tóxicas, como já afirmámos. A falta de formalização da relação de trabalho, a não existência de um sistema de proteção social cria toda a possibilidade de as crianças estarem expostas a situações de vulnerabilidade. Em situação de invalidez não há um sistema que garanta o sustento deste indivíduo. Tratando-se de criança a situação é mais grave.

Uma mineração responsável deve ter sempre em atenção os aspetos socioculturais, uma vez que a atividade pode ocorrer em contextos onde exista diversidade étnica e cultural (MIREME, 2012). Para este desiderato, as consultas comunitárias visando o conhecimento das práticas culturais e tradicionais, a explicação às comunidades locais sobre os impactos nefastos ou benéficos das suas práticas constituem as estratégias para uma mineração responsável.

No garimpo a atividade inclui imigrantes nacionais e estrangeiros, feita muitas vezes em áreas remotas de difícil acesso. O carácter furtivo da atividade não permite a organização de uma estrutura administrativa transparente que garanta o respeito pelo cumprimento dos diversos normativos. As Nações Unidas apelaram a “Uma agenda global de mudança” (CMMAD, 1991:XI), referindo-se à necessidade urgente de se propor estratégias ambientais a longo prazo para se obter um desenvolvimento sustentável para a humanidade. A proteção ambiental é daquelas atividades que diz respeito a todos no geral e a cada um em particular.

No caso do garimpo ilegal este envolve normalmente práticas rudimentares de extração algumas das quais inimigas do ambiente e da saúde humana. De entre as práticas inimigas do ambiente está o uso indevido do mercúrio no processo de extração do ouro (Spiegel, 2009) como já foi referido. O uso do mercúrio na prática de amalgamação é tido como um processo que contribui com cerca de 1000 toneladas de mercúrio emitido para o meio ambiente por ano (Swain *et al.*, 2007 *apud* Spiegel, 2009) e provoca sérios problemas ambientais.

Outra prática nociva está na lavagem de detritos nos leitos dos rios o que provoca não só a contaminação da água como o assoreamento dos rios, ao invés de usar bacias de decantação e caixas de concentração, os chamados *sluice box* (MIREME, 2012). Outro método que está de entre as práticas nocivas de desmonte de solos, presente na realidade de garimpo do ouro em Manica é o denominado *Djiqui* que consiste na utilização de injeções de água para amolecer o solo e depois desmoroná-lo, fazendo deslizar ao longo de canais previamente feitos sobre o qual colocam as caixas de concentração onde é retido o mineral. Este é um daqueles métodos que concorre para o assoreamento dos rios, prejudicando não só a vida animal, como agrícola e de toda a comunidade.

Outra prática nociva está na não recuperação ambiental de acordo com o ecossistema local depois de terminada a mineração e ainda na mineração em locais protegidos pela biodiversidade dos ecossistemas. Podemos ainda acrescentar a necessidade de disposição dos resíduos e efluentes de maneira segura para evitar a contaminação do meio ambiente.

O artigo nº. 228 dos ODSs, reconhece a importância das leis e regulamentos para o setor mineiro porque geram benefícios económicos e sociais e incluem diretrizes para reduzir os efeitos sociais e ambientais, garantindo também a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas para uma atividade mineira sustentável. No âmbito do respeito pela legalidade a governança, a arte da participação informada nas decisões sobre como usar a terra e os seus recursos (Mosquela *et al.*, 2006[?]), constitui uma estratégia basilar para o respeito das leis. As leis são criadas para proteger os nossos recursos.

Porém, o garimpo ilegal é uma atividade que não respeita a legislação e as boas práticas ambientais, poluindo rios e devastando reservas de biodiversidade (Dondeyne, Ndunguru & Bannerman, 2009). Esta atividade que atrai homens, mulheres e crianças é realizada num contexto de total desorganização e desregulação (Dondeyne, Ndunguru & Bannerman, 2009), sob o olhar permissivo do governo de Moçambique (Geoide Consultoria Limitada, 2010) e das autoridades locais. Permissivo porquanto, primeiro, relembramos que a Constituição da República proíbe o trabalho infantil. Segundo, porque as pessoas que fazem o garimpo não possuem autorização legal para o exercício da atividade mineira.

Trata-se de um trabalho pesado que deixa marcas no presente e no futuro das crianças participantes. As marcas do presente talvez não sejam tão visíveis como as do futuro porque hoje, o discurso de alívio à pobreza escamoteia a realidade escondida. As marcas do futuro essas sim, certamente serão mais visíveis quando a sociedade se der conta que as crianças de hoje, adultos do amanhã, têm sequelas físicas e psicológicas e também porque o espectro da pobreza se reproduz pelas gerações em todo o sempre sem cessar.

CAPÍTULO 2 – SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO E SOCIOLOGIA COMPREENSIVA

No presente capítulo delineamos a restante parte do quadro teórico, a qual serve de ponto de ancoragem à interpretação dos dados recolhidos durante o estudo empírico (capítulo IV).

Começamos por atribuir ênfase aos conceitos de “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável”, fazendo referência aos debates que têm vindo a suscitar. Como conceitos multidimensionais que são, abordamos as suas diferentes vertentes, nomeadamente a social, a ambiental, a económica e a educativa. Todos estes aspetos são analisados tendo presente a temática da tese – o trabalho infantil em situações de garimpo ilegal, a qual está diretamente relacionada com as questões do desenvolvimento sustentável.

De igual modo, atribuímos ênfase à teoria da Sociologia Compreensiva de Max Weber, a qual selecionámos para fornecer os fundamentos filosóficos de base que enquadrem a análise dos dados recolhidos.

2.1 Os conceitos de “sustentabilidade” e de “desenvolvimento sustentável”

Quando analisamos conceitos como os de “sustentabilidade” e de “desenvolvimento sustentável” devemos ter sempre presente visões multi e transdisciplinaridade, que não se esgotem apenas nas Ciências Sociais. Há inúmeras perspectivas que necessitam de ser consideradas de forma a conseguir um quadro teórico de referência (Quivy e Luc Van Campenhoudt, 2008), que permita ao investigador desenvolver um plano de investigação coerente com os objetivos formulados, assim como construir proposições explicativas do fenómeno em análise.

Neste quadro, importa clarificar alguns conceitos chave. O termo “desenvolvimento sustentável” embora de uso corrente, a partir de 1980, corresponde por vezes a significados distintos em função dos *stakeholders* que os utilizam. Com frequência é considerado como sinónimo de “sustentabilidade”, porém, enquanto no primeiro caso estamos a fazer referência a um processo, no segundo trata-se de uma meta a atingir (Amador e Oliveira, 2013).

2.1.1 Discussões e debates

De acordo com Malthus (1766-1834) o crescimento populacional não é proporcional à capacidade de o planeta produzir meios de subsistência (Baker, 2006). Na sua teoria Malthus defendia que o crescimento da população não podia ser maior que os recursos naturais existentes, o que criaria cenários de fome e doença. Para este autor, o referido cenário constituía um obstáculo natural ao crescimento da população (Braidotti *et al.*, 1994). Malthus escreveu na altura um célebre e polémico livro intitulado *An Essay on the Principle of Population, as it affects the Future Improvement of society: With Remarks on the Speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet and Others Writers* (1798) onde defendia a tese de que a pobreza e a miséria resultavam da tendência de a população crescer muito mais rapidamente do que os meios de subsistência (Arnaldo e Cau, 2013). Para evitar esta tendência que segundo ele se manteria a menos que se detivesse o aumento populacional, Malthus proclamou a redução da natalidade principalmente nas populações pobres como estratégia para, segundo a

sua perspectiva, evitar o aniquilamento coletivo (Dreyfus, Marx & Poidevin, 1996). Não obstante existirem, na teoria de Malthus, conceções discutíveis, a questão da relação entre os recursos naturais disponíveis e o crescimento da população figura ainda hoje em dia nos debates sobre a temática de DS.

O debate acérrimo em torno das questões que no presente estão abrangidas pelo termo verificou-se na segunda metade do século XX, período em que o conceito ganhou dimensão acrescida em resultado dos impactos ambientais provocados pelo desenvolvimento industrial. O pós-II Guerra Mundial é marcado por um período em que o modelo de desenvolvimento económico, principalmente dos países ocidentais, se caracterizou por um sistema agrícola de modelo capitalista, uma industrialização em larga escala e uma massificação da produção e do consumo (Miller e Twining-Ward, 2005). Tratou-se de um período de prosperidade económica assinalável no hemisfério norte, acompanhado de impactos ambientais, sociais e culturais, todavia marcado profundamente pelo acentuar das disparidades de desenvolvimento entre os dois hemisférios, norte e sul, estando o sul incapacitado de acompanhar o ritmo de crescimento do primeiro (Maddison, 2003).

Na atualidade, o debate aceso em torno deste conceito decorre num período de grande complexidade em que a humanidade está a ser confrontada pelos novos desafios que enfrenta em simultâneo: questões ambientais, económicas, sociais e tecnológicas que se interligam à escala local e global (Harris, 2007). De acordo com este autor os novos desafios são produto de múltiplas ações antrópicas. O próprio crescimento exponencial da população assim o propícia, mas a este junta-se o desenvolvimento tecnológico, o uso desregrado dos recursos, a industrialização, uma prosperidade económica desigual e patente no desequilíbrio Norte/Sul, e em outros aspetos.

Para compreendermos a evolução histórica do conceito é necessário, de acordo Soromenho-Marques (2003, 2005), ter presente o longo percurso de avanços e recuos em torno das preocupações e políticas ambientais das últimas quatro décadas. Este autor identificou quatro ciclos distintos, que passamos a sintetizar.

O primeiro a que intitulou de “gênese” (1962-1973) decorreu num período particular do despertar da consciência ambiental, assinalado por publicações de diversas obras, a primeira das quais a «Primavera Silenciosa» de autoria de Raquel Carson, e posteriormente o aparecimento do livro *The Tragedy of the Commons* (1968) de Hardin, e de *Limits to Growth* (1972) de Meadows, e ainda de *Small is Beautiful* (1973) de Schumacher. Este período decorre até à Guerra de Yom Kippur e à crise petrolífera. Foi um período fecundo, de expansão e reflexão sobre as questões ambientais, marcado pela criação de ministérios do meio ambiente e pela explosão de legislação ambiental e de convénios internacionais relativos à conservação da natureza e controle da população.

O segundo ciclo (1973-1983) correspondeu a um período de “recuo”. Foi marcado pela instabilidade económica, provocada pela crise do petróleo. A crise energética marcou profundamente o momento e desviou a atenção da agenda internacional para o desemprego e a recessão económica.

O terceiro ciclo, denominado por Soromenho-Marques (2003) por “ciclo virtuoso” (1983-1997), foi caracterizado por um ecoar cada vez maior do discurso ambiental ao nível internacional e correspondentes repercussões na legislação. É neste período que a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983 pelas Nações Unidas, elabora o emblemático relatório “Nosso Futuro Comum”.

O quarto ciclo, designado de “impasse” foi iniciado em 1997 e é caracterizado pelo embaraço que os Estados Unidos da América (EUA) causaram na sua recusa de cumprimento do acordado no Protocolo de Kyoto, tratado ambiental internacional criado para a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa.

Rodrigues (2009) concebe o desenvolvimento como um processo complexo, que se está a desenrolar de uma determinada forma e que se a direção do processo for ao encontro do ideal da sustentabilidade, esse desenvolvimento pode ser considerado sustentável. O termo sustentável, definido de uma maneira grosseira, é a característica do que se pode manter,

defender ou seguir (Fernandes, 2002). Apondo os dois conceitos nasce o conceito largamente conhecido na atualidade de desenvolvimento sustentável, entendido como o que “se pode manter no tempo, defender com argumentos, seguir por consciência e opção” (Fernandes, 2002:13).

A definição de DS mais citada tem como origem o *Our Common Future* (WCED 1987), também conhecido por Relatório Brundtland, intitulado *Nosso Futuro Comum*. Embora o conceito já estivesse presente em 1969 no *National Environmental Policy Act* (NEPA 1969, pp. 91–190).⁵⁰ Por outro lado, também não é correto afirmar que este conceito só tenha surgido no final do século XX. Na verdade, a partir do século XVIII começam a existir referências à escassez de alguns recursos e aos problemas que o crescimento demográfico colocava em algumas regiões do globo. No século XIX, a Revolução Industrial também esteve na origem da degradação de alguns ecossistemas, mas as questões relativas à sustentabilidade adquiriram uma maior importância a partir das décadas de 60 e 70 do século passado, associado à publicação de algumas obras de referência já antes referidas e à ocorrência de grandes desastres ambientais de origem antrópica.

As diversas conferências internacionais que têm vindo a ocorrer também são um testemunho da crescente preocupação com as temáticas do Desenvolvimento Sustentável, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (1972). Mas é no âmbito do chamado Relatório Brundtland que surge a definição de desenvolvimento sustentável mais citada: suprir "as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas necessidades "(WCED 1987, p. 43). Esta definição suporta-se na necessidade de ser necessário existir um equilíbrio entre as atividades humanas e os processos ecológicos que sustentam toda a vida, tanto agora como no futuro.

⁵⁰ National Environmental Policy Act, https://ceq.doe.gov/laws_and_executive_orders/the_nepa_statute.html [22 de Maio de 2016]

Diferentemente da ideia malthusiana de controlo demográfico nos países pobres, e também da ideia defendida pela equipe do Clube de Roma de separação do ambiente dos aspetos socioeconómicos (Hopwood, Mellor & O'Brien, 2005), esta definição tornou-se não só a mais vulgarizada, mas aquela que mais enfocava a sua atenção para os problemas dos países em desenvolvimento e conseguia conciliar aspetos entendidos como conflitantes, a exemplo da dicotomia proteção ambiental/crescimento económico, reconhecendo assim como essencial a ligação intrínseca entre as dimensões social, económica e ecológica (Baker, 2006). Apesar de polémica, por a mesma sugerir que o crescimento económico, a modernização industrial e as exigências do mercado eram elementos-chave e metas a atingir por todas as nações, quer fossem ricas quer fossem pobres (Blewitt, 2009), o termo DS é desde este período usado como um marco central para a perceção da relação entre a humanidade e a natureza e entre os povos da Terra.

A ideia-chave sublinhada no Relatório Brundtland reside em considerar e acreditar que “A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas” (CMMAD, 1991:9). O conceito assim definido no Relatório Brundtland, envolve uma nova atitude de abertura e a necessidade de integração dos mais desfavorecidos na corrida ao desenvolvimento porque:

para haver um desenvolvimento sustentável é preciso atender às necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor. Um mundo onde a pobreza é endémica estará sempre sujeito a catástrofes, ecológicas e de outra natureza.

(CMMAD, 1991:10)

Esta perspetiva aceita a ideia da limitação imposta pelo estágio atual da tecnologia, associada à capacidade de se encontrar no ambiente as necessidades do presente e as do futuro (CMMAD, 1991; Diegues, 1992; Blewitt, 2009), considerando que tanto um como outro aspeto “podem ser aprimorados a fim de proporcionar uma nova era de crescimento económico” (CMMAD, 1991:9). Esta nova era de crescimento exige equidade intra e intergeracional e a formulação de uma nova ideia de desenvolvimento onde reine harmonia entre o homem e a natureza. É como defende Cornelius Castoriadis: “Não queremos uma

expansão ilimitada e irreflectida da produção, queremos uma economia que seja um meio e não a finalidade da vida humana” (Latouche, 2011:100).

É em defesa de todos que se defende esta harmonia para a satisfação das necessidades e o bem-estar num sentido mais amplo do que apenas a exploração de recursos (Hopwood, Mellor & O’Brien, 2005). Na verdade, e como explica Lélé (1991), a falta desta relação afeta vários estratos sociais, desde o industrial, o pequeno agricultor de subsistência, o trabalhador social, o habitante do primeiro mundo, o decisor o burocrata e até o político.

Uma visão retrospectiva evidencia que desde 1987 o conceito de DS tem vindo a evoluir e a tornar-se mais abrangente. Entre os princípios que hoje estão integrados neste conceito destacam-se: a equidade intra e entre gerações já antes referidas, o princípio da precaução, e o modelo de *triple-bottom*. No primeiro caso estamos perante a necessidade de se desenvolverem formas de distribuição do capital económico, social e ambiental justas e equitativas entre todas as gerações. Por sua vez, o princípio da precaução, definido em 1992 pela Declaração do Rio (Nações Unidas, 1992), exige que os decisores antecipem potenciais danos. Enquanto o modelo do *triple-bottom* está diretamente relacionado com a necessidade de nos processos de decisão se considerarem os fatores sociais, económicos e ambientais.

Um dos problemas centrais e gerador de tensões está relacionado com o tipo de dinâmica que se estabelece entre a necessidade de a atividade económica e o impacto resultante desta sobre o meio ambiente natural. O modo como este tema tem vindo a ser abordado tem-se traduzido em definições de DS que dão prioridade ou a objetivos económicos ou a objetivos ambientais. Esta distinção tem feito surgir as designações de sustentabilidade "fraca" e "forte" (Amador e Oliveira, 2013). A sustentabilidade fraca admite ser possível um equilíbrio da atividade económica com a parte social e ambiental, aceitando-se que a tecnologia será capaz de resolver os problemas que vão surgindo. Por outro lado, a sustentabilidade forte defende que o existente estoque de capital natural deve ser mantido e reforçado.

No âmbito deste trabalho consideramos que o conceito de Desenvolvimento Sustentável corresponde a um “processo de transformação da realidade social, que articula uma vontade

política — quer por parte de estruturas administrativas do estado, quer por parte de um tipo de cidadania participativa (...) que se propõe a modificar a percepção do ser humano perante a natureza, ao mesmo tempo que se desenvolve um modelo de sociedade diferente” (Sousa e Amador, 2014)

Por outro lado, os ODMs, destacaram um conjunto de oito critérios entre os quais realçamos pela relação direta que possuem com este trabalho os seguintes: i) erradicar a pobreza extrema e a fome; ii) garantir a sustentabilidade ambiental. Relativamente a este último aspeto é referida a necessidade de “integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais” e “inverter a atual tendência para a perda de recursos ambientais”.

De acordo Maia e Amador (2012) para “grande parte dos países africanos as prioridades são muito distintas dos modelos de desenvolvimento subjacentes ao Relatório Bruntland”. Há questões candentes que assumem caráter prioritário a exemplo da pobreza extrema, a fome, a iliteracia, os conflitos violentos, a SIDA, a malária e outras doenças, a degradação dos recursos naturais. É necessário que este conceito seja repensado no contexto africano, em particular na África Subsaariana. Como refere Breidlid (2009) devem ser tidos em consideração os conhecimentos das populações locais e a cultura destes países, não se procedendo a transposições apressadas de modelos ocidentais. Segundo este autor este facto justifica as dificuldades registadas no desenvolvimento de alguns projetos.

As exigências do DS tal e qual a CMMAD (1991) concebe, requerem:

- a. um sistema político que admite a governança, isto é a efetiva participação dos cidadãos nos processos decisórios;
- b. ajustar o crescimento aos limites da natureza;
- c. um sistema económico baseado num *know-how* técnico que respeite a base económica do desenvolvimento (a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos);
- d. um sistema tecnológico reorientado a buscar novas soluções para os novos desafios de desenvolvimento;

- e. um sistema social mais justo com capacidade de resolver as tensões provocadas pelos desequilíbrios;
- f. um sistema internacional reorientado para novas relações que estimulem padrões sustentáveis de comércio e financiamento.

E requiere, acima de tudo, o alargamento da interdisciplinaridade em razão de que a interação adequada das dimensões presentes na sustentabilidade (ambientais, económica e sociais) passa necessariamente pelo conhecimento profundo de diversas áreas disciplinares.

Depois do conhecido relatório Brundtland, a procura de articulação entre desigualdades sociais e sustentabilidade exigiu a reformulação dos indicadores de progresso económico (PIB) e conduziu à criação em 1990 do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dirigindo-se o olhar para a forma como os seres humanos vivem em cada sociedade e observar como esses seres desfrutam aquilo que Sen (2003) denomina liberdades substantivas.

A marcha mundial para a construção do DS continua através de um debate profícuo e permanente à escala mundial, regional e local que enriquece o entendimento e o sentimento de ser necessário introduzir mudanças. O diálogo social constitui-se no instrumento de política social que garante que diferentes parceiros discutam, se consultem, negoceiem e planifiquem ações conjuntas (Carmo, 2011). As grandes conferências internacionais sucedem-se. Podemos elencar várias conferências internacionais realizadas até o momento em que concluímos o presente estudo.

A emblemática ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, cujas discussões chamaram a atenção do mundo para a situação da Terra e para os perigos que à escala global ameaçam a vida no planeta, sendo por isso necessária uma aliança entre os povos em prol de uma sociedade sustentável (AA.VV., 1995a). Este evento constituiu um acontecimento que marcou a luta em prol do estabelecimento da relação harmoniosa entre o desenvolvimento e o meio ambiente.

Nesta conferência foram gerados importantes documentos, como Convenção sobre as Alterações Climáticas e sobre a Diversidade Biológica, Declaração do Rio sobre o Ambiente e Desenvolvimento, Declaração sobre as Florestas e a Carta da Terra.⁵¹ Este último documento constitui uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século XXI, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Para além disso, destacamos ainda o Protocolo de Kyoto e a Agenda 21⁵², documento de 40 capítulos que sumariza o consenso global e o compromisso político com vista ao desenvolvimento e compromisso ambiental. Foi nesta altura que nasceu a ideia de uma união à escala global em defesa de um ideal comum, defender o mundo, mas tendo sempre a clarividência de respeitar as diferenças. Foi esta clarividência que fez nascer o lema “pensar globalmente, agir localmente”, sendo esta a razão que faz da Agenda 21 um documento de estratégia global não vinculativo, que orienta cada país na elaboração da sua agenda específica, de forma que cada um aprimore a estratégia tendo em conta a realidade do país e/ou da região.

A equidade constitui o nó centralizador a partir do qual se tece toda a rede de questões interligadas tal como é definida na Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento que remete para os estados a responsabilidade de assegurar a igualdade de oportunidades para todos no acesso aos recursos básicos, educação, serviços de saúde, alimentação, emprego e justa distribuição de rendimento.

No limiar do século XXI, em 2002, realizou-se em Johannesburg, África do Sul, a conferência denominada Rio +10, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Neste encontro chegou-se a conclusões interessantes e importantes.

O conceito de DS ora usado, na aceção de Brundtland, passou de um termo contestado para um termo globalmente aceite por instituições internacionais, governos, empresas e sociedade civil e tornou-se um princípio orientador. A aceitação do termo resulta do seu carácter flexível

⁵¹ A Carta da Terra, http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/what_is.html [21-09-2011]

⁵² Agenda 21, <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global> [22-04-2015]

que auxilia vários *stakeholders* a adaptá-lo para os seus próprios propósitos (Drexhage e Murphy, 2010). O termo passou então a ser empregue por agências internacionais de desenvolvimento, como o Banco Mundial que afirmou o compromisso de desenvolver uma globalização sustentável, traduzida num crescimento preocupado com o meio ambiente; o Fundo Monetário Internacional, preocupado com o crescimento económico sustentável; a Organização Internacional do Comércio comprometida com o desenvolvimento sustentável através da abertura das fronteiras e remoção das barreiras comerciais. O sector privado juntou-se a esta causa e criou a agenda da Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Diferentes ONGs internacionais não ficaram alheias ao processo e desenvolvem diversificadas atividades que promovem a inclusão dos mais desfavorecidos nesta corrida mundial (Drexhage e Murphy, 2010).

Na aurora do século XXI, os governos mundiais também assumiram a chamada Declaração do Milénio, consubstanciada nos já anteriormente referidos 8 objetivos, conhecidos como os ODMs.⁵³ Os oito objetivos constituem um desafio mundial de, até 2015, se reduzir os níveis de pobreza absoluta, a fome, e de se promover a igualdade entre os sexos, e erradicar doenças, de entre outros desafios preponderantes para o DS no mundo.

E, para que todos tivessem a oportunidade de participar na construção do DS, as Nações Unidas decretaram o período 2005-2014 como sendo a Década da Nações Unidas da Educação para o DS. Com esta decisão, se pretendia que todas as populações do globo, incluindo os mais desfavorecidos, desenvolvessem atitudes, habilidades e adquirissem conhecimento necessários para participar na tomada de decisões informadas tanto para o benefício próprio como de outros, agora e no futuro e a agirem de forma consciente.

No contexto das problemáticas sobre o DS as mulheres são percebidas como:

atores importantes na garantia da capacidade de suas comunidades de lidar com a mudança do clima e adaptar-se a ela. Elas podem ser agentes efetivos de mudança e com frequência são as

⁵³ Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, <http://www.un.org/millenniumgoals/> [12 de Maio de 2011]

“pessoas a quem se recorre em tempos de necessidade e podem desempenhar um papel em situações de crise.”

Secretaria da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática⁵⁴

Sem dúvida alguma, as mulheres devem fazer parte do processo de desenvolvimento e desempenhar, ao lado dos homens, papéis de relevo. No âmbito das mudanças climáticas é-lhes reconhecido papel central como demonstra a declaração acima referida. Pessoas visionárias como a Nobel da Paz Wangari Maathai, do Quênia, sublinham não ser possível falar-se de equidade em matéria de clima sem equidade entre os sexos. Nós interligamos esta declaração ao movimento *Every Woman Every Children*,⁵⁵ para pôr em ação a *Global Strategy for Women's and Children's Health*, estratégia global para a saúde da mulher e da criança, lançada pelas Nações Unidas num evento paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio em setembro de 2010. A estratégia tem como escopo central mobilizar e intensificar a ação de governos, setor privado, agências multilaterais, sociedade civil para intensificar os cuidados de saúde da mulher e da criança em camadas populacionais mais vulneráveis.

Em 2012, na Conferência Rio +20 sobre DS, o mundo concordou em estabelecer um conjunto de princípios de ação orientada, concisa e de fácil comunicação englobada no que se chamou *Sustainable Development Goals* (SDGs), um instrumento que tem como objetivos conduzir à implementação do DS. Como resultado desta conferência nasceu o documento *The Future we Want*⁵⁶ que sumariza a confirmação do desejo de se trabalhar em prol do DS com olhos postos no pós-2015.

⁵⁴ Oldrup, H. e Breengaardm, H. (2009) “Gender and Changes Report” Declaração da Cúpula dos Países Nórdicos.

⁵⁵ A Estratégia pode ser lida na íntegra no seguinte endereço:
http://www.everywomaneverychild.org/images/content/files/global_strategy/full/20100914_gswch_en.pdf, [16 de Agosto 2015]

⁵⁶ *The Future We Want* pode ser lida na íntegra no seguinte endereço:
http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=E [17-08-2015]

Muito recentemente, em 2013, a escassos metros da meta (2015) realizou-se o primeiro painel da 68ª Sessão das Nações Unidas onde se passou em revista o nível de realização dos ODMs e cujas constatações se resumem em 4 âmbitos:

- a. A primeira constatação denota que diversos países alcançaram ou estão quase a alcançar várias das metas definidas de alguns dos Objetivos do Milénio.

Os grandes êxitos a assinalar referem-se ao combate à pobreza, na melhoria da escolarização e da saúde materno-infantil, no alargamento do acesso à água potável, na intensificação do controlo da malária e da tuberculose e num maior acesso ao tratamento do HIV/SIDA. Reconhece-se que o triunfo sobre esta pandemia só é possível com a expansão do conhecimento sobre a prevenção deste grande mal.

No combate à fome, o número total de pessoas com fome crónica caiu 17 por cento desde 1990/92. Se a taxa anual de declínio se mantiver até 2015, a prevalência da subnutrição poderá ficar perto do que foi definido nos ODMs, mas alcançá-los requer esforço adicional e ações consideráveis e imediatas. Com efeito a região subsaariana fez progressos modestos e continua a ser a região com a mais alta prevalência de subnutrição, com 24,8 por cento da população a passar fome;

- b. Em muitas áreas há que consolidar os avanços, acelerar e tomar medidas mais audazes. A audácia deve ser virada para a questão da sustentabilidade ambiental uma vez que se reconhece que o ambiente está gravemente ameaçado na medida em que a realidade mostra que as emissões do (CO₂) são hoje 46% mais altas que em 1990. A redução destes níveis exige um maior esforço de cooperação internacional;
- c. Centrar a atenção nas disparidades que obstaculizam as melhorias conseguidas;
- d. Para se alcançar os ODMs, em 2015, devem definir-se prioridades para se criar uma base estável para ações futuras de desenvolvimento.

Como recomenda a ONU, as regiões e os países devem reunir esforços conjuntos para participar desta marcha. Makumba (2014) participando no debate sobre a necessidade de uma

filosofia africana, chama a si a visão inteligente de Nkrumah que já vislumbrava que “a salvação de África dependeria da sua unidade quanto a uma orientação e linha de ação para o progresso e desenvolvimento” (p. 153). À luz desta visão, o crítico defende que África deve, em primeiro lugar, formar uma base cultural necessária para o desenvolvimento e neste pensamento se junta a Maia e Amador (2012) anteriormente referidos ao defender que deve buscar soluções africanas para os seus problemas para, na sua forma de entender, redescobrir o orgulho de África que foi ofuscado pelo processo de colonização. Na sua análise acrescenta que isto não significa que este continente deve fazer reviver a África Antiga, tradicional em detrimento do mundo contemporâneo. Deve sim descolonizar a mente, ser realista e ter uma atitude progressista.

Ngoenha (2014) na apresentação da sua obra *Filosofia Africana - Das independências às liberdades* reconhece não ser possível mudar o passado, e consciencializa-nos da possibilidade que temos de podermos escolher o futuro que queremos. É neste contexto que o continente africano reunido na Conferência Africana sobre População e Desenvolvimento realizada em Adis-Abeba, em outubro de 2013, com o lema “Aproveitando o dividendo demográfico: que futuro para a África”, se defende ser necessário redobrar esforços para atender a demanda populacional do continente agora prevista para 1,2 mil milhões para 2014.

Deste facto, África deve tirar partido do facto de ter uma população jovem e aproveitar este potencial recurso como força de mudança política e económica, investindo seriamente na oferta de serviços básicos como a educação, saúde, igualdade de oportunidades económicas, assim como de emprego de qualidade para jovens como forma de garantir o seu desenvolvimento intelectual e económico para o benefício do próprio continente.

Vozes de analistas e críticos africanos como Macharia Kamau, fazem ecoar o seu pensamento e defendem que África como continente, região do mundo, deve levantar-se e analisar a questão da sustentabilidade e das implicações dos ODMs circunscrita a África, baseados numa

visão afrocêntrica⁵⁷ (Mucale, 2013), pois consideram que os ODMs em muitos casos “são paliativos, não são radicais, nem transformativos”, (Kamau *apud* Munang e Andrews, 2014:4)⁵⁸, precisando, por isso, de estratégias adequadas para resolver o paradoxo da sua população com um contingente de 240 milhões padecendo de fome e 25% de jovens desempregados.

A análise crítica sobre o modo como África deve encarar o seu futuro é incumbência da geração atual que por isso deve “participar na elaboração de um futuro diferente do presente que nos é dado a observar [pois] a nossa missão é o futuro” (Ngoenha, 2014:5). Os africanos críticos consideram que o grande desafio do processo de DS é descobrir como conseguir elevar a qualidade de vida, colocando ao mesmo tempo e a níveis suportáveis a pressão no sistema de provisão de alimentos, na biodiversidade e nos recursos naturais.

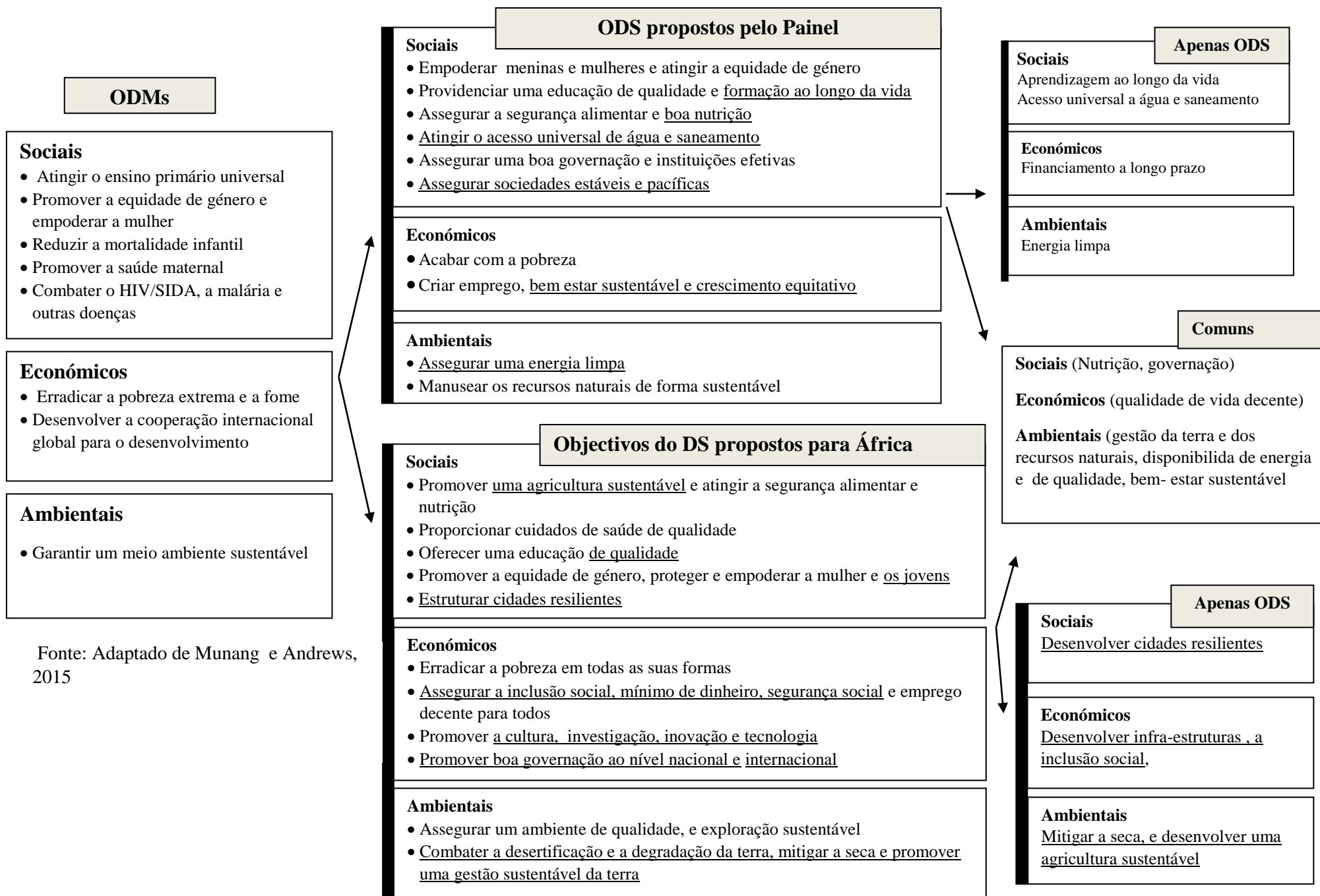
Para um DS mais consentâneo esta parcela do mundo tem o desafio de definir e incluir indicadores de desenvolvimento mais robustos e específicos para o continente africano, uma vez que as realidades e os constrangimentos são distintos.

Vários são os aspetos identificados como sendo necessidades objetivas para África, e o quadro 2.20 que a seguir apresentamos constitui uma tentativa de indicar essas necessidades específicas.

⁵⁷ A perspetiva afrocêntrica no seu sentido ético coloca o ser humano no centro de qualquer análise, afastando-se de visões emprestadas ou imposto por terceiros. Não deve ser entendida como pertença exclusiva dos africanos, mas estendido a todos os homens sem fronteira. Toma o nome de afroncentrismo pelo facto de resultar da experiência e cultura dos povos africanos (Mucale, 2013).

⁵⁸ Tradução livre da autora. No original “*The Millennium Development Goals (MDGs) were in many ways palliative, they were not radical, transformative goals,* “

Quadro 2.20: Comparação das propostas dos Objetivos do DS categorizados em objetivos sociais, ambientais e económicos



Fonte: Adaptado de Munang e Andrews, 2015

O quadro 2.20 que acabamos de apresentar, faz uma tentativa de análise comparativa dos objetivos de desenvolvimento a três níveis, ODM's, Objetivos propostos para o DS pelo painel das Nações Unidas e a proposta de objetivos julgados mais consentâneos com a realidade africana.

A leitura do quadro torna claro que há objetivos comuns para os três níveis de propostas. E também esclarece que há objetivos novos que são um imperativo e constituem necessidades e desafios para África. No quadro apresentado, os objetivos sublinhados formam esse conjunto de novos objetivos. Como é óbvio muito se pode dizer sobre o que os dados apresentam.

No âmbito social são de incluir os seguintes: formação ao longo da vida, boa nutrição, assegurar sociedades estáveis e pacíficas. São de definir como novos os seguintes: desenvolver uma agricultura sustentável, oferecer uma educação de qualidade, estruturar cidades resilientes. Sublinhar que a resiliência constitui imperativo para o processo de desenvolvimento nas condições atuais profundamente marcadas por alterações climáticas.

No fórum económico é de acrescentar a necessidade de assegurar um bem-estar sustentável e crescimento equitativo. Colocar como imperativo assegurar a inclusão social, a segurança social para os mais de 413 milhões de população africana vivendo na pobreza absoluta, promover a cultura, a investigação e a tecnologia. Promover a boa governação, tanto a nível nacional quanto internacional e instaurar a governança como mecanismo de inclusão.

No âmbito ambiental a questão de oferecer energia limpa é fulcral. Torna-se imperioso para África combater a desertificação e a degradação do meio ambiente, mitigar a seca e desenvolver uma gestão sustentável da terra.

Perante esta realidade África está ante a necessidade de encontrar um novo paradigma de desenvolvimento e desenhar estratégias adequadas para o estabelecimento efetivo de uma interação meio ambiente/homem da qual resulte o uso adequado dos recursos, níveis de consumo adequados e gestão correta dos resíduos.

África para alcançar o DS deve olhar honestamente para as políticas vigentes, bem como para as implicações destas no desenvolvimento. São questões candentes para os políticos a definição de indicadores de desenvolvimento concretos e realistas, tendo em conta as condições no terreno, isto é, as prioridades. Desenhar instrumentos de medida adequados de que resulte uma fotografia do real. Definir os prazos relacionando com as reais capacidades no terreno. As soluções têm, em grande medida, de ser encontradas localmente.

A propósito da importância de soluções locais, Ki-Moon (2016) ao dirigir-se ao líderes africanos por ocasião do dia de África que se assinalou no dia 25 de Maio, sublinhou a importância das agendas 2030 para o DS e 2063 da União Africana e ressaltou a necessidade de um compromisso sério com as visões transformadoras destas duas agendas, devendo-se enfocar a atenção nos Direitos das Mulheres, cooperação com o setor privado mercê da sua capacidade de geração de novos empregos, promoção da inovação, da tecnologia e de serviços. KI-Moon terminou a sua alocução exaltando o respeito pela diversidade declarando que “o que é bom para África, é bom para o Mundo”.

Outra questão que julgamos central aflorar aqui é uma daquelas que está diretamente relacionada com o tema do nosso estudo, a questão de educação que não só se pretende que seja universal, como de qualidade. A educação é um instrumento que empodera o capital humano (enquanto recursos locais) para um saber ser, estar, e fazer necessários para o DS. A nossa atenção vai direcionada para a necessidade de capitalizar os conhecimentos indígenas, como manancial de saberes que constitui “uma interpretação do nosso meio ambiente” (Classen, 1999 *apud* Dipholo e Biao, 2013:50)⁵⁹, pois, um fazer coerente, passa intrinsecamente por uma interpretação correta das coisas e dos factos.

Dipholo e Biao (2013) referem que a inclusão dos conhecimentos indígenas nos *curricula* de ensino/formação “ajudam a fortificar o esforço de desenvolvimento sustentável porque o processo de integração deste conhecimento providencia uma aprendizagem mútua e adaptativa

⁵⁹ Tradução livre da autora. No original “... *the interpretative of our environment*” (Dipholo e Biao, 2013:50).

que contribui para o empoderamento das comunidades rurais” (Dipholo e Biao, 2013:50).⁶⁰ O conhecimento indígena é “acerca do que as pessoas conhecem e fazem, o que as comunidades locais conheceram e fizeram ao longo das gerações” (Warren *et al.* 1996 *apud* Dipholo e Biao 2013:50), um manancial de conhecimentos de valor inigualável acerca de formas de guiar uma vida sustentável tanto ecológica como social. É a base para assegurar muitas atividades vitais e de relevo para a comunidade, como sejam a segurança alimentar, os cuidados de saúde, o manejo animal, a educação, o manuseio dos recursos naturais, de entre outras.

África parte para o pós-2015 lembrando sempre as sábias declarações de Rahab W. Nwatha, participante dos debates sobre a Conferência sobre o Meio Ambiente, cujo texto citamos:

Estamos despertando para o facto de que a África está morrendo porque seu meio ambiente foi pilhado, superexplorado e negligenciado.

Muitos de nós, na África, estamos também começando a perceber que nenhum bom samaritano irá cruzar os mares para vir salvar o meio ambiente africano. Só mesmo nós, africanos, podemos e deveremos ser suficientemente sensíveis ao bem-estar de nosso meio ambiente.

(CMMAD,1991:170)

África, hoje, tem uma melhor maturidade sobre os factos relacionados com o DS e está consciente de que os erros e as experiências do período dos ODM’s devem constituir a catálise para a nova era de desenvolvimento.

Os desafios do pós-2015 para África, apesar de observar especificidades, integram-se naquilo que a Comissão Independente População e Qualidade de Vida, NNU, 1998 considerou ser os desafios prospetivos do mundo em 2025 e que constituem os desafios de como *Cuidar o Futuro*.

Os desafios são enormes e enquadram-se, como os analistas aventam, numa nova era, que provavelmente se pode considerar o quinto ciclo, dos quatro anteriormente apresentados por Soromenho-Marques (2003), caracterizado pela sensibilização internacional voltada para a necessidade de agir em várias frentes, tanto em direção a proteção do meio ambiente, como

⁶⁰ Tradução livre da autora. No original “... utilizing indigenous knowledge helps to increase the sustainability of development efforts because the indigenous knowledge integration process provides for mutual learning and adaptation which in-turn contribute to the empowerment of local communities.” (Dipholo e Biao, 2013:50).

mostram os diferentes relatórios sobre a matéria (IPCC, 2007), na sensibilização da humanidade, ensinando que o custo da fatura de nada fazer é superior ao do agir agora, como alerta Stern (2006).

2.1.2 Vertentes da sustentabilidade: social, ambiental, económica e educativa

Da discussão que empreendemos até agora sobre a problemática do desenvolvimento sustentável, pudemos perceber que só a associação de três vertentes transversais entre si, acrescidas de mais uma, poderão contribuir para o alcançar de um desenvolvimento igualitário à escala planetária. Isto é, um desenvolvimento que assegure as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Para esse efeito é necessário contemplar as vertentes social, ambiental, económica e educativa. A associação destas vertentes tem em vista atingir o bem-estar social dos habitantes do planeta, acabar com a pobreza, a exclusão, e promover o crescimento económico sem afetar de forma significativa o ambiente.

Vertente social

Começamos por referir a vertente social, tendo como pressuposto de que o homem é o sujeito central do desenvolvimento, a quem cabe o dever individual/coletivo de participar no processo de desenvolvimento e consequentemente o direito de usufruir de maneira justa os benefícios que resultarem deste processo.

A participação é dever de todos, bastando recordar a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento⁶¹ que consagra que:

O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual todos os seres humanos e todos os povos têm o direito de participar, de contribuir e de gozar o desenvolvimento económico, social, cultural e político, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais se possam plenamente realizar.

(Art. n.º 1 da Declaração da ONU sobre o Direito ao Desenvolvimento)

⁶¹ Para consulta integral da Declaração da ONU sobre o Direito ao Desenvolvimento, pode acessar: http://direitoshumanos.gddc.pt/3_16/IIIPAG3_16_5.htm [19 de Outubro de 2015]

Se a todos pertence o dever de construir o DS, então a todos cabe também a tarefa de defender e administrar corretamente os chamados bens comuns da humanidade. Por outro lado, devemos ter presente que a ação individual é importante para a ação coletiva.

A vertente sustentabilidade social está intimamente relacionada com a inclusão, com os aspetos da melhoria da qualidade de vida da população, com a equidade na distribuição de renda e na diminuição das diferenças sociais nacionais e internacionais a partir de uma melhor participação e organização social.

Uma organização social efetiva concorre para a paz e harmonia mundial, um bem comum intangível da humanidade que permite o consenso universal de respeito pelos restantes bens comuns, nomeadamente o planeta Terra e os respetivos ecossistemas. Só a manutenção da paz e da harmonia global pode evitar a eclosão de convulsões sociais e até de guerras como a nuclear, ou outras guerras químicas que colocariam o planeta exposto aos resultados nefastos que agridem o próprio homem e o ambiente.

Mas se o homem é o centro do desenvolvimento, só uma harmonia entre os homens, e entre a humanidade e a natureza, pode catalisar a ascensão para o DS tão almejado.

Vertente ambiental

Recorda-se a este respeito que, como afirma Bruntland “Não há soluções militares para a “insegurança ambiental” (CMMAD,1991:21), apenas o entendimento entre todos os povos poderia permitir encontrar soluções inteligentes e necessárias para salvar o planeta Terra onde vivemos.

A vertente sustentabilidade ambiental está ligada à conservação e equilíbrio dos ecossistemas, mas também diretamente ligada à erradicação da pobreza e da exclusão, se tivermos em conta que “A pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo” (CMMAD, 1991:4). Esta dimensão se relaciona com as demais

dimensões, social e económica, se entendermos que políticas que respeitam a conservação da qualidade dos ecossistemas melhoram as perspetivas de desenvolvimento a longo prazo, pois é dos ecossistemas que depende parte da economia global.

Na vertente ambiental destacamos o respeito pelos oceanos como elementos de um ecossistema que desempenha um “papel fundamental na manutenção dos sistemas de sustentação da vida, no abrandamento do clima e na conservação da flora e da fauna, inclusive do diminuto fitoplâncton produtor de oxigénio”(CMMAD, 1991:294), sem esquecer do papel de sumidouro desempenhado por estes dos subprodutos das atividades humanas.

O respeito pelos ecossistemas cria um ambiente saudável e sustentável para a renovação dos recursos tão necessários para a vida, como seja o ar puro importante para a vida tanto dos homens, como dos restantes seres vivos, evitando a proliferação de doenças, bem como para o equilíbrio das espécies faunísticas e florestais (CMMAD, 1991). Ligado à temática do nosso trabalho, vale a pena recordar o 10º Princípio da Declaração da Resolução 55/2 da Assembleia Geral das Nações Unidas que a este respeito consagra: “defender nosso ambiente natural com sua diversidade biológica, suas belezas e seus recursos, tudo aquilo que melhora a qualidade de vida para as gerações atuais e futuras” (Nações Unidas, 2002:16).

Vertente económica

A sustentabilidade económica está relacionada com o crescimento económico no sentido de aumentar a produção tendo sempre em atenção os limites impostos pela natureza. Esta vertente tem também a ver com o desenvolvimento económico no sentido de haver um maior bem-estar das populações e também com os aspetos de distribuição igualitária dos resultados do crescimento.

A vertente económica também pode estar relacionada com a chamada economia verde, que no contexto do desenvolvimento sustentável deve:

- a. Ser compatível com o direito internacional, respeitando a soberania nacional de cada país sobre os correspondentes recursos naturais;
- b. Ter em conta as necessidades dos países em vias de desenvolvimento;
- c. Fomentar o crescimento económico e a criação de empregos sustentáveis, inclusivos e equitativos, principalmente para mulheres;
- d. Fortalecer a cooperação internacional bem como os financiamentos e a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento. Nesta alínea incluímos as questões relativas à necessidade de evitar a brecha tecnológica entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, reduzir a dependência tecnológica, adotando medidas oportunas e adequadas, criar mais acesso à ciência e à tecnologia, desenvolver a cooperação na inovação e na investigação. No âmbito da cooperação destaque importante vai para o *mainstreaming* o processo relativo a recolha, análise e partilha de informação visando a produção de alterações nas práticas e sistemas existentes (Pinto, 2011);
- e. Evitar a imposição de condicionantes que dificultam o comércio internacional;
- f. Melhorar o bem-estar dos povos indígenas e as correspondentes comunidades;
- g. Melhorar o bem-estar das mulheres e crianças, dos jovens e de todas as outras pessoas com necessidades especiais;
- h. Garantir o empoderamento das mulheres e aproveitar todo o potencial de homens e mulheres, assegurando-lhes uma oportunidade igual;
- i. Promover as modalidades de consumo sustentável, devendo os povos, principalmente os mais ricos, mudarem os níveis de consumo e desenvolverem a economia não apenas através da exploração de novos recursos como através da utilização dos chamados 3 Rs da sustentabilidade traduzidos em reduzir, reutilizar e reciclar.

Vertente educativa

A vertente educativa está intimamente ligada à criação de valor que ao lado de outros valores (ecológicos, genéticos, sociais, económicos, científicos culturais, recreativos e estéticos da diversidade biológica) desempenham um papel importante. É a vertente educativa que garante

a inclusão e o respeito pela diversidade, que desenvolve atitudes e competências, como afirma Carmo (2011:148) “numa perspectiva de avaliação contínua e de participação dos cidadãos”. É a vertente educativa que cria os valores de respeito pela cultura, o quarto pilar da sustentabilidade, que segundo Carmo (2011) funciona de forma transversal, em duas significações fundamentais, uma, criando as condições necessárias para que todos usufruam dos bens e dos serviços na área da cultura e do lazer, para além disso permite a abertura a processos de integração social e ajuda a formar a identidade cultural de cada indivíduo assente no respeito pela diversidade.

Ao proceder-se ao balanço da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável emerge em alguns países africanos um sentimento de desapontamento face às intervenções esporádicas e de reduzida dimensão, que evidenciam não terem sido cumpridos os objetivos propostos. Como já antes referimos torna-se necessário discutir os pressupostos teóricos para fornecer coerência do ponto de vista filosófico às intervenções que se venham a realizar no campo educativo.

Quando nos referimos à educação estamos, no âmbito deste trabalho, a pensar em contextos de educação não formal, onde em pequenas comunidades seja possível trabalhar em parceria com técnicos e académicos, no sentido de resolver problemas concretos das populações. Nestes contextos, o papel do professor/formador corresponde a uma função mais interventiva, assente numa perspetiva crítica de forma a que possa assumir-se como um intelectual transformador (Giroux, 1990). A esta última visão associamos as perspetivas defendidas por Sen (2003) e Nussbaum (2012) e consideramos que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, neste âmbito, deverá estar vocacionada para a aquisição de capacidades, entende-se que o conceito “capacidade” abrange não só capacidades inerentes ao próprio indivíduo, assim como a liberdade ou as oportunidades criadas pela combinação entre as referidas faculdades pessoais e os contextos, político, social e económico (Nussbaum, 2012). Também Gremin e Nakabugo (2012) referem ser necessário encarar o conceito de desenvolvimento numa perspetiva holística e não ser possível atingir o desenvolvimento económico sustentável sem que exista

desenvolvimento social e desenvolvimento humano, dependendo este último dos progressos realizados no campo da educação básica.

Neste contexto, a educação das mulheres é particularmente crítica e sensível. O relatório de Desenvolvimento Humano de 2013 revela uma taxa de participação na força de trabalho que nas mulheres é de 89% e nos homens de 82,9%, embora apresente um índice de desigualdade de género baixo (0,582). Os dados que acabamos de referir são reveladores das necessidades de intervenção que existem nesta área.

De acordo com Bonnett (2013) a Educação para o Desenvolvimento Sustentável deverá contribuir para que a humanidade não permaneça passiva perante a degradação ambiental, a acelerada extinção de espécies animais e o esgotamento de recursos naturais, entre outros muitos problemas. Jickling e Wals (2008) referem que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável está sujeita a entidades económicas transnacionais, como o Fundo Monetário Internacional, e a organizações políticas internacionais, como a UNESCO, cada uma delas com os seus interesses, agendas e formas de atuar próprias. Muitos estados-nação enquadram-se nesta lógica de interesses das entidades transnacionais, incorrendo no erro de remeter a Educação para o Desenvolvimento Sustentável para um plano secundário, procurando apenas uma alteração de comportamentos e não uma verdadeira mudança de estilo de vida (Bengtsson e Östman, 2012).

Em síntese podemos afirmar que o DS corresponde a um enfoque holístico, equilibrado, assente em três pilares: crescimento económico, progresso social e sustentabilidade ambiental, acrescido do quarto pilar da sustentabilidade, a vertente cultural e educativa.

Terminamos esta abordagem da vertente educativa auxiliando-nos no comentário do Reitor da UNILÚRIO⁶², a propósito da necessidade de formação do homem de hoje para se assegurar a formação das gerações vindouras. Aquela personalidade retomou o pensamento de Victor

⁶² Comentário feito no Telejornal da Televisão do Grupo Soico, 21 de Fevereiro de 2015.

Hugo (1802-1885), escritor francês que defende que se quiseres educar alguém, começa por educar os avós. Nestes termos nós constituímos a geração avós das gerações vindouras, então, o futuro das gerações nossos netos, depende da nossa educação.

2.1.3 O trabalho infantil no âmbito das problemáticas do Desenvolvimento Sustentável

Depois do que atrás ficou dito com relação ao conteúdo do conceito de DS, podemos constatar que existe uma ligação muito direta entre trabalho infantil e Desenvolvimento Sustentável. As crianças são uma franja da sociedade, por essa razão elas não podem estar à margem do desenvolvimento. A inclusão social, a redução das desigualdades sociais, com vista à redução dos níveis de pobreza absoluta concorrem para minimizar o trabalho infantil. As declarações de Brundtland foram bem claras sobre o que é a pobreza no âmbito do DS, “uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo” (CMMAD, 1991:4), por isso a não inclusão e a não formação das crianças vai refletir-se diretamente nelas próprias e indiretamente em toda a sociedade, desencadeando, assim, um ciclo vicioso. A participação das crianças no desenvolvimento deve traduzir-se num crescimento harmonioso e na preparação para uma vida adulta condigna. Ressaltar que uma vida adulta condigna pressupõe um trabalho, trabalho como condição básica para o exercício da cidadania e para o fortalecimento da democracia. Um trabalho que se pretende “produtivo e de qualidade em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas”, como emana a missão histórica da OIT (OIT, 2012[?]:3).

A preparação das crianças para uma vida adulta com qualidade pressupõe que elas estudem e adquiram os conhecimentos e habilidades necessárias para o saber, saber fazer e saber estar de modo que quando adultas exerçam o seu direito de cidadania como qualquer outro cidadão do mundo. É reconhecido que o trabalho infantil diminui as probabilidades de um menor ou adolescente acumular capital humano para a sua vida adulta e aceder a um emprego qualificado e conseqüentemente obter o dinheiro necessário para alcançar uma vida digna (Dorman, 2008) e, em última instância, ter a oportunidade de fazer as suas escolhas.

2.2 Sociologia Compreensiva

O presente estudo incide sobre o trabalho infantil, temática que no âmbito do DS deve ser objeto de preocupação da sociedade global. A nossa análise centra-se, em particular, na problemática do trabalho de crianças em situação de pobreza que encontram em algumas tarefas meios de subsistência não só para os próprios, como para as famílias, colocando muitas vezes em risco a sua segurança e o seu bem-estar físico e emocional.

Como vimos anteriormente, o trabalho infantil vem assumindo vários significados ao longo do tempo. Neste estudo em que se pretende captar o sentido que as crianças, enquanto atores sociais⁶³ dão ao trabalho infantil, elegemos a teoria da Sociologia Compreensiva de Max Weber para guiar a nossa busca de conhecimento/compreensão sobre a perceção que as crianças participantes do nosso estudo têm sobre a sua experiência de trabalhar no garimpo. São várias as razões que motivaram a nossa decisão as quais passamos a detalhar.

Primeiro, dizer que o critério da nossa escolha socorreu-se da reflexão de Tragtenberg (2001) na introdução à edição brasileira, do livro *Metodologias das Ciências Sociais*, que defende que com a Sociologia Compreensiva (SC) “O comportamento humano pode ser inteligível através da compreensão e da revivência, reconstruindo-se o nexu causal a que ele obedece” (Weber, 2001:XIX). A partir desta reflexão entendemos que a compreensão correta do fenómeno em estudo e com a profundidade crítica necessária, só é possível se a análise for realizada tendo como suporte uma teoria consistente, cujo pano de fundo tem os elementos suficientes e adequados de forma a conferir qualidade científica ao nosso trabalho. Depois, por se entender que é impossível a compreensão do fenómeno em análise se não conhecermos as interpretações, os valores e as crenças que conformam e guiam a vida social onde estas

⁶³ O conceito de ator social está relacionado com a forma como o indivíduo se comporta dentro de um sistema social. O indivíduo em ação, implícito no conceito de ator social, é criativo e inserido em uma realidade, em interação com os outros, o que lhe possibilita ser estratégico na construção de projetos e na intervenção (Weber, 1977 *apud* Sales, 2010).

crianças estão inseridas. Entendemos assim que a SC de Weber tem uma base teórica que assegura a objetividade das Ciências Sociais pois defende a compreensão do sentido da ação humana com vista à compreensão do significado que o sujeito dá a tal ação, e, com capacidade de até os "sentimentos e práticas correntes [poderem] ser submetidas à análise compreensiva, seja o sentido de uma ordem, seja um apelo direto à consciência e ao sentimento de dignidade" (Weber, 2001:XIX).

Estamos seguros que esta opção facilitará a compreensão das vivências e experiências das crianças que participam em atividades de garimpo, ou com ele relacionadas, as quais são objeto do nosso estudo, procurando objetivar o sentido que as mesmas atribuem à ação e a razão de elas assumirem determinados comportamentos. Será este o centro da nossa investigação, cujo conhecimento julgamos ser da maior pertinência para a resolução de alguns problemas que afetam Moçambique, assim como outros países com questões semelhantes e que carecem de intervenção.

2.2.1 O teor filosófico da Sociologia Compreensiva de Max Weber

A sociologia é a ciência das "ações intencionais sejam elas baseadas em motivos ou em sentimentos" (Ferreira *et al.*, 2013:129), por isso, deve ser compreensiva porque seu objeto de estudo é a ação humana (Moraes, *et al.*, 2003). Para Weber, a sociologia é uma ciência que tem como fim último a compreensão interpretativa da ação social, com vista a "explicá-la causalmente no seu decurso e nos seus efeitos" (Weber, 2010:7). A objetividade e a certeza constituem o fim desta ciência apesar do caráter relativo da natureza da realidade reconhecido por Weber (Ferreira *et al.*, 2013).

A SC idealizada por Max Weber apareceu num momento particularmente conturbado do progresso das ciências e da tentativa de as classificar. À época, as discussões centraram-se nas questões metodológicas com base na crítica dirigida às dificuldades em avaliar a produção do conhecimento no domínio das Ciências Sociais. Neste período, por exemplo, a visão diltheana

dominante na época, defendia que as ciências deviam ser classificadas de acordo com o seu objeto, em ciências da natureza e em ciências do espírito (Weber, 2001).

A metodologia das ciências da natureza preconizava a existência de leis gerais capazes de explicar os fenômenos da natureza. O dogmatismo que imbuía estes princípios chegava ao ponto de considerar ser possível transpor leis físicas e gerais para o âmbito da vida em sociedade (Poker, 2013). Neste período, negava-se a objetividade das Ciências Sociais. Porém, Weber assumiu uma perspectiva diferente. Para este filósofo bem como para Habermas, o conhecimento nas Ciências Sociais não está despido da influência subjetiva do cientista social, e nem tem a possibilidade de se isolar ou defender-se das contingências histórico-culturais às quais inevitavelmente está vinculada, como toda a ação humana está (Poker, 2013). Assim, Weber a este respeito defendeu de forma clara que:

Não existe nenhuma análise científica totalmente 'objetivada' da vida cultural, ou [...] dos "fenômenos sociais" que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita, ou implicitamente, consciente quanto ao objeto de pesquisa.

(Weber, 2001:124)

De acordo com Weber é possível a objetividade das Ciências Sociais, tomando como base o carácter "individualizante" e possível dependendo apenas da atitude do cientista que, em simultâneo, se deve esforçar por se afastar dos valores, ainda que impossível na totalidade, ao mesmo tempo que identifica e reconhece esses valores, indo ao encontro da realidade independentemente deles (Costa, 2011). A propósito de valores, importa aqui acrescentar que estes não são demonstráveis por métodos científicos, só e só podem ser objeto de compreensão (Thiry-Cherques, 2009).

Contrário à ideia totalitária de que só as leis gerais, pré-fornecidas podem explicar o conhecimento, Weber abria outras possibilidades e defendia que cada ciência pode proceder segundo as necessidades de sua pesquisa, ou pelo método generalizante ou pelo método individualizante, desde que, e como afirma, Freund (2003:69) "o exame científico do problema permaneça sempre aberto e não fecha a questão em nome de preconceitos e de prescrições filosóficas a priori", para na mesma página e em jeito de remate defender que é "um erro vedar à sociedade certos meios de investigação capazes de enriquecer o nosso saber". Weber chegou mesmo a afirmar que: "Uma ciência empírica não está apta a ensinar a

ninguém aquilo que “deve”, mas sim e apenas o que “pode”, e, em certas circunstâncias, que “quer” fazer (Weber 2008b, *apud* Poker, 2012: 228). Weber ao intitular a nova maneira de proceder não pretendia tão pouco privilegiar a compreensão à explicação, muito menos pretendia condenar a outra orientação de fazer filosofia baseada na explicação, pretendia apenas deixar claro que esta orientação tem múltiplas insuficiências e possui algumas limitações (Freund, 2003).

No quadro de referência mais geral, a modernidade do pensamento de Weber se constitui no ver a realidade empírica como tendo uma existência complexa e infinita, caracterizada pela rápida transitoriedade, interminável e inesgotável de eventos sem significação intrínseca e objetiva. A realidade, é como explica (Triry_Cherques, 2009:898) e citamos o seu pensamento, “concreta, individual e definida pela singularidade de suas propriedades”, e por essa razão não pode ser reduzida a nenhum esquema concetual pré-definido. Por esta razão, a análise desta realidade é apenas possível quando centrada numa parcela específica da mesma, definida pelo investigador tendo em conta o seu referencial teórico e pontos de vista (Custódio, 2009). Em termos filosóficos Weber defendeu que:

todo conhecimento da realidade infinita, realizado pelo espírito humano finito, baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica e de que só ele será “essencial” no sentido de “digno de ser conhecido.”

(Weber 2001:124)

O pensamento de Weber constitui assim a negação da ideia de “totalidade” do conhecimento. Weber discordava da ideia de que factos sociais sejam uma coisa em si, uma unidade indivisível. Os fatos sociais sem exceção têm origem na consciência individual, o que explica que os mesmos sejam também percebidos de maneiras diferentes, dependendo do olhar e interesse de cada indivíduo. A este respeito Weber advogava que:

Todo o conhecimento racional da realidade infinita através do espírito humano finito se assenta, portanto, sobre o tácito pressuposto de que, de cada vez só uma parte finita desta realidade deverá constituir, de cada vez, o objeto da compreensão científica, e de que só ele será “essencial”, no sentido de “digno” de ser conhecido”.

(Weber, 2003:33)

O caráter fragmentado do conhecimento é assim, a tese de que se serviu Weber para defender que a sociedade não é uma totalidade, é composta de interações sociais intermináveis, e a sua compreensão depende também do tipo de interesse do investigador. Custódio (2009) ajuda a esclarecer esta questão e afirma que o conhecimento da realidade deve ser percebido não como algo irreduzível, mas sim como parcial e fragmentado, como resultado de uma pequena parcela, melhor dito, resultado de uma amostra apenas. Esta é a razão que justifica que os resultados de uma dada investigação devem ser percebidos apenas como uma compreensão aproximada da realidade investigada, porque outros investigadores podem ter outra percepção.

Weber não se contentava com as explicações sobre o conhecimento que as Ciências da Natureza forneciam, muitas vezes produzido de maneira genérica e visando a compreensão do significado da experiência simbólica. Weber era a favor da compreensão do sentido do que está na consciência de um indivíduo, e o foco era a compreensão do significado de cada sujeito/sujeitos no curso de uma atividade, por isso, focalizando-se nas diferentes ações dos indivíduos e interações destes em diferentes contextos, tendo em conta que o sentido das ações depende da perspectiva de cada ator social (Ferreira *et al.*, 2013). Para este filósofo “toda relação inteligível pela compreensão deve ao mesmo tempo se deixar explicar causalmente” (Freund, 2003:76). A explicação causal não deve ser feita a partir de comparações para encontrar aspetos análogos, similares ou termos constantes, mas sim no tentar encontrar as “razões e os sentidos das transformações sociais” (Ferreira, 2013:130). Como explica Moraes *et al.* (2003), o indivíduo é a unidade explicativa, o ponto de partida e o ponto de chegada, razão que explica que a interação entre os indivíduos sofre mutações constantes e, as diferentes maneiras pelas quais os homens se relacionam significativamente uns com os outros, gera uma realidade também mutante. O processo de conhecimento tem a sua fonte no indivíduo e não em leis genéricas, pré-científicas.

É esta posição filosófica de Weber que permitiu que nós pudéssemos recortar, da infinita realidade social moçambicana, um fragmento limitado, relacionado com o trabalho infantil no garimpo, uma situação que nos preocupa de forma particular, pois tem implicações negativas na sustentabilidade das gerações de hoje e nas vindouras.

2.2.2 O conceito de ação social em Max Weber

A partir de tudo o que atrás ficou expresso a respeito do teor da Sociologia Compreensiva, ficou claro que esta está direcionada para a compreensão da ação dos indivíduos, ação individual ou coletiva. Assim, a ação social deve ser entendida como o próprio filósofo define, como “aquela que o sentido intentado pelo agente ou pelos agentes está referido ao comportamento de outros e por ele se orienta no seu curso” (Weber, 2010:7).

O conceito de “ação” focalizado por Weber refere-se ao comportamento de uma ou várias pessoas singulares e é definido pelo autor como sendo “um comportamento humano (pouco importa que se trate de um ato exterior ou interior, de uma omissão ou de uma tolerância), sempre que o agente ou os agentes lhe comuniquem um sentido subjetivo” (Freund, 2003:78). Segundo Weber (2003) a ação é o ponto de partida para a análise dos fenómenos sociais, assente na premissa de que o comportamento dos indivíduos é influenciado pelo ambiente em que vivem e que as perceções sobre a realidade são carregadas de subjetividade e têm uma influência histórica e cultural, por isso estão baseadas nas ideias de valor de cada indivíduo.

Fica aqui claro que toda a ação do indivíduo tem sempre um sentido que por sinal só pode ser individual. Como Freund (2003) explica, este sentido é dotado de racionalidade, tem um valor inspirado no curso do desenvolvimento da ação e apenas na convicção do indivíduo agente, sem se preocupar com as possíveis consequências, contando apenas com a harmonia da conduta e com as exigências do fim desejado. Este facto não significa, no entanto, que a ação do indivíduo seja isolada, na interação constante é influenciado pelo comportamento de outros indivíduos do meio social em que vive e com quem estabelece uma relação (Amorim e Silva, 2012). Weber explica que:

Frente a esse mundo de objetos, pessoas acontecimentos ou ideias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo.

(Jordelet, 2001:17 *apud* Porto, 2006:252)

Weber considera que “todos os grupos sociais possuem dinâmica própria e autonomia específica” (Weber, 2001: XV), por isso, segundo seu ponto de vista, a sociedade não se constitui em apenas uma “coisa”, que impõe de forma compulsiva a maneira de agir das pessoas, mas deve ser entendida como a soma das relações interpessoais. Porto (2006) considera ser isto que explica que os indivíduos em sociedade sintam sempre a necessidade um do outro, de se situar no mundo em que vivem e, ao pretender explicar esse mundo, fazem-no dentro do contexto em que vivem e influenciados por este. Ao pensar assim, Weber distancia-se do pensamento de Durkheim, sociólogo do seu tempo que defendia que o indivíduo sofre passiva e irresistivelmente a ação das instituições (família, Estado, Igreja) à volta das quais vive e de certa forma o influenciam. Weber expressa o seu pensamento sociológico a partir das relações do indivíduo com o meio social, numa relação que ele define de relação social, e explica como sendo:

um comportamento de vários que, quanto ao seu conteúdo de sentido, se apresenta como reciprocamente referido e, deste modo, orientado. A relação social consiste pois, plena e exclusivamente na probabilidade de que se actuará socialmente numa forma (com sentido) indicável, não interessando agora em que se funda esta probabilidade.

(Weber, 2010:49)

A sociologia de Weber considera que o desenvolvimento de uma relação social se explica pela intenção, pelos interesses que nela encontra e pela importância que se lhe atribui ao longo do tempo. Por outro lado, a compreensão do social requer a compreensão das ideias ou significado dos valores existentes no ambiente no qual os atores interagem (Freund, 2003).

Em resumo, a análise das perceções sobre o trabalho infantil neste trabalho vai desenvolver-se em torno da ideia weberiana da pluralidade de valores, da identificação da realidade cultural e dos pontos de vista individuais (Weber, 1986:97 *apud* Porto, 2006).

2.2.3 Construção do significado das ações do indivíduo

Na medida em que o trabalho infantil representa um determinado valor, a compreensão deste fenómeno envolve necessariamente o entendimento dos valores, crenças e sentidos existentes

no contexto social em torno do qual o fenómeno acontece. Isto significa que a compreensão deste fenómeno demanda o entendimento do sentido que cada criança, parte integrante do nosso estudo, atribui à atividade de garimpo.

De acordo com Weber a análise do objeto deve basear-se na compreensão do significado das situações produzidas pelas ações sociais individuais, porque para ele “[os] homens singulares [...] são portadores compreensíveis de um agir orientado segundo o sentido” (Weber, 2010:27). Esta é a razão que leva Weber a considerar que a ação social não é idêntica em todos os indivíduos “nem a uma acção homogénea de muitos, nem a acção influenciada pelo comportamento de outros” (Weber, 2010:41) e, acrescenta que a ação social pode orientar-se pelo comportamento passado, presente ou esperado como futuro dos outros. Este é o facto que condiciona que a ação dos indivíduos possua significados socialmente definidos e influenciados por fatores históricos e subjetivos e a sua explicação requer a apreensão da conexão de sentido em que ocorre bem como do curso da ação real. Neste sentido, se explica que a significação que os indivíduos atribuem aos factos esteja relacionada com as suas experiências.

A construção dos significados depende da ação dos indivíduos sem a qual o fenómeno permanece ininteligível, sendo que as ações ou comportamentos ganham significado, ou seja, sentido, em contextos concretos (Weber, 2010). Assim, no processo de construção dos significados é de considerar como importantes elementos aparentemente insignificantes, mas importantes para a decifração do sentido das ações dos indivíduos e consequentemente compreensão dos fenómenos sociais, como por exemplo a expressão não-verbal (gestos, expressão corporal) e todos os outros comportamentos não-verbais e condutas quotidianas.

Para se chegar à compreensão do significado das ações sociais, Weber identificou uma metodologia e produziu um instrumento de análise que permite que o cientista social apreenda a sociedade e, ainda que de forma parcial, chegue à compreensão da sua ação. A este instrumento atribuiu o nome de “tipo ideal”. Sobre este instrumento de avaliação sociológica Maurício Tragtenberg esclarece tratar-se de “um conceito-limite, puramente ideal, em relação

ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada” (Weber, 2001:140). Sendo um conceito puramente ideal, significa que com o mesmo não se procura os traços comuns, mas tão-somente dar forma e dar valor a algo que é típico numa determinada parcela da realidade em estudo (Ferreira, 2013). Como se percebe da leitura do extrato acima, o tipo ideal não existe como algo real, é apenas uma construção teórica abstrata, uma imagem construída racionalmente, explicada por Maurício Tragtenberg como sendo “uma construção intelectual destinada à medição e à caracterização das relações individuais, isto é, significativos pela sua especificidade”, (Weber, 2001:144).

Na construção do tipo ideal, o cientista social escolhe os aspetos da ação humana que ele considera serem culturalmente relevantes para o estudo e fá-lo segundo os seus próprios valores. O conceito de valor aqui referido por Weber não se refere a algo passível de demonstração científica, mas algo que só pode ser “objeto da compreensão”, algo cuja hierarquia não se julga pela superioridade ou inferioridade, mas numa hierarquia de ordem cultural (Thiry-Cherques, 2009). Nesta ótica, e de acordo com a metodologia proposta por Weber, a compreensão do sentido da ação humana é feita através da interpretação “intelectual” de “nexos de sentido”, compreensíveis, (Weber, 2010). “Compreensão”, explicada como “apreensão interpretativa do sentido ou da conexão de sentido: [...] ou do contexto significativo” (Weber, 2010:16) em que só o indivíduo pode produzir uma ação significativa (Freund, 2003), já que “ só estes são portadores compreensíveis de um agir orientado segundo o sentido” (Weber, 2010:24).

Ficou devidamente explicado que o conhecimento em Ciências Sociais se constitui a partir da interpretação da conduta humana e, como toda a interpretação científica, a evidência é necessária para a autenticidade do conhecimento. Nas Ciências Sociais a evidência é também importante mas a interpretação de sentido que é “apenas uma hipótese causal particularmente evidente” como explica Weber (2010:17), reconhecidos que são estes os limites a que está sujeito o conhecimento.

CAPÍTULO 3 – REFERENCIAL METODOLÓGICO

No presente capítulo abordamos as questões metodológicas, fundamentando as nossas opções neste trabalho onde se procura compreender as perceções das crianças na sua atividade no garimpo numa região de Moçambique, mais concretamente na Província de Manica.

A investigação tem como base um paradigma qualitativo, no qual a fenomenologia, na perspectiva de Husserl, servirá de método na aproximação ao nosso objeto de estudo. Esta perspectiva permite centrarmo-nos no modo como os indivíduos compreendem os significados que se sucedem. Assim, neste capítulo apresenta-se o método fenomenológico e justifica-se a sua coerência com o quadro teórico da investigação e respetivo objeto de estudo.

Referem-se ainda as implicações éticas envolvidas na própria investigação, as técnicas usadas, o tipo de tratamento de dados realizado e os critérios de validade que foram observados no estudo.

3.1 A fenomenologia como método de investigação

A partir da teoria da Sociologia Compreensiva foi possível delimitar o fragmento da realidade moçambicana, a qual constitui o objeto do nosso estudo: a compreensão da experiência de vida de um conjunto de crianças em campos de garimpo. Na literatura pertinente no conjunto de estudos no âmbito da perspectiva qualitativa, e de entre os métodos que são sensíveis ao fenómeno, à experiência de vida tal e qual é concretamente vivida e à interconexão subjetiva entre o investigador e o investigado (Finlay, 2009), o método fenomenológico afigurou-se-nos o método mais adequado com capacidade de responder às exigências do presente trabalho.

Longe de pretendermos fazer uma abordagem exaustiva sobre o conceito de fenomenologia, em extensão e profundidade, vamos direcionar a nossa atenção para a discussão do conceito como método que nos vai conduzir à compreensão do fenómeno em estudo. Não deixaremos, como é óbvio, de fazer uma breve reflexão sobre o contexto filosófico em que este método nasceu.

3.1.1 Breve referência ontológica e histórica do conceito de fenomenologia

Das diferentes leituras que fizemos acerca da fenomenologia como ciência capaz de estudar a experiência humana, esta conceção tem subjacente a possibilidade de estudar em profundidade e com o rigor científico necessário, questões relativas ao “vivido”. A intenção de Edmund Husserl (1859-1938) foi desvendar o sentido dos fenómenos através de um processo de análise das vivências intencionais da consciência (Ziles, 2007). Deste autor destacamos como obras seminais as seguintes: *Lógica Formal e Lógica Transcendental* (1929), *Meditações Cartesianas* (1930) e *A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental* (1935).

Originária da palavra grega *phainomenon*, que significa “mostrar-se a si mesmo”, o termo “fenomenologia” congrega também na sua etimologia o termo *logos*, que significa ciência ou estudo (Moreira, 2002). O termo é geralmente associado à filosofia elaborada por Husserl (

Abbagnano, 2001; Wertz, 2005; Ziles, 2007; Finlay, 2008a;)), a qual corresponde a uma nova forma de fazer filosofia, como o próprio criador Husserl (2008a) também a designa.

De acordo com Husserl a fenomenologia marca um ponto de rotura em que a filosofia passa de uma fase pré-científica a uma “ciência do rigor”, isto é, com carácter científico. Este desejo que o acompanhou em todo o seu percurso como filósofo, fez nascer um novo projeto conhecido por “fenomenologia transcendental”. No seu livro *Investigações Lógicas* (1901) encontra-se já a base da ideia de fenomenologia que Husserl irá gradualmente aprofundar. De tal forma que mais do que uma filosofia, vista como um conjunto de teorias no quadro de um sistema fechado, pode ser considerada como um método de investigação. Através deste novo método Husserl também pretendia poder vir a reformar todas as ciências.

Husserl não se sentia confortado com o que fosse que estivesse relacionado com a construção do conhecimento e, que não se revelasse em seu sentido próprio à consciência (Giorgi, 2007), como um dado absoluto e evidente, mantendo-se assim fiel ao propósito de garantir não o rigor científico baseado no modelo das ciências então designadas “positivas”, aquelas que se baseavam no método experimental, mas sim o rigor absoluto imprescindível à necessidade de fundamentar o saber filosófico a partir do que é suscetível de ser conhecido de modo originário.

Este desconforto levou Husserl a constituir uma filosofia que procurava ser livre de todas as divergências, a fenomenológica, alicerçada em bases sólidas, apoiada em evidências, aquilo que confirma a certeza e que o próprio define nas *Investigações Lógicas*, como sendo “uma consciência imediata da própria verdade”⁶⁴(Husserl, 2008a:26), evidências “apodíticas”, ou seja, com ausência total de dúvida.

A inquietação de Husserl justificava-se pelo facto de ele viver num período particularmente conturbado no campo do conhecimento científico, período que ele designou de crise da

⁶⁴ Tradução livre da autora. No original “*una conciencia inmediata de la verdad misma*” (Husserl, 2008a :26).

humanidade europeia, tendo escrito um texto intitulado *A crise da humanidade europeia e a filosofia*, onde ele aborda os problemas que estariam na base da referida crise, que residiam na caracterização do saber científico como absoluto e, no admitir a verdade apenas baseada na ciência positiva e experimental (Ziles, 2007).

Neste período, a psicologia objetivista estava no centro das atenções e para muitos era entendida como a base da teoria do conhecimento e da lógica. A tônica no campo do saber estava colocada nas verdades científicas, apenas aquelas relativas às experiências naturais e espontâneas, admitindo-se que a verdade assentava apenas no que “é enunciável no sistema de proposições da ciência objetiva” (Husserl, 2002:30). As ciências estavam assim limitadas ao puro conhecimento dos factos, reduzindo o saber e o homem a meras coisas (Husserl, 2002). Isto significava que se negava a importância do sujeito no processo de construção do conhecimento.

Desta nova maneira de fazer filosofia, resultou uma importante orientação de fazer o conhecimento fugindo do formalismo científico característico daquela época e seguindo agora uma orientação onde a verdade, produto do trabalho científico, não fosse simples: “repetibilidade sob identificação do sentido e da comprovação: a ideia da verdade no sentido das ciências aparta-se [...] da verdade da vida pré-científica. Ela quer ser verdade incondicionada”(Husserl, 2008a:23). Esta nova maneira de fazer a filosofia foi o que Husserl denominou fenomenologia transcendental.

A nova maneira de fazer filosofia, pensada por Husserl, considera o mundo “vivido”, isto é o mundo da experiência, como o ponto de partida de todas as ciências, um fazer que se procura distanciar das fórmulas objetivas pré-existentes. Da mesma forma que procurou um modo de descrever de forma minuciosa o mundo como aparece na consciência dos sujeitos, tendo em conta todos os seus aspetos e, ao mesmo tempo, tentou encontrar o rigor absoluto e uma renovação radical da filosofia no seu todo. Trata-se de uma renovação pois as suas ideias

foram primariamente explicadas por René Descartes⁶⁵, como o próprio refere nas *Conferências de Paris*, afirmando que “O objectivo perseguido por Descartes, da fundamentação absoluta das ciências, não o deixamos fugir, mas, antes de mais, nem sequer se deve pressupor como asserção prévia a sua possibilidade”(Husserl, 2006a:4).

Husserl reconhece que o seu projeto de modernização da filosofia era uma continuação, ou melhor dito, era uma tentativa de fortalecer as concepções de Descartes e de fundamentar todo o conhecimento na certeza reflexiva, em linha com o que Descartes denomina por *ego cogito* (Ziles, 2007). Husserl defende nas *Meditações Cartesianas* que o *ego cogito* é “a base apoditicamente certa e última de todo o juízo, em que terá que se fundamentar toda a filosofia radical”⁶⁶ (Husserl, 1996:60). Aqui está um dos primeiros elementos essenciais para a fundamentação da filosofia husserliana, nascida dos ideais de Descartes: a criação de uma filosofia de orientação subjetiva, centrada no eu sujeito que pensa e que vive neste mundo e experimenta um determinado fenómeno (Schmidt, 2005). A importância do eu cartesiano foi realçado por Husserl nas *Conferências de Paris*, ao sublinhar que: “Tudo que é mundano, todo o ser espaço-temporal é para mim em virtude de o experimentar, perceber, recordar, de algum modo o pensar, julgar, valorar, desejar, etc.” (Husserl, 2006a:6). É este *ego* transcendental que age como suporte das vivências da consciência (Husserl, 2002) e são as cogitações do ego ou *noesis* que integram as possibilidades de dúvida, entendimento, afirmações, querer, sentimentos e julgamentos (Pepe, 1996). A sua convicção sobre a centralidade do eu era tão forte que nas *Meditações Cartesianas*, Husserl realça que:

A sabedoria -é uma incumbência da total responsabilidade pessoal do sujeito filosofante. Deve ir forjando-se como sua sabedoria, como aquele seu saber que tende a universalizar-se que ele adquire por si mesmo, de que ele pode fazer-se responsável desde um princípio e em cada passo, partindo daquela evidência absoluta

(Husserl, 1996:38)

⁶⁵ Este ideal vem refletido no livro *Meditações Cartesianas* no § 1, com o título “Meditações de Descartes protótipo da reflexão filosófica”, pp.37.

⁶⁶ Tradução livre da autora. No original “... como la base apodíticamente cierta y última de todo juicio, en que hay que fundamentar toda filosofía radical” (Husserl, 1996:60).

O reconhecimento deste eu cartesiano é que leva Husserl a defender que é retornando “às coisas mesmas”, isto é, regressando à intuição originária, que se atinge a fonte do verdadeiro conhecimento, onde o filósofo poderá encontrar a realidade da maneira mais originária possível e com toda a evidência plena (Husserl, 2002). Voltar às coisas mesmas de acordo Husserl, significa voltar ao mundo da experiência onde antes da objetividade há um mundo pré-dado, e antes de todo o conhecimento, há uma vida que o fundamentou. Isto é, “O eu precede a produção universal de todos os entes” (Onate, 2006:111). O fundamento desta posição encontra-se nas declarações de Husserl, quando ele afirma que:

nada deve valer como realmente científico que não seja fundamentado mediante plena evidência, isto é, que não tenha de se legitimar pelo retorno às próprias coisas ou aos estados de coisas numa experiência e evidência originárias.

(Husserl, 2006a:4)

A fenomenologia husserliana defende assim que o saber genuíno deve ser construído a partir do princípio, da sua origem primária e num processo que se pretende absolutamente puro, desprovido de todo o preconceito, isto é, livre dos elementos pessoais, culturais, e de senso comum (Zilles, 2002), dirigindo-o para a compreensão das coisas mesmas e captando as coisas na sua pureza, na sua originalidade, antes da sua dedução ou construção.

É assim que Husserl no seu livro *A Ideia da Fenomenologia* defende que “A elucidação das possibilidades do conhecimento não se encontra na senda da ciência objetiva e por essa razão o conhecimento não se constrói a partir de deduções, induções ou de cálculos, nem da inferência de novas coisas”(Husserl, 2008a:24), e nem tem o seu fundamento a partir de coisas já dadas ou que valem como dadas.

Para um conhecimento verdadeiro deve-se partir das coisas e dos problemas (Husserl, 2008a), sendo que o conhecimento puro tem a sua origem ontológica na experiência (*Erfahrung*) e a permanência na experiência (Mendes 2007).

O mundo da vida, como refere Finlay (2008a), abarca o mundo de todos os objetos situados ao nosso redor, tal e qual os percebemos, a nossa experiência e as nossas inter-relações humanas, corresponde à “totalidade dos objetos que podem ser conhecidos através da experiência” (Husserl, 1983:46 *apud* Mendes, 2007:102)”. Mas não só, o mundo da vida deve ser visto como uma realidade rica, polivalente e complexa que o próprio homem constrói, que também integra a história, linguagem, cultura e valores (Husserl, 2002).

É esta forma de entender o conceito do mundo de vida que condiciona que este não seja reduzido apenas ao mundo das ciências físicas e objetivas, ele existe no nosso dia-a-dia, é complexo não só porque diverso, mas também porque dinâmico e cheio de significado e está intimamente ligado às situações de vida individual e ao respetivo mundo social, e não ao mundo interior da introspeção, não existindo por isso um homem interior, mas um homem que “está no mundo, e apenas no mundo se conhece a si mesmo”⁶⁷ (Merleau-Ponty, 1962: xi *apud* Finlay, 2008a:1).

A apreensão da realidade é feita a partir das “coisas mesmas”, da experiência do mundo da vida, como a base primária para a construção do conhecimento como se nos apresenta na sua pureza à consciência. Na verdade, o ser, inseparável da experiência de vida nasce na consciência. Segundo (Husserl, 1983 *apud* Mendes, 2007) a consciência é sempre intencional. A intencionalidade é o ato de atribuir um sentido, reconhecendo-se assim que o mundo não é uma pura exterioridade e o sujeito não é uma pura interioridade, mas “[...] a saída de si para um mundo que tem uma significação para ele” (Forghieri, 1993 p.15 *apud* Dutra, 2002:376). Neste sentido, a consciência é sempre consciência de alguma coisa, esta coisa é, como o próprio filósofo refere, a “evidência”, a tal “coisa que no momento da assunção, no lugar de estar presente a coisa, está a coisa objetiva, aquilo que o sujeito julga estar ciente que seja” (Husserl, 1996:51).

⁶⁷ Tradução livre da autora. No original “[...] is in the world, and only in the world does know himself” (Merleau-Ponty, 1962: xi *apud* Finlay (2008a:1).

Em vários momentos Husserl apresentou o que era para ele evidência. Na obra *A Ideia da Fenomenologia* explica ser a “consciência que efetivamente vê, que apreende [o seu objeto] direta e adequadamente; que nada significa do que o adequadamente dar-se em si mesmo”(Husserl, 2008a:85). Por sua vez, em *A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental* referiu ser “um critério de verdade e de certeza” (Husserl, 2002:16). Nas *Meditações Cartesianas* define-a como a ”apreensão de uma existência ou de uma essência no modo «dela mesma», com plena certeza de esta ser, [com exclusão de] toda a dúvida”⁶⁸ (Husserl, 1996:56). Em todas as reflexões pretendia fazer referência a algo que é a única fonte do conhecimento que caracteriza os dados que nos são dados a conhecer de forma pura através da consciência.

A partir da evidência, o cientista percebe as coisas mesmas e não as teorias, olha para as essências e não para os objetos. Preocupação subsequente é descobrir como chegar às referidas essências e como conseguir chegar ao conhecimento puro isento de qualquer tipo de influências das proposições objetivas pré-existentes. Husserl propõe a chamada redução fenomenológica, uma ferramenta lógico-filosófica, um recurso metodológico usado pela fenomenologia para chegar à essência do fenômeno tornando-o compreensível e legitimando-o cientificamente (Andrade e Holanda, 2010).

A redução fenomenológica é um processo analítico-descritivo complexo das vivências da consciência para descobrir e apreender as essências diretamente na intuição, isto é, um processo desprovido de todos os seus elementos empíricos (Husserl, 2002). É através da intuição que o cientista, a partir do seu “eu penso” constrói o conhecimento. No seu artigo *Filosofia como Ciência de Rigor*, Husserl afirma:

Mas é precisamente próprio da filosofia, desde que remonte às suas origens extremas, o seu trabalho científico situar-se em esferas de intuição direta, e constitui o maior passo a dar pela nossa época, reconhecer-se que a intuição filosófica no sentido autêntico, a percepção fenomenológica do Ser, abre um campo imenso de trabalho e leva a uma ciência que, sem todos os métodos indiretamente simbolizantes e matematizantes, sem o aparelho das conclusões e

⁶⁸ Tradução livre da autora. No original “[...] *aprehensión de una existência o de una esencia en el modo «ella misma», com plena certeza de este ser, que por ende excluye toda duda*” (Husserl, 1996:56).

provas, não deixa de chegar a amplas intelecções das mais rigorosas e decisivas para toda a filosofia ulterior.

(Husserl, 1965:73, *apud* Ziles, 2007:219)

Neste processo de intuição há uma exigência que constitui fator central, a habilidade de passar da atitude natural, à atitude que Husserl designa transcendental. A atitude natural é aquela do mundo exterior, a que Husserl denomina transcendente, aquela em que o olhar do homem para o mundo se faz de forma ingênua, como apenas um mundo de objetos. A atitude transcendental refere-se ao mundo onde o cientista procura uma fundamentação totalmente nova que consiste no conseguir sair do mundo natural e ascender a uma nova visão dos eventos ainda não percebidos (Giorgi 1997 *apud* Castro e Gomes, 2011). Estes novos eventos dizem respeito a algo percebido pela consciência, através da sua intuição. E esse algo é o fenómeno.

O termo “fenómeno”, no significado atribuído por Husserl, designa tudo o que de forma intencional está presente à consciência e possui uma significação (Husserl, 2002). Fenómeno refere-se a coisas ou experiências tal e qual o ser humano experiencia. Tudo o que é percebido pela nossa sensibilidade e nos é trazido à luz através da consciência (Moreira, 2002). Fenómeno entendido não apenas com referência a coisas físicas, como também “à aparência de algo intuído, de algo julgado, de algo imaginado, de algo fantasiado, de algo desejado, de algo temido” (Moreira, 2002:66). É a partir da percepção de um objeto, evento, situação ou experiência que esta se torna presente na consciência.

Husserl considerava a fenomenologia não só como uma filosofia mas também um “método” (Husserl, 2008b) e é a partir desta possibilidade que nós elegemos o método fenomenológico para o estudo das percepções das crianças alvos do presente estudo.

3.1.2 Dos fundamentos filosóficos ao estudo empírico

A fenomenologia permite proceder ao estudo das experiências humanas (Jackson, 1996 *apud* Carvalho e Vergara, 2002) ao colocar no centro da investigação e do conhecimento o sujeito que experienciou o fenómeno (Schmidt, 2005), e, ao mesmo tempo, ao colocar o investigador não só a procurar compreender o outro (o investigado), mas acima de tudo a reconhecer o seu lugar no processo de procura de significado.

Existem várias maneiras de explicar em que consiste este método, mas todas elas convergem num aspeto central, estudar a experiência humana tal e qual nos é dada a conhecer por quem a experiencia. A fenomenologia procura revelar a natureza do fenómeno tal como humanamente é experimentado, visando entender o fenómeno observado, através da interpretação e perceção do seu significado (Mendes, 2007). Pode também ser considerada como um método que: “consiste num conjunto de material prático de interpretação que coloca o mundo visível”⁶⁹ (Denzin e Lincoln, 2005:3). Por sua vez, Seamon (2000) considera a fenomenologia como um estudo da experiência humana através da interpretação. Um método que tem por finalidade a descrição do que os participantes do estudo têm de comum ao experienciarem o fenómeno (Creswell, 2007) e que tem por objetivos uma descrição viva e rigorosa, rica e complexa de um fenómeno como este é concretamente vivido (Pollioet *al.*, 1997, p.5, *apud* Seamon, 2000; Finlay, 2009).

O termo “experiência” deve ser entendido como “algo que acontece connosco, e não algo acumulado e controlado por nós”⁷⁰ (Henriksson e Friesen, 2012:1). Ou ainda:

não [como] um conjunto de acontecimentos, mas também como a forma de estar do sujeito no mundo, a forma de se adaptar, de se ajustar e de interagir, que constituem o mundo como um contexto repleto de ações com significado para o sujeito”

(Kohad, 1978:178 *apud* Mendes, 2007:105)

⁶⁹ Tradução livre da autora. No original “... *Consists of a set of interpretative material practices that make the world visible*” Denzin e Lincoln (2005:3).

⁷⁰ Tradução livre da autora. No original “... *something that happens to us, and not something accumulated and mastered by us.*” (Henriksson e Friesen, 2012:1).

Trata-se de um método capaz de oferecer a verdade em partes e em momentos, e ir ao encontro da primeira: “[n]as profundidades [pois] nas profundidades residem as obscuridades e, nas obscuridades, os problemas”, como afirma Husserl na sua obra *A Ideia da Fenomenologia* (Husserl, 2008a:28). Na verdade, sendo o conhecimento uma vivência psíquica, para obtermos o conhecimento sobre como as crianças percebem o fenômeno social ao qual elas estão acometidas, de forma integral e profunda e o mais abrangente possível, só o conseguimos partindo das profundezas do seu âmago, tarefa de si difícil, não apenas pela complexidade do processo, mas principalmente por ser necessário entender o fenômeno descrito por crianças que em alguns casos se pensa que pouco ou nada sabem sobre si. Porém, só elas próprias o podem revelar através da palavra falada, escrita e até através da linguagem gestual.

A abordagem descritiva é o que caracteriza a fenomenologia, um método que estuda aquilo que aparece à consciência e explora todos os dados, a própria coisa que se percebe, em que se pensa, de que se fala, de cujo conteúdo descritivo (individual, significados gerais ou universais) se derivam as essências ou estruturas das experiências (Holanda, 2006). Num estudo de cariz fenomenológico, as essências, não se reduzem a factos, existindo tantas essências quantas significações o nosso espírito é capaz de produzir (Husserl, 2002; Moreira, 2002).

Ao usarmos este tipo de método de investigação, concentramo-nos em compreender todo o significado da experiência. Mas não podemos alcançar o sentido de uma experiência no seu todo, separando as partes do contexto geral em que estas estão baseadas, porque ao procedermos assim “poderemos fazer explicações artificiais acerca das experiências porque poderemos abordá-las desde a nossa perspectiva, o que poderá estar divorciado do sentido de toda experiência da pessoa que a experienciou”⁷¹ (Castro e Gomes, 2003:48).

⁷¹ Tradução livre da autora. No original “*If we were to do so, we would make artificial explanation about experiences because we would be approaching them from our own perspective, which would be divorced from the sense of the whole of the experience for the person who lives it.*” (Castro e Gomes, 2003:48)

A partir de trabalhos de vários defensores deste método desenvolveram-se diversas variantes do método fenomenológico (Moreira (2002)). De acordo com este autor, não existe uma variante que possa ser definida como sendo a “representante básica” e aponta algumas variantes que apesar das diferenças na abordagem, têm semelhanças na estratégia de coleta e na apresentação dos dados e nomeia as variantes de Van Kaam (1959), considerado o primeiro autor proponente de um método fenomenológico para uma pesquisa empírica, a de Colaizzi (1978), e a variante de Giorgi (1985).

Na presente investigação usamos a variante que integra as orientações metodológicas do método de Giorgi (1985). A escolha desta variante deveu-se ao facto de o presente estudo pretender, a partir das descrições ingênuas de crianças, relatadas na primeira pessoa, proporcionar o desenvolvimento de um entendimento compreensivo e holístico das experiências de cada criança, para além “de ter em conta a totalidade das experiências em contextos naturais ou particulares onde decorre a investigação” (Mendes, 2007:113). E, principalmente porque Giorgi (1985, 1997), referenciado em Mendes (2007), defende que o método fenomenológico permite aos investigadores estudar cientificamente o fenómeno da experiência humana, dando ênfase a como a “vida-no-mundo” é percebida e descrita pelos próprios participantes. Em síntese, a nossa preferência por este método, tem a sua razão fundamentada no facto do método fenomenológico desenvolvido por Giorgi(1985) ter o focus na descrição das experiências individuais e numa abordagem que inclui um processo de análise de dados inspirado na metodologia de Husserl, o mentor da teoria escolhida como orientadora do nosso trabalho de investigação, que defende a busca da verdade.

Segundo Giorgi (2007) o método husserliano de investigação envolve três etapas fulcrais. Primeiro, a assunção da atitude fenomenológica, a etapa chave do método que, como descreve o autor, consiste no adotar a atitude consciente que transcende a forma ingênuas de se tornar consciente, aquela que é livre das assunções empíricas mundanas. Por outras palavras, relativa à suspensão do pré-conhecimento, pressuposições teóricas, culturais, ou mesmo experiências que o investigador possa ter sobre o fenómeno (Finlay, 2008b; Broomé, 2013). Esta etapa é estritamente necessária porque “Nenhum trabalho pode ser considerado fenomenológico se

algum senso de redução não for articulado e usado”⁷² (Giorgi, 1997:240, *apud* Finlay, 2008b:16).

Com efeito, a questão da suspensão das pressuposições do investigador e da sua experiência pessoal devem merecer uma atenção especial. Segundo Ashworth, referenciado por Finlay (2008b), há pressuposições que não podem ser suspensas, como por exemplo o facto de o investigador ser um ser social aberto ao mundo e a uma compreensão empática à partilha de determinados significados com o mundo de vida de outros investigadores. E ainda, o ponto de vista e a experiência pessoal do investigador, a partir da qual fez o recorte da realidade objeto de estudo, o que constitui uma importante base de partida para o processo de investigação. Estas duas pressuposições providenciam ao investigador pontos de partida para a reflexão e compreensão do fenómeno e ajudam-no a ler o que está a investigar (Colaizzi, *apud* Finlay, 2008b), permitindo o emergir de todo e qualquer tipo de significado. O investigador tem o desafio de ir para além de um simples curioso, deve estar aberto para a possibilidade de poder ser surpreendido pela novidade trazida pelo investigado (Finlay, 2008b) e captar esta surpresa na sua totalidade.

A segunda etapa compreende a utilização da livre variação imaginativa para visualizar de forma inovadora o fenómeno (Giorgi, 1997; Giorgi e Giorgi, 2003, *apud* Finlay, 2008b) e intuir as essências do fenómeno em investigação (Giorgi, 2007). A terceira e última etapa diz respeito à descrição das essências descobertas.

O método fenomenológico de Giorgi (1985), preconiza 4 passos para a análise dos dados, feita a partir de um *corpus* construído a partir da transcrição das entrevistas, cujo texto constitui a primeira evidência empírica do estudo. O investigador deve prosseguir os 4 passos da maneira que se segue:

⁷² Tradução livre da autora. No original “*No work can be consider[ed] to be phenomenological if some sense of reduction is not articulated and utilized*” (Giorgi, 1997:240, *apud* Finlay, 2008b:16) .

1º passo: leitura geral do protocolo

Leitura geral do protocolo para a aquisição do senso geral do todo, isto é, do “sentido do todo”. Segundo Giorgi, 1997 citado por Mendes (2007) a análise do fenómeno em estudo inicia-se justamente a partir do que nos é fornecido na sua totalidade, independentemente da forma parcial como possa aparecer. É o modo de ir “às coisas mesmas” como é referido por Husserl, um modo de aceder à situação conforme vivida pelos sujeitos (Schmidt, 2003). Esta fase deve ser realizada sem nenhuma análise crítica da experiência.

2º passo: Discriminação das unidades de sentido

A discriminação das “unidades de sentido” incide sobre as mais relevantes para o fenómeno em estudo, tal e qual expressas pelos participantes. Por se tratar de um passo centrado na descoberta das partes constituintes do fenómeno, deve ser desenvolvido em total abertura. Nesta fase, a compreensão e a interpretação da linguagem são importantes para a captação do fenómeno em estudo (Schmidt, 2003), pois como sublinham (Giorgi 1997, 1985 *apud* Moreira, 2002; Whiting, 2002; Mendes, 2007) as unidades de significado não existem nas transcrições, mas elas estão lá, o investigador desenvolve-as de acordo com a perspectiva que interessa.

A “Unidade de significação” é, segundo a definição de (Giorgi 1997, p. 246 *apud* Mendes: 2007:117), um “termo simplesmente descritivo que significa que determinado significado, que está contido numa unidade de texto é relevante para o estudo”. A estas unidades de significado discriminadas, atribui-se a designação de constituinte. A constituição das unidades de significado operacionaliza-se relendo atentamente, tantas vezes quanto as necessárias, as transcrições elaboradas e assinalando as unidades contextuais sempre que o investigador as identificar (Moreira, 2002; Mendes, 2007). A identificação destas unidades é feita a partir do que há de comum ou típico, explicado pelos participantes acerca do contexto em estudo. As unidades de significado são expressas na linguagem dos participantes. Os factos identificados pelos participantes podem ser diferentes uns dos outros porém podem estar relacionados em termos de significação, explica (Giorgi, 1971 *apud* Whiting, 2002).

3º passo: Identificação do conteúdo expresso nas unidades de sentido

Nesta fase, opera-se a transformação da linguagem comum das unidades de significado numa linguagem científica explícita, relacionada com a perspectiva disciplinar do investigador. É neste momento que o investigador deve socorrer-se da habilidade reflexiva, o chamado processo reflexivo da variação imaginativa. É neste passo que o investigador identifica as evidências (unidades carregadas de significado), as designadas “essências”.

4º passo: Construção da “estrutura da experiência”

Esta é a última etapa da análise que é feita a partir da síntese de todas as unidades de sentido que emergiram, transformadas agora numa declaração consistente e relacionada com a experiência. Isto não quer significar que se enuncie apenas uma única declaração válida para todos os participantes do estudo. Tal só é possível se os dados o permitirem por eles mesmos (Giorgi 1997 *apud* Mendes, 2007). Podem ser descritas tantas estruturas quantas forem necessárias.

3.2 Método e técnicas de investigação

No tópico anterior destacou-se o papel preponderante que a teoria assume no comando da nossa pesquisa empírica, como suporte importante para a demonstração científica. Com efeito, a maximização do papel desta, deve ser complementada pela verificação dos factos através de uma estratégia metodológica adequada que englobe:

uma componente adequada à objectivação das formas e processos de inteligibilidade através dos quais se constrói não só o sentido vivido das práticas, como a sua (*quasi-*) racionalização discursiva no contexto prático-social da pesquisa empírica.

(Almeida e Pinto, 2009:58)

Quando iniciamos o percurso da presente investigação formulamos o problema e os objetivos do estudo. Pretendemos obter uma resposta compreensiva e esclarecedora, ainda que apenas aproximada, sobre a forma como as crianças percecionam o seu envolvimento numa tarefa penosa e perigosa como o garimpo e depois descobrir as reais causas da utilização de crianças nesta atividade. Isto é, temos como propósito tornar visível um fenómeno pouco estudado e analisá-lo numa perspetiva qualitativa.

Como Creswell (2007: 40) refere pretendemos “ouvir vozes silenciadas”⁷³, que nos ajudem a compreender a realidade deste grupo de crianças de forma autêntica e exaustiva, expressando os resultados do estudo de forma rigorosa e com total respeito pelos pontos de vista do grupo investigado. Este é o nosso objetivo. Entendemos que a verdade que procuramos não é a estabelecida pelos dogmas, mas aquela que se repõe sempre que uma questão se aprofunda em função do desejo do investigador compreender com mais justeza a realidade em que as crianças vivem (Quivy e Campenhoudt, 2008:24). Lembrar que a verdade neste caso não é algo estático, imutável, um estado fixo, mas sim algo em movimento constante (Moreira, 2004:449, *apud* Andrade e Holanda, 2010).

A perspetiva qualitativa afigurou-se-nos a mais adequada para este estudo devido ao carácter teórico-empírico da investigação que exigia a escolha de uma abordagem metodológica que centrasse a atenção na descrição de perceções e significados, compreendendo unidades de análise tanto verbais como não-verbais (Gephart, 2004). Uma metodologia com capacidade de pesquisar, explicitar e analisar fenómenos visíveis ou ocultos não passíveis de serem medidos (Holanda, 2006; Andrade e Holanda, 2010). Como referem (Denzin e Lincoln, 2005:3 *apud* Creswell, 2007:36) na sua definição do conceito de pesquisa qualitativa, esta pode ser definida como “uma atividade contextualizada que coloca o observador no mundo”⁷⁴, com capacidade de tornar o mundo visível ao possibilitar buscar “[...] significados e essência da experiência – alcançados com base nas descrições da experiência singular do sujeito pesquisado” (Moustakas, 1994 *apud* Andrade e Holanda, 2010:260), num processo complexo que exige ecletismo do investigador pelo facto de poder mudar de acordo com o contexto em que se expressa o sujeito observado.

Importa aqui sublinhar que a pesquisa de cariz qualitativa começou a vincar o seu espaço no campo das Ciências Sociais a partir da segunda metade do século XIX. O percurso histórico

⁷³ Tradução livre da autora. No original “... *hear silenced voices*” Creswell (2007: 40)

⁷⁴ Tradução livre da autora. No original “... *a situated activity that locates the observer in the world ...*” (Denzin e Lincoln 2005:3 *apud* Creswell, 2007:36)

deste tipo de pesquisa até aos nossos dias foi-se modificando desde os métodos de trabalho, às tendências de análise e à forma de estruturar os resultados, assim como a diferentes considerações quanto aos sujeitos (Godoy, 1995), apresentando no entanto características básicas que em maior ou menor grau estão sempre presentes. A este respeito, (Creswell, 2007; Bogdan *apud* Triviños, 1987; Garnica, 1997 fazem referência às seguintes características:

- a. O ambiente natural constitui a fonte direta de dados e o pesquisador o instrumento fundamental. O investigador examina documentos diversos, observa o comportamento dos participantes, entrevista-os e, acima de tudo, interage com o investigado. A voz do investigador é apenas usada para a facilitação do processo, estimulando os indivíduos a ser participantes ativos;
- b. A pesquisa qualitativa é descritiva, no sentido em que os dados são apresentados na forma de transcrições de entrevistas, anotações, videogramas, fotografias e diversos outros tipos de documentos. A palavra escrita ocupa um lugar de destaque tanto no processo de coleta de dados como na disseminação dos resultados, sem, no entanto, rejeitar por completo a expressão numérica e quantitativa dos dados. Todos os dados são importantes, devendo ser recolhidos e examinados. O ambiente e os indivíduos devem ser analisados de forma holística e observados como um todo e não reduzidos a variáveis;
- c. O significado que as pessoas dão às coisas e à vida é a preocupação essencial do investigador e não o entendimento que o investigador tem do problema ou da informação obtida de outros investigadores que tenham estudado o mesmo assunto;
- d. Os pesquisadores utilizam o enfoque indutivo na análise de seus dados não havendo neste tipo de pesquisa, variáveis a testar. Como (Bogdan *apud* Triviños, 1987:129) refere:” Os significados, a interpretação, surgem da percepção do fenómeno visto num contexto”. Para além disso, o resultado da pesquisa vai-se construindo através do desenvolvimento da globalidade do estudo e não é exclusivamente resultado de uma análise dos dados. Deste facto advém outra importante característica: os pesquisadores estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto.

3.2.1 Construção da base de dados e suas implicações

Começamos por recordar que com o presente estudo pretendemos trazer para o conhecimento da sociedade moçambicana uma realidade que intrinsecamente fere os direitos consagrados à criança, e, porque não era possível apresentar esta realidade no seu todo, por razões anteriormente apresentadas, tomamos apenas o caso da realidade da Província de Manica.

O estudo de caso de índole qualitativo constitui assim o instrumento de operacionalização escolhido e com capacidade de salvaguardar todas as exigências da teoria filosófica por nós escolhida. Primeiro porque descreve um simples evento ou unidade de análise determinado pelo investigador (Gephart, 2004). Para além disso, consegue estabelecer a relação entre o mundo real e os sujeitos e apoia-se no que defende ser o interesse deste tipo de investigação e “que sentido as pessoas dão às suas vidas e experiências”⁷⁵ (Merriam, 1998:23).

O estudo de caso permite estudar uma situação particular e concreta, de forma detalhada e em profundidade (Triviños, 1987; Coutinho e Chaves, 2002; Yin, 2004; Hartley, 2004 *apud* Kohlbacher, 2006; Vanwynsberghe e Khan, 2007). Investiga um fenómeno atual no seu contexto real (Yin, 2004; Yin, 1998 *apud* Carmo e Ferreira, 2008) e tem capacidade para lidar com uma ampla variedade de evidências (documentos, artefactos, entrevistas e observações) (Yin, 2004; Finlay, 2009), permitindo que se tire o maior partido possível e se conheça em profundidade uma entidade bem definida (pessoa, grupo, instituição, sistema, política ou unidade social) (Ponte, 2006). Tratando-se de um tipo de investigação que tem uma forte componente descritiva, apoia-se em factos da realidade e descreve tanto quanto possível o objeto de estudo. Todavia, o estudo de caso não tem de ser sempre meramente descritivo, pois, quando isso acontece, e de um modo geral, reduz em grande medida o seu valor.

O estudo de caso é o método preferido quando se pretende responder questões de “como” e “porquê?” sobre um conjunto de acontecimentos contemporâneos relativamente ao qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle (Yin, 2004), permitindo evidenciar a identidade e

⁷⁵ Tradução livre da autora. No original “*how people make sense of their lives and their experiences*” (Merriam, 1998:23)

as características do fenómeno em estudo em aspetos que interessem ao pesquisador. É este fundamento que permite que Ponte defina o estudo de caso como:

uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspetos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse.

(Ponte, 2006:2)

O estudo de caso possibilita ao investigador ir de algo muito particular e atingir algo mais universal (Ponte, 2006). Este autor explica que o estudo de caso pode funcionar como um exemplo importante, assumindo diferentes perspetivas, negativa, positiva, caso excecional, ou caso neutro. Na perspetiva negativa o estudo desvenda aspetos singulares que possam estar a perturbar uma realidade que se acredita bem diferente. A perspetiva é de um exemplo positivo quando revela uma dada realidade nunca antes percebida como tal, mas existindo em certas circunstâncias, ou reúne elementos que provam como uma dada situação é particularmente bem-sucedida. A perspetiva corresponde a um exemplo excecional quando o caso estudado suscita interesse particular pela sua raridade e o seu estudo proporciona informação circunstanciada para melhor entendimento dos casos mais comuns. A perspetiva é de caso neutro quando o caso nem é negativo nem positivo, mas escolhido por ser típico num dado grupo ou população para uma análise mais detalhada.

Pontes (2006) chama a atenção para que em qualquer estudo de caso é sempre imperioso prestar atenção ao modo como a situação objeto de análise se desenvolve, isto é, prestar atenção à respetiva história e contexto. Observar os elementos exteriores, quer da realidade local, quer de natureza social e sistémica que mais influenciam o caso. Os elementos que podem influenciar a compreensão do comportamento humano são o conhecimento do quadro referencial dentro do qual os indivíduos interpretam os seus pensamentos, sentimentos e ações (Godoy 1995).

O nosso estudo assim direcionado, enquadra-se perfeitamente no mundo da investigação científica apoiados na conceção de que o estudo de caso constitui uma das várias formas de fazer investigação em diferentes domínios do saber, podendo assim ser usado em qualquer

disciplina para dar resposta a questões de investigação (Yin, 2004) e “surge do desejo de compreender fenómenos sociais complexos” (Yin, 2004:21), não sendo pois fácil abordar questões sensíveis quanto aos fenómenos sociais. Às críticas à sua pouca capacidade de generalização, Yin contrapõe afirmando que:

Estudos de caso [...] são generalizáveis a proposições teóricas e não a população ou universos. Neste sentido, o estudo de caso [...] não representa ‘amostra’, e ao fazer um estudo de caso o objetivo final será a generalização de teorias (generalização analítica) e não a enumeração de frequências (generalização estatística)⁷⁶

(Yin 2004:10)

No mesmo sentido, já Kurt Lewin havia defendido num artigo que publicou em 1931, intitulado *The conflict between Aristotelian and Galilean modes of thought In contemporary psychology* (Lewin, 1931). Apoiado nos seus conhecimentos de filosofia das ciências, criticou vigorosamente o que apelida de preconceito aristotélico, designação que usa para descrever a tese de que apenas pode ser considerado científico o estudo baseado em grandes somas de dados. A esta conceção Lewin opõe um ponto de vista que designa por galileico que assenta na ideia de que o estudo intensivo de um número reduzido de casos, desde que escolhido criteriosamente, tem igual valor científico ao dos estudos extensivos que usem rigor análogo. Este comentário deixa claro que no presente estudo não iremos produzir qualquer tipo de estatística, vamos sim produzir conhecimento através das palavras dos próprios informantes. Para Godoy (1995) e Merriam (1998) nas metodologias do tipo qualitativo os intervenientes da investigação não são reduzidos a variáveis isoladas, mas vistos como um todo no seu contexto natural, porque se reduzidos a variáveis, determinadas características do comportamento humano ficariam ignoradas, advertem as mesmas autoras.

Por tudo o que ficou dito sobre as potencialidades do estudo de caso, julgamos ter ficado demonstradas as reais possibilidades que este método nos oferece para atingirmos o fim

⁷⁶ Tradução livre da autora. No original “[...] case studies [...] are generalizable to theoretical propositions and not to populations or universes. In this sense, the case study [...] does not represent a ‘sample’, and in doing a case study, your goal will be to generalize theories (analytical generalization) and not to enumerate frequencies (statistical generalization)” (Yin 2004:10)

desejado: a produção de conhecimento científico sobre um recorte da realidade nacional que se constitui como um problema social com dimensões de autêntica emergência.

3.2.2 Considerações éticas e metodológicas de trabalhar com crianças

Começamos esta seção por recordar que o objetivo final deste trabalho é uma análise que pretende fundamentar uma denúncia sobre as piores formas de trabalho infantil no país, portanto, uma investigação que se enquadra nos objetivos perseguidos pela OIT de trazer ao conhecimento de todos informação sobre as condições desumanas e circunstâncias intolerantes nas quais milhares de crianças trabalham, muitas vezes em atividades ilegais, desprovidas de segurança e ocultas do conhecimento público. Ninguém melhor que as próprias crianças podem descrever minuciosamente este fenômeno e por essa razão, a principal base de dados para este estudo são as próprias crianças.

A nossa decisão de conferir papel central à criança como uma das bases fundamentais de todo o processo, foi guiada pela nova perspectiva de entendimento da criança dentro das Ciências Sociais como ator social competente para interpretar a realidade social em que ela se insere. Assim a presente investigação vai desenvolver-se através de um processo dialético onde se cruzam as visões das crianças e de alguns adultos.

Reflexões a respeito de investigações com e sobre crianças consideram que “a maneira como o investigador percebe a condição da criança influencia a escolha do método”⁷⁷ (Punch, 2002:2). Por sua vez, Roth-Cline, *et al.* (2011) defendem que para um bom resultado, concorrem cumulativamente a eleição de uma boa metodologia de investigação e a observância de considerações éticas apropriadas. Assim, neste estudo as crianças são percebidas como atores sociais por excelência. Nesta perspectiva, a nossa atenção é, pois, endereçada às considerações de ordem ética que, embora não salvaguardem o rigor e validade dos dados

⁷⁷ Tradução livre da autor. No original “...the way wich a researcher percieves the status of children influences the choice of methods” (Punch, 2002:2)

coletados, ou mesmo influam na precisão dos resultados obtidos (Connolly, 2003), preservam a integridade tanto moral, como física das crianças alvos do estudo.

As considerações de ordem ética são importantes e devem ser observadas em qualquer trabalho de investigação para que se constitua num trabalho de qualidade e mereça o apreço de todos os interessados na matéria abordada, com maior destaque para a comunidade científica. Referimo-nos em primeiro lugar ao princípio genérico inerente a toda investigação, o de conduzir de forma profissional e com integridade a investigação. Destaque-se o respeito pelos direitos e dignidade de todos os envolvidos e/ou afetados na investigação, assim como o assegurar na medida do possível, do bem-estar físico, social e psicológico de todos os que tomam parte na investigação ou são subsequentemente afetados por ela.

As considerações de ordem ética assumem um papel fulcral em pesquisas que envolvam crianças, orientando o trabalho e a relação do investigador com os participantes do estudo (Flewitt, 2005; Punch, 2002). Contatar crianças e recolher informação junto delas pode ser uma tarefa apaixonante, mas também pode ser tarefa difícil e intensa. O processo de operacionalização é diferente daquele que tradicionalmente é realizado com adultos. Com crianças é imperioso ter em consideração tanto da fragilidade da criança face à sua fraca maturidade intelectual, a sua reduzida capacidade de tomada de decisões pelo facto de serem pessoas sujeitas à autoridade de outros, com os seus direitos socialmente pouco valorizados (Roth-Cline *et al.*, 2011).

Investigadores neste domínio como Flewitt, (2005) e Roth-Cline *et al.* (2011) defendem que em estudos que incidem sobre crianças vulneráveis, estas têm de ser protegidas daquilo que os autores consideram ser os riscos da pesquisa. Porque, como investigadores conscientes:

a nossa obrigação primária é sempre com as pessoas objeto de estudo e não o com o nosso projeto ou disciplina. As vidas e histórias que ouvimos e investigamos foram-nos concedidas sob promessa de proteger os que connosco partilharam tal promessa⁷⁸

(Denzin, 1989:83 *apud* Flewitt, 2005:1)

⁷⁸ Tradução livre da autora. No original “... *our primary obligation is always to the people we study, not to our project or to a large discipline. The lives and stories that we hear and study are given to us under a promise, that promise being that we protect those who have shared with us.*” (Denzin, 1989:83 *apud* Flewitt, 2005:1)

A observância de considerações de ordem ética, definidas por Morrow e Martin (1996:90) como “um conjunto de princípios morais de conduta”⁷⁹ que devem permear todo o processo de investigação. É um aspecto de particular relevância principalmente nas situações em que alguém sem reservas esteja disponível para nos confiar aspectos sobre sua vida privada (Atkinson, 1998:3, *apud* Valles, 1999). A promoção do respeito e da justiça para este grupo que não tem capacidade de se defender por si só é crucial, sendo os momentos de contato os que mais demandam a presença de preocupações de ordem ética para prevenir situações de ofensa ou prejudicá-las.

Assim, guiados pelo pensamento de investigadores como Kramer (2002); Punch (2002); Samagaio (2004); Soares, Sarmiento & Tomás (2005); Flewitt (2005) e Soares (2006), optamos por uma investigação centrada na criança, numa abordagem participativa, aquela que reconhece as competências e as limitações decorrentes da idade das crianças mas ao mesmo tempo respeita o prazer que a criança desfruta por estar a participar com o investigador na construção do saber, comunicando o seu ponto de vista sobre o mundo (Punch, 2002).

A criança é um ser social e por isso deve ser considerada como um ser ativo no processo de construção da sociedade, isto é, na regulação, na organização, na construção das relações e nas transformações sociais. O reconhecimento desta situação só ganhou uma nova dimensão há bem pouco tempo e o nascimento da CDC é o marco que consagrou esse espaço de direito, uma vez que no passado recente era vedada a possibilidade à criança de se pronunciar sobre qualquer aspecto da vida que lhe dissesse respeito. Antes desta tomada de posição, o mundo via a criança como simples objeto de conhecimento, como uma tábua rasa, desprovida de capacidade reflexiva, coisificada por isso com a categoria de ‘objeto-observado’, ‘objeto-explicado’ e ‘objeto interpretado’ (Soares, Samagaio & Tomás, 2005).

A assunção da criança como sujeito social, sujeito de direito está fundamentada no que a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, no ponto 1 do artigo 12, consagra

⁷⁹ Tradução livre da autora. No original “*a set of moral principles and rules of conduct*” (Morrow e Martin 1996:90)

de que toda a criança com capacidade de discernimento tem “o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhes digam respeito, sendo devidamente tomadas em consideração as suas opiniões”. Isto é, de acordo com a referida Convenção, no seu ponto 1, artigo 13, todas as crianças “têm o direito de exprimir os seus pontos de vista, obter informações, dar a conhecer ideias e informações sem considerações de fronteira”. Entende-se que em função do seu nível etário, são capazes de dar opiniões, sendo-lhes assegurado o direito de o fazer de uma forma livre; assegurando-lhes ainda o direito de serem ouvidas nos assuntos que lhes digam respeito. Trata-se de um direito substantivo (Soares, Samagaio & Tomás, 2005; Sarmiento, 2011) que parte do pressuposto de que as crianças devem ser consideradas agentes ativos dos seus quotidianos, capazes de participar nas tomadas de decisões que as afetam. Outros tantos pensadores se juntam aos que defendem este direito e consideram “um direito civil e político básico aplicável a todas as crianças, portanto um fim em si mesmo” (Crowley, 1998:9 *apud* Soares, 2006:28) e porque a participação faz parte do processo de crescimento da criança (Sarmiento, 2011), este não deve ser descurado pelos adultos.

Os pressupostos acima conduziram a nossa atenção para os princípios éticos relacionados com o trabalho que estamos a desenvolver, os quais apresentamos numa sequência aleatória, pois entendemos que qualquer um deles tem importância particular:

- a. **O princípio do respeito pelos direitos das crianças** em todo o processo de investigação, como recomenda Edmonds (2003);
- b. **O princípio do respeito pela equidade de género**, salvaguardando um processo que privilegia uma aprendizagem colaborativa, onde todos têm algo a aprender e a ensinar, e que dá ênfase ao empoderamento dos participantes, com enfoque na sensibilidade às questões de género, tendo presente o papel fundamental de homens e mulheres tanto nos processos de desenvolvimento quanto na investigação;
- c. **O princípio do respeito da criança como sujeito de voz** assente no facto de que a criança é um cidadão, indivíduo social, sujeito da história, pessoa que produz cultura, um princípio que defende a criança como sujeito de voz, da ação, ativo na observação, na descrição, na explicação e na interpretação; sujeito ativo, cuja voz e

ação social são relevantes e fundamentais para o processo de investigação (Kramer, 2002). A assunção deste princípio não deve no entanto colocar de lado as limitações destes potenciais informantes decorrentes da sua idade, devendo-se, por isso assumir-se o desafio de ajudá-los a expressar os seus pontos de vista, de modo a maximizar a habilidade de expressar os seus sentimentos (Punch, 2002);

d. O princípio de liberdade ou de aceitar ou recusar participar na investigação no pressuposto de que criança, apesar da idade, é sujeito de volição, direito que lhe deve ser assistido em todas as circunstâncias. Neste caso de, ou querer, ou recusar de participar na investigação não deve constituir exceção;

e. O princípio de respeito à utilização de fotografias das crianças participantes do estudo e fazê-las constar do estudo, em restrito respeito da vontade da criança, apesar de se reconhecer as vantagens da sua utilização numa investigação deste tipo por nos fazerem um convite constante à releitura (Kramer, 2002) e permitirem descobrir muitas coisas, abrindo a nossa pré-disposição para a construção de um outro olhar da realidade, isto é, ajudando a mudar a forma como observamos. A sua utilização bem como o desejo de as fazer constar do estudo, deve carecer de autorização das próprias crianças ou das pessoas responsáveis por ela;

f. Princípio da construção de processos comunicativos relacionais, horizontais e democráticos dentro do espírito de que a investigação deve ser entendida como:

um processo de participação social, no qual é fundamental considerar um equilíbrio mutuamente possível, de autonomia, cooperação e hierarquia com e entre as pessoas, sendo a tomada de decisão partilhada entre todos os parceiros do processo de investigação”

(Soares, Samagaio & Tomás, 2005:56)

Este constitui um daqueles princípios transversais no sentido de que para a sua efetivação deve haver uma interligação com os outros princípios.

Depois desta reflexão, sentimo-nos confortáveis para prosseguir com segurança o estudo a que nos propusemos fazer. A escolha dos participantes para o nosso estudo obedeceu aos seguintes critérios de inclusão:

- a. ser criança e pertencer a qualquer um dos sexos;
- b. possuir uma idade inferior a 18 anos, conforme definição adotada em Moçambique;
- c. no momento da entrevista estar a viver na Província de Manica e, cumulativamente em atividade nos campos do garimpo, tanto numa atividade direta como indireta, ou, a frequentar alguma escola localizada nas zonas de garimpo.

Desde que reunisse os critérios acima descritos, não foi aplicado qualquer tipo de exclusão uma vez que o objetivo do estudo era mostrar o fenómeno tal e qual ele se evidencia em diferentes crianças a trabalhar e/ou a desenvolver atividades relacionadas com o garimpo.

3.2.3 Caraterização da amostra

A problemática de participação de crianças no garimpo, na realidade moçambicana, é um fenómeno que carece de ser aprofundado. No presente estudo, afigurou-se impossível obter informação de toda a população infantil moçambicana participante em atividades de garimpo, tanto pela sua extensão, como pela impossibilidade de o fazer por limitações de ordem temporal e financeira. Guiados por Fontanella, Ricas & Turato (2008); Mason (2010); Marconi e Lakatos (2011) e Richardson *et al.* (2011) optamos pela utilização da técnica de amostragem. Amostra, de acordo com Marconi e Lakatos (2011:27) é “uma porção ou parcela convenientemente selecionada [da população universo] o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma caraterística em comum”, ou, por outras palavras “qualquer subconjunto do conjunto universal ou da população” (Richardson *et al.*, 2011:158).

O processo de seleção da amostra é assunto que mereceu um certo cuidado no presente estudo, principalmente pelo facto de ser um processo intimamente relacionado com o conceito de

validade científica (Duarte, 2002; Fontanella, Ricas & Turato, 2008). No presente estudo, vários fatores ditaram o critério que determinou o valor da nossa amostra. Tendo em vista as questões de validação científica, guiamo-nos pela concepção defendida por autores como Onwuegbuzie e Leech (2007) e Mason (2010), que postulam que a amostra de estudos do tipo qualitativo deve ser mais pequena relativamente às dos estudos do tipo quantitativo. E também porque a metodologia fenomenológica, variante de Giorgi (1985) que nos empresta as ferramentas para a coleta de dados e posteriormente análise das percepções das crianças considera que o método não advoga uma amostra grande, dando maior ênfase à qualidade do que à quantidade (Kurt, 1931; Yin, 2004 e Whiting, 2002).

Neste caso, ao contrário da metodologia quantitativa, enfatizam-se as particularidades do fenómeno em termos do seu significado para o grupo pesquisado (Goldenberg, 2001; Whiting, 2002). Esta é a razão que orienta a nossa atenção a centrar-se nas questões que possibilitam a compreensão do significado e uma descrição exaustiva do fenómeno, a exemplo da representatividade e a adequação dos processos de coleta de dados que potencia a qualidade dos mesmos e, do qual se pode resultar um estudo consistente.

A generalização possível neste tipo de estudo é analítica, com base no suporte teórico e não estatística, o que significa que os resultados obtidos poderão posteriormente dar origem a hipóteses a serem testados em novos contextos.

A identificação dos sujeitos mais capacitados para partilhar suas experiências não foi tarefa fácil. Guiamo-nos pelo requisito relativo à qualidade das informações de cada entrevistado, assim como pela profundidade e grau de recorrência e divergência destas informações, (Duarte, 2002), isto é, a capacidade para expressar o essencial do fenómeno com o detalhe vital que enriquece a compreensão do mesmo, seguindo os conselhos de Spradley, referenciado por Triviños (1987).

O tamanho da nossa amostra foi de algum modo influenciado pelos recursos financeiros disponíveis, mas principalmente pela heterogeneidade do grupo visado. Porém, procuramos

sempre ultrapassar as limitações. Organizamos etapas de trabalho mais intensas e fizemos uma imersão profunda no contexto. O trabalho de campo só terminou quando a descrição do fenómeno se nos afigurou completa, isto é, quando dados originais ou pistas que pudessem fornecer novas perspectiva à investigação deixaram de aparecer ou como diz Polkinghorne (2005) quando as informações deixaram de fornecer novas lições e estimular novas descobertas. Seguimos a conhecida teoria de saturação de informação de Glaser e Strauss (1967), referida por Duarte (2002), Ruquoy (2005) e Mason (2010).

Assim, fica explícito que a nossa amostra não foi definida *a priori*, ela foi determinada no terreno e guiada pelo objetivo do estudo. Isto quer significar que a amostra deste trabalho foi constituída seguindo o critério de amostras não probabilística, conseguida através da seleção de sujeitos, tendo em conta o seu carácter exemplar na medida em que os indivíduos selecionados são capazes de representar a cultura em que estão inseridos. Neste processo foi preponderante a técnica de bola de neve, em que um informante sugeria o melhor local onde encontrar informantes capazes de fornecer informação pertinente.

A nossa amostra é, assim, intencional, e, mais especificamente aquela que se define como sendo amostragem de opinião, em que o investigador faz a sua seleção em função de um critério estratégico pessoal, escolhendo os sujeitos que possuem um conhecimento mais profundo do problema (Aires, 2011). Sabemos que este critério é amplamente criticado por investigadores que optam por desenhos de investigação experimentais, como não sendo suficientemente representativo da realidade empírica, mas fizemo-lo no pressuposto de ter formado um grupo que revela as características representativas do contexto em estudo.

A nossa amostra ficou assim constituída por 21 crianças, de ambos os sexos, envolvidas em diferentes atividades nos campos de garimpo e em outras atividades a elas relacionadas, como escolas e bancas⁸⁰. As crianças foram escolhidas de acordo com o seu carácter exemplar, seguindo o princípio da diversificação das pessoas interrogadas, pois, em investigação

⁸⁰Locais precários onde as comunidades desenvolvem atividades de venda de produtos como comida confeccionada, bebida, cigarros, roupa, música, entre outros serviços para os garimpeiros.

qualitativa no lugar de uma uniformização da amostra procura-se a máxima variação (Aires, 2011). Esta diversificação permitiu que nenhuma situação importante relacionada com a temática em estudo ficasse omitida (Ruquoy, 2005).

O tamanho da amostra começou a delinear-se a partir da décima quinta entrevista, e por volta da vigésima sentimos que o material coletado já permitia uma análise mais ou menos densa, possibilitando a obtenção da compreensão de significados das práticas, valores atitudes, ideias e sentimentos dos informantes. A vigésima primeira entrevista foi realizada apenas para confirmar a saturação. Assim, situamo-nos no intervalo de 5-25 entrevistas, número referido por Creswell (2007) como sendo ideal para estudos desta natureza e, para além do número mínimo de 15 entrevistas recomendado para qualquer tipo de estudos de cariz qualitativo na aceção de (Duarte, 200; Bertaux 1981:35 *apud* Dowling, 2007 e Mason, 2010).

3.2.4 Percurso de coleta dos dados

O processo de coleta de dados foi para nós um momento particular. Como já referimos anteriormente, a fiabilidade e o aprofundamento da questão em estudo constituíram preocupações constantes ao longo de todo o percurso investigativo.

Importa destacar que a fiabilidade se relaciona normalmente com a replicabilidade das conclusões, isto é, com a possibilidade de outros investigadores com os mesmos instrumentos poderem obter resultados idênticos sobre o mesmo fenómeno. Porém, no caso específico de estudo de caso, a situação em si, não pode ser replicada. Para a garantia do critério de fiabilidade num estudo desta natureza, o investigador deve efetuar uma descrição pormenorizada, rigorosa e clara de todos os passos do estudo, para que outros investigadores possam repetir os mesmos procedimentos em contextos similares, (Max Weber, Pierre Bourdieu e Howard Becker *apud* Goldenberg, 2001; Yin, 2004). Seguindo o conselho dos autores mencionados passamos a descrever minuciosamente o contexto em que o estudo se realizou.

i) O contexto do estudo

Uma advertência explícita de Quivy e Campenhoudt (2008) chama a atenção para a necessidade de delimitar o campo de análise em termos de espaço geográfico e social, assim como no tempo. No presente trabalho, o contexto do estudo está diretamente associado ao lugar onde os indivíduos experienciam o fenómeno. Assim, todo o trabalho de campo foi realizado nos locais onde os potenciais informantes desenvolvem a respetiva atividade.

Entendemos o trabalho de campo da forma como Moreira (2002) refere, a observação das pessoas no seu contexto, uma atividade que permite coletar dados sem a manipulação de qualquer variável e de forma não quantificável. Procuramos fazer o nosso estudo num contexto onde fosse possível a interlocução com as crianças que se constituíram como a nossa fonte de informação, em busca dos significados subjacentes à sua atividade associada ao garimpo de forma a compreendermos um fenómeno que somente surge quando situado naquele contexto. Foi esta a razão que determinou que o estudo fosse realizado em campos de extração mineira não concessionados, denominados vulgarmente por campos de garimpo. A escolha intencional destes espaços prendeu-se com o facto de nestes locais a atividade de mineração ser considerada ilegal e a ação do governo pouco se fazer sentir, sendo por isso possível encontrar crianças envolvidas nesta atividade, o que não acontece nos campos concessionados. Porque percebemos que o garimpo não se circunscreve apenas a atividade direta na mina, mas que esta influencia sobremaneira todo o seu entorno, decidimos também visitar locais adjacentes, como as chamadas bancas. São locais onde a população se concentra, inclusivamente as crianças. Também visitamos as escolas situadas nas proximidades dos campos de garimpo, isto porque sendo o presente estudo direcionado a um público que ainda deveria estar a ser escolarizado, interessava-nos também compreender em que medida esta atividade influencia o quotidiano escolar das crianças.

Porque não há nenhuma regra objetiva que estabeleça o tempo adequado de pesquisa (Goldenberg, 2001), o nosso trabalho de campo foi realizado em dois meses, mais especificamente nos meses de Agosto-Setembro de 2012, no período da estação seca. Apesar

de reconhecer não ser o período de maior intensidade nesta atividade, uma vez que os garimpeiros preferem trabalhar no período chuvoso quando as areias estão húmidas e de fácil manuseio, optou-se por este período devido a um mais fácil acesso aos locais do garimpo, pois no tempo chuvoso as terras são lamacentas e conseqüentemente as estradas inacessíveis. Compreendeu ainda um período de aulas e de férias escolares, porque, sendo crianças, interessava-nos também aferir o comportamento destas num e no outro período.

ii) Conceção do guião de entrevista

A preparação adequada de cada fase do processo de pesquisa é importante para o sucesso dos resultados almejados. A conceção do guião de entrevista, como fase anterior à entrevista propriamente dita, não foge a este tipo de atenção, principalmente quando a elaboração criteriosa de um questionário aumenta a sua eficácia e validade, como recomendam Marconi e Lakatos (2009), muito embora se reconheça que a procura da validade se aplique em cada etapa do processo de pesquisa (Richardson, *et al.*, 2011).

O guião de entrevista, também designado roteiro de entrevista, desempenha um papel importante para o investigador que utiliza a entrevista para a coleta de informações, pois tem a função principal de o auxiliar a conduzir a entrevista para que esta alcance os objetivos que persegue (Manzini, 2003). Este instrumento auxilia o investigador a obter a informação de forma mais precisa e com maior facilidade. Assim, o guião deve ter uma estrutura coerente com os objetivos da investigação e ao mesmo tempo permitir ao investigador ter uma conversa fluída com os entrevistados, isto é, uma “conversa com objetivo” como recomenda Günther (2003:6).

Importa lembrar que a entrevista era dirigida a crianças e por essa razão as questões tiveram em conta este facto. Vários aspetos influenciaram o tipo de guião que organizamos. Um aspeto central relaciona-se com o facto da entrevista se realizar no âmbito de uma pesquisa no domínio das Ciências Sociais, de natureza académica, e na qual o pesquisador não tem

qualquer poder sobre o respondente, precisando por isso de desenvolver competências persuasivas para convencer os entrevistados a participarem na entrevista. Outros aspetos que também tivemos em consideração foram-nos sugeridos pelo trabalho de (Pareek e Rao 1980:154 *apud* Günther, 2003) e estão associados ao contexto social e cultural da interação pergunta resposta, nomeadamente: i) o fundo cultural, relacionado com a ideia de obrigação de agradar o outro, considerando a interação como algo sério, o que por sua vez conduz a respostas corretas e autênticas; ii) o *background* do respondente, tendo em conta que nos interessava a opinião deste e não de outros, assim como a capacidade destes de opinar sobre o assunto em estudo; iii) o contexto da pesquisa, relacionado não apenas com os aspetos físicos e sociais bem como à relevância do tema.

Construímos um roteiro que constitui o Anexo I do presente estudo, que consideramos coerente com a linha teórico-metodológica adotada, organizando o guião da entrevista em eixos temáticos para uma melhor sequenciação das questões:

- a. situação social do entrevistado que inclui informação sobre dados pessoais, informação escolar e familiar;
- b. dimensão social de trabalhar na mina, pretendendo que a criança se debruce sobre a sua experiência de trabalhar nas atividades de garimpo;
- c. significado e valor económico de trabalhar na mina, pretendendo que a criança revele a sua perceção sobre os ganhos económicos da sua participação na mina;
- d. perceção sobre o significado ambiental de fazer a mineração da forma como está sendo feito, com o objetivo de aferir a sensibilidade da criança para as questões ambientais.

Os eixos temáticos foram agrupados, tendo em atenção o respetivo nível de exigência cognitivo e emocional. As questões foram organizadas segundo três princípios enunciados por Günther(2003):

- a. princípio da estruturação, organizando as questões por ordem crescente de dificuldade e suscetibilidade;
- b. princípio da organização, respeitando que as perguntas iniciais servissem para obter informação sobre o entrevistado e para o estabelecimento de um ambiente de confiança entre as partes, entrevistado e entrevistador. As restantes incidissem na temática em estudo, porém respeitando o que fora estipulado no princípio da estruturação;
- c. colocação dos itens que tratam da mesma temática juntos e encabeçados por uma pequena introdução para ajudar o respondente a concentrar-se na temática.

Apoiados em Triviños (1987) e Carmo e Ferreira (2008) formulamos diferentes tipos de questões, agregadas em:

- a. perguntas de identificação e que para além disso procuraram criar um ambiente aberto e de confiança, que ocorriam logo após a apresentação do investigador;
- b. questões do tipo descritivas, que solicitavam que cada criança descrevesse as suas atividades;
- c. questões de contraste, que permitiam que o informante discutisse os significados de situações e permitiram ainda que fossem fornecidos exemplos da própria experiência;
- d. perguntas explicativas ou causais, que determinaram as razões imediatas do fenómeno cuja existência se considera negativa para o bem-estar das crianças. Este último tipo de questões tinha apenas em vista a obtenção da visão do contexto social pois, apesar de se reconhecer a necessidade de obtenção de uma visão também a uma escala maior e nacional, uma vez que não se trata apenas de fenómeno local, existindo sempre notícias de *bênção*⁸¹ sobre novas descobertas de

⁸¹ Termo comum na realidade nacional usado sempre que ocorre nova descoberta de recursos.

recursos minerais a esta escala (nacional), mas tal não era possível a partir deste estudo.

Porque o roteiro era dirigido a crianças, preocupamo-nos com aquilo que Ghiglione e Matalon (1997) consideram ser os fatores associados à linguagem. Optamos por questões curtas e acessíveis, redigidas numa linguagem simples e direta, evitando jargões técnicos familiares apenas ao entrevistador para permitir uma resposta; definimos um número considerado suficiente para a captação da informação necessária; cada item referia-se apenas a um aspeto e foi redigido respeitando a chamada “memória de trabalho” que Manzini (2003) descreve como sendo a quantidade de informação que podemos reter no momento que se realiza uma tarefa.

Para a elaboração do roteiro, um aspeto que nos preocupou foi a questão da adequabilidade. Para assegurar esta questão, seguimos dois procedimentos. O primeiro, foi o de submeter o roteiro a apreciação externa para a sua validação. Assim, foi analisado por um académico especialista no domínio da sociologia que sugeriu a testagem do mesmo através de um estudo piloto.

Depois deste passo, seguimos e realizamos o piloto aplicando o roteiro às três primeiras crianças da nossa amostra. Este piloto, não só nos auxiliou na adequação do roteiro, como também serviu para familiarizar-nos com a arte de entrevistar. Após este piloto, fizemos uma apreciação dos aspetos ligados à forma das perguntas, à sequência e à abrangência do fenómeno estudado. Seguimos o conselho de Manzini (2003) e certificamo-nos das questões de adequabilidade da linguagem, da compreensão das perguntas, verificamos a necessidade de alteração de algumas questões, assim como a necessidade de incorporação de mais perguntas ao roteiro inicial.

As questões constantes do roteiro foram apenas indicativas e condutoras do processo. Evidentemente, não se tratou de um interrogatório, serviram apenas de auxílio no momento de entrevista e é este aspeto que permite classificar a entrevista como semiestruturada. As

características deste tipo de entrevista possibilitam que ao longo das entrevistas, haja um despertar para novas questões decorrente por vezes de um vazio compreensivo.

iii) Os instrumentos aplicados na recolha dos dados

O termo “dados” é usado em trabalhos científicos para significar todo o tipo de informações que o pesquisador coleta e analisa para estudar um determinado assunto, um fenómeno social em particular. Há quem utilize o termo “material” com o mesmo significado. No presente texto vamos usar de forma indistinta tanto um como outro.

O processo de coleta dos dados do nosso estudo teve em conta o facto de ser um estudo de caso, uma investigação que se assume multimétodo⁸². Através deste foi possível cruzar informação obtida através de várias técnicas, como defendem vários investigadores que fazem uso de metodologias qualitativas, exemplo de (Stauss, 1997; Triviños, 1987; Yin, 2004; Gephart, 2004). O processo de coleta de dados incluiu informação em diversos suportes: gravações em áudio e em vídeo, fotografias, os registos compilados nas notas de campo, assim como outro tipo de materiais que nos pareceram relevantes durante o período em que permanecemos no terreno. Podemos afirmar que buscamos informação de “forma sistemática, organizada, racional e obediente a certas regras” (Moreira, 2002:11).

Ao utilizarmos diferentes técnicas de coleta de dados seguimos um caminho que assegura a credibilidade dos resultados do estudo (Byrne, 2001), ao mesmo tempo que reunimos condições para conseguir explorar o fenómeno a partir de uma maior diversidade de pontos de vista (Jean Ward-Schofield, 1993:202 *apud* Richardson *et al.*, 2011). Assim, contribuímos para a validade e fiabilidade do estudo, através da chamada triangulação metodológica, uma técnica que Triviños (1987:138) afirma ter “por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo”. Com esse objetivo,

⁸²Usa-se em alusão ao método de recolha de dados, também conhecido como triangulação, uma estratégia que adensa a credibilidade de um estudo do tipo qualitativo (Guba, 1985; Guba e Lincoln, 1989 *apud* Loureiro, 2006).

estabelecemos vários caminhos para a coleta dos dados, processo que desde já passamos a descrever.

A observação

A observação é uma das técnicas básicas em investigações científicas, usada principalmente quando se torna necessário coletar dados durante períodos de trabalho de campo (Marconi e Lakatos, 2011). Permite registrar a informação no momento exato em que acontecem os factos e estruturá-la de forma a facilitar a interpretação posterior da realidade (Carmo e Ferreira, 2008).

A observação tem como objetivo a obtenção de informação por meio da visão e audição, mas não consiste tão-somente em ver e ouvir, como também em fazer muitas outras coisas importantes para a investigação. Pode entre outras, analisar o facto ou fenómeno, podendo “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (Marconi e Lakatos, 2011:76); coletar dados sobre um conjunto de atitudes comportamentais típicas o que ajuda o investigador a compreender determinadas atitudes das pessoas investigadas; aceder a evidências que não poderiam ser registadas apenas a partir da entrevista. Como Rossman (2003) refere, a observação é uma janela de possibilidades para o investigador que facilita o acesso à complexidade dos cenários sociais, permitindo-lhe capturar e representar a riqueza dos fenómenos em estudo e aceder a eles com maior profundidade.

No presente estudo e a partir de uma observação assistemática registamos os factos da realidade sem a utilização de meios técnicos especiais, um procedimento aceitável e defendido por Marconi e Lakatos (2011).

A fotografia

A fotografia foi outro recurso usado para a recolha de dados sobre o fenómeno em estudo. A junção desta com outras técnicas de recolha de informação revelou-se profícua, possibilitando complementar a recolha da informação complexa necessária e impossível de obter através das entrevistas.

Apesar das discussões aceras em torno da validade científica da utilização de métodos visuais em Ciências Sociais, as suas vantagens têm levado investigadores, exemplos das áreas de antropologia, etnografia a cada vez mais optarem pelo seu uso (Caetano, 2007), e tem contribuído de forma significativa para a construção do conhecimento científico (Neiva-Silva e Koller, 2002; Caetano, 2007; Bittencourt *apud* Diniz e Veiga, 2010). Percecionada como uma maneira simples de captar o real (Koury, 2004), tem vindo a ser largamente usada como evidência ou mesmo para adicionar informação a outro tipo de registos quotidianos (Albuquerque e Klein, 1987).

Considerada por Freund (2001) como um produto social, a fotografia hoje em dia, já não é usada com um mero fim ilustrativo, correspondendo antes a sua essência a um “compromisso com o real” (Bittencourt, 1994 *apud* Diniz e Veiga, 2010:3).

A fotografia possui um enorme potencial o que faz dela um instrumento importante de auxílio para a investigação, apesar do seu carácter ambíguo na significação, decorrente do carácter polissémico no momento da interpretação. Primeiro é uma evidência indiscutível que prova que o investigador esteve no campo em contacto com a realidade investigada. Tem capacidade de informar e apresentar um retrato aproximado da realidade, apesar do seu carácter subjetivo. Para além disso, tem a capacidade de transformar a consciência do ser humano através das emoções que as imagens provocam nos indivíduos, como defende (Persichetti, 1997 *apud* Freund, 2001) e contribui para ampliar o olhar do fotógrafo/investigador, mercê da possibilidade que tem de poder capturar detalhes que não tinham sido perceptíveis *a priori*

(Zan, 2010). Mas não só, apresenta-se também como um instrumento que instiga o debate sobre o que ela apresenta.

Apesar do aparente problema de polissemia, a fotografia como técnica de pesquisa pode transformar a investigação num processo de “construção de visibilidades” (Sato, 2009:223 *apud* Borges e Coutinho, 2011). Além disso, permite apresentar os atores sociais em diferentes situações de atuação, elucidar os cenários em que as atividades quotidianas se desenvolvem; explicitar de forma mais adequada a diversidade das articulações e das vivências dos atores sociais, todos esses aspetos que em conjunto podem permitir uma maior aproximação na compreensão dos fenómenos (Diniz e Veiga, 2010). Assim, a fotografia amplia o horizonte tanto do investigador como torna mais compreensíveis os sentidos enunciados pelos entrevistados. Como Koury (2004) afirma, torna visível a experiência de vida de um grupo social no simples enquadramento fotográfico.

A fotografia assumiu uma dimensão importante na presente investigação, realizada sempre com respeito ao princípio ético de prévia aceitação por parte dos indivíduos fotografados. Importa destacar que o nosso ato de fotografar não obedeceu a qualquer tipo de técnicas específicas de fotografar, guiamo-nos unicamente pelo desejo de agregar mais elementos da realidade visível, mais evidências e provas daquilo que é o quotidiano do grupo de crianças que se constituíram como fontes de informação.

A entrevista

Num estudo de índole qualitativo como este, onde se pretendia um relato espontâneo e detalhado por parte do(a) entrevistado(a) que possibilitasse o acesso ao objeto de análise, as perceções dos sujeitos sobre suas experiências, a entrevista assumiu uma função central no processo de recolha de dados pertinentes para o presente estudo.

Investigadores como Ruquoy (2005), Marconi e Lakatos (2011) e Englander (2012) definem a entrevista como uma conversa efetuada face-a-face, não devendo ser confundida com uma conversa informal, mas realizada de maneira metódica, num contexto de relacionamento

horizontal capaz de proporcionar ao entrevistado espaço para verbalizar o que pensa e sente, assim como avalia a sua própria experiência de vida, fornecendo ao investigador a informação necessária para compreender o fenômeno em estudo.

A entrevista tem sido frequentemente usada como potente instrumento de recolha de dados (Ruquoy, 2005), apresentando múltiplas vantagens, algumas delas descritas em Marconi e Lakatos (2011:83), as quais fazemos constar aqui no nosso estudo:

- a. Pode ser usada com todos os segmentos da população e o entrevistado não precisa saber ler ou escrever;
- b. Permite uma maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer algumas questões que surjam durante a entrevista; formular de maneira diferente as perguntas caso não tenham sido compreendidas; ou, ainda, especificar alguns significados, como garantia de estar sendo compreendido;
- c. Oferece maior oportunidade para avaliar atitudes e comportamentos, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz (registro de reações, gestos etc.);
- d. Fornece oportunidades de obter informações mais precisas, podendo ser comprovadas de imediato as discordâncias.

Não obstante as múltiplas vantagens, há também que reconhecer algumas desvantagens que de nenhum modo anulam as potencialidades, continuando a ser usada para o processo de coleta de dados. Fazemos referência aos seguintes aspetos:

- a. a entrevista não garante que as informações obtidas de um sujeito sejam idênticas em outra situação de interação (Ruquoy, 2005);
- b. muitas vezes não se consegue que o interlocutor se exprima de forma rigorosa, fornecendo informações completas e precisas sobre o assunto tratado;
- c. não se tem como provar que as declarações dadas são verdadeiras;
- d. em alguns casos os entrevistados não dominam a língua de comunicação, deixando o entrevistador vulnerável e dependente da pessoa que medeia a comunicação, neste caso o tradutor.

Reconhecidas que são as desvantagens, apela-se à habilidade do entrevistador para proceder de modo a minimizá-las.

A entrevista a crianças tem sido uma técnica pouco explorada na literatura científica, principalmente porque alguns autores pensam que a criança é um ser “incapaz de falar sobre suas próprias preferências, concepções ou avaliação” (Carvalho *et al.*, 2004:291), uma situação com tendências a mudar, mercê da crescente construção do conhecimento sobre a criança. O mesmo autor considera que o reconhecimento da capacidade da criança de se expressar sobre si mesma, tem estado a abrir espaço para que a entrevista seja considerada também viável para a obtenção de dados principalmente sobre percepções ou concepções da criança.

Existem vários tipos de entrevistas e a entrevista semiestruturada, em paralelo com outras técnicas, situa-se de entre os tipos de entrevista consideradas mais adequadas para a obtenção de certos tipos de informações que dizem respeito à concepção que as pessoas têm de um determinado objeto. Este tipo de entrevista dá liberdade para desenvolver respostas segundo a direção que se pense ser mais adequada, explorando de forma flexível e aprofundada os aspetos que se considerem mais relevantes e fornecendo a possibilidade de acesso a uma grande gama informativa contextualizada e através das palavras dos próprios atores. É a técnica que melhor se presta à recolha de percepções, porque é flexível e permite reformulações de questões em função do discurso e da dinâmica do processo.

Procedimentos no decurso do trabalho de campo

Com base nas exigências das entrevistas do tipo fenomenológico, respeitaram-se os seguintes aspetos:

a. Contacto prévio com o entrevistado

O contacto prévio com o entrevistado e a anuência deste para a realização da entrevista, constitui o procedimento a seguir em trabalhos de campo por razões éticas. Porém, a natureza

do nosso trabalho não permitiu seguir esta orientação devido ao facto de se desconhecer previamente a localização dos potenciais informantes.

A natureza da dinâmica do garimpo, em que as rotinas diárias sofrem alterações, nunca permitiu que depois de localizados os potenciais informantes se marcasse a entrevista para o dia seguinte, correndo-se assim o risco de não reencontrar as pessoas contactadas no dia anterior. As entrevistas deviam ser efetuadas no momento exato do contacto. Os locais e os indivíduos foram identificados no percurso das visitas aos campos de garimpo e outros espaços, efetuadas durante os vários dias de trabalho de campo. A anuência era solicitada no momento do encontro, ou à própria criança ou ao seu acompanhante, nos casos em que estas estavam acompanhadas de pessoas adultas.

b. Treino do entrevistador.

Antes de dar início a esta fase do trabalho de investigação a investigadora tentou adquirir o domínio técnico dos aparelhos que iria usar no processo de recolha dos dados, nomeadamente, o gravador e a máquina fotográfica. Cada momento do percurso serviu de exemplo e permitiu melhorar o passo seguinte.

c. Local

Quanto à escolha do local de entrevista, preocupamo-nos com aquilo que Ghiglione e Matalon (1997) consideram ser fatores associados à situação. Conciliamos a entrevista com o objeto do estudo e os lugares da entrevista e entrevistamos as nossas crianças no espaço onde se considerava que o conhecimento direto era possível, isto é, a região onde cada criança experienciava o fenómeno, mas tendo a preocupação de realizar as entrevistas individualmente. Procuramos sempre encontrar um local agradável, calmo, como documentam as imagens (figuras. 3.16 e 3.17) captadas em espaços onde se realizaram entrevistas, posicionados (entrevistador e entrevistado) sempre ao mesmo nível com o fim de evitar a sensação de superioridade e inferioridade.

Figura 3.16 e 3.17: Pormenor de entrevistas a crianças participantes no garimpo nas minas de Fenda e em Nhamayassi respetivamente



Fonte: Investigadora

Porém, nem sempre foi possível evitar a presença de uma terceira pessoa pois, pela natureza dos informantes com uma capacidade de verbalização reduzida, associada à dificuldade em compreenderem certas questões e ao facto de alguns não falarem ou dominarem a língua portuguesa, tornou-se necessário recorrer à intervenção de uma terceira pessoa, o intérprete (figura 3.18).

Figura 3.18: Uma sessão de entrevista com a participação de um intérprete



Fonte: Investigadora

A terceira pessoa, foi por vezes a própria mãe ou pai e, em outros momentos, alguém próximo que pudesse estabelecer a comunicação entre o entrevistado e o entrevistador. Mesmo quando existia um domínio básico da língua portuguesa as questões foram bastante fragmentadas para melhor compreensão por parte do entrevistado, evitando-se a existência de interferências externas nestes casos.

d. Duração das entrevistas

Como afirma Triviños (1987), a duração da entrevista é flexível e depende das circunstâncias que rodeiam o informante, assim como o teor do objeto de estudo. A duração das nossas entrevistas teve em conta as características dos informantes (crianças), por isso não foi ultrapassado o tempo máximo de 15 minutos. No entanto, nas entrevistas com a presença de um intérprete, consumia-se um pouco mais de tempo comparativamente às outras, por isso foram para além dos 20 minutos.

Realização e registo das entrevistas

Para a captação da informação usamos um mini-gravador digital portátil de marca Sony ICD-PX820. A gravação e posterior transcrição na íntegra das entrevistas tiveram como objetivo fundamental a leitura dos relatos no momento da análise, permitindo, numa primeira fase, a leitura global do conteúdo e, posteriormente, já durante a análise, tentar descrever e compreender os enunciados.

Todas as entrevistas foram realizadas pela investigadora, de forma individual, embora em alguns momentos auxiliada pelos intérpretes. Importa destacar que todas as crianças abordadas se mostraram recetíveis a participar do estudo, inclusive os casos de menores de 10 anos, os respetivos progenitores aceitaram ao primeiro pedido que as mesmas participassem e prontamente se disponibilizaram como intérpretes.

Julgamos importante referir que as questões do guião de entrevista não foram seguidas rigidamente, tendo sido adotada a flexibilidade permitida pela perspectiva do método fenomenológico o que também é coerente com a opção por uma entrevista semiestruturada. Para além disso, tivemos sempre em conta o pressuposto defendido pelo paradigma construtivista que considera o conhecimento como construção resultante da interação entre o investigador e o investigado (Guba e Lincoln, 1994).

Foi sempre preocupação nossa manter uma relação entre nós e os nossos entrevistados, respeitando a situação longamente formulada desde 1924 por Binghamil e Moore referenciado por (Ghiglione e Matalon, 1997:64) de que “A entrevista é uma conversa com um objectivo.”. Seguindo o conselho de (Wimpenny e Gass, 2000 *apud* Loureiro, 2006), fizemos o uso da reflexão, clarificação sempre que necessário, do pedido de exemplos e de descrições, mostrando o nosso interesse pela experiência que os nossos informantes estavam a partilhar, num claro desejo de explorar o mais profundo possível o que não conhecemos.

Importa lembrar que a abertura para o outro, é a atitude característica dominante da metodologia fenomenológica que escolhemos para a coleta de dados no nosso estudo (Finlay, 2009), e o critério descrição prevaleceu em todo o processo de coleta de dados de acordo com o modelo de (Giorgi, 2009 *apud* Englander, 2012).

Para mantermos viva a nossa relação com o entrevistado usámos a motivação permanente e, a partir do seu quadro de referência mantivemo-nos o mais próximo possível do universo linguístico dos nossos entrevistados.

Depois de realizadas as entrevistas confirmamos sim que a entrevista semiestruturada é de facto um instrumento adequado de recolha de informação neste contexto. A excelência deste instrumento reside na potencial capacidade de adaptação aos objetivos de pesquisa e aos sujeitos, a possibilidade de formulação e reformulação das questões à medida do entrevistador, permitindo mesmo que as questões sejam reformuladas a partir das respostas dos inquiridos, abre espaço para que o processo seja dinâmico e flexível e se consiga o aprofundamento necessário das questões em estudo.

Análise das perceções das crianças

O processo de análise das perceções das crianças efetivou-se a partir da técnica de análise do conteúdo das declarações dos nossos informantes, a partir da qual e depois de respeitados todos os preceitos do método fenomenológico, identificamos as essências do fenómeno.

É uma técnica que segundo Vala (1986) se presta para o tratamento de informação de material não estruturado, que permite responder às características que são associadas aos diferentes objetos, permitindo a descoberta das atitudes, favoráveis ou desfavoráveis, da fonte assim como o seu sistema de valores, o que em conjunto permite a análise do sistema de pensamento da fonte.

A análise incidiu sobre um *corpus* formado pelo conteúdo de todas as entrevistas realizadas e transcritas. No processo de análise do *corpus* procuramos identificar as unidades de informação que em linguagem fenomenológica correspondem às unidades de significado, fizemo-lo tendo sempre em atenção a pertinência da informação e não a sua inserção léxico-sintático.

Mas se por um lado nós nos sentimos confortáveis com o processo de investigação tal e qual o preparámos, fica de lado o aspeto sobre os critérios de validade e rigor da investigação, necessários para conferir rigor científico ao presente estudo.

3.3 Critérios de validade e rigor da investigação

Como já anteriormente referimos o quadro de referência desta investigação encontra-se alicerçado na Sociologia Compreensiva de Max Weber. É nosso objetivo a compreensão de um fenómeno social que consideramos potencialmente fecundo. A validação de qualquer estudo de cariz científico implica necessariamente procedimentos rigorosos, seja qual for o paradigma usado para a condução da investigação em causa (Merriam, 1995). Para nós, como investigadores sociais, a preocupação com o rigor não só se traduz nos resultados, como foi também um aspeto que dominou todo o processo de investigação, desde o desenho, à coleta e a análise dos dados, à apresentação dos resultados e à avaliação do estudo.

O nosso estudo é uma investigação do tipo qualitativo, cujas características permitem flexibilidade, abertura a eventos inesperados e oferece uma descrição holística de realidades que, como defende Gephart (2004) são irredutíveis a variáveis. A irredutibilidade advém do facto do fenómeno social estar em constante mutação decorrente da influência de vários elementos, fazendo dele único e não podendo por isso ser reproduzido com exatidão numa segunda edição ou mesmo verificado em outras situações ou momentos (Merriam, 1995).

O nosso estudo enquadra-se no tipo de investigação que usa métodos pouco padronizados comparativamente à investigação quantitativa. Só para lembrar, enquanto esta emprega o significado usado pelos membros da sociedade para explicar como são as vivências quotidianas dos indivíduos, a investigação do tipo quantitativo impõe significados padronizados aos membros para explicar uma presumível realidade (Merriam, 1995; Gephart, 2004). A pesquisa qualitativa “tem o seu início na palavra e retorna para o ponto de partida, a expressão oral e os textos é que representam o significado do conceito”⁸³ (Gephardt 2004: 455). Isto pode ser equivalente a afirmar que o investigador é o instrumento central na coleta e análise de dados, enquanto através de uma via quantitativa se faria uso de códigos para descrever e quantificar o fenómeno.

Os acérrimos defensores das metodologias quantitativas criticam a forma de proceder das investigações do tipo qualitativo. Consideram-nas especulativas e subjetivas face à objetividade das metodologias quantitativas (Corner, 1991 *apud* Mendes, 2007).

De acordo Giorgi (2002) na fenomenologia o objetivo não é eliminar a subjetividade porque é esta que faz da fenomenologia a filosofia da intuição, sendo o conhecimento correlato da subjetividade, e assim, para este estudioso, a questão central de qualquer fenomenologista é sempre com a fidelidade para com o fenómeno, em como garantir que “os achados [da complexa realidade social sejam] rigorosos e [correspondam] à realidade tal como ela é vivida” (Loureiro, 2006:26).

Merriam (1995) ajuda a esclarecer esta situação explicando que o carácter mutante e multidimensional da realidade não permite que seja re-observada e medida. Pois bem, é em face da complexidade da realidade social e do seu carácter mutante que (Sandelowski, 1993 *apud* Rolfe, 2006) considera que as questões sobre rigor em investigações do tipo qualitativo não podem ser relacionadas a “valor”, como o é para os positivistas que se referem a algo que a partir de uma ética universal pode ser repetido em um laboratório de forma a obter-se os

⁸³ Tradução livre da autora. No original “... starts from and returns to words, talk, and texts as meaningful representations of concept” (Gephardt, 2004: 455).

mesmos resultados e onde os critérios de rigor são a validade, a fidedignidade e a objetividade. Nas investigações do tipo qualitativo, o investigador interpreta a realidade sob o seu ponto de vista.

Por sua vez, Giddens (2000) na sua reflexão sobre as teorias sociais contemporâneas, lembra-nos ser impossível provar, através da análise científica, que qualquer ideal ou conjunto de ideias sejam certos ou errados. Recordando Weber ele explica a este propósito que em Ciências Sociais pode também haver proposições nomotéticas, uma vez que para a análise dos fenómenos específicos “uma imputação válida de qualquer efeito individual seria geralmente impossível sem a aplicação do conhecimento monológico“ no sentido de, neste processo para a análise do conhecimento ser necessário e imperioso usar o conhecimento das sequências causais recorrentes.

A impossibilidade de valorar, por um lado, e a necessidade de apresentar o rigor da investigação qualitativa do outro, cria a necessidade de usar outros conceitos e estratégias que sejam adequados a este tipo de investigação (Merriam, 1995), os quais reportem algo credível e digno de confiança. Guba e Lincoln (1994) sugerem critérios com um certo paralelismo com os critérios usados na investigação do tipo quantitativo que garantem a identificação do rigor de uma investigação qualitativa, nomeadamente a credibilidade, transferibilidade, dependência e confirmabilidade. Como medida de garantirmos o rigor ao nosso trabalho, guiamo-nos por um quadro de referência contextual com substrato no estágio atual dos conhecimentos sobre fenomenologia.

Para incrementar a credibilidade e reduzir ao máximo eventuais fontes de erro, no nosso estudo adotamos um conjunto de estratégias que se centram na triangulação. A triangulação nas Ciências Sociais corresponde ao recurso a vários tipos de dados, obtidos através de diferentes instrumentos (Merriam, 1995; Campbell e Fiske, 1959). Na presente investigação foi possível realizar várias entrevistas (crianças e adultos), observarmos o desenrolar das atividades das crianças, captamos imagens, lemos documentos e deste modo conseguimos cruzar diferentes perspetivas. Isto é, a partir de várias fontes de coleta de dados sobre o mesmo

fenómeno obtivemos um rico manancial de informação (dados) e pensamos assim que houve convergência de diferentes pontos de vista o que possibilita que se obtenha em grande medida a confirmação dos dados. Com efeito este procedimento junta informação que adensa a compreensão do que está sendo estudado.

Merriam (1995) sugere outra estratégia para garantir a credibilidade que consiste em entregar os resultados do estudo aos participantes para aferirem a veracidade dos resultados. Não usamos este tipo de estratégia, seguimos os argumentos que defendem não ser um procedimento correto (Giorgi, 2006 *apud* Mendes, 2007), pelas seguintes razões com os quais estamos de acordo:

- Primeiro, os participantes descrevem a sua experiência na perspectiva do seu quotidiano, numa perspectiva natural e os resultados são apresentados numa perspectiva fenomenológica. Então, sendo resultados eidéticos, a sua análise deve ser feita seguindo procedimentos específicos que só os investigadores estão capacitados para os realizar;
- Segundo, se os resultados são apresentados seguindo uma orientação disciplinar, é óbvio que os intervenientes não possuem o conhecimento específico da disciplina, sendo por isso, e em grande medida, impossível que eles possam reconhecer os resultados como sendo o equivalente à descrição por eles feita. Os resultados correspondem à compreensão de um fenómeno sob uma perspectiva, conhecimento para uma dada disciplina. Nestes termos fica fora da questão se os intervenientes concordam ou não com os resultados. Para além disso, porque quando se apresenta os resultados aos participantes, solicita-se-lhes que confirmem o que eles experienciaram e os resultados são apresentados em termos do significado das suas experiências para a disciplina a que se destinam. A verificação pelos participantes pode ser impossível porque uma coisa foi relatar uma experiência e a outra é compreender o significado que a experiência encerra.

Com este procedimento pensamos ter conseguido garantir outro critério que ajuda a conferir o rigor necessário, a transferibilidade. Este critério, paralelo ao da validade externa no

paradigma quantitativo, está preocupado com a questão sobre se os resultados podem ser generalizados em outros estudos. Como o afirmamos anteriormente, não é possível a generalização dos resultados como no paradigma quantitativo, mas estes podem disponibilizar informação pertinente que pode ser usada em outras pesquisas e poder-se então verificar se os achados podem ou não ser aplicáveis a esta nova situação. A este tipo de procedimento é o tipo de generalização que pensadores como (Cronbach,1975 *apud* Merriam, 1995:57) denomina “hipótese de trabalho” que segundo o seu criador refletem “condições de uma situação particular num contexto específico”⁸⁴. Este tipo de generalização pode ser um importante guia para a prática (Patton, 1991 *apud* Merriam, 1995).

No presente estudo, para assegurar o critério da transferibilidade, socorremo-nos do conselho de Loureiro (2006) e usamos a amostra intencional, aquela que é composta de participantes que vivenciam o fenómeno e descrevem os seus sentimentos, vivências e pensamentos. Estamos, no entanto, conscientes de que não é a quantidade de pessoas envolvidas no estudo que assegura o critério da transferibilidade, mas sim a consistência entre os resultados e os dados recolhidos (Kurt, 1931; Merriam, 1995). Para a garantia da transferibilidade, socorremo-nos também daquilo que (Guba e Licoln, 1981 *apud* Merriam, 1995) designam de auditoria, uma estratégia similar a uma auditoria contabilística, mas no nosso caso, consiste na descrição detalhada de como os dados foram coletados. Estamos em crer que se um outro investigador seguir passos similares aos nossos, naturalmente que não vai encontrar os mesmos intervenientes ou as mesmas situações, mas seguramente irá encontrar situações similares e quiçá outros exemplos que acreditamos mais expressivos.

Lutamos por conferir credibilidade ao nosso estudo. Relembrar que este critério é o paralelo ao que em estudos quantitativos se denomina validade interna, critério voltado para verificar em que medida as interpretações feitas correspondem à existência do fenómeno estudado. Nos estudos do tipo qualitativo, a questão coloca-se em termos de adequação entre as realidades, como são descritas e interpretadas pelo investigador e como são vividas pelos intervenientes.

⁸⁴ Tradução livre da autora. No original “... *reflect situation-specific conditions of a particular context*” Merriam, (1995:57).

Para salvaguardar o interesse central do método fenomenológico, preocupamo-nos em descrever a realidade tal e qual é vivida pelos participantes do estudo, centrando a nossa atenção na junção de informação de qualidade a obter dos intervenientes. Fomos persistentes na busca de potenciais exemplos e só terminamos com a busca quando sentimos que nada mais de novo se nos oferecia, isto é, quando atingimos a chamada saturação dos dados. A nossa capacidade analítica direcionou-nos para os campos de garimpo de ouro, por ser onde os exemplos de trabalho infantil são muito mais extremos e, por conseguinte, a qualidade de informação se revelou mais esclarecedora sobre o caráter nefasto desta atividade em crianças.

Terminamos a nossa abordagem sobre os critérios de validade, com referência ao critério da confirmabilidade. O termo sugere algo semelhante a uma auditoria. Como é de esperar, não podemos abordar a questão apresentando por exemplo um *chek list* orientador de um processo de verificação e a razão explica que face à não existência de variáveis, não é possível uma auditoria nestes moldes. Porém, apresentamos um conjunto de elementos que julgamos poderem ajudar qualquer “auditor” a fazer uma avaliação de todo o processo que conduziu à realização do presente estudo.

a. No âmbito do quadro de referência

Fizemos uma descrição das referências onto-epistemológicas da abordagem fenomenológica o mais detalhada possível e tentamos discutir os conceitos e pressupostos o mais claramente possível. Neste âmbito, socorremo-nos de autores de referência no conhecimento desta abordagem, nomeadamente Giorgi (1985) cuja abordagem persegue os ideais de Husserl da consideração da verdade dos fatos e da forma como estes se revelam.

b. Âmbito do quadro metodológico

No âmbito metodológico construímos um quadro metodológico que estabelece coerência entre a natureza do problema de investigação e a abordagem fenomenológica.

A opção pela realização de trabalho de campo onde não só entrevistamos diferentes intervenientes, como observamos e capturamos imagens, teve como finalidade assegurar uma recolha exaustiva de informação elucidativa.

O quadro 3.21 que a seguir apresentamos, deixa patente todo o processo empreendido até chegar aos resultados pretendidos; compreender o fenómeno da participação de crianças no garimpo a partir da perceção que as mesmas têm do facto.

c. No âmbito dos achados e sua interpretação

No âmbito dos achados, tomamos todos os elementos da realidade circundante como importantes para a elucidação do fenómeno por essa razão fizemos uma descrição exaustiva de cada um. Revelaram-se importantes para o esclarecimento do fenómeno de entre vários, a escola, a família, o governo, a sociedade civil e os fazedores de opinião. Deixamos claro que na análise dos dados não foi possível confrontar os nossos dados com de outros estudos de índole fenomenológica anteriormente feitos sobre esta temática, por estes não existirem, sendo de considerar este o primeiro caso relativo à realidade moçambicana.

Quadro 3.21: Apresentação esquemática da problemática da investigação

Compreender, a partir de um estudo de caso, (quadro aproximado) a amplitude do trabalho infantil em Moçambique relacionando o fenómeno com o conceito de sustentabilidade social

A problemática

Pouco se sabe sobre o trabalho infantil no geral e sobre o garimpo em particular, um trabalho nefasto.



Qual é a perceção das crianças participantes nesta atividade sobre o impacto social, económico e ambiental da sua participação



O que inquieta o espírito do investigador

Conhecimento sobre o impacto do garimpo na vida das crianças (educação, saúde, crescimento harmonioso, lazer e seu futuro).

Questões que orientam o presente estudo

- Qual é a experiência vivida pelas crianças numa atividade atentatória para o seu crescimento harmonioso?
- Como interpretam as crianças a sua satisfação social, económica com o produto do trabalho?
- Qual é a sua perceção sobre a dimensão da capacidade de meio ambiente de continuar a dar recursos minerais.
- Como a sociedade (governo, políticos, sociedade civil e organizações) percebe o fenómeno.



Objetivo geral do presente estudo

O objetivo geral do presente estudo é denunciar o estágio do trabalho infantil no país, nas suas piores formas, denúncia feita a partir do olhar das próprias crianças, a partir da sua perceção sobre o impacto social, económico e ambiental da sua participação numa atividade considerada perigosa e por isso proibida para a sua tenra idade.

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo está subdividido em três partes. Assim, numa primeira fase caracteriza-se o contexto geográfico, social e económico do local onde decorreu o estudo - a Província de Manica e a região envolvente. Para além disso, descreve-se ainda com pormenor as atividades de garimpo realizadas pelos elementos da nossa amostra, a qual também é descrita com maior pormenor.

Na segunda parte analisam-se os conteúdos das entrevistas transcritas *ipsis verbis*, seguindo a metodologia fenomenológica escolhida, procurando identificar a perceção que as crianças têm relativamente ao impacto económico, social e ambiental da respetiva participação no garimpo.

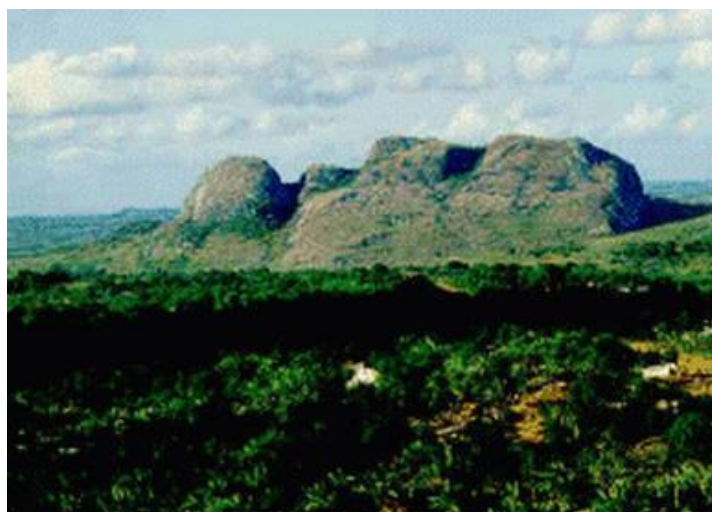
O objetivo do presente trabalho é aprofundar o conhecimento sobre a exploração do trabalho infantil em atividades de garimpo na região de Manica. Para esse efeito seguimos o conselho de investigadores experientes como Freund (2003) e Pontes (2006) que nos sugerem ser importante numa primeira fase compreender os elementos exteriores ao próprio fenómeno, isto é, a realidade local e a natureza das interações sociais no seio da qual os indivíduos assumem as suas ideias, sentimentos e ações (Godoy, 1995), em consonância com os princípios que devem orientar um estudo do tipo qualitativo em que a interpretação e a captação dos significados surgem da perceção do fenómeno visto num determinado contexto. Por essa razão começamos por descrever o contexto envolvente, a Província de Manica e a região onde a província em estudo está inserida.

4.1 Caracterização da Província de Manica e da região

Na sequência do que já referimos, iniciamos o capítulo com a descrição do contexto envolvente ao caso estudado - a Província de Manica como o *locus* do conjunto dos elementos exteriores que influenciam o fenómeno.

A província de Manica está localizada na região centro do país, no interior da zona central de Moçambique, ao longo da fronteira com o Zimbabwe. Esta província tem uma superfície de 61.661km², correspondendo a cerca de 7,7% da superfície total do país (Governo da Província de Manica, 2015). Do ponto de vista interno, a norte faz fronteira com a província de Tete, a leste com a província de Sofala e a sul com as províncias de Inhambane e Gaza. Localiza-se numa das zonas mais elevadas de Moçambique, sendo a Cabeça do Velho, uma espetacular formação rochosa com a configuração de perfil de um velho, um dos seus ícones (figura 4.19).

Figura 4.19: Cabeça do Velho, o ícone da Província de Manica



Fonte: ENM & INDE, 2009

A província tem uma localização geográfica de excelência em termos económicos, pela facilidade na articulação com o resto do território nacional e com outros países da SADC. A capital é a cidade do Chimoio, urbe de vida intensa devido à sua localização geográfica, atravessada pelo corredor de transportes da Beira da qual fazem parte as estradas nacionais que a atravessam e que escoam tráfego nacional e internacional, fazendo a ligação com os países do *interland* como Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e Congo Democrático. A província é ainda atravessada por uma linha férrea que liga o porto da Beira à República de Zimbabwe, na fronteira com Machipanda. Geograficamente é uma região montanhosa, revestida de vegetação natural e rica em recursos hídricos, com rios de caudal permanente e, hoje em dia, de águas turvas. É também rica em recursos, agrícolas, florestais e minerais.

Manica localiza-se numa região com rochas que pertencem ao período pré-câmbrico, onde estão inseridas várias ocorrências e jazigos valiosos, como ouro, bauxite, cobre, pedras preciosas, asbestos, granito preto, diamante, carvão mineral, e ferro, sobretudo nos distritos de Manica, Sussundenga e Mossurize (Governo da Província de Manica, 2015).

Apesar de se referir preferencialmente o Distrito de Manica, o qual ostenta o mesmo nome da província, como sendo rico em ouro, pode-se afirmar que em quase toda a província ocorrem minérios e a atividade de garimpo é uma realidade principalmente nas regiões onde existem jazigos, para além do ouro, de pedras preciosas.

A estrutura etária da população da província é consonante com o resto do país. Uma população maioritariamente jovem com número elevado de indivíduos com idade compreendida entre os 0 aos 4 anos (Chipembe, *et al.*, 2012) como demonstra o quadro 4.22.

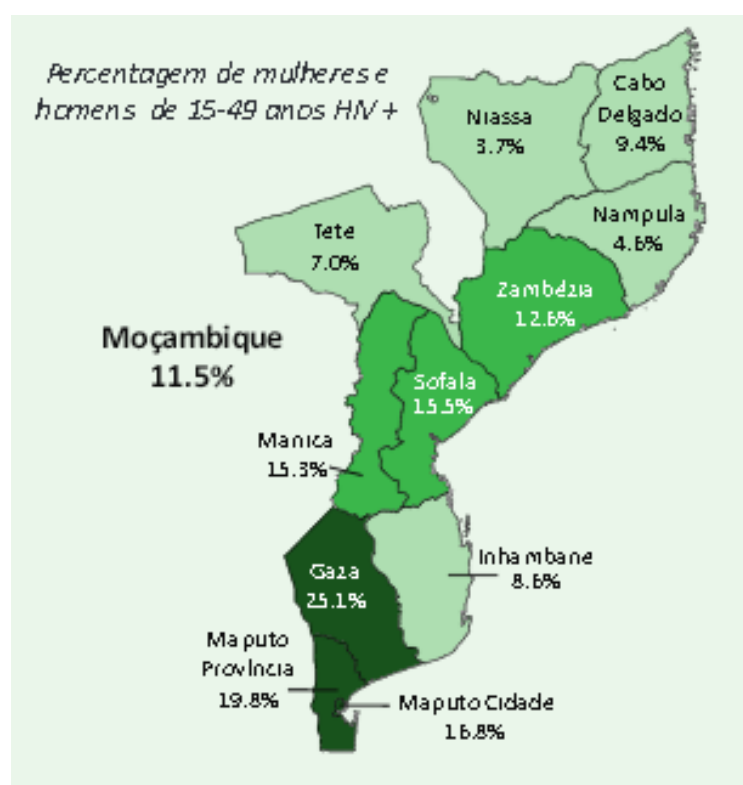
Quadro 4.22: Distribuição da população por grupo etário segundo distritos. Província de Manica, 2007

Idade	Cid.de Chimoio	Bárue	Gondola	Guro	Machaze	Macossa	Manica	Mossurize	Sussundenga	Tambara
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
0-4	17.0	20.0	19.2	22.1	20.0	23.9	18.8	19.0	20.6	23.3
5-9	15.0	16.1	16.4	17.4	16.7	18.3	15.1	15.9	16.5	18.1
10-14	13.8	13.1	13.9	13.2	12.8	12.7	13.3	11.8	12.7	13.0
15-19	11.9	11.0	10.7	10.6	9.6	9.2	11.5	10.2	10.3	9.1
20-24	10.3	8.7	8.0	8.0	7.0	7.1	9.9	9.2	8.1	6.8
25-29	8.4	7.1	6.6	6.1	6.3	6.6	7.4	7.4	7.0	6.7
30-34	6.4	5.6	5.4	5.1	5.7	5.5	5.6	5.8	5.8	5.5
35-39	5.0	4.3	4.5	4.0	4.8	4.3	4.4	4.7	4.6	4.2
40-44	3.5	3.1	3.6	2.9	3.4	3.0	3.4	3.4	3.4	3.0
45-49	2.7	2.5	2.8	2.4	2.9	2.3	2.8	2.8	2.6	2.5
50-54	2.0	2.0	2.5	1.7	2.3	1.8	2.2	2.7	2.2	2.0
55-59	1.5	1.6	1.9	1.7	2.3	1.4	1.7	2.1	1.8	1.8
60-64	0.9	1.3	1.6	1.4	1.7	1.3	1.3	1.6	1.4	1.3
65-69	0.6	1.0	1.0	1.1	1.8	0.8	0.9	1.3	1.1	1.0
70-74	0.4	0.7	0.8	0.9	1.1	0.7	0.7	0.8	0.7	0.6
75-79	0.3	0.5	0.4	0.5	0.7	0.4	0.4	0.5	0.4	0.4
80+	0.3	0.7	0.6	0.8	0.8	0.8	0.6	0.5	0.7	0.6

Fonte: Site do INE: http://196.22.54.18/populacao/projeccoes/proj_pop_moz/PROJ_NAC.pdf [15 de Abril de 2013]

Uma das grandes ameaças ao desenvolvimento deste contingente de população jovem é a situação socioeconómica prevaiente, aliada ao alastramento da pandemia do HIV/SIDA cuja taxa de prevalência na Província de Manica se situa numa das mais elevadas no país, em 15.3%, em 2009, em adultos de 15 a 49 anos, como demonstra a informação do INSIDA (2009) representada na fig. 4.20.

Figura 4.20: Taxa de prevalência do HIV/SIDA em adultos (15-49 anos) por província



Fonte: <http://dhsprogram.com/pubs/pdf/HF33/HF33p.pdf> [18 de Abril de 2013]

Adiconamos aqui neste espaço de caracterização da Província de Manica informação sobre os aspetos culturais das comunidades da província em estudo. A nossa atitude persegue a consideração feita por estudiosos como Godoy, (1995); Porto (2006) de que a realidade cultural é crucial nas situações em que se pretende obter a compreensão adequada de um

fenómeno social pois influencia a maneira como o fenómeno é interpretado. Nestes termos, em primeiro lugar recordamos que esta região do país se enquadra no extremo sul do *Grande Vale do Rift* africano que corre de norte a sul a África Oriental, desde Moçambique até ao Mar Vermelho. A região de Manica, mais especificamente a zona Transfronteiriça de Chimanimani, caracteriza-se por um terreno acidentado e montanhoso que acompanha a fronteira com Zimbabwe. Nesta região abunda uma vegetação rica e diversificada que varia de floresta a matas tropicais e a terras baixas de floresta e afro-prados alpinos. Referem que em Manica, como em toda a região central do país, as comunidades locais percebem a natureza como o local onde as pessoas se relacionam com os ancestrais, relação que é mediada por cerimónias específicas com carácter espiritual e que podem configurar mesmo crenças religiosas animistas em alguns locais.

Quanto à organização social e política, estudos revelam que na sociedade moçambicana, no período anterior a 1800, o solo era um património e não uma propriedade (Serra, 2000). Por sua vez, a identidade era definida através de linhagens. A descendência predominante é patrilinear e o sistema de direitos e deveres baseia-se no parentesco por consanguinidade ou por aliança, onde são desenhadas todas as estratégias de sobrevivência e de sustento, sendo o homem o chefe principal da família (Serra, 2000; Vicente, 2000). As linhagens incluem também os espíritos ancestrais a quem lhes associam espaços naturais como florestas sagradas, rios, rochas e montanhas (Dondeyne, Kaarhus & Allison, 2011).

No âmbito das relações de produção, a História de Moçambique reza que no passado, existiam unidades de produção definidas por via de linhagem paterna. As unidades completavam-se com os parentes que entravam por via do casamento e constituíam elementos necessários para a produção e reprodução biológica. A agricultura era a atividade que permitia relações de produção mais duráveis diferentemente da caça e da pesca. A divisão social do trabalho tinha como base o género e a idade. A agricultura era maioritariamente praticada por mulheres que desenvolviam esta atividade de forma livre, produzindo para a família alargada. Por volta do século XVIII foram usados escravos domésticos para a produção.

As crenças mágico-religiosas constituem a arma fundamental do poder e da coesão social (Serra, 2000). O líder tradicional é uma autoridade de relevo e joga um papel importante nas relações entre as pessoas e o local, através da mediação entre o mundo material e o espiritual (Serra, 2000; Virtanen 2005a *apud* Dondeyne, Kaarhus & Allison, 2011). Os problemas sociais são resolvidos pelo líder tradicional a quem lhe é reservado um lugar de relevo, e, auxiliado por chefes das povoações consultam as pessoas mais velhas da povoação, consideradas detentoras do saber local e conservadoras das tradições deixadas pelos antepassados (Serra, 2000).

O princípio de respeito dos líderes comunitários está refletido nas leis modernas vigentes. A nova Lei de Terras, n.º 19/1997, por exemplo, defende no seu Art. nº 12, alínea a) “ a ocupação [da terra] por pessoas singulares e pelas comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras que não contrariem a Constituição”. O respeito pelas regras costumeiras passa necessariamente pelo reconhecimento da autoridade tradicional, protegido pelo Regulamento do Decreto Ministerial n.º15/2000, o que concorre para que as populações locais tenham uma oportunidade para decidirem como comunidade rural (Dondeyne, Kaarhus & Allison, 2011). O papel central do chefe comunitário continua a ser elevado e a sua voz é determinante quando da atribuição de terras, tanto para pessoas individuais como para coletivas, e mesmo para estrangeiros. O seu papel é também importante quando os garimpeiros têm de iniciar a exploração de uma nova mina, este é chamado para evocar os espíritos dos ancestrais uma vez que se acredita ter este o poder de prevenir desabamentos.

Com efeito, é de salientar que os aspetos culturais estão sendo influenciados por fatores adversos todos eles intimamente ligados com o espectro da pobreza que graça nas comunidades. Um exemplo que pode ser considerado um dos fatores de relevo que influencia os fatores culturais é a dinâmica do corredor de transportes que atravessa alguns distritos desta província. O corredor coloca os jovens, muitos dos quais na fase do conhecido *waithood*⁸⁵ não

⁸⁵ *Waithood* é o termo inglês composto de duas expressões, *wait* (espera) e o sufixo *hood* (condição ou período temporal). Um conceito considerado o mais adequado para referir e descrever o tempo que separa a fase da juventude da fase adulta. Trata-se de uma fase mais ou menos prolongada, principalmente nos países pobres fase

só vítimas de processos de socialização desestruturados (na família, escola) como também a relacionarem-se com outras estruturas e padrões culturais e sociais distantes.

A atividade nos “corredores”, bem como a cultura global trazida pelos telemóveis, ciberespaço, televisão, publicidade, traz noções de vida distintas das vividas no dia-a-dia dos distritos que provocam uma certa pressão social. A ação do neoliberalismo encoraja, principalmente os jovens a tornarem-se consumidores entusiastas de bens e símbolos da cultura de consumo global (Honwana, 2013). Acrescenta-se a este conjunto o entrosamento com outras culturas trazidas por estrangeiros de diferentes nacionalidades, desde os oriundos da região vizinha do Zimbabwe até cidadãos do norte de África que aportam a estes locais em busca das preciosidades desta região. Os jovens enveredam com frequência por caminhos de vida socialmente não apropriados. São exemplos a profanação dos locais sagrados quando de garimpo se trata, num fazer que atinge o espírito de respeito pelos mortos, uma visão tradicional e importante nestas sociedades. Também poderíamos referir a desistência dos estudos e a dedicação a pequenos negócios, algumas vezes não lícitos.

O nível educacional da população da Província de Manica é baixo. O quadro 4.23 que a seguir apresentamos revela que 43.0% da população da Província de Manica de 15 anos e mais de idade é analfabeta.

Quadro 4.23: Taxas de analfabetismo da população de 15 anos e mais de idade por sexo, nos vários distritos. Província de Manica, 2007

Distritos	Taxas de analfabetismo (%)			N
	Total	Homens	Mulheres	
Total	43.0	23.0	59.6	1,131,269
Cid.de Chimoio	17.3	6.6	28.6	196,223

em que os jovens não encontram emprego, nem outra forma que os possibilitem tomar conta deles próprios e até mesmo cuidar das suas famílias (Honwana, 2013).

Bárue	43.8	24.1	60.8	108,131
Gondola	42.2	21.5	62.1	207,844
Guro	55.4	31.6	74.0	52,895
Machaze	62.7	36.6	77.6	81,869
Macossa	59.3	37.4	77.0	20,571
Manica	29.1	15.5	42.5	173,869
Mossurize	61.6	41.7	75.1	156,281
Sussundenga	47.3	27.3	63.8	101,734

Fonte: Chipembe et al., 2012

O quadro 4.24 revela que um número significativo de crianças em idade escolar está ou foi privada do acesso à educação.

Quadro 4.24: Distribuição percentual da população de 5 anos e mais por condição de frequência escolar, nos diferentes distritos da Província de Manica, 2007

Distritos	Total	CONDIÇÃO DE FREQUÊNCIA			N
		Frequenta	Frequentou	Nunca frequentou	
Total	100.0	35.9	29.5	34.6	1,131,269
Cid. de Chimoio	100.0	47.1	37.6	15.4	196,223
Bárue	100.0	36.7	29.9	33.4	108,131
Gondola	100.0	35.6	30.8	33.6	207,844
Guro	100.0	39.8	22.9	37.3	52,895
Machaze	100.0	32.8	19.9	47.3	81,869
Macossa	100.0	33.1	20.3	46.5	20,571
Manica	100.0	38.3	37.1	24.6	173,869
Mossurize	100.0	23.6	19.5	56.9	156,281
Sussundenga	100.0	31.0	28.5	40.5	101,734
Tambara	100.0	33.9	21.3	44.8	31,852

Fonte: Chipembe et al., 2012

E de entre os que frequentaram a escola ao longo da vida, um número considerável da população não concluiu algum nível de ensino, como documenta o quadro 4.25 que agora se apresenta.

Quadro 4.25: Distribuição percentual da população de 5 anos e mais por nível de ensino concluído, segundo distritos. Província de Manica, 2007

Distritos	Total	Nível de ensino concluído				
		Nenhum	Primário	Secundário	Superior	desconhecido
total	100.0	72.4	17.4	9.5	0.1	0.6
Cid. de Chimoio	100.0	49.5	26.3	23.0	0.3	0.9
Bárue	100.0	75.8	16.7	7.0	0.0	0.5
Gondola	100.0	74.7	18.3	6.3	0.0	0.6
Guro	100.0	77.9	15.0	6.6	0.0	0.5
Machaze	100.0	89.0	8.1	2.5	0.0	0.4
Macossa	100.0	84.9	10.4	3.9	0.0	0.7
Manica	100.0	63.2	22.9	13.2	0.1	0.7
Mossurize	100.0	87.5	8.9	3.2	0.0	0.6
Sussundenga	100.0	77.9	15.2	6.3	0.0	0.6
Tambara	100.0	84.8	11.0	3.6	0.0	0.6

Fonte: Chipembe et al., 2012

É de notar que a percentagem dos que concluíram algum nível de escolaridade, baixa drasticamente à medida que se sobe de nível e até se atinge a percentagem no nível superior.

O quadro em análise deixa óbvia a diferença acentuada entre a Cidade de Chimoio⁸⁶, a cidade capital da província, e os restantes distritos da província. O nível de cobertura da rede escolar não só não satisfaz a demanda como a sua escassez é mais acentuada nos distritos periféricos.

De acordo com declarações de um governante da província, em 2014, “Manica tem tudo para dar o salto”⁸⁷, pretendendo com isso dizer que a província possui muitos recursos que podem

⁸⁶ A Cidade de Chimoio é a cidade capital da província e ao mesmo tempo tem estatuto de distrito

⁸⁷ In jornal Notícias , 21 de Agosto de 2014:8.

possibilitar um desenvolvimento socioeconómico rápido. De entre os recursos destaque vai para ouro, bauxite, ferro, pedras preciosas e semi-preciosas (turmalinas, granadas, safira, corundo), material de construção, (calcário, areias, argila, rocha de ornamentação), carvão mineral, água mineral bem como a existência de excelentes condições para a agricultura e pecuária.

Outro aspeto com impacto na atividade económica da província é o corredor de transporte que atravessa a província em 4 distritos, nomeadamente Gondola, Cidade de Chimoio, Manica e Bárue, ligando a África do Sul, Zimbabwe, Malawi e Zâmbia, Congo Democrático com Moçambique. Se por um lado há vantagens deste corredor (melhores vias de circulação, melhor acesso aos serviços de transporte de carga e passageiros, mais atividade comercial, melhor abastecimento de produtos diversos e material de construção, mais facilidade de organizar a comercialização agrícola, de entre outras facilidades), o corredor ainda é mal aproveitado na sua potencialidade máxima.

A província tem também potencialidades turísticas de assinalar, destacando-se paisagens de floresta e montanhas, como a Cabeça do Velho (o ícone da província), o Monte Zembe, as serras Chôa e Vumba (de onde se extrai água mineral de muito boa qualidade), Chicamba e o Monte Binga (o mais alto do país), para além de áreas de conservação, reservas e coutadas. Tudo isto, coloca a Província de Manica com potencial para atrair investimento capaz de dinamizar o desenvolvimento sustentável da região e a criação de postos de trabalho a médio e longo prazos. Porém, ainda não é esta a realidade.

As atividades económicas da Província de Manica, como em todo o país são em grande parte dominadas pela agropecuária. O quadro 4. 26, refere-se à produção global da província no período 2012 e 2013, comprova esta tendência, sendo que a agricultura do setor familiar apresenta cifras de maior peso, quando comparado com o setor empresarial.

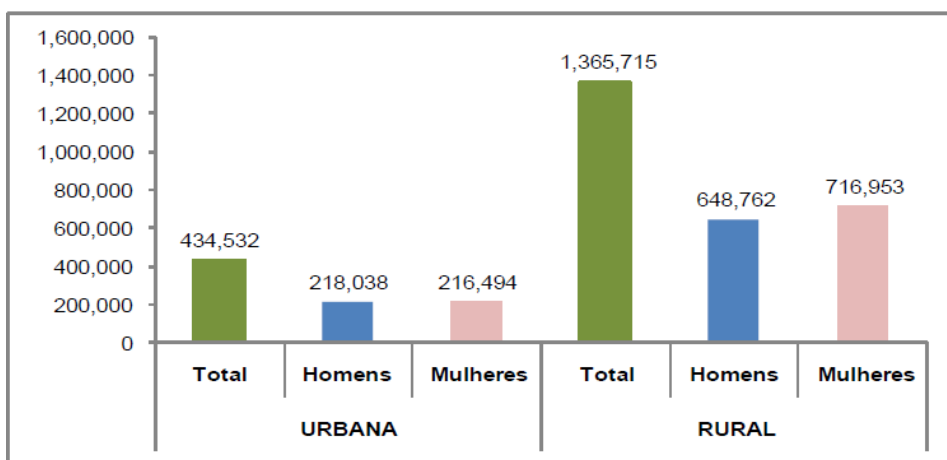
Quadro 4.26: Produção global da Província de Manica. Un: Milhões de Meticais (a preços constantes de 2004)

Sector de Actividade	Real	Plano	% Cresc.	% Estrutura
	Ano 2012	Ano 2013	2012/2013	Plano 2013
Agricultura e Pecuária	7.853,98	9.385,35	19,5	57,6
Agricultura Sector Empresarial	741,30	1.400,33	88,9	5,1
Agricultura Sector Familiar	6.646,06	7.428,21	11,8	46,1
Pecuária Sector Empresarial	408,86	491,42	20,2	2,8
Pecuária Sector Familiar	57,76	65,39	13,2	0,4
Indústria e Pesca	5.267,72	5.482,06	4,1	33,6
Extracção de Produtos Minerais	2.926,09	2.994,80	2,3	20,3
Pesca	89,46	94,61	5,8	0,6
Transformação de Produtos Agrícolas	265,53	265,09	(0,2)	1,8
Materiais de Construção	14,77	19,07	29,1	0,1
Indústria Transformadora	1.709,49	1.827,75	6,9	11,9
Energia e Lubrificantes	262,38	280,75	7,0	1,8
Turismo	242,41	266,65	10,0	1,6
Transportes e Comunicações	1.043,40	1.161,06	11,3	7,1
Transportes	996,96	1.112,96	11,6	6,9
Comunicações	46,44	48,10	3,6	0,3
PRODUÇÃO TOTAL	14.407,52	16.295,12	13,1	100,0

Fonte: Governo da Província de Manica, 2013

Críticos como Castel-Branco (2005) consideram que a grande maioria da produção agrícola comercializada provém da produção familiar mas cada família que contribui para o excedente ganha muito pouco, tão pouco que não consegue financiar ao mesmo tempo as suas necessidades básicas e adquirir os insumos para os ciclos de produção seguintes. Se percebermos que a população rural é mais expressiva do que a urbana, como nos confirma o gráfico da figura 4.21, pode-se concluir que a situação de pobreza na região continua um facto presente e de muita preocupação.

Figura 4.21: Distribuição da população por área de residência e por sexo



Fonte: Governo da Província de Manica, 2013

As autoridades locais consideram, no entanto, que se observam melhorias significativas nas condições de vida da população, facto atestado pelo aumento dos níveis de acesso a água potável, crescimento da produção global, maior número de crianças a frequentarem vários níveis de ensino, maior aproximação à população dos serviços de saúde (Governo da Província de Manica, 2013), porém, estas melhorias não são suficientes para o conforto da maioria da população, razão que leva que os indicadores da medição da pobreza continuem elevados. Esta constatação é-nos confirmada pelo quadro 4.27 que indica que em 2009, 55.1% da população da província ainda sofria de várias privações.

Quadro 4.27: Incidência da Pobreza na Província de Manica, 1996-2009

Província	Incidência da Pobreza			Desigualdade (Gini)		
	1996-97	2002-03	2008-09	1996-97	2002-03	2008-09
Niassa	70.6	52.1	31.9	0.36	0.358	0.427
Cabo Delgado	57.4	63.2	37.4	0.44	0.445	0.348
Nampula	68.9	52.6	54.7	0.36	0.361	0.419
Zambézia	68.1	44.6	70.5	0.35	0.351	0.366
Tete	82.3	59.8	42	0.4	0.4	0.323
Manica	62.6	43.6	55.1	0.4	0.401	0.345
Sofala	87.9	36.1	58	0.43	0.428	0.457
Inhambane	82.6	80.7	57.9	0.44	0.444	0.383
Gaza	64.6	60.1	62.5	0.41	0.407	0.428
Província de Maputo	65.6	69.3	67.5	0.43	0.434	0.387
Cidade de Maputo	47.8	53.6	36.2	0.52	0.524	0.512

Fonte: Governo da Província de Manica, 2015

Um outro aspeto de realce é o relativo ao acesso ao emprego formal. No país e de acordo com os dados dos censos de 1997 e 2007, as taxas de participação definidas como a percentagem da população em idade ativa que exerceu alguma atividade económica era 70%, todavia apenas 15% da população ativa possui emprego formal, e 85% exerce atividades por conta própria (Arnaldo e Cau, 2013). Manica situa-se de entre as províncias com alta taxa de desemprego como revelam os números disponibilizados pelo INE (2006) e patentes no quadro 4.28 abaixo.

Quadro 4.28: Taxa de emprego em Moçambique, 2005

Taxa de Emprego (2005)	(%)
Total	74.6
Homens	72.3
Mulheres	77.6
Províncias com Taxas de Emprego Mais Elevadas (2005)	(%)
Zambézia	83.6
Cabo Delgado	81.7
Inhambane	81.9
Nampula	79.4
Tete	79.3
Províncias com Taxas de Emprego Mais Baixas (2005)	(%)
Maputo	57.5
Niassa	64.3
Manica	68.4
Sofala	70.8

Fonte: COREP/PIREP, 2010

Em Manica, o emprego das raparigas centra-se essencialmente no trabalho doméstico, comércio informal, agricultura de subsistência e no trabalho sexual. Os rapazes trabalham essencialmente no setor informal, na agricultura de subsistência e alternativamente na mineração (Gonçalves, 2006). E, quando as necessidades das famílias se aliam à falta de sensatez das mesmas acontece o que podemos ler no título de uma notícia referente à Província em estudo (figura 4.22). Para solucionar seus problemas, os pais vendem suas próprias filhas provavelmente para um casamento prematuro ou para o trabalho doméstico.

Figura 4.22: Título de uma notícia do Jornal Diário de Moçambique de autoria do jornalista Luís Fernandes inserido no RECAI



Fonte: http://www.unicef.org/mz/online-files/Crianca_Na_Imprensa.pdf [12 de Dezembro de 2015]

De acordo com o censo efetuado entre 2004 - 2008, estima-se que em Moçambique mais de 100 mil pessoas estejam envolvidas na mineração artesanal de pequena escala, como dá a conhecer Eduardo (2009). É na Província de Manica onde se concentra o maior número de garimpeiros. Estima-se que entre 10 000 a 12 000 (8% do total) operadores mineiros, oficialmente denominados Mineradores Artesanais de Pequena Escala estão envolvidas na chamada mineração de pequena escala (Dondeyne, *et al.* 2007; Nhaca, 2012, *apud* Consul, Mandevane & Tankar, 2012). Nesta atividade estão envolvidas pessoas de todas as faixas etárias, homens, mulheres e crianças que exploram diversos minerais. Atividade realizada quer de forma sazonal ou permanente (Consul, Mandevane & Tankar, 2012). Apesar destas estimativas, a temática de mineração artesanal informal nesta região do país nunca foi devidamente mapeada em termos de se conhecer ao certo o número de pessoas envolvidas, características sociodemográficas dessas pessoas, dos rendimentos e custos de produção.

Trabalho infantil na região

Moçambique está inserida na região subsahariana e integra a SADC. A região da SADC tem uma população aproximada de 250 milhões de habitantes, metade da qual tem 18 anos de idade, e um PIB combinado de 467,3 mil milhões, em 2006. Nesta região estima-se que dois terços da população vive abaixo da linha internacional de pobreza, com apenas 1.25 dólares/dia, de acordo com informação do (Banco Mundial, 2010), referenciado por (SADC,

2000[?]), uma região onde a pobreza é endémica, ciclicamente flagelada por calamidades naturais devastadoras (cheias, e secas), que sofre os efeitos nefastos das mudanças climáticas, com alguns países em guerra (República Democrática do Congo) ou recentemente saídos de conflitos armados (Moçambique), e sofreu os choques das recentes crises globais financeiras que agravaram a situação de extrema pobreza.

Altos índices de desemprego caracterizam a região, que varia entre 25% no Botswana e acima de 80% no Zimbabwe, como revela SADC (2009). De acordo com a fonte, o ambiente sócioeconómico prevalecente é caracterizado por um aumento inédito de crianças sem acesso a serviços básicos para uma sobrevivência harmoniosa, com falta de acesso a escola ou desistindo antes de completar a escolaridade primária; uma região com uma insegurança alimentar desafiadora e com taxas elevadas de crianças que não atingem os 5 anos de vida; com uma maioria de jovens a viver em famílias muito pobres e sem habilidades para encontrar emprego para enfrentar as dificuldades; uma região onde em muitos casos as leis e as crenças culturais não garantem a salvaguarda dos órfãos para herdarem a riqueza dos pais.

Apesar do esforço global de respeitar os direitos da criança, ainda constitui um desafio, a política e a prática continuam distantes um do outro. Nos Estados Membros da SADC o trabalho infantil é comum, mas a ausência de dados fiáveis dificulta o conhecimento da profundidade do problema, bem como dificulta uma planificação correta das ações do nível regional ao nacional. Sabe-se apenas que mais de 95% do trabalho infantil ocorre no setor familiar ou à volta deste, tomando a forma de trabalho doméstico ou trabalho rural, vendendo e fazendo serviços para os agregados familiares, como revela SADC (2008).

Uma outra matéria que apoquento a região é a ligada ao tráfico de pessoas, que de acordo com o padrão da região ocorre entre países e no seio desta. Este tráfico incide principalmente em mulheres e crianças, traficadas para o trabalho forçado, trabalho agrícola, servidão doméstica e exploração sexual comercial, e também para o desenvolvimento do turismo sexual infantil, um fenómeno com poucos dados, mas crescente, agravado por diversos fatores sendo de destacar a pobreza, a instabilidade sóciopolítica, as crises económica e alimentar que a região enfrenta,

degradação ambiental, atitudes discriminatórias, a procura constante de mão-de-obra barata (SADC, 2009).

Nesta região as sociedades atribuem valor ao trabalho infantil considerando que desde que as crianças trabalhem em casas ou em propriedades familiares, isso não constitui qualquer perigo, sendo por isso, muitas vezes considerado trabalho socialmente necessário para a formação da criança. Para estas sociedades, o trabalho infantil é inaceitável e perigoso quando interfere com a educação, no desenvolvimento físico, mental, psicológico ou social da criança.

4.2 O processo de recolha dos dados

A flexibilidade característica dominante dos estudos de cariz qualitativo permitiu uma diversidade de dados. Obtivemos dados de dois tipos. Uns, recolhidos durante o trabalho de campo quer através de observações/fotografias, entrevistas a diferentes atores ligados a problemática da criança no geral e do garimpo em particular, lemos diversa informação, e tudo isto permitiu reunir informação para elucidar como é o ambiente onde decorre a experiência de vida das crianças objeto de estudo da presente investigação. Outros obtivemos através das entrevistas a crianças em diferentes atividade tanto nos campos de garimpo, como em outras atividades conexas o que forneceu as evidências para a compreensão da perceção que as crianças têm da sua própria atividade.

Ficaram assim reunidas as condições materiais para a construção do conhecimento de um assunto que se assume como autêntica emergência na realidade moçambicana.

A discussão de ambos os dados compreendeu a confrontação destes com aspetos de revisão de literatura sobre trabalho infantil referidos no capítulo do enquadramento contextual do presente estudo que serviram de base para a compreensão do fenómeno em estudo. E porque não existem estudos académicos anteriores a este baseamo-nos em muitos outros escritos que versam sobre esta matéria, ou sobre a criança, e/ou sobre o trabalho infantil.

A compreensão que obtivemos, tanto através do que vimos *in locu*, como pelo que diferentes intervenientes nos deram a conhecer, como através dos significados apresentados pelas crianças, permitiu a construção de um conhecimento que descreve como é o contexto envolvente, as reais motivações que levam as crianças a trabalhar e acima de tudo como estas percecionam a sua atividade. A compreensão obtida permitiu a construção de uma descrição estrutural sobre o fenómeno mas entenda-se, uma descrição não acabada, uma vez que as descrições apresentadas obviamente não são universais, podem ser aplicadas a outras situações, como sugere (Giorgi, 1975 *apud* Whiting, 2002). Ficou assim em aberto a possibilidade de se poder fazer outras análises e obter-se outra compreensão do fenómeno.

A experiência do trabalho de campo e seus contornos constituiu um desafio para o nosso estudo, pelas razões que confessamos na introdução deste trabalho. O processo de coleta de informação teve em conta o tipo de estudo que desenvolvíamos, de cariz qualitativo, e, ainda, a complexidade da matéria. Por essa razão, não partimos de "uma definição exata e *a priori* dos caminhos da pesquisa", como recomenda (Andrade e Holanda 2010:260). Fomos flexíveis, aliás, como já o referimos anteriormente, a flexibilidade é uma característica da pesquisa qualitativa, a qual permite que se possa seguir pistas à medida que elas se vão revelando (Gephart, 2004; Creswell,2007). Em outras palavras, permite a flexibilidade do pesquisador em casos de aparecimento de situações inesperadas durante o curso da investigação.

Deste modo, o processo da presente pesquisa dependeu do contexto, e não nos esquecemos de que o pesquisador e o pesquisado se influenciam mutuamente e "produzem pensamentos com base na sua posição diante do outro e de si mesmo, o que influencia o processo da pesquisa" (Andrade e Holanda, 2010:260). Tivemos sempre atenção às indicações dos entrevistados sobre os locais onde era possível encontrar potenciais informantes, crianças envolvidas direta ou indiretamente no garimpo.

Partimos para o trabalho de campo com pouco conhecimento do contexto onde se iria desenvolver o estudo e realizar as nossas entrevistas. Apesar de estarmos conscientes da necessidade de conhecimento prévio com a devida antecedência, tal não era possível pois, por um lado, na realidade do país poucos são os informantes privilegiados sobre esta matéria. Esta matéria é ainda pouco debatida nos círculos científicos e como consequência, existe uma ausência de estudos sobre esta temática.

Quando se iniciou o trabalho de campo pensámos que teríamos dificuldades em aceder aos locais de garimpo, uma vez que sendo esta uma atividade ilegal, a presença de desconhecidos poderia ser motivo de desconfiança e com todas as consequências daí decorrentes (recepção pouco cordial, fuga e/ou recusa de entrevista). Perante este cenário do qual se podia antever dificuldades senão impossibilidades, antevendo tais problemas, a visita aos campos de garimpo foi meticulosamente preparada em colaboração com um Técnico de Geologia adstrito à Direção Provincial de Recursos Minerais (DIPREME)⁸⁸, Província de Manica, indivíduo conhecedor do terreno. Este colocou à nossa disposição dois técnicos de Geologia, sediados nas zonas mineiras, conhecedores da localização dos campos de garimpo, portanto, técnicos já conhecidos pelas comunidades locais e pelos garimpeiros. A companhia destes dois técnicos foi determinante para a construção da nossa identidade no terreno. Pudemos ter acesso a diferentes locais onde se pratica o garimpo e isso permitiu que nenhuma pessoa por nós abordada se recusasse a fornecer informações.

A fotografia captada nos diferentes locais visitados, assumiu o seu papel de compromisso com o real e mostrou a sua eficácia como instrumento com capacidade de trazer a realidade ao conhecimento das pessoas interessadas (Diniz e Veiga, 2010). Testemunhou o fato social. As palavras, essas, ainda que bem organizadas, nunca conseguiriam ilustrar fielmente o contexto onde os participantes do estudo desenvolvem as suas atividades.

As fotografias clarificaram o grau de hostilidade do ambiente, a dureza do trabalho e a dimensão do perigo que sempre anda à espreita. As fotografias clarificaram o fato de estarmos

⁸⁸Estrutura do governo que ao nível provincial lida com as questões sobre recursos minerais.

perante crianças envolvidas no trabalho infantil e em alguns casos envolvidas nas chamadas piores formas.

O primeiro contacto com o terreno ocorreu no Distrito de Bárue, a cerca de 190 quilómetros da cidade capital da Província de Manica, Chimoio. Neste distrito visitámos um campo de garimpo à superfície, na mina de Nhamayassi, onde se processa artesanalmente a mineração de turmalinas, no posto administrativo de Nhampassa. Nesta mina, e segundo o técnico que nos acompanhava, a exploração é maior nos meses de Abril, Maio e Junho em que perto de 300 garimpeiros trabalham nesta área. Nos outros períodos existem apenas uns 15 a 20 garimpeiros. A mineração funciona a céu aberto até a uma profundidade superior a 20 metros, como documenta a fig. 4.23.

Figura 4.23: Mina de extração de turmalinas a céu aberto em Nhamayassi-Distrito de Bárue



Fonte: Investigadora

Nesta mina tivemos a oportunidade de entrevistar 4 crianças, todas elas do sexo masculino. Fomos informados que as meninas também participam nesta atividade, fazendo o que em língua local se apelida de “*madoba*”, o equivalente à procura de minerais em locais já processados.

O restante trabalho de campo foi realizado em locais de exploração de ouro, a qual implica um esforço maior por parte de quem o realiza. Para esse efeito dirigimo-nos para o Distrito de Manica, rica em ouro e onde o garimpo é já uma tradição. No Distrito de Manica, acompanhados pelo respetivo técnico de Geologia, visitamos campos de garimpo nos Rios Mussambuze e Revúè. No nosso percurso pelos campos de garimpo de ouro, confirmamos as declarações dos nossos conselheiros. Assistimos às diferentes fases do processo de extração do ouro e em todas elas encontramos crianças envolvidas.

No Rio Mussambuzi encontramos, acompanhadas das respetivas mães, ou de ambos os progenitores, crianças de idades compreendidas entre os 8-14 anos, envolvidas diretamente e indiretamente na lavagem de ouro, atividade que as comunidades locais designam, em imitação ao inglês de “*Ku saver gord*”, ou ainda, cuidando dos mais novos enquanto os adultos trabalham. Estivemos neste local duas vezes, a primeira, no período de férias e a segunda em pleno tempo de aulas. Em ambos os momentos encontramos crianças em plena atividade, como documentam as imagens tiradas no local. Ressaltar que as figuras 4.24 e 4.25 foram captadas no período de férias. E a figura 4.26 em pleno período de aulas.

Figura 4.24, Figura 4.25 e Figura 4.26: Participação de crianças no processo de lavagem de ouro na região de Mussambuze



Fonte: Investigadora



Fig.
4.26

Fonte: Investigadora

Ficou bem claro que a atividade é aliciante e enganosa, induz também crianças de ambos os sexos desde a tenra idade, com idades inferiores ao da idade mínima para o trabalho entre os 7- 12 anos. Por este fato e à luz das considerações da OIT/UNICEF estamos perante trabalho infantil. Estas crianças participam direta ou indiretamente nesta atividade, umas em grupos de proximidade, e outras acompanhando os seus progenitores.

Das 5 crianças aqui entrevistadas, duas delas não falavam a língua portuguesa apesar de estarem em idade escolar. A comunicação com estas crianças teve de ser mediada por um intérprete. Em ambos os casos foi um dos progenitores que serviu de intérprete. Neste local, como as imagens documentam, o contacto com os nossos informantes foi feito no leito do rio.

Os detritos auríferos eram transportados até ao rio pelos garimpeiros que depois os submetiam a um processo de lavagem de forma a conseguirem retirar eventuais palhetas e pepitas de ouro que existissem no material sedimentar. Estes garimpeiros são designados localmente por “*majolijo*” (figura 4.27).

Figura 4.27: Um majolijo transportando detritos arenosos da montanha para o processo de lavagem do ouro - campos de garimpo de Mussambuze



Fonte: Investigadora

Outro ângulo captado pela fotografia que deixou escapar o carácter escravo da atividade é visível nas figuras 4.28, 4.29 que para ganhar o seu dia de trabalho as crianças têm de carregar quantidades que variam de 25 a mais de 50 kg, a estimar pelos recipientes usados para a carregar, sob olhar impávido e sereno do dono explorador.

Figuras 4.28 e 4.29: Processo de transporte de areia para o processo de lavagem de ouro feito por crianças



Fonte: Mondlane, 2011, fig. 4.28; Investigadora fig.4.29

O processo de carregamento pode durar horas, permitindo amontoar quantidades consideráveis de matéria prima como a que vemos na fig. 4.30.

Figura 4. 30: Um lote de sacos contendo areia auríferas, matéria-prima de onde se extrai o ouro pelo processo de lavagem



Fonte: Investigadora

Quantos sacos carrega cada criança ao dia? O número de vezes depende de cada recrutador, segundo informação colhida no local, à exceção das crianças que trabalham com os respetivos familiares, que realizam atividades condizentes com a sua idade.

Não raras vezes, do trabalho pesado se conseguem apenas alguns gramas de ouro (fig. 4.31).

Figura 4.31: Pesagem do ouro



Fonte: Investigadora

Apesar de a Convenção n.º138 admitir por exceção que crianças entre os 13-15 anos, possam trabalhar, a situação prevalecente no terreno contraria o espírito da Convenção por se tratar de atividades pesadas que prejudicam a saúde e o desenvolvimento da criança e interferem na sua educação. Encontramos crianças nesta faixa etária que referiram não frequentar a escola.

Mesmo as que têm a idade mínima para o trabalho (15 anos na realidade de Moçambique) participam em atividades pesadas para a sua idade como carregar material para a lavagem, cavar; lavar ouro. A participação destas crianças neste tipo de atividade contraria o disposto na Convenção referida porque se trata de algo que põe em risco a saúde, a segurança e a moralidade das crianças.

A atividade de lavagem das areias processa-se em pequenas depressões de água no leito do rio, já assoreado em parte pelas areias que para ali foram transportadas (fig. 4.32); em poços artesanalmente construídos (fig. 4.33); ou nos leitos dos próprios rios (fig. 4.34). Neste processo, encontramos também crianças participando nesta atividade acompanhadas de pessoas mais

velhas. Um dado importante é que as situações retratadas nas figs. 4.33 e 4.34 foram captadas num domingo, em pleno rio Revuè.

Figuras 4.32, 4. 33 e 4.34: Diferentes locais de lavagem do ouro



Fonte:Investigadora

O que nos foi dado a observar conduziu-nos para a matéria sobre o meio ambiente que é agredido. As figuras mostram o local de trabalho em pleno leito do rio Mussambuze quase

“morto”, isto é sem profundidade nenhuma como consequência do processo de lavagem que desencadeia a obstrução pela areia para ali trazida. Estávamos perante a destruição de um recurso natural tão importante para a vida do Homem. Lembramo-nos que o relatório O Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1991:35) defende que a “natureza é pró-digna mas também frágil” nestes termos a deterioração do meio ambiente, segundo este relatório, pode prejudicar o desenvolvimento económico. Neste caso vertente, o rio assoreado deixará de oferecer peixe, fornecer água potável, irrigar os campos agrícolas, e como consequência direta, haverá fome onde ontem havia fartura.

As fotografias revelaram a hostilidade do ambiente, uma atividade que fere a moralidade e dignidade da criança quando estas, por vezes, têm de pernoitar ou mesmo passar um final-de-semana inteiro em casernas sem condições para um descanso condigno e cómodo. Trata-se de espaços sem nenhuma condições, feitas à base de um lona plástica, sem sanitários, cozinha, água potável, e pernoitam ali no mesmo cómodo várias pessoas, incluindo crianças (figura 4.35).

Figura 4.35: Casernas onde os majolijos pernoitam no campo de garimpo de ouro em Mussambuzi

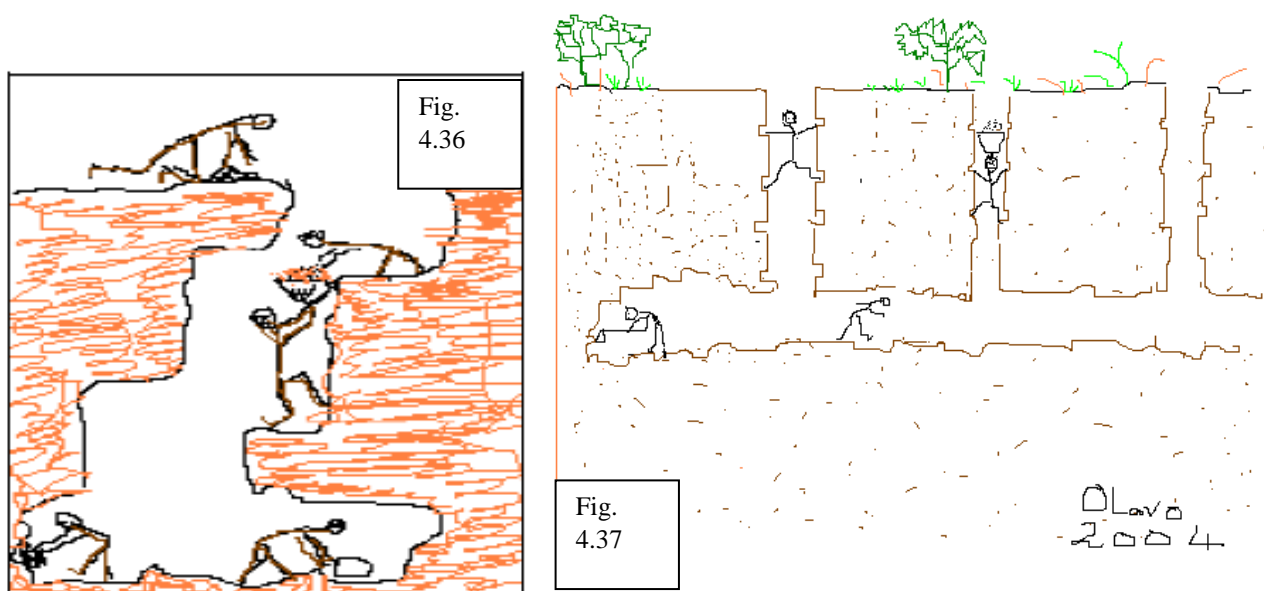


Fonte: Investigadora

As fotografias anteriores correspondem a explorações em *placers*, cujo acesso é relativamente fácil. Mas em muitos casos é necessário construir poços e galerias (figs.4.36 e 4.37). Neste processo escavam-se os sedimentos até uma determinada profundidade, retirando-se os detritos para posterior lavagem.

Figura 4.36: Corte transversal do processo de exploração de ouro em galeria

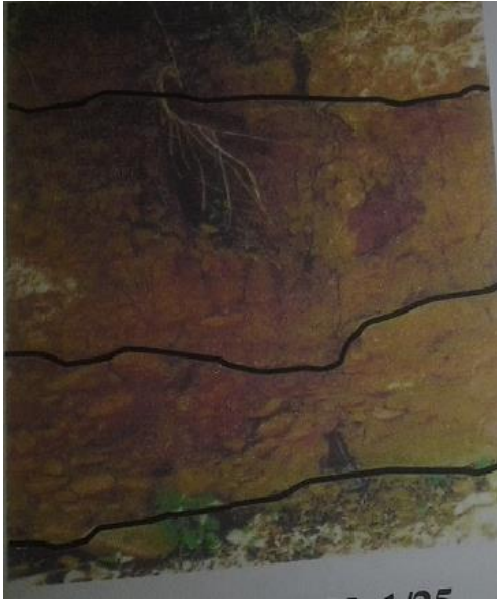
Figura 4.37: Corte transversal do processo de exploração de ouro em zig-zag



Fonte: Consul, Mandevane & Tankar 2012

A figura 4.38 evidencia a frequente necessidade de ultrapassar diversas camadas de substrato rochoso antes de se atingir uma estrato aurífero.

Figura 4.38: Diferentes camadas antes de encontrar o ouro



Camada de solo normalmente coberta de vegetação

Camada com vários substractos de areia incluindo alguns calhaus

Camadas de cascalhos geralmente auríferos

Rocha mãe intensamente meteorizada “GreenstoneBelt” de Manica

Fonte: Sefane, 2006

Em trabalhos como estes participam também crianças, como documenta a fig. 4.39.

Figura 4.39: Uma criança introduzindo-se numa galeria de exploração de ouro



Sidio Elias, 12 anos
<http://www.irinnews.org/Report/71907/MOZAMBIQUE-Gold-fever-infects-young-and-old>

A profundidade da galeria é grande, como testemunha o olhar estupefacto do observador (camisa preta) captado na foto realizada no local (fig. 4.40).

Figura 4.40: Uma galeria de exploração de ouro em plena atividade



Fonte: Investigadora

Para além de falta de segurança há falta de condições de trabalho (fig. 4.41) situação evidenciada pela lanterna transportada pelo mineiro na mão.

Figura 4.41: Garimpeiro retirando mineral do poço, num processo muito arriscado



Fonte: Ndunguro, 2013

Não só a iluminação é reduzida no interior dos furos, como as condições de ventilação dos poços são precárias. Este dado está retratado na fig. 4.42 onde um rapaz tem como missão de, a partir de um saco plástico acoplado a um tubo *copolene*, de diâmetro de 50 centímetros, insuflar ar na galeria onde colegas estão a trabalhar para trazer à superfície a areia coletada.

Figura 4.42: Garimpeiro insuflando ar na mina através de um tubo copolene



Fonte: Investigadora

As figuras acima (4.28 – 4.42) são reveladoras de que algumas crianças trabalham em situações extremas, o que nos leva a enquadrar a sua atividade nas piores formas, como recomenda a Convenção nº 182 sobre as piores formas.

A tecnologia usada é artesanal e não oferece qualquer tipo de segurança, como documentam as figs. 4.43 e 4.44.

Figuras 4.43 e 4.44: Garimpeiros retirando areia da galeria usando um elevador construído de forma artesanal



Fonte: Investigadora

Como nos elucidam as imagens captadas no local, os mineiros, ou simplesmente os “*majolijos*”, incluindo crianças, trabalham horas a fio, debaixo do sol ou da chuva sem nenhuma proteção (uniforme, luvas, botas, capacete), usam apenas calções e trabalham de tronco nu e descalços. Perguntamos de novo se não estaríamos mesmo perante a chamada escravatura moderna. Isto

leva-nos para o distante tempo do trabalho infantil da época da revolução industrial onde a trabalho decente era uma miragem.

Outro aspeto importante é que a exploração do ouro não respeita locais sagrados como cemitérios familiares, sendo as campas profanadas sem piedade, como nos revelou o técnico de Geologia e Minas que nos acompanhou no trabalho de campo.

A participação destas crianças neste tipo de atividade contraria o disposto na Convenção n. 138 porque se trata de algo que põe em risco a saúde, a segurança e fere com a moralidade das crianças.

Em alguns locais a lavagem do ouro é feita de forma amiga do ambiente, fora e longe dos cursos de água. Foi o que encontramos ni Rio Mussambuze. Neste local encontramos um menino de 17 anos de idade, como integrante da equipe de lavagem, o qual acedeu ao nosso desejo de entrevista. A comunicação entrevistado-entrevistador teve de ser também mediada por um intérprete.

Figura 4.45: Processo de lavagem do ouro em Mussambuze feito fora do leito do rio



Fonte: Investigadora

Apesar de a Convenção n.º138 admitir por exceção que crianças entre os 13-15 anos, possam trabalhar, a situação prevalecente no terreno contraria o espírito da Convenção por se tratar de atividades que para além de ser pesadas, prejudicam a saúde e o desenvolvimento da criança e interferem na sua educação.

As mulheres participam indiretamente nesta atividade, preparando refeições e oferecendo outros serviços, como por exemplo gerindo locais de dormida para mineiros que por várias razões não conseguem regressar à casa. Aportamos a um destes locais, denominado *Fenda*. O nome “Fenda” provém da pessoa que fundou a mina naquela zona. A região é denominada M’tsindza. Trata-se de um local cheio de “bancas” individuais, um local de vida intensa, permanentemente aberto. O local é servido por um sistema de transportes vulgo chapas, até altas horas, que liga este lugar à vila de Manica. Trata-se de um local caótico propício para drogas, doenças, jogos ilícitos, abusos de álcool, e até degradação de princípios morais, principalmente para crianças. Há muita promiscuidade e a presença de pessoas estranhas é motivo de muita desconfiança e torna o contacto difícil.

Figura 4.46 e 4.47: As bancas da Fenda no campo de garimpo de Mussambuze



Fonte: Investigadora

Neste local, tudo vale para o negócio, até o ilícito, como soubemos pelo nosso acompanhante. Segundo ele, as senhoras colocam na xima⁸⁹, um produto que acelera a digestão o que obriga os compradores a consumir mais de uma vez ao dia. As consequências para a saúde das crianças que ali estão e mesmo para os mineiros, são literalmente descuradas. O que importa é o lucro.

Trata-se de um local também frequentado por crianças. Umas, cuidando dos mais novos enquanto as mães trabalham, como documenta a fig. 4.48. Nenhuma destas duas crianças pronuncia uma única palavra em língua portuguesa. Qualquer uma delas não aceitou conversar conosco, eventualmente porque a língua contituiu uma condicionante para o contato entre as partes, entrevistado, entrevistador.

Figura 4.48: Crianças cuidado dos mais novos enquanto os mais velhos trabalham



Fonte: Investigadora

⁸⁹ Um prato preparado de farinha de milho, comido acompanhado de carne, peixe, verdura, muito consumido em África.

Outras, participando no trabalho com as mães, em atividades como coletar água, lavar pratos, como documenta a imagem de uma criança de apenas 8 anos de idade, carregando um recipiente de água que quando cheio pesa uns 20 Kg, sob olhar impassível de duas pessoas adultas (fig. 4.49).

Figura 4.49: Uma criança em plena atividade nas bancas da Fenda



Fonte: Investigadora

As visitas aos campos de garimpo em diferentes épocas do ano e em diferentes dias da semana revelaram que o trabalho é intenso, ocorrendo todos os dias da semana, incluindo domingos de manhã/à tarde e independentemente do período do ano, (período de férias/período de aulas). Dizer que as figuras (meninas a vender água fig. 4.51) foram captadas num domingo período da tarde. Isto demonstra que a atividade de garimpo não pára, no processo não há descanso, podendo-se assim dizer que a mesma não respeita o princípio de 8 hora de trabalho segundo o defendido pela Lei de Trabalho vigente no País.

Figura 4.50 e Figura 4.51: Crianças vendendo produtos aos garimpeiros



Fonte: Investigadora

O grupo da direita (fig. 4.51), faz este trabalho apenas aos finais de semana. Estas crianças estudam já no segundo ciclo do ensino primário e falam fluentemente a língua de ensino, o português. Um caso raro no conjunto das crianças que entrevistamos. Quanto ao grupo da esquerda (fig. 4.50), não frequenta a escola, faz da venda de produtos o seu dia-a-dia.

Outro elemento identificado nocivo à dignidade das crianças, é o possibilitar o convívio com pessoas embriagadas e assistir a vídeos não educativos projetados no local das bancas. Crianças, maioritariamente menores de 5 anos, que não tendo com quem ficar em casa, acompanham as suas mães e, como é óbvio para não perturbarem o trabalho das respetivas mães são, como tivemos a oportunidade de ver *in locu*, e captamos imagens (figs. 4.52), ficam sentadas numa das bancas ali montadas a assistir vídeos que são projetados, num ambiente impróprio para crianças, pois para além da poluição sonora, coabitam com mineiros embriagados e fumadores, para além de que o material visual que passa neste local, se interessa aos mineiros, pode não ser adequado para crianças. Neste local, devido às características que descrevemos, frequentado por indivíduos bêbados e drogados, não foi possível entrevistar nenhuma criança.

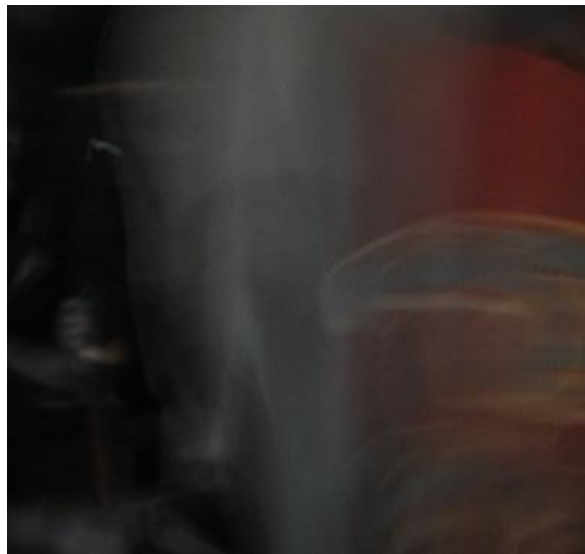
Figuras 4.52 e 4.53: Interior da banca onde são projetados os DVD's



Fonte: Investigadora

Neste local a concentração de fumo é como documenta a figura 4.54 tirada no local, numa concentração que coloca todos como fumadores natos.

Figura 4.54: Concentração de fumo no interior da barraca onde são projectados DVD's



Fonte: Investigadora

Para além disso, de acordo com a pessoa que nos acompanhou nestas visitas e que conhece a realidade local, muitas crianças do sexo feminino dirigem-se para estas bancas na procura dos pais dos seus filhos. Muitos dos mineiros são polígamos, por isso existem meninas, como as captamos as imagens (figs. 4.55, 4.56 e 4.57) que acabam por se tornar as terceiras e quartas esposas dos mineiros.

Figuras 4.55, 4.56 e 4.57: Adolescentes mães solteiras em zonas do garimpo

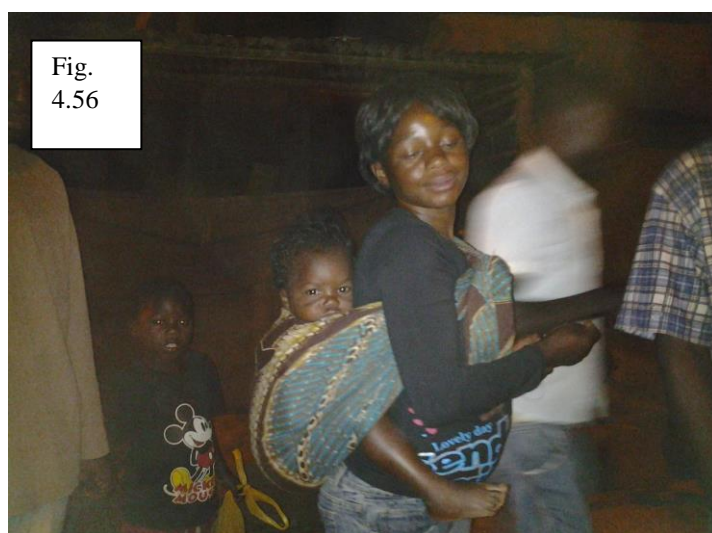
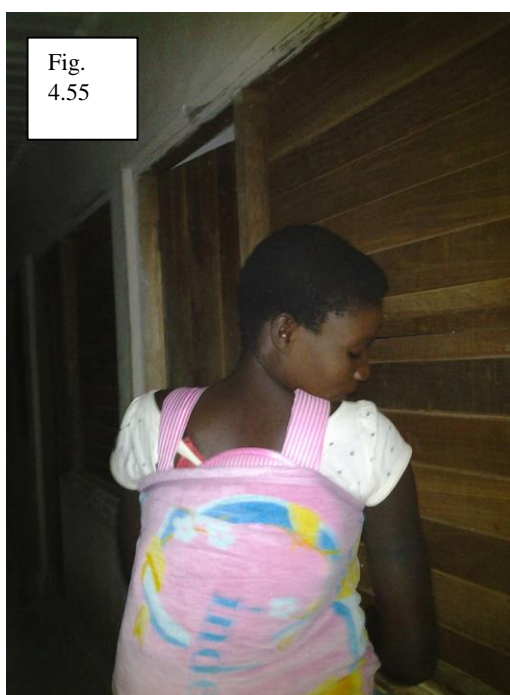


Fig.
4.57



Fonte: Investigadora

As imagens (figs. 4.55 e 4.56) foram captadas à noite, em locais de diversão. Neste local, não foi possível entrevistar nenhuma das mães pois elas simplesmente se recusaram a aceder ao nosso pedido de entrevista, apenas tivemos a informação de serem mães solteira. Porém, importa destacar que fomos autorizados a fotografar.

Muitas adolescentes, aliciadas pelo dinheiro, correm o risco de se tornarem esposas numa relação precoce e polígamas, conseqüentemente se tornarem mães prematuramente e ficam expostas à contaminação pelo HIV. A coberto da Convenção Sobre os Direitos da Criança, no seu Preâmbulo, fazemos recordar que “ a criança, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidades, amor e compreensão”. Na falta deste condimento, as crianças que se unem a um homem mais velho para viver, são afetadas psicologicamente. Esta criança perde todo o seu tempo de infância, a liberdade e oportunidade para se desenvolver de forma harmoniosa, podendo mesmo sofrer de conseqüências emocionais graves, algumas vezes impercetíveis (Bruce, 2002).

Como já referimos, visitámos também escolas próximas das zonas de garimpo. Na escola primária completa de Nhamachato, uma escola que leciona da 1ª a 7ª classes e dista poucos minutos de um campo de garimpo, visitámos uma das salas de aulas e deparámo-nos com um cenário desolador como nos confirma a fig. 4.58 captada na sala da 4ª classe. De um total de 40 alunos matriculados naquela classe, conforme informação da professora que assistia os alunos na ausência do respetivo professor, apenas 24 estavam presentes no dia em que visitámos a escola e destes somente 15 tinham acesso a uma carteira. A foto captada no local evidencia a realidade, as crianças sentam-se no chão e apoiam-se no colo para escrever, numa situação de total desconforto para a coluna. Aquelas que têm acesso a carteiras sentam-se três a três o que também não oferece conforto para o trabalho de escrita, por exemplo.

Figura 4.58: Sala de aulas da escola primária do primeiro grau anexa à escola Nhamachato no Distrito de Manica

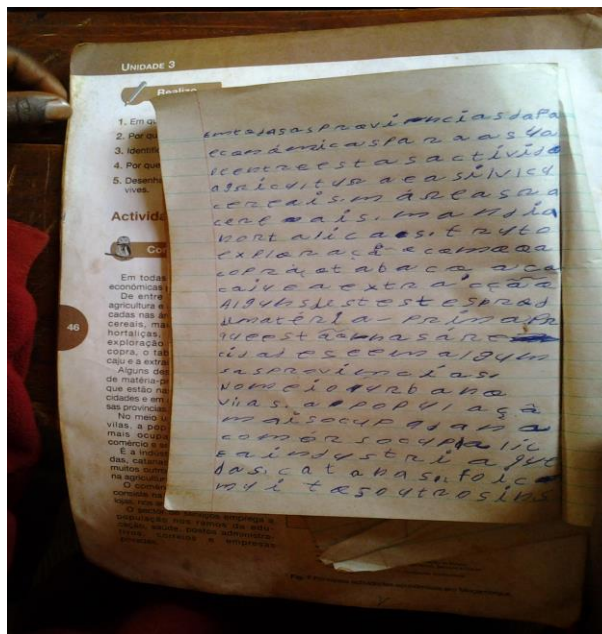
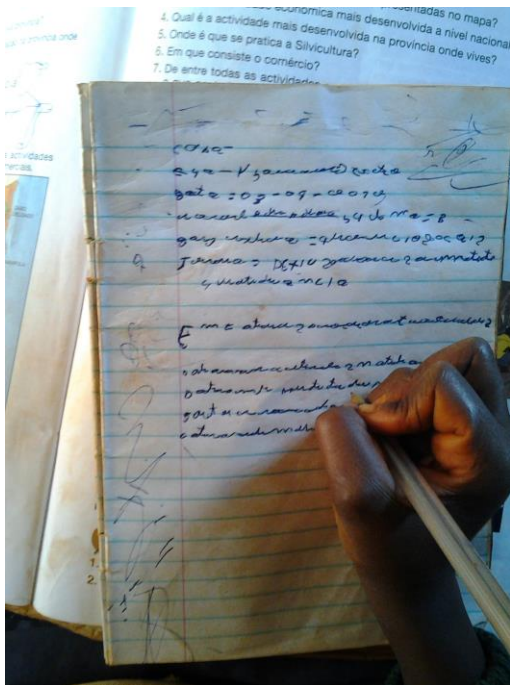


Fonte: Investigadora

Sobre a assiduidade dos alunos a nossa interlocutora comentou ser um problema uma vez que segundo suas palavras, as “crianças daqui são um pouco complicadas, ide também como os encarregados de educação”. E, em jeito de esclarecimento comentou que “as crianças acabam um mês sem vir na escola”. A professora deixou bem claro que esta problemática é geral na zona, ao afirmar que “não só nesta escola, como em Chôa, Nhamucuarara, crianças daqui não estudam” e acrescentou que “os próprios pais privam a criança não vir na escola”. Este cenário foi corroborado pelos professores da escola primária do Mundunguara, também visitada pela equipe de investigação. Um professor desta escola, considera que “as crianças são impedidas [de ir a escola] a partir lá de casa”.

Tivemos curiosidade de ver o que os alunos da escola de Nhamachato estavam naquele momento a escrever (figs. 4.59 e 4.60).

Figuras 4.59 e 4.60: Cópias de alunos da 4ª classe da escola primária do primeiro grau de Nhamachato, Distrito de Manica



Fonte: Investigadora

As imagens captadas evidenciam a realidade prevalecente. Os alunos na quarta classe não sabem escrever. Ao longo das visitas às escolas constatamos também, que os alunos na maioria não se comunicam em língua portuguesa.

As crianças realizam a sua escolarização num contexto em que a escola não é atraente, quer sob o ponto de vista de espaço físico, como quer sob o ponto de vista de qualidade. Sob o ponto de vista de espaço físico, não é possível exigir que as crianças amem uma escola que não tem um mínimo de condições (carteiras, pintura, janelas), enfim conforto, beleza e cor tão necessários para harmonia emocional da criança.

O trabalho de campo foi realizado em locais onde as fontes de informação vivem o seu dia-a-dia, e como os factos evidenciam, num contexto complexo. Este trabalho implicou visitas a diferentes

locais (de dia, e à noite; muito cedo, ao entardecer e à noite; no meio de semana, aos fins-de-semana; em período de férias e em período de aulas) de forma a conseguirmos coletar os dados que agregaram valor à informação sobre o fenómeno em estudo.

A partir do que ficou atrás dito, provamos que a atividade do garimpo cria muitas privações para criança e é mesmo como Moniz disse no encontro sobre Representações Sociais e Consentimento para o Trabalho (Moniz, 2007:7) estas não gozam o “Direito a Ser Criança no seu tempo de criança.”, isto é, não beneficiam dos seus direitos de a sua infância ser um tempo de alegria e paz, de brincadeira, aprendizagem e crescimento harmonioso.

As evidências reunidas neste pedaço de descrição são mais do que suficientes para afirmarmos, que as crianças estão envolvidas num trabalho desconfortável e num ambiente de total atropelo dos seus direitos fundamentais consagrados nos Direitos Universais do Homem aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas. À luz da Convenção Sobre os Direitos da Criança identificamos importantes dimensões do desenvolvimento da criança afetados, o desenvolvimento físico, cognitivo emocional e social moral e são os seguintes os direitos negados:

- crescer de forma harmoniosa, num ambiente são protegido de todas as formas de exploração que afetem o seu bem-estar (art. nº. 36);
- com direito a lazer, e tempo para participar livremente na vida cultural da sua comunidade (art. nº. 31);

Das entrevistas realizadas construímos o *corpus* (composto de transcrições *ipsis verbis*) a partir do qual acedemos à perceção das crianças sobre a sua participação no garimpo.

4.3 Perceção dos principais atores sociais sobre a participação das crianças no garimpo

A análise das perceções sobre o trabalho infantil nesta investigação desenvolveu-se em torno da ideia weberiana de que a compreensão correta de um fenómeno exige necessariamente o

entendimento dos valores, das crenças, da realidade cultural e dos pontos de vista individuais, considerando-se que as crianças são parte integrante da sociedade. Assim, a percepção correta do fenómeno, só é possível se entendido como percebem e agem as diferentes instituições sociais nas quais as crianças pertencem, bem como compreendidos os diferentes olhares de alguns segmentos da sociedade. Esta é a razão que conduziu a nossa escolha e considerarmos importantes para o presente trabalho as seguintes instituições e segmentos da sociedade: a família, as comunidades locais, o poder político, o governo central, o governo local, e por último a sociedade civil nacional e local.

4.3.1 A família

Consideramos a família⁹⁰ (pais e ou encarregados de educação) como atores sociais importantes, detentoras de grande parte dos aspetos culturais, a quem cabe a tarefa de guiar o dia-a-dia da criança e por isso interessou-nos conhecer o que pensam a respeito da participação dos seus filhos no garimpo.

A pobreza e, por conseguinte, as poucas condições financeiras para sustentar os seus filhos/educandos, nomeadamente para lhes pagar a escola, são a principal causa para empurrar as crianças para o mundo do trabalho infantil. Se uma boa parte das famílias não tem sensibilidade, para o tipo de trabalho que as crianças realizam em resultado das crenças culturais que rodeiam o fenómeno, felizmente há pais que são sensíveis a este facto e prestam a devida atenção. Alguns manifestaram mesmo a sua preocupação face à qualidade de ensino. Citamos como exemplo a mãe de uma das crianças entrevistadas, a qual teve de auxiliar a sobrinha na tradução da entrevista. Quando confrontada com o facto da sobrinha estar a frequentar a 5ª classe e não falar a língua portuguesa, acusou a escola pela situação, referindo que os próprios professores se comunicam com os alunos usando a língua *shona* (língua local), por isso é difícil, senão impossível, que os alunos aprendam a falar o português. Como que a

⁹⁰ Família, vista não apenas no sentido lato de unidade que proporciona espaço, domicílio, mas também como explica Burke (2002), unidade económica e jurídica, uma comunidade moral, isto é uma comunidade com a qual os membros se identificam e mantêm envolvimento emocional.

provar-nos a veracidade das suas declarações, usou o exemplo de uma outra sobrinha com quem vivia, da mesma idade desta, que quando fora transferida para a cidade da Beira aprendeu a falar português e agora comunica-se perfeitamente nesta língua.

4.3.2 O professor

O professor é outro ator social privilegiado tendo em conta que a instituição escola tem a missão histórica de, em parceria com os pais, formar as crianças de modo a serem parte integrante dos desafios do desenvolvimento, habilitando-os com conhecimentos científicos necessários para a participação efetiva e consciente no processo de desenvolvimento.

Na nossa incursão ao campo, contactámos com professores de diferentes escolas situadas nas imediações dos campos de garimpo. Referir que apenas conversámos com professores de escolas primárias, isto é, da 1^a à 7^a classes, as chamadas Escolas Primárias Completas (EPC). Uma razão explica este facto, é que nas zonas de garimpo apenas existe este tipo de escolas. As escolas secundárias encontram-se nos centros urbanos.

Ao visitar a escola de Cacáruè, uma escola do EP1, portanto que leciona até a 5^a classe, o diretor desta escola mostrou-se preocupado com a qualidade de ensino, e aliou este problema ao absentismo generalizado, informando-nos que de num universo de 500 alunos, da sua escola, apenas 25% destes falam a língua portuguesa. Numa outra escola, na Escola Primária de Inhamachato, quando questionados sobre o facto dos alunos transitarem até a 5^a classe sem dominar a língua de ensino, a professora com quem tivemos oportunidade de conversar, e que por ética mantemos o anonimato, confidenciou-nos tristemente que o Ministério da Educação impusera cotas a cada professor de 90% de passagens, e assim “quando não se consegue é um problema” e depois de um suspiro fundo, seguido de risos melancólicos, disse num tom triste: “ish! É difícil dizer que está no garimpo” e transita de ano para ano até o final da escolaridade, sem saber ler e escrever. Continuando com as suas declarações denunciou que as crianças são incitadas pelos próprios pais e que “priorizam mais o dinheiro do que a escola”, pois elas têm

de se auto-sustentar, uma vez que os pais sempre afirmam, em reuniões de análise desta situação, serem pobres e não disporem de recursos mesmo para a escolaridade dos filhos. A escola torna-se assim “um recurso”, e não uma prioridade, como afirmou outro professor. Num tom triste o diretor da escola primária de Cacáruè, considerou que o “dinheiro que os alunos costumam ostentar [...] não é tanto” e segundo o próprio, “não beneficia a vida das crianças”.

No gabinete em que decorreu a conversa com os professores da Escola Primária de Mundonguara está afixado um cartaz (fig. 4.61) que se refere a habilidades para a vida. Apesar de o mesmo se referir a habilidades ligadas à forma como lidar com a problemática do HIV, perguntamos aos professores como desenvolvem as habilidades para a vida a partir do currículo local.

Figura 4.61: Cartaz sobre habilidades para a vida, disponibilizado às escolas pelo Ministério de Educação no âmbito do projeto de prevenção do HIV nas escolas moçambicanas



Fonte: Investigadora

Destacamos o facto do professor⁹¹ que nesta escola leciona a disciplina Ciências Sociais Moral e Cívica quando solicitado a dar um exemplo de atividades desenvolvidas no âmbito deste projeto, demonstrou que tem presente que este currículo deve ser desenvolvido por cada professor e ligado a diferentes temáticas relacionadas com o contexto onde a escola está inserida. Porém, o exemplo que nos deu, evidenciou a pouca habilidade que os mesmos têm de desenvolver este tipo de projetos e temáticas. Esta constatação decorre das frases do próprio professor ao dizer que “quando falo dos próprios recursos minerais [...] quando falo da América então estamos a falar de alguns recursos minerais que podem ser encontrados nesses países, estamos a falar de riqueza, faço então uma relação com a realidade local”. Ora, tratando-se de uma escola primária do nível básico, os alunos ainda não dão geografia para poder idealizar/imaginar a América, sendo por isso um exemplo muito distante da realidade dos alunos. Por outro lado, a dimensão que se tem do mundo é de que apenas a América é rica, menosprezando assim a infinidade de riquezas que estão ao nosso redor.

A educação destas crianças está longe de preparar crianças sujeitos capazes de falar e agir de forma consciente e responsável (Habermas, 1990, apud Mazula, 2008). O pensamento de Sen (2003:33) sobre a necessidade do “alargamento das «potencialidades» das pessoas para levarem a espécie de vida a que dão valor – e a que dão valor com razão.”, tem aqui cabimento. Estas crianças sem educação terão uma vida privada da liberdade de escolha.

Por seu turno o diretor da Escola Primária Cacáruè informou-nos que sobre esta matéria a escola uma vez solicitou à comunidade propostas de temas de interesse na educação das crianças, e como resultado os pais propuseram temas no âmbito dos deveres que uma criança deve ter: como saudar, como respeitar os mais velhos e o conhecimento dos locais sagrados. Tópicos sem relação direta com os direitos das crianças, que vão desde aprender e formar-se como os adultos do amanhã, a viver em harmonia com o meio ambiente e até à exploração sustentável dos recursos naturais.

⁹¹ Por razões éticas mantemos o nome em anonimato.

Ficou assim claro que os professores, atores privilegiados, apesar de terem a percepção de que a participação de crianças no garimpo não é positiva pois influencia negativamente na formação das mesmas uma vez que propicia um alto grau de absentismo, eles não têm a preparação psicopedagógico suficiente para lidar com alguns assuntos, a exemplo da adequação dos conteúdos com a realidade local.

Percebemos ainda que os professores percebem que o garimpo é uma forma de exploração das crianças, é trabalho infantil.

Da conversa com os professores ficou explícito que os conteúdos lecionados em nenhum momento se relacionam ou vincam o aspeto da riqueza existente na zona e como esta deve ser gerida. Os professores apresentam lacunas na condução de um ensino adequado à realidade da região.

Retomamos aqui o que o § 229 dos ODSs preconiza, uma educação universal mas essencialmente de qualidade. A qualidade neste caso deve ser vista nesta relação com o ambiente envolvente cheio de riquezas que devem ser exploradas de forma inteligente como condição para alcançar o desenvolvimento sustentável, tão almejado. É neste tipo de casos que se diz que as soluções devem ser locais e localmente há condições para solucionar grandes problemas.

4.3.3 Comunidades locais e autoridades tradicionais

As autoridades locais constituem importantes figuras nas comunidades e com responsabilidades reconhecidas e investidas de poder, sendo a sua visão de interesse acrescido para a elucidação deste fenómeno. Recorde-se que estas entidades são legalmente reconhecidas pelo Dec. n.º 15/2000, instrumento que estabelece as formas de articulação dos órgãos de Estado com as autoridades comunitárias, como já foi referido neste trabalho.

Não existe uma visão homogénea sobre o problema da mineração em pequena escala por parte das comunidades, devido à diversidade étnica e cultural. Um aspeto importante a reter quando se fala das comunidades mineradoras é a questão ligada ao papel de género no desenvolvimento das comunidades mineiras, com ênfase nos aspetos culturais. Há desvantagens das mulheres em relação aos homens, não há equidade nos direitos de acesso aos recursos, como revela um relatório sobre as boas práticas do MAPE (Direção Nacional de Minas 2012). Aliás, este dado foi revelado aquando da nossa visita ao campo de garimpo no Bárue, onde as meninas apenas aparecem atrás dos homens a realizar trabalho de “vasculha”.

Nas comunidades e no seio dos operadores garimpeiros, em geral, a questão da participação da criança no garimpo é discutível pois apesar de estes olharem para a situação como um processo cultural normal de aprendizagem para que os mais jovens possam enfrentar o futuro com segurança, na região do Bárue, por exemplo o Senhor Chiroza, nativo e pessoa influente com quem conversamos e de quem vamos falar ainda nesta seção, disse-nos que naquela região não havia problemas de absentismo, que os alunos aproveitavam os tempos mortos para o garimpo. Tal não acontece no Distrito de Manica, em que o absentismo é largamente citado.

4.3.4 Governo Local

É ao governo local que cabe a responsabilidade da gestão e execução das políticas traçadas centralmente. No Governo Local, adstrito ao setor das Atividades Económicas e Sociais e sob a alçada do setor da agricultura, encontramos a entidade que no distrito lida com a área dos recursos minerais. É a este setor que cabe a tarefa de fazer valer todas as diretrizes do sector ao nível local. Os técnicos afetos a este nível (no distrito) são conhecedoras da realidade no terreno e estabelecem uma relação horizontal com os grupos de garimpo.

Ao nível local, reconhece-se não haver, por parte do governo, muita seriedade na educação da população e como exemplo claro é referida a não alocação dos recursos necessários para uma

atividade inspetiva à medida do problema, como transporte para as visitas de rotina. A consequência direta desta atitude permite que muitos mineradores originários do Zimbabwe provoquem desmandos, coisa que não fazem no seu país onde a lei é estritamente fiscalizada. A intervenção do governo local e central tem criado poucas ações preventivas.

Num tom de desabafo alguém⁹² rematou: “A política não é séria” e deu exemplo de uma das minas visitadas que fica mesmo ao lado de uma “farma” de alguém influente cuja identidade não nos foi revelada e grandes desmandos são feitos ali sem que ninguém intervenha, confidenciou o técnico. Vale a pena recordar que esta forma de ver as coisas é partilhada pela Geoide Consultoria Limitada (2010)⁹³.

Uma outra entidade do Governo Local que diretamente devia lidar com esta situação é a Direção Provincial do Género, Criança e Acção Social, na qualidade de entidade do governo que deve lidar com grupos vulneráveis de entre eles a criança em situação difícil. Este setor, corporizado pelo Departamento da Criança diz não possuir estudos sobre a matéria, no entanto, tem conhecimento da existência de crianças garimpeiras e nomeia a fraca proteção das crianças pelos adultos, assim como também refere uma grande desvantagem o reduzido poder de negociação do preço de venda do produto.

O setor reconhece factos que constituem já uma realidade. Existem muitas crianças sem acesso à escola. Algumas crianças desrespeitam os seus hábitos e costumes (profanam até túmulos para minerar) e estão expostas a problemas associados ao HIV, ao consumo de bebidas, de droga e muitos outros vícios.

O Governo Local reconhece ser difícil controlar e disciplinar a atividade mineira nas condições atuais (Geoide Consultoria Limitada, 2010; Consul, Mandevane & Tankar, 2012).

⁹² Por questões éticas mantemos o anonimato do declarante.

⁹³ A Geoide Consultoria Limitada é uma empresa de consultoria, sediada na cidade de Chimoio, vocacionada para a pesquisa geológica e mineira, estudos ambientais e sistemas de abastecimento de água.

Mas trata-se de um problema cuja solução não pode ser meramente administrativa pois toca na economia de famílias que têm esta actividade como recurso único para atender às suas necessidades básicas (Carlos Mualia Mutar *apud* Machirica, 2014).

4.3.5 Sociedade civil

Para os fins deste trabalho, consideramos os seguintes elementos que corporizam a sociedade civil: pessoas individuais que, direta ou indiretamente, lidam com as questões de mineração Artesanal de Pequena Escla (MAPE), associações que trabalham no terreno defendendo as questões ligadas ao direito de uso da terra (Centro Terra Viva, Associação Progresso), formadores de opinião (jornalistas), associações cuja atividade está centrada na defesa dos direitos da criança (Rede CAME, Rede da Criança).

i) Sociedade civil local

Ao visitarmos os campos de garimpo no distrito de Bárue, em Catandica, tivemos ainda a oportunidade de falar com o senhor Paulo Chirodza Dindingue, pessoa influente na zona que explorou pela primeira vez minerais de turmalina neste local rico em pedras semi-preciosas. Este senhor afirmou-nos que soube dos minérios por revelação divina e por isso ele considera que “as pedras preciosas têm poder espiritual”, razão porque, defende que todas as pessoas que queiram explorar minerais têm de aceitar fazer uma cerimónia tradicional de evocação aos espíritos, sob pena de não terem sorte. Sobre a participação de crianças no garimpo, a sua resposta foi cautelosa e socorreu-se da prudência, condimento da filosofia africana⁹⁴, afirmando que “não se pode determinar se pode ou não. O dinheiro determina tudo. É difícil proibir as crianças” e mais adiante expressou de novo o seu ponto de vista afirmando que: “eu concordo quando tem programa”. Mostrou-se consciente de que o trabalho é pesado pois a

⁹⁴ No contexto da filosofia africana, a prudência é uma virtude que ensina a ter cautela nas afirmações e nos atos (Castiano, 2015).

atividade tem operações que exigem muito esforço, mas se respeitada a tenra idade das crianças, ele acha que estas podem participar da atividade.

O nosso informador reconhece vantagens e desvantagens. Como desvantagens sublinha aspetos relacionados com segurança, porque, segundo suas palavras “as crianças não têm visão do perigo” e por isso ele considera que “como lei, deveriam ser proibidas porque não conhecem o perigo das minas”. Como vantagens sublinha que “para a família pobre, alivia bastante” e acrescentou que “é preferível trabalhar por si”. Segundo o mesmo informante, em Bárue havia poucos casos de abandono de escola e as crianças aproveitavam os tempos livres. Coisa curiosa é que apesar de ter sido um dos que descobriu as turmalinas, ele não tem nenhuma mina concessionada, vive pobremente, prefere não ter nenhuma mina porque considera que ter uma mina vira cobiça, o que lhe leva a temer pela sua vida.

Outro dos nosso informadores privilegiados foi o Dr. Dinis Napido, membro da sociedade civil e diretor executivo da Geoide Consultoria Lda, a quem solicitamos o seu ponto de vista em relação aos assuntos que estamos a analisar. Começou por afirmar que pensa que o analfabetismo e pobreza que grassam no país contribuem largamente para a situação de participação de crianças no garimpo, sendo encorajadas pelos próprios pais que advogam que os filhos se devem formar como homens e defendem acerrimamente que estas têm de seguir o que os seus progenitores fazem. Embora a população tenha muitos recursos à disposição, há poucas medidas educativas e não há medidas coercivas para regular a atividade. Atacou frontalmente o governo afirmando que não está a fazer o esforço necessário para desenvolver atividades de educação para as boas práticas. Este informante considera que o sistema educacional não ajuda muito para evitar este problema.

Por sua vez, o Fórum Terra Manica⁹⁵ considera que a mineração é uma atividade antiga e esta é a razão que propicia a criação da conceção de tratar-se de algo que não acaba. Segundo este

⁹⁵ Fórum Terra Manica é uma rede de organizações da Sociedade Civil, sediada no Chimoio, que tem por objetivos a advocacia na gestão da Terra e Recursos Naturais; divulgação e informação; gestão e mediação de conflitos na utilização da Terra e Recursos Minerais; estudos na componente de gestão dos recursos naturais.

fórum, para a sociedade civil moçambicana o garimpo e a participação de crianças nesta atividade não é segredo, é um facto e com resultados desagradáveis. Esta organização da sociedade civil reconhece vários fatores que determinam esta prática, como a necessidade de sobrevivência decorrente de orfandade e da pobreza dos seus progenitores. Muitas destas crianças devem aprender a sobreviver de uma outra forma. Este Fórum aponta grandes constrangimentos/riscos diretamente ligados com a saúde e questões sociais.

ii) Sociedade civil nacional

O Centro Terra Viva⁹⁶ vê o fenómeno de garimpo como desastroso e potenciador da desertificação de extensas áreas agrícolas, criando aquilo que eles chamam de “ilhas desertas”. Visto como algo que vai comprometer as gerações vindouras que não terão terras para a agricultura e habitação e ainda atizar o conflito homem animal⁹⁷.

Num estudo recente, Consul, Mandevane & Tankar (2012) realçam a problemática da dinâmica dos garimpeiros aliada ao envolvimento de estrangeiros que podem provocar interferência no modo de vida das comunidades onde ocorre o garimpo e isto por sua vez, poderá influenciar de forma significativa os hábitos culturais locais, a nível da segurança alimentar e nutricional, isto porque alguns nativos, sempre que se descobre mineral nas suas propriedades, perdem extensas áreas das suas machambas a favor do garimpo. Revelam que nos acampamentos as crianças estão sempre presentes desenvolvendo atividades diversas e consideram que a aprendizagem formal na escola e a ligação com outros membros da família fica afetada e muitas vezes interrompida decorrente do nomadismo que caracteriza a atividade.

Retomamos aqui o espírito da Convenção Sobre os Direitos da Criança (art. nº. 9) que consagra o direito de a criança não se separar dos seus pais contra a sua vontade. A natureza

⁹⁶ Centro Terra Viva - Estudos e Advocacia Ambiental, é uma organização da sociedade civil, que congrega uma equipe multidisciplinar para desenvolver ações de gestão do ambiente e dos recursos minerais. De entre vários objetivos visa influenciar a participação da sociedade civil na defesa do ambiente na gestão dos recursos naturais através de ações de educação e consciencialização do ambiente. <http://www.ctv.org.mz/>

⁹⁷ O Centro Terra Viva, *in* Jornal Notícias, 6 de Novembro de 2012, pág. 26.

da atividade de garimpo força a separação destas dos seus pais, indo por vezes viver em situações deploráveis em termos de comodidade, segurança.

Por sua vez, Rodrigues Miguel Nganga da Associação Progresso⁹⁸, referido por Nacuo (2013), mostrou-se preocupado com a situação prevalecente e relativa aos desmandos na mineração. No seu entender o governo deveria, por via de políticas, incentivar as populações das regiões onde ocorrem descobertas no sentido de não abandonarem as suas tradicionais atividades como a produção agrícola. O mesmo avança com a proposta sustentável de a agricultura constituir parte da responsabilidade social das empresas que exploram os recursos minerais de uma determinada zona.

Na busca de diferentes olhares sobre o fenómeno em estudo e aproveitando as liberdades que assistem os formadores de opinião enquanto jornalistas, de entre elas a liberdade de pensar, comunicar, consideramos importante conhecer o olhar deste grupo de pessoas. São formadores de opinião as “pessoas que, por meio da *mídia*, comunicam juízos sobre temas, fatos, personalidades ou valores a ampla parcela da população ou a um grupo específico”(Cruz, 2011:37). Os dois informadores escolhidos, na altura em que foi efetuada esta investigação, participavam da rubrica “Pontos de Vista”, espaço de antena semanal na Televisão STV. São eles Salomão Moiane e Tomás Vieira Mário.

Para Salomão Moiane, jornalista e diretor do jornal semanal *Magazine Independente*, cidadão com olhar crítico sobre as questões sociais, entre as quais as questão do trabalho infantil, considera que a sociedade moçambicana, ao ser permissiva à participação de crianças nesta atividade quebra a possibilidade de preparar um futuro próspero para os seus filhos a despeito de esta ser encarada como uma atividade de sobrevivência. Na verdade, não propicia nenhum bem-estar às crianças que nela participam, mas sim a adultos ambiciosos. Caracteriza a

⁹⁸ Associação Progresso é uma das organizações nacionais da sociedade civil moçambicana, nascida logo depois da guerra de destabilização com objetivo central de prestar serviço às comunidades necessitadas com especial atenção às necessidades das mulheres e crianças, visando a elevação das condições de vida da população e aumento da sua capacidade de gestão. Pode visitar a Associação, visite o site” <http://www.progresso.co.mz/sobre-nos/historia/> [23 de Dezembro de 2014]

sociedade moçambicana como obcecada por recursos financeiros, pondo em causa o futuro de milhares de crianças. Segundo ele a participação de crianças no garimpo é feita às claras, uma realidade criticada por todos até pela autoridade mas ao mesmo tempo tolerada. Salomão Moiane, num tom perentório, atacou a autoridade governamental e política pois considera que estes deviam criar soluções estruturais para prevenir a exploração das crianças por adultos que lucram com o seu trabalho.

Olhando para a educação, Moiane considera que esta é deficitária. O sistema de ensino universal é pouco maleável e não reorienta a formação das crianças tendo em conta a realidade do país, dirigindo-a por exemplo para uma formação mais profissionalizante. Segundo a sua perspectiva, as crianças criam a “ideia de dinheiro”, criam o hábito de manipulá-lo muito cedo e, não conseguindo obtê-lo de forma positiva e de forma sustentável, enveredam pelo mundo do crime para obtê-lo a qualquer preço, e como prova está o número crescente de jovens que enveredam pelo mundo do crime. Moiane, no seu discurso, faz referência ainda a problemas de foro económico-ambientais e considera que a utilização de métodos artesanais, pouco especializados, atentam muitas vezes contra o ambiente, para além do facto da comercialização do produto não conseguir tirar a população rural da pobreza absoluta. A crítica de Moiane atinge também o Ministério do Trabalho que, segundo ele age de forma paradoxal pois pede à SADC para se juntar a esta luta contra o trabalho infantil, no entanto internamente a ação concreta não é condizente com o discurso para o exterior.

Resumindo, este informante defende que a participação de crianças no garimpo é uma atividade penosa, sofrida e que expõe as crianças a riscos, intoxicação, deformações físicas e por outro lado não garante a sobrevivência e coloca as crianças perante um futuro incerto. Considera ser uma atividade economicamente insustentável, sendo difícil encontrar alguém que tenha prosperado através desta atividade.

Por sua vez, outro dos informantes, Tomás Vieira Mário⁹⁹, considerou a abordagem da temática de participação de criança no garimpo pertinente e relacionou-a com a questão da sustentabilidade, questionando: Que ganhos a longo prazo? Na sua análise, sublinhou o facto de os recursos naturais em Moçambique serem muitos, mas finitos, com uma exploração aliciante, com “o poder do dia”, como o mesmo afirma, a apelar para ganhos imediatos. Sublinhou que a gestão não criteriosa poderá levar a um esgotamento imediato.

Sobre o trabalho infantil na mineração, Mário sublinhou que esta problemática tem implicações no presente e num futuro próximo, contribuindo para a perpetuação do ciclo de pobreza. Para este informante, os ganhos do garimpo representam qualquer “coisa enganadora”; “soluções imediatas” de “uma fortuna ilusória” para as populações rurais. O fator ilusório para ele liga-se ao tempo que se perde para se juntar pouco, tempo que, para as crianças em particular, é necessário para a sua educação. Na sua análise, este fenómeno de garimpo e participação de criança, tem muito a ver com problemas estruturais, mais concretamente, com o problema de governação. Ele sublinha que em alguns locais onde ocorre o garimpo, não há “sinais de Estado”, estrutura de poder que garanta a ordem necessária. Os milhares de estrangeiros envolvidos no garimpo são ilegais, não credenciados para a atividade e em muitos casos conhecem melhor o país.

Nestes locais inóspitos, o nacional é estrangeiro na sua própria terra, o negócio é feito até em moeda estrangeira, e crianças moçambicanas oriundas de diferentes destinos praticam o garimpo e alimentam um comércio que elas próprias não controlam. Para este informante o problema do garimpo não pode ser resolvido com medidas coercivas, mas sim com soluções estruturais que anulem a vontade de participar nesta atividade, como escolas atrativas para evitar o analfabetismo, e criar um ambiente onde as crianças cresçam como cidadãos, longe da prostituição transfronteiriça, das drogas, das doenças e todos os males que enfermam a meninice das crianças quando participam neste tipo de atividade.

⁹⁹ Tomás Vieira Mário é diretor da *Sekelekani Comunicação para o Desenvolvimento* uma empresa de comunicação cuja missão é fortalecer a base do conhecimento público sobre processos inclusivos de desenvolvimento económico e social do País.

4.4 Análise das percepções das crianças

Antes de prosseguir com a análise das percepções das crianças consideramos pertinente referir que os nossos intervenientes responderam com agrado ao nosso pedido de apresentação pessoal. Mas não foi este o aspeto que mais nos cativou, mas sim o fato de cada um ter estado a conversar connosco dizendo sempre, “eu chamo-me, eu fiz/faço, eu pensei/penso, eu vi,...”. Este recurso constante ao “eu” confirmou estarmos perante um estudo do tipo fenomenológico. O nosso regozijo tem o seu fundamento na reflexão feita por Loureiro (2006) sobre a adequabilidade do método fenomenológico para determinados estudos. Segundo o autor, a condução das questões orientadoras clarifica a adequabilidade deste. Para ele, as questões devem estar dirigidas explicitamente para alguém cuja experiência de vida pretendemos conhecer ou conhecer o significado que ele dá à experiência e não para o que ele sabe sobre a experiência de outros. Por outras palavras, as respostas dos inquiridos devem reportar o “eu” que falo, que experiencio e não “alguém” que experiencia.

4.4.1 Caracterização detalhada da amostra das crianças

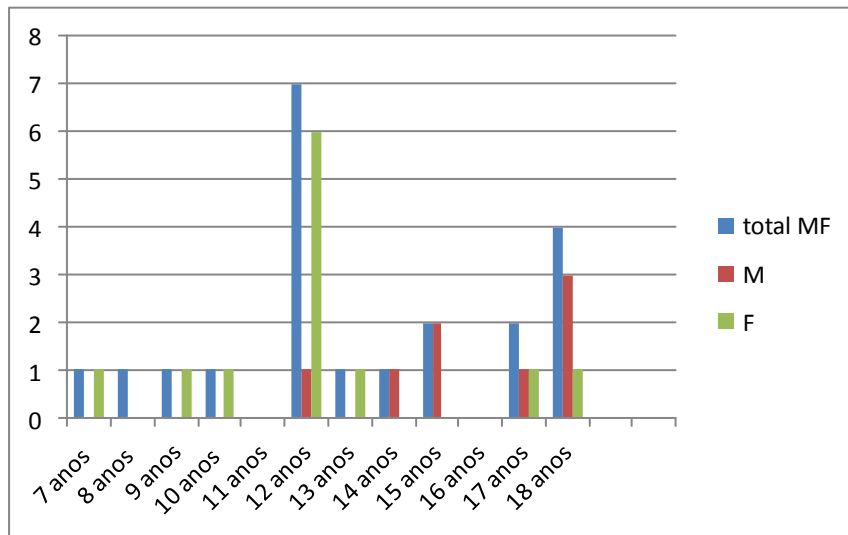
Neste tópico procede-se à caracterização da amostra de crianças com a qual se realizou o trabalho de campo. Consideramos que este passo é só possível nesta fase, algo cientificamente aceite no contexto da pesquisa qualitativa que estamos a empreender onde é admissível a flexibilidade tendo em conta o tipo de estudo (Ferreira, 2009; Andrade e Holanda, 2010).

Os dados foram obtidos a partir das respostas dadas às primeiras questões colocadas aos nossos informantes (Inf.) no decurso da entrevista semi-estruturada e num ambiente de diálogo, apresentando-nos mutuamente de forma a tornar a conversa mais agradável, tratando o entrevistado pelo seu nome e revelando o propósito da entrevista. Como nos referimos no capítulo da metodologia, identificamo-nos com a ideia de tratar cada criança como sujeito de voz, mas os aspetos éticos impuseram-nos o dever de salvaguardar cada criança de eventuais problemas devido às respetivas declarações. Assim, tratamos cada criança por um código, constituído pela designação (Inf.+ um número romano).

Para a análise da caracterização social dos nossos informantes organizamos um quadro que permite uma visualização rápida da situação social dos mesmos e que constitui o Anexo II do nosso trabalho.

Depois de conhecermos o nome de cada um, preocupamo-nos em saber quantos anos tinham para nos certificarmos se estávamos perante alguém que reunia os critérios definidos. Sobre a idade dos participantes obtivemos o cenário que a figura. 4.62 apresenta.

Figura 4.62: Idade e sexo dos participantes

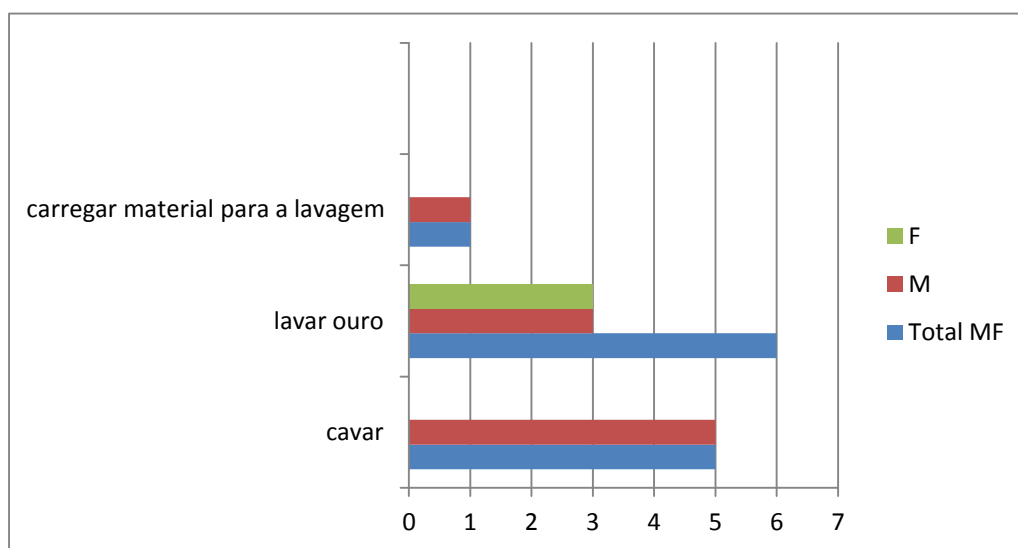


Como a figura 4.62 retrata, no nosso trabalho de campo encontramos crianças de ambos os sexos e de idades compreendidas entre os 7-18 anos, envolvidas direta ou indiretamente nas atividades de garimpo. Trata-se na sua maioria de adolescentes se entendermos que esta etapa, ainda que não de forma linear, acontece entre os 10-19 anos (UNICEF, 2011).

O gráfico revela a tendência, de que as crianças dos 12 anos constituem a maioria, sendo as do sexo feminino de maior expressão, seguido da faixa dos 18 anos, onde os homens constituem a maioria.

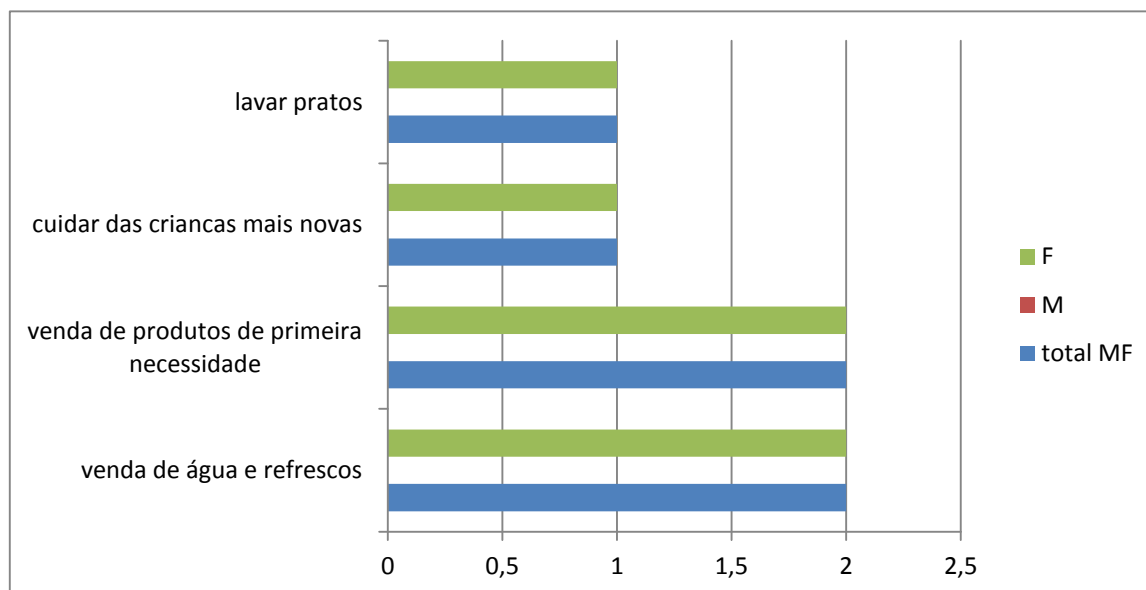
No contexto do garimpo, as crianças participam em diferentes atividades. Classificamos a sua participação em participação direta nos casos em que a crianças realizavam atividades nas minas para a obtenção de minerais. E participação indireta quando realizavam ações facilitadoras como vender água, confeccionar alimentos, cuidar dos mais novos enquanto os mais velhos garimpam, fazem limpeza dos instrumentos de trabalho, etc. Abaixo discriminamos o tipo de participação consoante a atividade que cada entrevistado realizava no momento da entrevista (figs 4.63).

Figura 4.63: Distribuição dos entrevistados na atividade direta de mineração



Na participação direta encontramos crianças de ambos os sexos. Percebemos que a atividade de carregar material para a lavagem é a que envolve menos crianças, provavelmente por se tratar de uma atividade pesada e muito pouco remunerada. Carregar material para a lavagem é uma atividade feita apenas por rapazes. A atividade de lavar ouro congrega maior número de participantes, numa percentagem igual entre meninas e meninos. Uma razão também pode explicar este facto, os ganhos são imediatos e com maiores lucos. No que se refere à participação indireta encontramos o cenário expresso na fig. 4.64.

Figura 4.64: Distribuição dos entrevistados pelas atividades na participação indireta



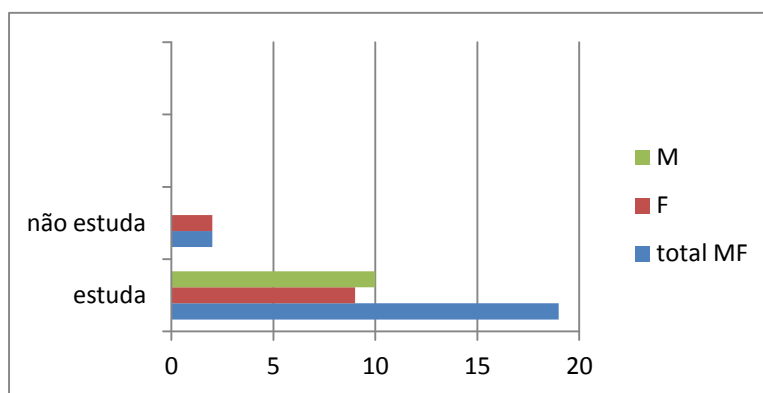
O gráfico da figura 4.64 revela que as atividades que proporcionam o acesso imediato ao dinheiro (venda de produtos) reúnem maior número de crianças. Curioso é que neste tipo de atividades apenas as meninas é que participam, hipoteticamente por ser um trabalho leve. Nas atividades de cuidar de crianças mais novas e lavar pratos encontramos apenas meninas e as idades variam entre os 10-12 anos, Infs.10 e 14 respetivamente.

Torna-se imperioso para nós ressaltar que do total dos oito (8) entrevistados no período de aulas apenas dois (2) informantes estavam na escola no momento da entrevista. Os restantes encontravam-se em variadas atividades nos campos de garimpo ou em espaços a ele relacionados.

Sobre a situação social dos informantes deste estudo, o Anexo II mostra que nenhum informante é casado, mas uma delas (Inf.13) tem um filho. A informante tem 17 anos e tem um filho de um ano. Trata-se de um nascimento fora da idade considerada propícia.

A situação escolar foi uma das informações que nos interessava conhecer no presente estudo, uma vez que este incide sobre crianças em idade escolar, onde à luz do Movimento Educação para Todos, o ensino primário é obrigatório.

Figura 4.65: Situação escolar



Os dados plasmados no gráfico da figura 4.65 revelam que, ainda que em número reduzido, nem todos os nossos interlocutores frequentam a escola. Ainda que o número não justifique tal suposição, pensamos ser útil referir aqui neste estudo que há, em Moçambique, situações culturais em que face a dificuldades da família, a prioridade de educação vai para os homens e é isso mesmo que os dados sugerem.

A figura 4.66 permite uma leitura mais profunda da situação escolar das nossas crianças.

Figura 4.66: Classe que os intervenientes frequentavam em 2012, ano da entrevista

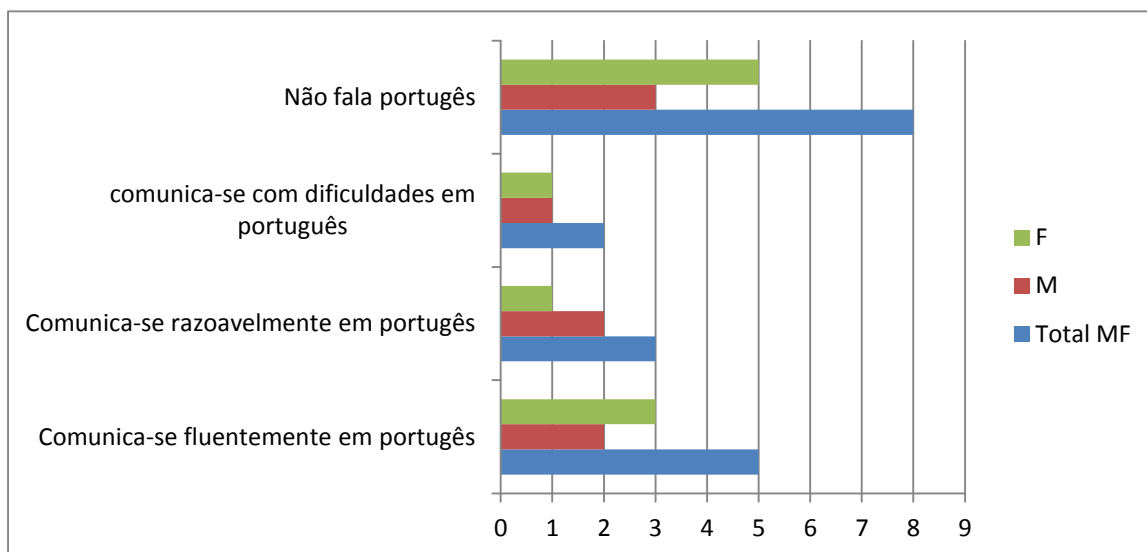
Ciclos de ensino	Ensino Primário Básico							Ensino Secundário Geral				
	1º Grau					2º Grau		Ens. Secundário			Pré-universitário	
	1º ciclo		2º ciclo			3º ciclo						
Classes	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª
Número dos que frequentam a classe			3	2	4	2	5	1	1		1	

Os dados da figura 4.66 revelam que a escolaridade dos intervenientes do estudo se situa maioritariamente entre a 3^a e a 7^a classes. Apenas 3 crianças frequentam o ensino secundário. E nenhum atingiu a classe terminal do ensino secundário, a 12^a classe. A aferir pelo facto de apenas serem as crianças associadas ao garimpo das turmalinas que frequentam aquelas classes, os dados podem também revelar a existência de escolas secundárias na região, diferentemente do que acontece nas regiões auríferas onde o garimpo acontece em locais remotos.

Olhando atentamente para a informação sobre a escolaridade dos nossos informantes, plasmada no Anexo II, percebemos que a situação escolar das raparigas entrevistadas é de apenas uma informante, a Inf. 13, de 17 anos de idade que refere ter concluído o ensino primário completo, a 7^a classe. As restantes na sua maioria ainda frequentam o primeiro grau do ensino primário.

No decurso do trabalho de campo tivemos alguma dificuldade de comunicação com algumas crianças e as correspondentes entrevistas foram realizadas com a mediação de terceiros, em alguns casos dos próprios pais. Pois bem, apresentamos aqui um gráfico que clarifica o nível de fluência em português. Para a classificação do nível da nossa comunicação definimos os seguintes conceitos: fala fluentemente; comunica-se razoavelmente, para os casos em que a entrevista foi possível sem a mediação de um intérprete; comunica-se com muita dificuldade, nos casos em que algumas vezes foi preciso a intervenção de um intérprete para clarificar algumas situações e, por último, não fala português. A partir desta classificação obtivemos o seguinte gráfico elucidativo (fig. 4.67).

Figura 4.67: Nível de fluência na língua de ensino



O gráfico da figura 4.67 revela que mesmo de entre os que referiram frequentar a escola, há quem, não tenha conseguido realizar a entrevista sem a mediação de um intérprete para clarificar determinados aspetos solicitados a comentar. É expressivo o número de crianças que progridem no nível de ensino sem possuir as competências requeridas, uma das quais é o domínio da língua de ensino. Este problema verifica-se nos entrevistados que frequentam o ensino básico, como podemos aferir a partir de uma apreciação ao Anexo II, sendo o caso extremo e mais preocupante o do Inf. 9 que diz frequentar a 5ª classe e, não só não fala a língua portuguesa, como não entende uma única palavra em português. Mas situação idêntica também pode ser encontrada em alguns entrevistados a frequentar o nível secundário, exemplos dos Infs, 3 e 8 que mostraram muito pouco domínio da língua.

A respeito das questões ligadas com a educação das crianças nossas entrevistadas, a informação do Anexo II revela vários aspetos:

Primeiro, confrontando os dados disponíveis e o que foi referido por Castiano (2005); UNICEF(2010), Cap. I, percebe-se que o ideal construído aquando da independência do país

de expansão da rede escolar para permitir a massificação da educação vai-se tornando uma realidade. Em zonas recônditas já se pode falar de escolas do nível básico, pelo menos para a escolarização universal.

Segundo, e continuando com a confrontação dos dados com o que foi já dito sobre o ideal do pós-independência no campo educativo, os dados revelam que há alguns problemas. O ideal de colocar o moçambicano no mundo globalizado pode estar a conhecer condicionante se entendermos que todas as crianças devem, aos 11-12 anos, estar a terminar a escolaridade básica. Das crianças da nossa amostra, nenhum informante a sua idade corresponde a classe suposta frequentar, quando observadas as idades tendo como referência os ciclos de aprendizagem no Ensino Básico idealizados pelo novo currículo moçambicano em referência ao ensino primário obrigatório, como mostra o quadro 4.29 abaixo.

Quadro 4.29: Os Ciclos de aprendizagem no Ensino Básico e as correspondentes idades

Grau	1º					2º	
Ciclo	1º		2º			3º	
classes	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª
Idade	6	7	8	9	10	11	12

Fonte: Ministério de Educação, 2006

Mas o ideal de massificação da escola fica também afetado quando há crianças que simplesmente não frequentam a escola, como é o caso do (Inf. 14, 12 anos), que de acordo com o quadro acima já deveria estar a terminar a escolaridade primária. Esta informação coaduna com a informação disponibilizada por Chipembe, *et al.* 2012) e constante do quadro 4.24 deste estudo quando revela haver na província crianças sem nenhum nível de escolaridade concluído, e muito poucos a frequentar o ensino secundário.

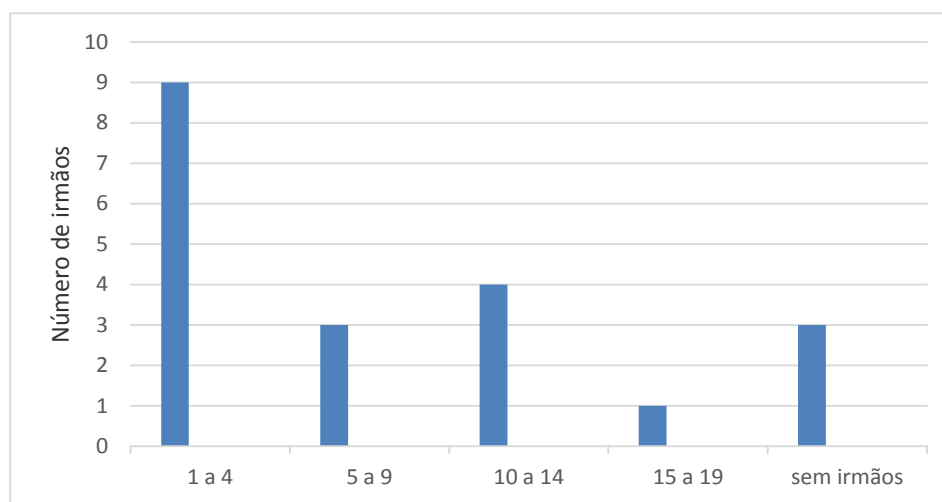
Para os que estudam, a qualidade de ensino não é satisfatória a medir pela qualidade de competência oral da língua de ensino ou simplesmente não falam a língua portuguesa, a língua

de ensino, casos da maioria dos informantes, como pelo nível de escrita, constatação aferida a partir do nível de escrita das cópias de crianças de 4ª classe, captadas numa das escolas situada nas zonas de garimpo (fig. 4.22, 4.24). A educação destas crianças está longe de preparar crianças sujeitos capazes de falar e agir de forma consciente e responsável (Habermas, 1990, apud Mazula, 2008). O pensamento de Sen (2003:33) sobre a necessidade do “alargamento das «potencialidades» das pessoas para levarem a espécie de vida a que dão valor – e a que dão valor com razão.”, tem aqui cabimento. Estas crianças sem educação terão uma vida privada da liberdade de escolha de tantas possibilidades que o mundo globalizado oferece.

A participação no garimpo priva o nível educacional das crianças e estamos perante a negação de um direito da criança plasmado no art. nº. 28 da Convenção Sobre os Direitos da Criança. São assim negados outros tantos direitos relacionados com o desenvolvimento da personalidade, a formação para uma cidadania plena, para oportunidades de emprego decente e quiçá, até vedada para espaços de socialização.

Prosseguindo com a análise, com os dados disponíveis construímos ainda um gráfico que espelha a situação familiar, em termos da composição do agregado familiar (fig. 4.68).

Figura 4.68: Composição do agregado familiar dos entrevistados



Sobre a composição do agregado familiar os dados evidenciam que os interlocutores do nosso estudo vivem em famílias numerosas, com mais de 3 membros, havendo casos de uma família com mais de 10 membros, (informantes 1, com 14 irmãos; 3, com 11; 6, com 10 e 10, com 19 irmãos). O caso com 19 filhos, segundo explicação do progenitor (tio), trata-se de uma família numerosa pois o informante mais um irmão são órfãos e tiveram de ir viver com o tio paterno com 17 filhos. Com alguma exceção temos os informantes 7, 14, 17, 18, 20, com apenas dois membros e um caso de filha única (Inf 13). Para além de famílias numerosas há pais declaradamente polígamos, exemplos dos pais dos Infs 1, 3, e 5.

Esta situação faz-nos recordar a constatação de AA.VV. (2001) de que os pobres têm mais filhos do que os não pobres e têm duas vezes mais dependentes do que os não pobres, sendo a taxa de dependência mais alta. Assim sendo, estes pais têm necessidade imperiosa de obrigar os seus filhos ainda muito cedo para o trabalho para aumentar os ganhos da família.

Para além da informação acima, o Anexo II oferece-nos outra informação curiosa e pertinente sobre as crianças entrevistadas. A informação é relativa ao tipo de profissão sonhada pelos interlocutores, para o futuro. A grande maioria pretende ser professor ou enfermeiro. Apenas o informante 3 é o único que referiu sonhar em ser médico. Nenhum informante se referiu ao interesse de fazer uma formação na área mineira, como ser geólogo, uma vez que vivem num ambiente rico em recursos minerais, ou fazer engenharia florestal, uma vez que a província é possuidora de recursos florestais de elevado valor comercial, ou ser veterinário porque também tem riqueza animal, ou mesmo ser agrónomo ou extensionista agrário porque a região é potencialmente agrícola e a produção de comida está a dar lugar à extração mineira. O informante 3 é o único que se mostra com um horizonte mais amplo e se referiu que sonha em ser médico, uma profissão que remete para estudos superiores. Os restantes têm horizontes mais restritos, sonham em ser professores, e enfermeiros, evidentemente profissões sonantes e de grande prestígio na zona. Este dado pode também levar a dar a entender que nas zonas rurais apareceram mais escolas e mais centros de saúde.

O DS necessita de um corpo competente de profissionais multidisciplinar, desde o professor, o enfermeiro, mas também profissionais capazes de dominar a tecnologia, cientistas capazes de encontrar soluções inteligentes ao bem das sociedades.

Perante este cenário nada nos autoriza a questionar ou a afirmar que estas crianças não têm sonhos. Certamente que sonham mas os seus sonhos são ofuscados pela necessidade de sobrevivência, e pelo analfabetismo informacional a que estão votadas.

Pensamos ser oportuno recordar o que anteriormente foi dito no Cap. II, ponto 2.1.3, quando abordamos a relação da problemática do trabalho infantil e o DS. A construção do DS demanda que as crianças se desenvolvam num ambiente harmonioso e que se preparem para uma vida adulta condigna que pressupõe um emprego decente, como condição básica para o exercício da cidadania e para o fortalecimento da democracia o instrumento central para a governança, condimento basilar para a justiça social.

Prosseguindo com a análise, desta feita para comentar que os dados constantes do Anexo 2 permitiram que aferíssemos informação sobre a situação profissional dos pais das crianças alvo da presente investigação. Sem exceção, todos os pais são camponeses e na sua maioria especificaram que para além do trabalho na machamba (campo agrícola), são garimpeiros.

Condicionar que as crianças estudem e se profissionalizem é propiciar o ciclo visioso de pobreza de pais para filhos.

Terminamos esta fase de análise com o entendimento de que a mineração é uma atividade intensa, preenche a vida de todos na região, realizada em todos os períodos do ano, principalmente a mineração do ouro.

4.4.2 Análise da percepção das crianças

Após a caracterização da amostra, buscamos agora a descrição dos atos intencionais da consciência das crianças intervenientes no presente estudo, em busca da compreensão do valor e significado social, económico, ambiental que as mesmas atribuem à sua participação na atividade de garimpo. Seguindo a metodologia de análise passamos da conceção do senso comum dos dados tal e qual nos foram disponibilizados pelos nossos intervenientes, conceção designada por Husserl de atitude natural, para a conceção fenomenológica, isto é, para a descoberta dos sentidos das ações intencionais dos intervenientes (Giorgi, 1971 *apud* Whiting, 2002; Giorgi, 1985 *apud* Moreira, 2002). A compreensão dos atos intencionais induz-nos ao processo da redução, designado por (Husserl, 1960 *apud* Whiting, 2002) de *epoché*, um processo que, como explica (Moustakas, 1994: 85 *apud* Moreira, 2002:114) é a “preparação para a derivação de novo conhecimento” constituído de descobertas.

Como nos referimos anteriormente, no Capítulo III sobre as metodologias, optamos pelo modelo de análise de Giorgi (1985), modelo que preconiza etapas de execução que vão desde a apreensão do sentido do todo, a identificação das unidades de significado que emergiram dos discursos dos entrevistados e que constituem a ilustração dos dados a serem discutidos posteriormente e culmina com a construção das estruturas essenciais do fenómeno em estudo.

A identificação das unidades de significado foi um processo de trabalho intenso mas interessante que obrigou a audição repetida das entrevistas gravadas, não só para a certificação da informação, como essencialmente para a apreensão correta do sentido global das afirmações. Porque os dados de uma boa parte de entrevistas resultam da interpretação de outros, os intérpretes, identificamos este tipo de transcrições com o símbolo: ∞. Para uma mais fácil compreensão da percepção das crianças sobre os diferentes aspetos relativos ao seu trabalho, fazemos questão de referenciar a idade dos intervenientes em todas as declarações que fazemos constar como evidência.

Neste processo foi determinante a nossa intuição para captarmos o essencial a partir de um “conteúdo pobre na palavra”, característico dos discursos das crianças entrevistadas, mas rico em conteúdo revelador de uma realidade muito pouco conhecida na sociedade moçambicana. Construimos as estruturas essenciais das experiências das crianças tendo sempre em conta aquilo que é o objetivo do nosso estudo, descobrir a percepção do valor económico, social e ambiental que as crianças têm da sua participação no garimpo. Do conteúdo das entrevistas, os dados do nosso *corpus* sugeriram-nos a construção de duas estruturas, uma positiva e outra negativa.

Construção da estrutura essencial relativa à experiência do impacto social de trabalhar no garimpo

O senso geral do todo adquirido da leitura das declarações das nossas crianças se resume na informação de como a situação é por elas vivida, conforme o quadro 4.31 apresenta.

Quadro 4.30: Senso geral do todo no contexto sobre o impacto social de trabalhar no garimpo

Estrutura 1 - Impacto social

O garimpo é, apesar de tudo, visto por todos como potencial para a sobrevivência para a criança (que por vezes é órfã) e também para os progenitores (tanto pai como mãe) que têm esta atividade como alternativa à agricultura e que proporciona algum dinheiro para as necessidades básicas e não só.

O garimpo é visto como uma oportunidade para se conseguir adquirir meios sofisticados para a agricultura, como é o caso de aquisição de adubo para a machamba.

Apesar deste sentimento ninguém coloca a hipótese de no futuro ser proprietário de uma mina.

As vozes ouvidas referem ao facto de não ser bom trabalhar no garimpo, sendo mais duro o trabalho de mineração de ouro. Reconhecem o lado negativo do garimpo e consideram-no trabalho penoso, que não respeita horários de trabalho, mas não haver outra alternativa para arranjar dinheiro.

As crianças reconhecem a importância da escola para o sucesso do seu futuro, mas reporta-se muita falta de assiduidade.

As crianças denunciaram o facto de, em muitos casos, não serem os donos do dinheiro que ganham com o trabalho e nem participam na gestão do mesmo, elas têm o dever de o entregar todo aos mais velhos a quem cabe a tarefa de direcioná-lo para as despesas da casa.

Denunciou-se a exploração protagonizada pelos respetivos progenitores e revelaram que em alguns casos, trabalhar é uma obrigação, e que em algumas situações em que não conseguem realizar toda a jornada de trabalho (realizar por exemplo um nr. x de carregamentos de material para a lavagem), recebe-se insultos por esse facto. E em outros casos se não arranja dinheiro, ninguém o fará por elas para as suas necessidades como comprar roupa, comprar o lanche, e por vezes fazer a sua própria matrícula.

Foi igualmente reportada a situação de degradação das condições sanitárias pois muitas vezes têm de pernoitar em casas precárias, ou nas chamadas bancas, locais sem nenhuma condição de comodidade e condições higiénicas, sem acesso a uma alimentação condigna, apenas uma refeição feita nas bancas confeccionadas pelas mulheres que se dedicam à venda de alimentos.

O discurso revelou o ambiente de incerteza da vida das comunidades pois tudo depende de sorte, não havendo uma escola que ensine como melhor proceder para ter melhores rendimentos em ambiente seguro e mesmo as técnicas de negociação do preço de venda do produto do seu trabalho.

Foi igualmente denunciado o facto de o garimpo ser uma atividade realizada com pouca segurança, havendo sempre o perigo à espreita (acidentes de trabalho), até mortes.

Reportou-se por outro lado a incompatibilidade do trabalho com as capacidades do corpo ainda frágil das crianças, tendo sido citadas situações de dores nas pernas, na coluna, provocadas pelo excesso de peso e do número de caminhadas que devem ser feitas para completar o que denominam “chitofó” para poder receber o dinheiro da jornada de trabalho.

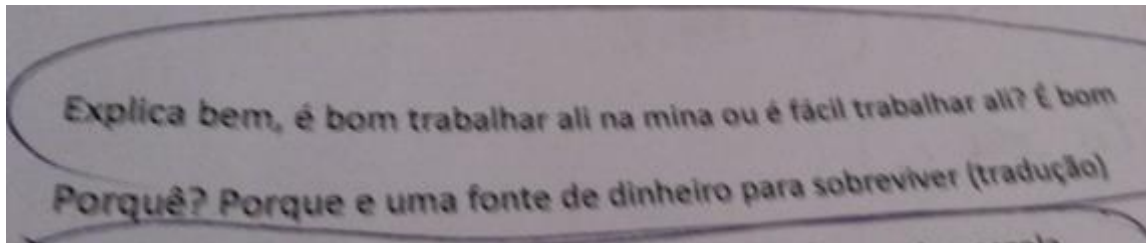
O adulto é o ídolo das crianças e estas devem aprender deste como se trabalha. Nos campos de garimpo trabalham pessoas de todas as idades e não há divisão de trabalho consoante a idade. Há um sentimento comum de que todos podem fazer alguma coisa. Os homens cavam e carregam e as mulheres cozinham, vendem.

Descrição dos constituintes relativos à percepção sobre o impacto social

Neste passo, descobrimos as unidades de significado que constituem os constituintes. Para a ilustração dos fatos, inserimos a transcrição das respectivas unidades sempre que necessário. Da leitura atenta dos discursos das crianças e no contexto do impacto social de trabalhar no garimpo, emergiram diferentes constituintes chave e as correspondentes declarações a partir dos quais vamos construir a estrutura da experiência.

i) Suprir necessidades da criança

Trabalhar no garimpo é percebido por todos os participantes como uma fonte para arranjar dinheiro e por isso, à questão se é bom trabalhar na mina, as respostas convergiram na questão de fundo, uma necessidade, resumida na declaração seguinte:



Inf. 17, 14 anos de idade

As restantes declarações desembocaram no mesmo ponto, necessidade de dinheiro.

(☞) *“procurar dinheiro para roupa e para a matrícula de escola.”* (Inf. 2, 12 anos)

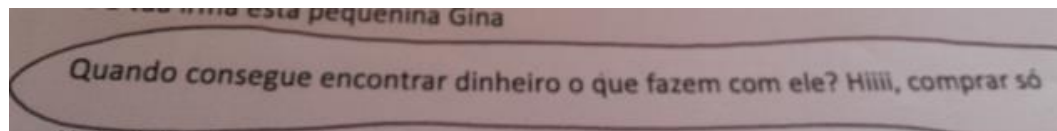
“não estou a trabalhar, estou a procura de dinheiro para comprar sabão, roupa.”
(Inf. 11, 8 anos).

“eu tinha falta de dinheiro..., agora que tinha falta de dinheiro, eu falei primeiro vou deixar de estudar e procurar dinheiro para o próximo ano continuar a estudar” (Inf. 8, 18 anos).

“ parei de estudar porque dinheiro de matrícula, não tinha mamã” (Inf. 15, 18 anos)

“ se tem medo porque vem aqui? Está a procura de dinheiro” (Inf. 5, 12 anos)

Obter dinheiro é uma necessidade premente para as crianças e a resposta que se segue mostra a urgência de obtê-lo.



(Inf. 15, 18 anos)

Da exclamação ” *Hiiii[...] só*” emerge a sensação de alívio.

Este ponto de vista das criança converge com o que elementos da sociedade civil (Sr. Chirodza, Jornalista Moiane) disseram: garimpo como algo que alivia na satisfação das necessidades das famílias incluindo das correspondentes crianças. Entenda-se, “alivia” e não “empodera”. A percepção das crianças é tão consistente que apesar da sua tenra idade reconhecem o lado certo da realidade, apenas uma alternativa, havendo tão somente um conformismo com a situação porque:

“Não há nada” (Inf. 4, 17 anos)

“é bom vir aqui.... não há nada” (Inf. 4, 17 anos)

“sim é bom como estamos a aproveitar pouco, pouco, não é bom do que ficar em casa sem fazer nada. Toda a hora andar aí na rua, não é bom” (Inf. 8, 18 anos)

“não estou a trabalhar, estou a procura de dinheiro para comprar sabão, roupa” (Inf.1, 18 anos)

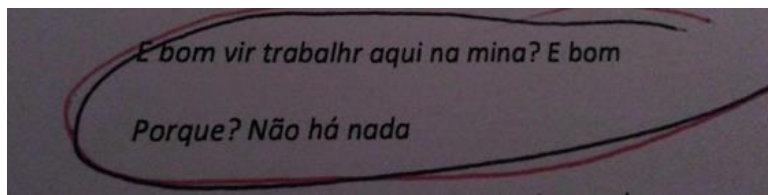
“ parei de estudar porque dinheiro de matrícula, não tinha mamã” (Inf.15, 18 anos)

Como vimos no Capítulo II aquando da análise sobre a situação socioeconómica do país, a região de Manica se situa na região descrita como sedo onde os pobres ficaram mais pobres e a incidência da pobreza aumentou em 14% (FDC, 2011). A percepção das crianças confirma esta constatação.

A pobreza e a falta de emprego decente, colocam o garimpo como emprego alternativo.

ii) *Emprego alternativo*

Outra ideia central está no considerar o garimpo como uma fonte de emprego para todos os que não têm outra alternativa (homens, mulheres e crianças), como se refere o Inf.4 de 17 anos.



Muitos outros partilham desta ideia dizendo:

“todos trabalham aqui[...] a minha mãe também costuma vir”(Inf. 3, 18 anos).

“as meninas vêm aqui também fazer apanha apanha” (Inf. 2, 9 anos)

“teu pai não trabalha noutra sítio? Nada” (Inf.1, 18 anos)

“o meu pai trabalha também aqui na mina”(Inf. 11, 18)

O “todos”, seguramente se refere a toda a família.

Um pequeno parêntesis para comentar sobre o aspeto ligado à questão da ação das mulheres incluindo meninas nesta atividade e a mudança social, um aspeto que caracteriza o ambiente em que o DS se deve desenrolar, com a participação equitativa de homens e mulheres. Esta importância é consentânea com o pensamento de Sen quando defende que:

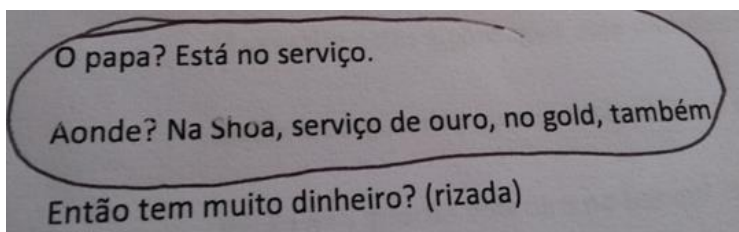
As mulheres são encaradas – por homens e por mulheres -, já não como receptores passivos de ajuda para aumento de bem-estar, mas, cada vez mais, como actores intervenientes na mudança: promotores dinâmicos de transformações sociais que podem alterar as vidas quer das mulheres quer dos homens.”

(Sen, 2008:201)

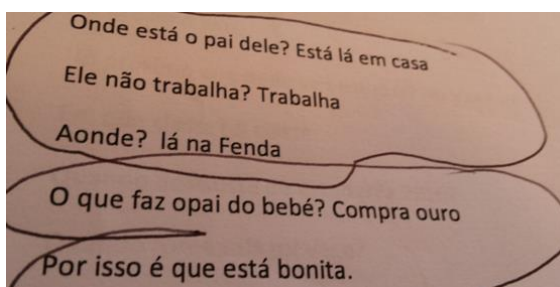
As crianças percebem o respeito mútuo e consideram que há ambiente favorável tanto para homens como para as mulheres. Este comentário torna-se necessário porque na sociedade moçambicana, e particularmente nas zonas de garimpo de ouro, o mundo das representações

de género é marcante, culturalmente cultiva-se a ideia de que a mulher não pode fazer o garimpo porque o ouro pode desaparecer, mas a realidade dos fatos induz-nos a perceber que a concessão está a desaparecer.

Apesar de tudo, para muitos, o garimpo é o local de trabalho, como provam as declarações que se seguem.



(Inf. 7, 8 anos)



(Inf. 13, 17 anos)

Na resposta do Inf. 7, a rizada pode ser sinónimo de alguma satisfação por se poder arranjar dinheiro para as necessidades. E na Inf. 13,(fig. 4.57) o aspeto bem apresentado (qualidade de roupa dela e do bebé) é sinónimo de algum poder aquisitivo derivado do facto de o pai estar a trabalhar na Fenda. Recordamos que Fenda é o local de convergência dos garimpeiros, para o negócio a que nos referimos quando fizemos a apresentação do percurso do trabalho de campo.

A Inf.19, 12 anos (integrante da fig. 4.51) vende amendoim na esperança de ganhar dinheiro para, como a mesma afirma:

“Comprar minhas roupas, e lanche” (Inf.19,12)

Ou simplesmente, como refere a pequena de apenas 8 anos:

(☉) *“comprar bolos”* (Inf.7, 8)

Está claro que trabalhar no garimpo constitui-se numa necessidade para a criança poder resolver imperativos da vida decorrente de fatores adversos que as obriga a tornar-se adultas extemporaneamente. Por isso, para além de necessidades pessoais:

“ comprar minhas roupas e lanche” (Inf.19, 12 anos)

“comprar bolos” (Inf.7, 8 anos)

Acresce-se as necessidades relacionadas com a formação, oportunidade que seguramente os pais não conseguem proporcionar, sentimento que emergiram das declarações feitas em tom de desabafo:

“a mamã não tinha dinheiro de matrícula.”(Inf.15, 18 anos)

“eu tinha falta de dinheiro[...] agora que tinha falta de dinheiro, eu falei primeiro vou deixar de estudar e procurar dinheiro para o próximo ano continuar a estudar” (Inf.8, 18 anos).

Também participam na satisfação de necessidades coletivas da família e adquirem produtos alimentícios básicos:

“comprar milho e sal (Inf.17, 14 anos)

“estou a trabalhar a procura de dinheiro para comprar sabão” (Inf. 1, 11 anos).

E ainda na aquisição de insumos para melhorar a produção como nos revelou o (Inf. 6, 15 anos) ao afirmar que:

“com o que sobrar vou comprar adubo para a machamba da mamã”

Estas crianças vivem num mundo de privações e manietadas pelas dificuldades de acesso aos recursos básicos. O garimpo é sinónimo de esperança para todos os que o praticam.

Percebemos que uma boa parte destas crianças, de acordo com a realidade nacional (Resolução nº 32/2006), está já na fase jovem, maiores de 15 anos, alguns dos quais a entrar na

fase de transição para a vida adulta, na fase em que são já vistos como adultos sociais¹⁰⁰. Mas percebemos também que mesmo as crianças com idades inferiores a 15 anos, a família já lhes dá este estatuto de adultos sociais. Nesta transição as crianças estão a confrontar-se com situações que obstaculizam o sucesso das suas vidas, a falta de competências, escolaridade deficiente e por conseguinte, falta de emprego decente o que obriga a uma existência extemporânea, conduzindo todo o seu esforço para a sobrevivência diária, naquilo que os jovens moçambicanos intitulam “desenrascar” (Honwana, 2013).

Recordamos que a qualidade de vida não diz respeito apenas àquilo que é a situação de momento das crianças. A qualidade de vida passa pelo DS e está relacionada com a capacidade para melhorar as condições de vida no futuro, como defende a análise da CMMAD (1991) e por essa razão, não se compadece com ações paliativas como o é trabalhar no garimpo. Esta razão relaciona-se com o ponto de vista de Moiane, que considera o garimpo como oferecendo uma fortuna “ilusória”.

iii) Consciência de lucro aparente

Apesar de reconhecerem o lado positivo de trabalhar no garimpo, as crianças reconhecem o valor supremo de ir à escola em vez do garimpo, razão porque à pergunta:

- *O que é bom, ir à escola ou ir ao garimpo?*

Uma das crianças entrevistadas respondeu de maneira perentória:

- *“Estudar é melhor”* (Inf.17, 14)

Outro interlocutor a tentar justificar a sua posição, afirmou:

“[apenas] estou a lutar para conseguir 7000 meticais para ir fazer formação de enfermeiro” (Inf.8, 18)

¹⁰⁰ Expressão usada para designar indivíduos socialmente reconhecidos como capazes de assumir as responsabilidades da vida adulta (Honwana, 2013).

Outro interlocutor para mostrar a sua percepção quanto à necessidade imperativa de estudar, à pergunta: -Estás a gostar de trabalhar aqui? respondeu:

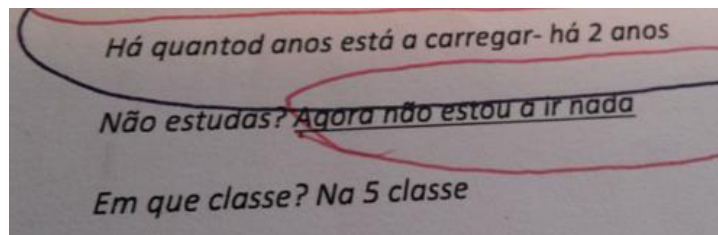
“Ahhh!, não gosto, porque a escola é muito boa até ultrapassar este job, porque amanhã vai-me ajudar” (Inf.3,18)

O tom de voz com que o Inf. 18 pronuncia o *Ahhhh!* faz mesmo emergir o sentido de como Mário classificou o garimpo, qualquer “coisa enganadora”, com “soluções imediatas”, proporcionadora de uma “fortuna ilusória”. Qualquer um destes atributos choca com os princípios do DS.

A partir desta declaração é mesmo perceptível que o garimpo é uma atividade que interfere no tempo de escola da criança.

iv) Trabalho que interfere na escolaridade da criança

Um dos direitos da criança consagrados é o da educação. Toda a criança tem o direito de pelo menos ter a escolaridade obrigatória, uma ferramenta que garante um futuro mais harmonioso. A este respeito, do discurso de algumas das crianças nossas entrevistadas emergiu a ideia de que a sua participação no garimpo interfere na escolaridade. Prova-nos a seguinte resposta:



(Inf. 9,12 anos)

Pela resposta, esta criança deixou de frequentar a escola há dois anos, com 10 anos. Frequentava a 5ª classe. Mas no nível básico a escola é gratuita. É necessário entender o

porque da desistência. Alguma ignorância dos pais sobre as potencialidades da escola?
Prioridade dos rapazes em detrimento das meninas?

Este tipo de situações é melhor entendido nos casos do informante que revela que:

“Eu tinha falta de dinheiro, sim eu estive a bater a nona ” (Inf. 8, 18 anos)

Neste nível de ensino, os pais têm de subsidiar os estudos dos filhos.

A partir das declarações das crianças, fica perceptível que as crianças reconhecem a importância da escola e sonham com felicidade e as premissas para essa felicidade são precisamente as três que Santo Agostinho enuncia como sendo o acesso a ciência, a instrução e a cultura, numa só palavra, educação (Mazula, 2008).

No contexto em estudo, o sonho pela felicidade pertence a muito poucas crianças a depreender pelos números que as estatísticas apresentam. Retomamos aqui os dados referidos por Chipembe et al. (2012), que revelam que um número considerável de crianças de 5 anos e mais nunca frequentou a escola e dos que frequentaram a escola altas taxas de crianças que não concluíram nenhum nível de ensino, como elucida o quadro 4.24.

A educação, pela sua importância vital para o homem no geral e para a criança em particular, é a ferramenta que garante a inclusão dos cidadãos na vida do país, cria os valores para o respeito pela diversidade, cria as competências necessárias para ter oportunidades de emprego decente e ainda, cria os valores de respeito pela cultura, o quarto pilar da sustentabilidade, como defende Carmo (2011). Queremos aqui sublinhar a grande necessidade de se criar os valores de respeito pela diversidade, como garante de multiplicação das relações entre os povos, tão necessárias para o desenvolvimento sustentável à escala global, no sentido de que o desenvolvimento económico necessário para a qualidade de vida se processa num ambiente de interdependência, sendo o respeito mútuo a chave de sucesso.

O sonho pela felicidade leva as nossas crianças a apostar num trabalho duro quanto o garimpo:

“para conseguir [pelo menos] 7000 meticais para ir fazer formação de enfermeiro”
(Inf.8, 18 anos)

Mas o sonho com felicidade morre prematuramente. No pedaço de conversa com o (Inf. 3, 18 anos) percebemos essa consciência de impossibilidade:

“Assim o que tu pensas ser quando adulto?

“ eu gostaria de ficar médico”

“Tu estás a ver que podes ser médico com o dinheiro que consegues aqui?

“ Ahhhhh, nada.”

Quando o nosso (Inf.3,18 anos) afirma que prefere estudar “porque [a escola] amanhã vai-me ajudar”, estabelece uma conexão ainda que elementar entre a sua forma de pensar com a ideia da liberdade individual como obrigação social, defendida por Sen (2008). Os nossos informantes deixam perceber que sentem que o amanhã os espera como cidadãos que devem participar no desenvolvimento e na mudança do mundo em que vivem, por essa razão devem estudar e devem munir-se das ferramentas necessárias para a sua participação efetiva.

A educação integra o conjunto de direitos fundamentais do homem, Aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas, devendo ser usufruídos por todos os cidadãos. O desistir de ir à escola ou ir de quando em vez, agudiza o fosso entre o acesso a oportunidades e a realização de sonhos.

Entendemos por um dos nossos entrevistados, que a situação não é intencional, apenas um obstáculo condiciona as suas vidas:

“ eu tinha falta de dinheiro, sim eu estive a bater a nona ” (Inf. 8, 18 anos)

Bater a nona quer significar estar a frequentar a nona classe, uma classe do ensino secundário.

Esta situação é um dos ângulos da fotografia dos níveis de pobreza em Moçambique que hoje se situam em 60%, a incidência da pobreza a situar-se na zona central nos mais altos índices, em 14%, segundo FDC (2011) e o maior número de pessoas vivendo abaixo da linha de

pobreza a situar-se nas zonas rurais (República de Moçambique, 2010b); (van den Boom, 2011). Este quadro de pobreza alia-se à fraca rede de proteção social combinada de provisão de oportunidades de acesso a serviços básicos, de entre eles a educação de que Moçambique ainda enferma, uma situação que coloca as crianças votadas a viver no limbo.

Retomamos de forma reiterada como o relatório Brundtland define a pobreza no âmbito do DS, “uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo” (CMMAD, 1991:4). Por isso, negar a formação das crianças abre-se um precedente, um ciclo vicioso de pobreza que vai prejudicar as próprias crianças e a sociedade em geral.

v) *Trabalhar em tenra idade socialmente aceite*

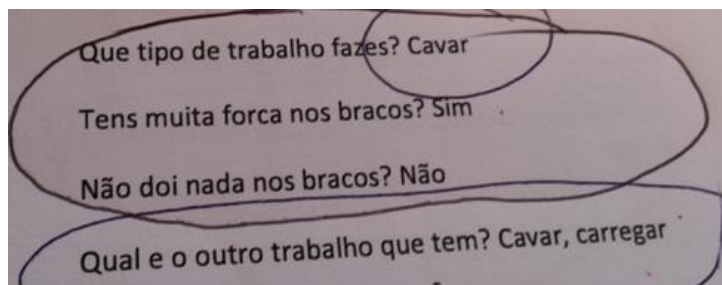
Faz parte das sociedades africanas a representação social de que as crianças devem trabalhar desde tenra idade. No discurso de uma das nossas crianças entrevistadas emergiu este sentimento de trabalhar com o consentimento dos seus pais, quando afirmou que:

“estou à procura de dinheiro, conversei com o meu pai” (Inf. 8, 18 anos)

“vou sozinho” (Inf.17, 14 anos)

Fazemos notar que o Inf. 17 tem apenas 14 anos de idade e já lhe é permitido ir trabalhar sozinho numa atividade de risco como o garimpo.

A coberto desta representação social, as crianças sentem-se adultos muito precocemente e por essa razão, mesmo perante um trabalho difícil como cavar, carregar, se acham capazes como os outros. Esta forma de pensar pode ser entendida no seguinte diálogo:



(Inf.17, 14 anos)

A resposta é reveladora de sentimento de autêntica heroicidade. Estamos perante uma criança de apenas 14 anos de idade que deixa transparecer a ideia de que também tem muita força à semelhança dos adultos seus ídolos.

Na nossa incursão pelo trabalho de campo e na escola primária de Cacáruè, entrevistamos a Inf. 12, uma criança órfã de 12 anos que frequentava a 4ª classe. Esta constitui a única entrevistada que não sabe falar sobre o garimpo porque a tia com quem vive não a autoriza a praticar aquela atividade. Como criança que é, ela aprende a fazer trabalhos domésticos como lavar pratos, varrer o quintal e revelou-nos que suas amigas que vão ao garimpo já não estudam.

vi) Conformismo perante a situação

Se por um lado o tom de voz foi animador ao referir-se à sua participação no garimpo, por outro o tom de voz usado pelas crianças deixa emergir a verdade escondida no seu âmago quando afirmam que:

“ é bom[...] porque não há nada” (Inf.4, 17 anos)

(☹) *“ Sim é bom como estamos a aproveitar pouco, pouco, não é bom do que ficar em casa sem fazer nada. Toda a hora andar aí na rua, não é bom”* (Inf.8, 18 anos)

Um informante que mesmo perante a situação de trabalho duro se mostra conformado e responde com um aparente à vontade à pergunta:

“Quando tu carregas não dói nada?”
“Não dói, já está habituado” (Inf.9, 12 anos)

Este informante pretendeu mostrar que na falta do melhor, o pior serve, não havendo melhor coisa a fazer para se ter dinheiro, algumas das crianças responderam com um tom de voz que denota um sentimento de tristeza e desalento:

“Eu tinha falta de dinheiro[...] estou a conseguir pouco pouco.” (Inf. 8, 18 anos)
“ a mamã não tinha dinheiro de matrícula.” (Inf. 15, 18 anos)

Outros discursos são mais diretos na resposta e dizem não haver outro remédio e:

(☹) *“não é [mas]está à procura de dinheiro”* (Inf.5, 12 anos)

vii) Trabalho duro

Em alguns discursos aflora o sentimento de que apesar de poderem obter dinheiro as crianças não gostam de trabalhar no garimpo.

(☹) *“Não, sim, está a custar muito[...] custa cavar”* (Inf.6, 15anos)

“como este trabalho é forte muitos amigos não vão conseguir trabalhar” (Inf.8, 18 anos)

“ tem de comer bem para conseguir este trabalho.” (Inf.8, 18 anos)

Para outros custa carregar os detritos.

(☹) *“custa carregamento”* (Inf.16, 15 anos)

Aliás, um dos nossos informantes reconhece o garimpo do ouro como sendo mais difícil.

“O ouro é difícil, precisa cavar, e precisa de água” (Inf. 8, 18 anos)

viii) Crianças sem direitos

Algumas vezes denunciaram a posição dos pais e confirmaram como são tratadas as crianças em algumas sociedades tradicionais, isto é como sujeitos sem direitos. O sentimento que aflorou em resposta à questão “onde costuma guardar o dinheiro que ganha”, confirmou esta

posição de sujeitos sem voz nem volição e, por conseguinte, sem direitos sobre o que elas conseguem com o esforço pessoal:

“Hi!, eu não conheço.” (Inf.15, 18)

“entregou mamã e comprou roupa” (Inf.6, 15 anos)

“não tem, não comprou nada [....] entregou todo a mamã” (Inf.7, 18 anos)

iv) Imperativos da vida decorrentes de fatores adversos

Algumas respostas carregam o sentimento profundo da responsabilidade que as crianças têm na família, como é o caso do informante 17 de apenas 14 anos, órfão de pai vivendo com a mãe. Este usa o dinheiro para a aquisição de produtos alimentícios básicos e não para a aquisição de bens pessoais.

- O que fazes com o dinheiro?

-“...compro milho e sal” (Inf.17, 14 anos)

- Quem compra as outras coisas?

“... sou eu” (Inf.17, 14 anos)

x) Sentimento de exploração

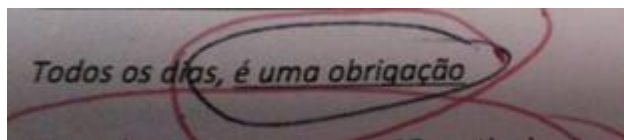
Mas se, por um lado a percepção das crianças denota o afloramento de certa ingenuidade, decorrente da sua imaturidade face ao negócio, como evidencia o discurso otimista do informante de apenas 12 anos,

“ontem consegui 100 meticais (Inf.9, 12 anos)

“hoje já consegui 50 meticais” (Inf.9, 12 anos)

A ingenuidade das crianças é criteriosamente bem explorada pelos adultos que lutam por ganhar o mais que podem explorando as crianças, por outro lado. Na sua ingenuidade percebem que a atividade tem um carácter exploratório, em condições como de escravatura. As crianças chegam mesmo a ajuizar a atitude dos próprios pais que pressionam os filhos para

trazerem algum dinheiro para casa. Este dado está subjacente na revelação de um informante de apenas 9 anos de idade, que de cabisbaixa e voz baixa revelou:



(Inf.2, 9 anos)

O (Inf. 2), segundo conta, tinha de fazer 15 viagens, carregando 10kg de areia para o centro de lavagem e cumpria esta árdua tarefa “*todos os dias*” e é “*uma obrigação*”. E como é óbvio, a exploração está aliada à humilhação, porque sempre que não consegue cumprir a tarefa, “*recebe insultos porque não completou a jornada*”.

Perante este estado de coisas, é mesmo caso para percebermos que estamos perante uma sociedade de vícios, arrogante, caracterizada pela pilhagem e utilização de mão-de-obra escrava barata. Precisamos urgentemente construir uma sociedade de valores com sentimentos morais e espirituais que respeite estes seres humanos em crescimento. Mosquera *et al.* (2006[?]) a este respeito recomenda que o trabalho que as crianças realizam deve ser digno e de respeito da sua condição de criança e processado num ambiente de diálogo e com caráter educativo e não exploratório.

O sentimento de exploração perpassa a simples exploração da mão-de-obra. As nossas crianças percebem a noção de apropriação das terras dos nativos pelos exploradores. O diálogo com o (Inf. 8, 18 anos) revelou a consciência do fato:

Ent. “*Aqui antes de ser mina, o que faziam?*”

Inf. 8 “*Aqui era nossa machamba. Era machamba do meu pai*”

Ent. “*O teu pai está no grupo dos donos da mina?*”

Inf. 8 “*Não*”

Ent. “*O que aconteceu para ficar sem a machamba?*”

Inf. 8 “*Como eles falaram que eles iam comprar essa área, meu pai também deixou*”

Ent. “*Já vos pagaram algum dinheiro?*”

Inf. 8 “ *Não fomos pagos nenhum dinheiro* ”

Ent. “ *Agora, como é que vai ficar?* ”

Inf. 8 “ *Assim mesmo* ”

O conteúdo deste pequeno diálogo remete os habitantes para situações dos sem esperança de vida, indivíduos sem propriedade. Tankar (2012) já nos alerta para a situação de populações da zona em estudo, possuidoras de terra, habituadas a fartura de alimentos, bons pastos, estarem a passar em apenas pouco tempo a gente dependente que só tendo dinheiro pode viver condignamente. E, porque a riqueza mineral é passageira, com ela também passa a esperança de participar da vida económica da sua região em virtude de se ter tornado ainda mais pobre, por nem terra possuir.

O carácter arrogante desta sociedade assenta no fato de as crianças não só não dominarem o negócio como não possuem poder de negociação perante os compradores do seu produto, estando assim sujeitos ao preço imposto por estes, por sinal estrangeiros que aportam aquelas paragens e levam com eles a riqueza do país. Este sentimento está subjacente na frase:

“tenho visto pessoas com muito dinheiro mas isso depende de sorte”(Inf. 17)

Em princípio, se a atividade produz riqueza deveria ser para todos e não apenas para os mais espertos. E, não só, cada um deveria receber justo pelo trabalho que realizou independentemente da idade e ou sexo. Sublinhamos, deveria mas infelizmente isso não acontece e nisso apontamos o dedo acusador à Lei do Trabalho vigente no país que é permissiva por deixar este aspeto sem regulamentação, porquanto apenas regulamenta as relações de trabalho subordinado e não o trabalho por conta própria, sobretudo na economia informal.

xi) Sentimento de humilhação

Se a criança não consegue completar a jornada, não importa o motivo, a própria família se insurge contra ela e humilha-a. A criança envergonhada, cabisbaixa e com um ar melancólico desabafou:

(☹) “ *é insultado porque não completa a meta* ” (Inf.2, 9 anos)

Ou mesmo porque a sede de arranjar dinheiro obriga a que nem se observe o tempo para descansar, ou, trabalhando horas a fio, como se pode perceber pela resposta de um dos nossos entrevistados à pergunta: Até que horas trabalham aqui?

“Até às 16-17 horas, depende de cada um, se já está cansado pode sair.” (Inf.8, 18 anos)

Ou obrigado a pernoitar lá em condições desumanas.

“ hoje, a que horas chegou?”

“às 9 horas” (Inf.6, 15 anos)

“ A que horas vai terminar o trabalho?”

(☉) *“Vou sair amanhã, vou dormir lá nas bancas”* (Inf.6, 15 anos)

xii) Perigos eminentes

O contexto em que a jornada de trabalho de muitas crianças tem lugar corresponde a um local hostil e de pouca segurança. A procura de turmalinas leva crianças a aceitar trabalhar em:

“ buracos de 3, 8 até 20 metros [de profundidade]” (Inf.1, 18 anos)

onde

“ no ano passado [tive] acidente na mina e [parti] o pé” (Inf.8, 18 anos)

e onde:

“ Meu cunhado morreu aqui na mina mesmo. Estava dentro da cova, depois “arreou” e ele morreu logo ai. Foi socorrido, mas já tinha morrido.” (Inf.8, 18 anos)

Em muitas ocasiões as crianças se confrontam com situações traumáticas que chocam com a sua moralidade, resultantes, por exemplo, de desabamentos que redundam em mortes.

A informação que obtivemos no local é que esta mina pertencia a uma empresa. Todavia, como nestes casos não há uma relação de trabalho formalizada, como nos chamou atenção (Mosquera, *et al.*, 2006[?]), os familiares do finado, como é óbvio, não tiveram qualquer tipo de seguro que ressarcisse os danos e garantisse a sobrevivência dos dependentes.

Estas são daquelas situações desprotegidas pela legislação moçambicana, situações traumáticas vivenciadas por crianças menores da idade mínima para o trabalho, uma vez que, as autoridades nacionais, apesar de terem ratificado a Convenção n.º 146 da OIT sobre a idade mínima, através da Resolução n.º 5/2003, as lacunas desta deixam desprotegidas todas as questões relacionadas com a experiência quotidiana da criança que a cultura do país naturaliza como sendo positivas para preparar a criança para a vida.

Estão neste conjunto as situações de terem de trabalhar sem horário, sendo o objetivo único, conseguir dinheiro sem olhar a meios. Este dado pode ser percecionado nas seguintes declarações:

“Aqui não estás a trabalhar para ninguém se faz preguiça não apanha nada” (Inf.1, 18 anos)

“ Vou sair amanhã, [...] vou dormir lá nas bancas”(Inf. 6, 15 anos)

As bancas como nos referimos são espaços onde converge todo o negócio, desde venda de géneros alimentícios, bebida, roupa, droga, e locais para dormidas. São espaços muito precários sem condições condignas para um descanso reparador e condigno.

xiii) Sentimento de incerteza

Apesar de ser uma atividade reconhecida como potencial para obter dinheiro pelo menos para as necessidades básicas, está rodeada de incerteza e ansiedade. A incerteza transparece na resposta dada pelo Inf. 8, 18 anos, com uma voz trémula ante o questionamento sobre a insegurança que há na atividade.

“O que significa trabalhar naquelas covas? Quando saís de casa o que dizes mesmo?”

“ estou a ir trabalhar na mina, só” 8 (18)

Ou através do revelado pelo discurso de um participante à resposta ao seguinte questionamento:

“Costuma-se dizer que se ganha muito dinheiro e tu que dizes?”

“Tenho visto pessoas com muito dinheiro mas isso depende de sorte” (Inf. 17, 14 anos)

Obviamente que ninguém pode progredir de forma sustentável ante tantas incertezas.

xiv) Ingenuidade

Se por um lado as crianças parecem denotar uma certa clarividência dos factos que os rodeiam, em algum momento é perceptível alguma ingenuidade, principalmente nos informantes mais novos. Esta sensação advém de respostas como:

“Mas o dinheiro é muito ou só dá para comprar roupa?”

“É muito” (Inf.2, 9 anos)

Fica claro que a idade de 9 anos não lhe permite ter discernimento suficiente não só sobre o valor do dinheiro, como sobre qualquer tipo de negócio.

A ingenuidade emerge também do diálogo que segue, que a criança, com uma voz vibrante revela:

“Quanto dinheiro fizeste ontem?”

“ Ontem consegui 100 meticais” (Inf.2, 9 anos)

“E hoje?”

“Hoje já consegui 50 meticais” (Inf.9, 12 anos)

Como é claro, a exploração que cada criança sofre, entre danos físicos, morais, psicológicos, não tem preço.

xv) Saúde das crianças

A atividade de garimpo foi descrita pelos participantes como funesta, com perigo sempre à espreita. Não admira que também seja prejudicial à saúde. Esta verdade é revelada quando se pretende encontrar uma resposta à questão:

“Mas quando carregas não dói nada?”

“Dói a coluna” (Inf.16, 15 anos)

(☉) *“ tem dores nas pernas”* (Inf.2, 9anos)

A criança (Inf.2, 9anos) tem dores nas pernas decorrente do número de vezes para transportar a areia para a lavagem, carregando um peso superior à sua capacidade física.

Uma outra, em resultado do peso que carrega, afirmou:

“ dói a coluna”(Inf. 16, 15 anos)

Estas duas crianças poderão já estar afetadas pela hipotonia, a doença que causa o envelhecimento precoce.

Ora, se a saúde do indivíduo é a condição prévia do desenvolvimento, a base do bem-estar e da produtividade (CMMAD, 1991), como pode a sociedade em geral e os pais destas crianças em particular tratarem de forma marginal este assunto? Estas crianças estão condenadas a viver à margem do desenvolvimento que se almeja inclua todos sem exceção.

Rousseau defendeu ser necessário respeitar o tempo de amadurecimento da criança, sendo necessário respeitá-la porque:

A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens. Se quisermos perverter essa ordem, produziremos frutos temporões, que não estarão maduras e nem terão sabor, e não tardarão em se corromper; teremos jovens doutores e crianças velas. A infância tem maneiras de ver, de pensar e de sentir que lhes são próprias; nada é menos sensato do que querer substituir essas maneiras pelas nossas

(Rousseau, 2004:91 *apud* Pereira, 2011:24)

xvi) O dever trabalhar internalizado

O dever trabalhar interiorizado pelos adultos leva a que estes ignorem a incompatibilidade do trabalho com as reais capacidades físicas da criança, logo a necessidade de se cuidar da saúde das crianças que sofrem fisicamente. Esta realidade é revelada pelo não amorfo pronunciado em resposta à questão:

“E nunca foi ao hospital?”

“ Não ” (Inf.16, 15 anos)

Por vezes, a vontade de “provar” ser homem e merecer respeito de todos por ser bom trabalhador, leva que nunca se revele se dói apesar de realizar uma atividade violenta.

“Que tipo de trabalho fazes?”

“Cavar” (Inf.17, 14 anos)

“Tens muita força nos braços?”

“sim” (Inf.17, 14 anos)

“Não doem os braços?”

“Não” (Inf.17, 14 anos)

Ou simplesmente mostrar o orgulho masculino fazendo sempre coisas pesadas, por isso acha que:

“ não dói[...] já está habituado” (Inf.9, 12 anos)

Cavar e carregar é descrito por muitos dos participantes como uma das atividades mais pesadas do garimpo do ouro. Os instrumentos de trabalho são a pá e a picareta.

Depois deste levantamento, apresentamos de forma sistematizada os constituintes construídos no contexto do impacto social de trabalhar no garimpo (quadro 4.31).

Quadro 4.31: Apresentação sistematizada dos constituintes que emergiram no contexto do impacto social de trabalhar no garimpo

Contexto	Constituintes chave	
<p>Percepção no contexto do impacto social de trabalhar no garimpo</p>	<p>Suprir necessidades da criança</p>	<p>(☉) “É bom... porque é uma fonte de dinheiro para sobreviver” (Inf.17, 14 anos) (☉) “ Procurar dinheiro para roupa e para a matrícula de escola.” (Inf. 2, 12 anos)</p> <p>“ não estou a trabalhar, estou a procura de dinheiro para comprar sabão, roupa” (Inf.1, 18 anos) “ É bom vir aqui [...] não há nada” (Inf.4, 17 anos)</p> <p>“ eu tinha falta de dinheiro..., agora que tinha falta de dinheiro, eu falei primeiro vou deixar de estudar e procurar dinheiro para o próximo ano continuar a estudar” (Inf.8, 18 anos)</p> <p>“ parei de estudar porque dinheiro de matrícula, não tinha mamã” (Inf.15, 18 anos)</p> <p>(Se tem medo porque vem aqui? Está a procura de dinheiro” (Inf. 5, 12 anos</p> <p>“ Hiiii, compra só” (Inf. 15, 18 anos)</p> <p>“Não há nada” (Inf. 4, 17 anos) “é bom vir aqui[...]. não há nada” (Inf. 4, 17 anos) “sim é bom como estamos a aproveitar pouco, pouco, não é bom do que ficar em casa sem fazer nada. Toda a hora andar aí na rua, não é bom” (Inf. 8, 18 anos)</p>

Emprego alternativo	<p><i>“É bom vir trabalhar aqui na mina? É bom”</i> <i>“Porquê? Não há nada”</i>(Inf. 4, 17 anos)”</p> <p><i>“ todos trabalham aqui” [...] a minha mãe também costuma vir”</i>(Inf. 2, 9 anos)</p> <p><i>”as meninas vêm aqui também fazer apanha apanha”</i> (Inf. 2, 9 anos)</p> <p><i>“ teu pai não trabalha noutra sítio? Nada”</i> (Inf. 1, 18 anos)</p> <p><i>“ o meu pai trabalha também aqui na mina</i> (Inf. 11, 18 anos)</p> <p><i>“Na Shôa, serviço de ouro, no gol, também”</i> (Inf.7, 8 anos)</p> <p><i>“ Trabalha na Fenda... compra ouro</i> (Inf. 13, 17 anos)</p>
Consciência de lucro aparente	<p><i>“ estudar é melhor “</i> (Inf. 17, 14 anos)</p> <p><i>“[apenas] estou a lutar para conseguir 7000 meticais para ir fazer formação de enfermeiro</i> (Inf. 8, 18 anos)</p> <p><i>“ Ahhh!, não gosto, porque a escoa é muito boa até ultrapassar este job, porque amanhã vai-me ajudar”</i> (Inf. 3, 18 anos)</p>
Trabalho que interfere na escolaridade da criança	<p><i>“ Agora não estou a ir nada”</i> (Inf.9, 12 anos)</p> <p><i>“Andas na escola?”</i> <i>“Não”</i> (Inf.13, 17 anos)</p> <p><i>“Nunca faltas a escola?”</i> <i>“ Costuma faltar pouco”</i> (Inf.16, 15 anos)</p> <p><i>“Eu tinha falta de dinheiro, sim eu estive a bater a nona”</i>(Inf. 8, 18 anos)</p> <p><i>“para conseguir [pelo menos] 7000 meticais para ir fazer formação de enfermeiro”</i> (Inf.8, 18</p>

	<p>anos)</p> <p><i>“Assim o que tu pensas ser quando adulto?”</i></p> <p><i>“ eu gostaria de ficar médico ”</i></p> <p><i>“Tu estás a ver que podes ser médico com o dinheiro que consegues aqui?”</i></p> <p><i>“ Ahhhhh, nada.”</i></p>
Trabalhar em tenra idade socialmente aceite	<p><i>“ estou a procura de dinheiro, conversei com o meu pai”</i> (Inf. 8, 18 anos)</p> <p><i>“ vou sozinho”</i> (Inf. 17, 14 anos)</p> <p><i>“ Não dói nada nos braços? Não”</i> (Inf. 17, 14 anos)</p>
Conformismo perante a situação	<p><i>“é bom[...] porque não há nada”</i> (Inf.4, 17 anos)</p> <p>(☹) <i>“ Sim é bom como estamos a aproveitar pouco, pouco, não é bom do que ficar em casa sem fazer nada. Toda a hora andar aí na rua, não é bom”</i> (Inf.8, 18 anos)</p> <p><i>“Quando tu carregas não dói nada?”</i></p> <p><i>“ Não dói, já está habituado”</i> (Inf.9, 12anos)</p> <p><i>“Eu tinha falta de dinheiro[...] estou a conseguir pouco pouco.”</i> (Inf. 8, 18 anos)</p> <p><i>“ a mamã não tinha dinheiro de matrícula.”</i> (Inf. 15, 18 anos)</p> <p>(☹) <i>“não é [mas]está a procura de dinheiro”</i> (Inf.5, 12 anos)</p>

Trabalho duro	<p>(☹) “<i>Não, sim, está a custar muito... custa cavar</i>”</p> <p>“<i>como este trabalho é forte muitos amigos não vão conseguir trabalhar</i>” (Inf.8, 18 anos)</p> <p>“<i>tem de comer bem para conseguir este trabalho.</i>” (Inf.8, 18 anos)</p> <p>(☹) “<i>custa carregamento</i>” (Inf.16, 15 anos)</p> <p>“<i>O ouro é difícil, precisa cavar, e precisa de água</i>” (Inf. 8, 18 anos)</p> <p>“<i>Ah! É mesma coisa</i>” (Inf.8, 18 anos)</p>
Crianças sem direitos	<p>“<i>Hii!, eu não conheço.</i>” (Inf.15, 18)</p> <p>“<i>entregou mamã e comprou roupa</i>” (Inf.6, 15 anos)</p> <p>“<i>não tem, não comprou nada.... entregou todo a mamã</i>” (Inf.7, 18 anos)</p>
Imperativos de vida decorrentes de fatores adversos	<p>“<i>O que fazes com o dinheiro?</i>”</p> <p>“<i>compro milho e sal</i>” (Inf.17, 14 anos)</p> <p>“<i>Quem compra as outras coisas?</i>”</p> <p>“<i>sou eu</i>” (Inf.17, 14 anos)</p>
Sentimento de exploração	<p>(☹)“<i>é uma obrigação</i>” (Inf.2, 9 anos)</p> <p>“<i>aqui era nossa machamba. Era machamba do meu pai</i>”</p>
Sentimento de humilhação	<p>(☹) “<i>é insultado porque não completa a meta</i>” (Inf.2, 9 anos)</p> <p>“<i>Até às 16-17 horas, depende de cada um, se já e- hoje, a que horas chegou?</i>”</p> <p>“<i>hoje, a que horas chegou?</i>”</p> <p>“<i>às 9 horas</i>” (Inf.6, 15 anos)</p> <p>“<i>A que horas vai terminar o trabalho?</i>”</p>

	(☉) “ Vou sair amanhã, vou dormir lá nas bancas” (Inf.6, 15 anos)
Perigos eminentes	<p>“ buracos de 3, 8 até 20 metros [de profundidade]” (Inf.1, 18 anos)</p> <p>“ no ano passado fiz acidente aqui na mina e parti o pé...” (Inf.8, 18 anos).</p> <p>“Meu cunhado morreu aqui na mina mesmo. Estava dentro da cova, depois “arreiou” e ele morreu logo ai. Foi socorrido, mas já tinha morrido.” (Inf.8, 18 anos)</p>
Sentimento de incerteza	<p>“O que significa trabalhar naquelas covas? Quando saís de casa o que dizes mesmo?</p> <p>“ estou a ir trabalhar na mina, só” 8 (18)</p> <p>“Tenho visto pessoas com muito dinheiro mas isso depende de sorte” (Inf. 17, 14 anos)</p>
Ingenuidade	<p>“Mas o dinheiro é muito ou só dá para comprar roupa?</p> <p>“ É muito” (Inf.2, 9 anos)</p> <p>“Quanto dinheiro fizeste ontem?</p> <p>“ ontem consegui 100 meticais” (Inf.2, 9 anos)</p> <p>“E hoje?</p> <p>“Hoje já consegui 50 meticais” (Inf.9, 12 anos)</p>
Saúde das crianças	<p>“Mas quando carregas não dói nada?</p> <p>“ dói a coluna ” (Inf.16, 15 anos)</p> <p>(☉) “tem dores nas pernas” (Inf.2, 9anos)</p>
O dever trabalhar internalizado	<p>“E nunca foi ao hospital?</p> <p>“ não ” (Inf.16, 15 anos)</p> <p>“Que tipo de trabalho fazes?</p> <p>“ cavar ” (Inf.17, 14 anos)</p>

“Tens muita força nos braços?”

“sim” (Inf.17, 14 anos)

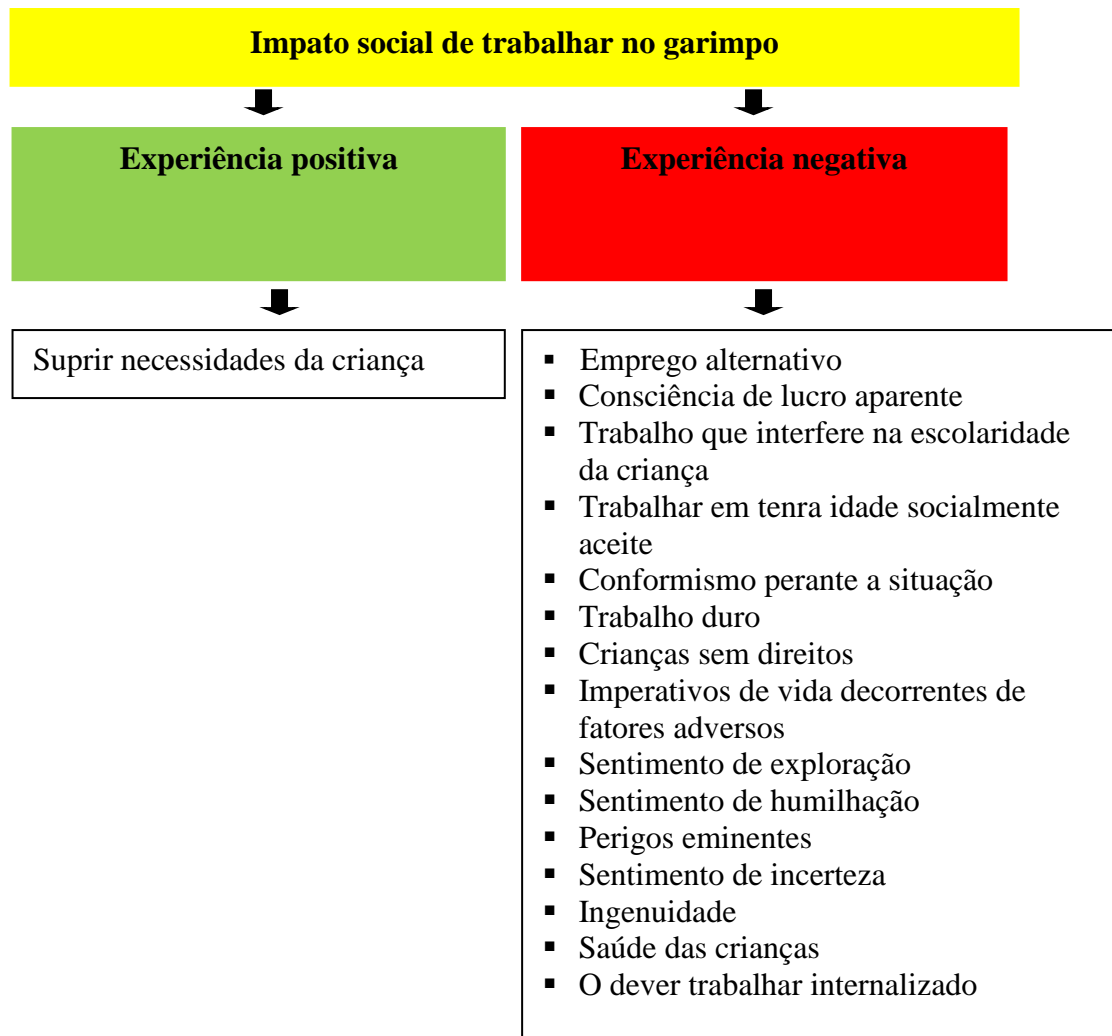
“Não doem os braços?” - “Não” (Inf.17, 14 anos)

“quando tu carregas não dói nada?”

“ não dói... já está habituado” (Inf.9, 12 anos)

Terminamos a análise da experiência no contexto social com a apresentação de uma representação esquemática dos constituintes sobre a percepção do impacto social de trabalhar no garimpo.

Figura 4.69: Estrutura da experiência no contexto do impacto social de trabalhar no garimpo



O que está plasmado na representação esquemática é inquestionável. As crianças percebem mais aspetos negativos do que positivos não obstante reconhecerem as possibilidades que o garimpo dá de suprir as necessidades básicas delas próprias e de suas famílias.

Como antes referimos, para além dos aspetos sociais, foi nosso objetivo analisar também as percepções da nossa amostra sobre o impacto económico proveniente do trabalho de garimpo e seguimos os passos recomendados pelo modelo metodológico escolhido. Começamos por ler o protocolo e identificamos o senso geral de tudo o que foi colocado reveladora da estrutura do fenómeno (quadro 4.32).

Quadro 4.32: Senso geral do todo no contexto relativo ao impacto económico de trabalhar no garimpo

Estrutura: Impacto económico

O impacto económico de trabalhar no garimpo é percebido como instrumento que abre uma janela para diversas possibilidades, como: **Melhorias na habitação**, algumas crianças reconhecem que os seus progenitores melhoraram as condições de habitação com o dinheiro conseguido no garimpo. De uma casa precária passaram a ter uma habitação mais duradoira, feita de blocos e coberta de zinco.

Incremento de emprego o garimpo é visto pelas crianças como alternativa para o trabalho, de onde podem obter algum dinheiro para ajudar nas despesas caseiras e mesmo para subsidiar as suas necessidades como pagar as despesas escolares, desde a matrícula ao material escolar.

Evolução do poder de compra, as crianças reportam o nascimento da possibilidade de adquirir roupa, ainda que de segunda mão, vulgo “calamidade”, de aquisição de dinheiro para comprar o seu lanche escolar. Algumas crianças reportaram o facto de algumas mulheres obterem dinheiro para comprar leite para os seus bebés e mesmo a compra de produtos de primeira necessidade como peixe seco, papinha para os filhos, milho, sal.

Crescimento de pequenos investimentos tendo sido reportada a oportunidade de nascimento de mercados locais constituídos de bancas, ao aparecimento de transportes de pessoal que transporta as pessoas para as zonas de garimpo. Relativamente ao transporte de pessoal, as crianças se referiram a possibilidade de se deslocarem para os campos de garimpo usando os transportes conhecidos por “chapas”.

Os nossos interlocutores têm a percepção do valor económico dos minerais que comercializam mas ao mesmo tempo sentem a fraca capacidade de negociação do preço do produto mineiro com os compradores de várias latitudes (congoleses, nigerianos, zimbabwianos). Este posicionamento leva a que nunca se saia da dependência, nunca se evoluía no nível de vida e em caso de esgotamento de uma mina, apenas retornar ao trabalho da agricultura.

Da análise dos discursos das crianças relativos ao impacto económico da participação no garimpo, emergiram diferentes constituintes chave relativos à sua experiência que descrevemos já de seguida.

A perceção das crianças relativa ao contexto económico encontra-se intrinsecamente ligada a um dos constituintes do contexto social que faz do garimpo algo de positivo, o fato de satisfazer as necessidades básicas das crianças e de suas famílias. Esta é a razão que justifica que o garimpo seja visto como uma possibilidade para uma vida melhor.

i) Triunfo da esperança sobre o medo

A esperança por uma vida melhor está presente na vida das crianças participantes no garimpo. Porque o garimpo envolve perigos, nestas crianças, a esperança suplanta o medo. Este sentimento emerge do diálogo que a seguir apresentamos:

“ Não é bom trabalhar aqui na mina, se tem medo porque vem trabalhar?

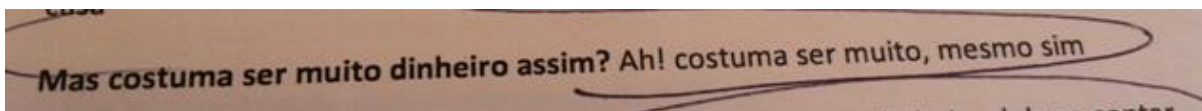
(☉) *“ta procurar dinheiro”* (If.5, 12 anos)

ii) Atividade económica aliciante

O garimpo é percebido pelas crianças como uma atividade de impacto económico positivo. Tal afirmação é de vezes que afirmam com um tom convincente que com o garimpo:

“ganha-se sim muito dinheiro” (Inf.18, 12 anos)

Como afirmou a nossa (Inf. 18, 12 anos)



Assim como outras crianças confidenciaram que:

“ontem consegui 100” (Inf.9, 12 anos)

“ sim estou a conseguir pouco, pouco “ (Inf.8, 18 anos)

“Quanto assim?

“Às vezes fazem 500[...] às vezes 2000 meticais por dia” (Inf. 18, 12 anos)

“Já consegui 400 mts”(Inf.5, 12 anos)

“vou levar trezentos[...]vou comprar roupa[...] e o que sobrar vou comprar adubo para a machamba da mamã.” (Inf.6, 15 anos)

Esta forma de perceber os ganhos conseguidos com a atividade de garimpo está diretamente relacionada com a ingenuidade dos nossos informantes, concessão já descrita na análise do contexto sobre o impacto social. As crianças não têm a dimensão económica dos recursos que elas exploram.

O tom de voz com que as crianças revelaram as quantidades de dinheiro conseguido no garimpo denotava uma nesga de obsessão pelo dinheiro característico da sociedade onde elas vivem e crescem. Recordamos que Moiane, jornalista entrevistado neste estudo, sublinhou este fato. A par da ingenuidade cresce a obsessão pelo dinheiro.

O garimpo é mesmo uma atividade aliciante, até a professora de uma das escolas pede aos alunos que a informem sobre possíveis minas porque ela também quer fazer mineração. Esta é a declaração de um dos alunos quando entrevistado na sua escola.

(☺) “a professora pediu se conhece alguma mina porque ela também quer fazer mineração” (Inf.17, 14 anos)

Se até a professora se manifesta interessada em praticar o garimpo, isto significa que até estes praticam esta atividade e não será esta uma das causas de ausências sistemáticas na sala de aulas dos professores. Até agora apenas se fala de absentismo dos alunos. Nada obsta que o absentismo dos professores não seja uma das causas da baixa qualidade de ensino prevalente na região.

iii) Atividade necessária para as famílias

O garimpo é visto como uma atividade que ajuda a resolver problemas económicos importantes e que beneficia toda a família. Por exemplo, melhorar as condições de habitação. É prova deste facto a resposta com um “ya” bem sonante de um dos informantes.

Com o dinheiro que o papá arranhou aqui fez muita coisa? Ya, fez duas casas, pôs chapas, só falta rebocar.

Então ganhou muito dinheiro? Ya, ganhou um pouco só.

(Inf.3, 18 anos)

Mas como se pode perceber a partir da expressão “ya, ganhou pouco só”, a preponderância do garimpo é relativa porque foi tão pouco que nem deu para dar por terminada a obra, faltando rebocar. Acreditamos pela experiência que as casas em referência são cómodos precários para albergar ou os pais ou qualquer um dos filhos, não se tratando de casas convencionais constituídos de vários cómodos que representem um investimento considerável. Para as comunidades são melhoradas uma vez que são construídas de material duradouro, bloco e cobertos de zinco.

Relevante aqui reconhecer sim que com o garimpo se operam mudanças, mas estas não são substanciais porque o dinheiro que se ganha, para além do investimento acima, as crianças declaram que:

“Vou levar trezentos[...] vou comprar roupa[...] e o que sobrar vou comprar adubo para a machamba da mamã” (Inf.6, 15 anos)

“ e comprar roupa para usar” (Inf. 5, 12 anos)

“ comprar bolos (Inf. 7, 8 anos)

Como pudemos perceber, o dinheiro serve para cobrir as necessidades imediatas como comprar roupa adquirida em segunda mão, a denominada “calamidades” por ser mais barata, comprar bolos, evidentemente alimento necessário para esta idade infelizmente ausentes na vida das crianças das nossas sociedades pobres, para além de, como ouvimos dizer:

“costumam vender, vender e levar o dinheiro para ir fazer despesas lá em casa” (Inf. 18, 12 anos)

“eu costumo ouvir algumas mulheres a dizer que quero comprar peixe seco, papinha para os filhos” (Inf. 18, 12 anos)

A confiança relativa a quanto ganham na sua atividade, se por lado confirma o grau de ingenuidade, por outro deixa, mais uma vez, a descoberto os níveis de exiguidade das receitas das famílias moçambicanas de tal sorte que 2000 meticais ou mesmo 500 representam muito nas receitas das famílias. As nossas crianças denotam não terem nenhuma percepção sobre a dimensão económica que os recursos representam.

iv) Crescimento do poder de compra

O garimpo é percebido como um contributo para o crescimento do poder de compra e de alguma forma com capacidade de empoderar as mulheres.

“ O que as mulheres fazem com o dinheiro?

“costumam vender, vender e levar o dinheiro para ir fazer despesas lá em casa” (Inf.18, 12 anos)

“eu costumo ouvir algumas mulheres a dizer que quero comprar peixe seco, papinha para os filhos” (Inf.18, 12 anos)

É irrefutável, operam-se mudanças no poder de compra das comunidades. É prova disto o fato de crianças poderem satisfazer suas necessidades básicas como ficou dito anteriormente. Na opinião de Hanlon e Smart (2008) apesar deste movimento, nas áreas rurais a vida continua estagnada. As mudanças não podem ser sinónimo de desenvolvimento e nem sinónimo de acessão para uma qualidade de vida, na ótica dos ODSs ora em processo onde se almeja que todas as pessoas tenham acesso às necessidades básicas, de entre elas, água, saúde, educação, alimentação adequada e de qualidade, habitação, lazer, formação ao longo da vida. Trata-se da satisfação das necessidades imediatas, sem perspectivas de um amanhã seguro e sustentável.

Sachs (2006) ao discutir as questões sobre pobreza absoluta considera que em situações de pobreza como a situação das comunidades de onde as crianças nossas informantes são oriundas, completamente destituídas, não têm a possibilidade de poupar e por conseguinte incapazes de sair da pobreza por elas próprias. Este pensamento ajuda-nos a captar o sentido contido na resposta à pergunta o que pensam que irão fazer quando esta mina acabar:

“ Ah!, abrir machamba só”

O “só” na declaração acima faz emergir a ideia de impossibilidade de escolha senão a obrigatoriedade de retornar à condição anterior, fazer machamba, ou submeter-se a ir procurar outro emprego. Pelo tipo de exemplos de emprego referido (carpintaria, guarda) percebe-se não se tratar de algo que garanta um modo de vida modesto e sustentável.

Evidente que se tivessem a oportunidade de poupar algum dinheiro, organizariam outro tipo de atividade e não colocariam a hipótese de voltar a fazer apenas o que antes faziam. É evidente que depois de “ tanta bonança”, continuarão pobres, razão porque não haverá outra opção senão voltar a fazer agricultura, em resultado de que não houve, no tempo da “bonança” “uma margem de rendimento acima das necessidades de sobrevivência que possa ser investida para o futuro” (Sachs, 2006:105). Se existisse esta margem de rendimento, o nosso (Inf.8, 18 anos) não teria razão para estar “a lutar para conseguir 7 000 meticais para ir fazer formação de enfermeiro”. Seguramente os seus pais teriam conseguido juntar capital suficiente para proporcionar a formação dos seus filhos.

“Soluções imediatas”, “fortuna ilusória” foi mesmo como Mário, descreveu os ganhos conseguidos do garimpo.

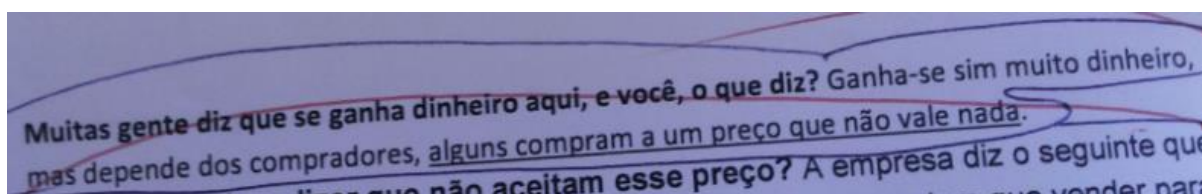
É neste tipo de situações em que o Estado é chamado a intervir em auxílio aos mais necessitados através de interações de políticas de proteção social (programas de transferência de renda, programas de proteção à saúde, assistência e previdência social) educação, políticas de trabalho e emprego.

Prosseguindo com a análise, as declarações das crianças sugerem que a sua consciência não está imbuída de ilusões quanto aos aspetos positivos do impacto económico proporcionados pelo garimpo e, como afirmaram anteriormente percebem que “estudar é melhor” (Inf. 17, 14 anos), “a escola é muito boa também ultrapassar este job, porque amanhã vai-me ajudar” (Inf. 3, 18 anos).

v) *Sujeição perante os compradores do produto*

É incontornável o sentimento do reconhecimento do impacto positivo de trabalhar no garimpo, todavia, as nossas crianças não escondem a verdadeira face negativa desta atividade. Sentem na pele a exploração a que estão sujeitas.

A profundidade do seu entendimento sobre a realidade vai a fundo e sentem na pele o aparente carácter positivo do garimpo razão porque percebem a sujeição a que estão votadas perante os compradores do produto do garimpo. Uma exploração desenfreada, razão porque denunciam dizendo:



(Inf.8, 18 anos)

“a empresa diz o seguinte que vocês não podem negar [o preço] como essa mina é nossa vocês sempre, sempre têm que vender para nós sempre” (Inf. 8, 18 anos)

“não é bom porque os compradores devem comprar com um preço bom também, agora há compradores que só querem roubar só e não estão a comprar com bom preço, tudo depende de sorte” (Inf. 8, 18 anos)

O posicionamento da empresa perante a obrigatoriedade de vender os achados do garimpo à empresa, leva-nos a retomar a questão da arrogância de quem tem o poder, o dinheiro. O (Inf. 8, 18 anos) revelou-nos que a machamba do pai virou mina e em nenhum momento ele aparece como parceiro do negócio. Isto significa que o preço para ele também nunca é bonificado. Ele é também explorado na sua própria terra.

O nosso interlocutor mostra mesmo a sua clarividência sobre o fato e acrescenta:

“Não é bom porque os compradores devem comprar com um preço bom também, agora há compradores que só querem roubar só e não estão a comprar com bom preço, tudo depende de sorte”. (Inf.8, 18 anos)

O caráter exploratório desta atividade remonta os tempos da colonização, vai ao ponto de colocar os verdadeiros donos do espaço do garimpo, anteriormente machambas como estrangeiros no seu próprio espaço, e escravizados na sua própria terra.

A sujeição do preço do produto anula os aspetos positivos identificados pelas crianças no âmbito económico.

Percebamos a partir do quadro 4.33 a razão do lamento das nossas crianças apreciando como o negócio de ouro entre os produtores (as crianças) e os compradores é desequilibrado. O quadro apresentado retrata o ponto de situação do negócio de ouro em três regiões do país na região de Gorongosa e ao mesmo tempo esclarece a profundidade de exploração que sofrem os produtores, e no caso do nosso estudo, crianças. A nossa pobreza de conhecimentos não nos deixa perceber o quanto empobrecemos enquanto outros enriquecem sobremaneira. O nosso empobrecimento é multidimensional. É a geração de hoje que empobrece e são também as gerações vindouras empobrecidas. Vejamos:

Quadro 4.33: Dados comparativos de rendimentos da venda de ouro entre nacionais e estrangeiros

	Tsetsera	Bandire	Munhena
Dimensão física, área ou propriedade	1hax15m	7hax4m	6hax35m
Efetivo (pessoa)	250	300	3000
Rendimento médio (meticais/pessoa/mês)	720-3000	750-4500	1200-4000
Produção de ouro em 2006 (kg)	2,9 ⁺	6,1 ⁺	50*
Valor no mercado nacional (meticais ano)	1.015.000	2.135.000	17.500,00
Valor no mercado internacional (usd/ano)	62.250	137.250	1.125.000

+ produção registada

*produção estimada

Fonte: Dondeyne et al., 2007b

Torna-se aqui importante ressaltar como CMMAD (1991:58) defende que seja o objetivo central da produtividade, “A satisfação das necessidades e aspirações humanas”. Se assim é, torna-se justo que a Geoide Consultoria Limitada (2010), Consul, Mandevane e Tankar (2012) defendam que o garimpo seja um problema cuja solução não pode ser meramente administrativa pois toca na economia de famílias que têm esta atividade como recurso único para atender às suas necessidades básicas (Carlos Mualia Mutar *apud* Machirica, 2014), mas sim um problema com soluções estruturais que só ao Governo cabe encontrar as soluções.

vi) *Consciência do aparente impacto económico positivo*

A atitude dos compradores de injustiça total remete as comunidades a uma situação de apenas obterem dinheiro para a aquisição de produtos básicos (comida, roupa, melhoria das habitações,) e nunca o suficiente para investimentos que levem a construção de pelo menos pequenos empreendimentos que possibilitem uma mudança de nível do estilo de vida. Esta

constatação vem expressa à resposta a questão que se segue dada com um sentimento de conformismo:

“Agora vocês já pensaram o que vão fazer quando acabar esta mina?”

“ Ah! abrir machamba só” (Inf.11, 18 anos)

“vão procurar outro serviço lá na vila” (Inf.19, 12 anos)

Ninguém reporta a possibilidade de ir gerir qualquer empreendimento produto dos rendimentos do garimpo.

Terminamos a análise dos discursos das crianças relativo ao contexto sobre a percepção das crianças sobre o impacto económico de trabalhar no garimpo, apresentando um quadro que sistematiza os correspondentes constituintes.

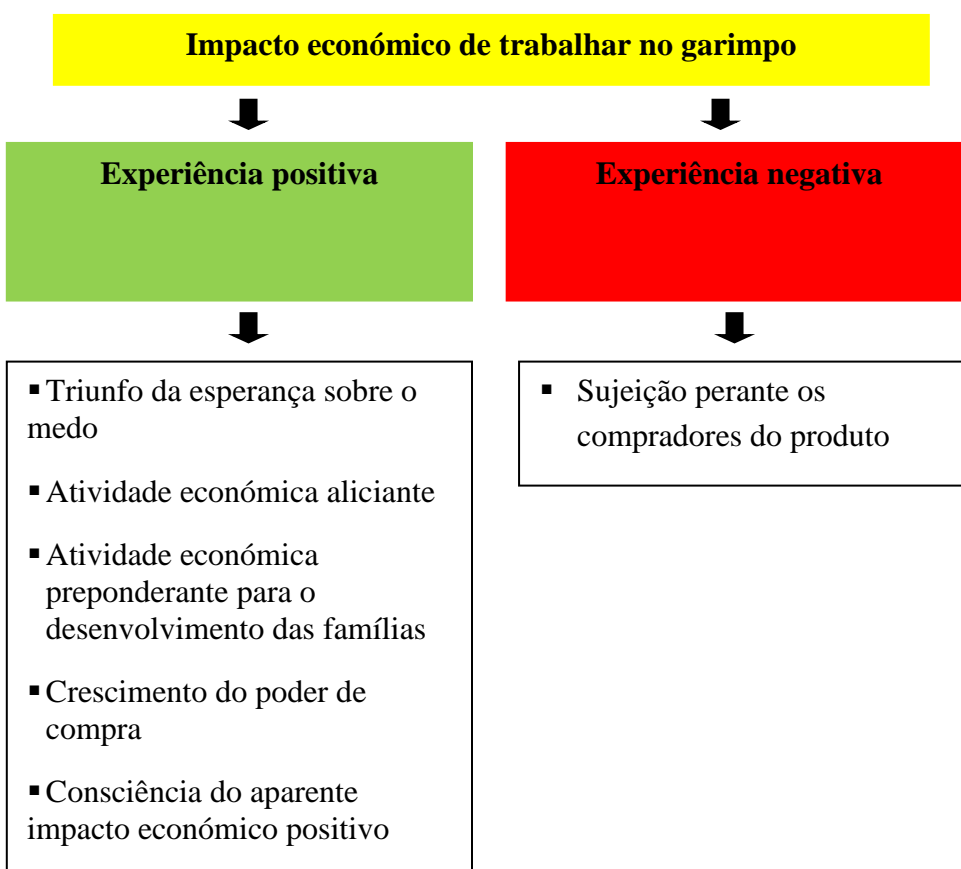
Quadro 4. 34: Apresentação sistematizada dos constituintes que emergiram no contexto do impacto económico de trabalhar no garimpo

Contexto	Constituintes Chaves	
<p>Perceção das crianças no contexto do impacto económico de trabalhar no garimpo</p>	<p>Triunfo da esperança sobre o medo</p>	<p><i>“ não é bom trabalhar aqui na mina, se tem medo porque vem trabalhar?”</i> (☉) <i>“ta procurar dinheiro”</i> (Inf.5, 12 anos)</p>
	<p>Atividade económica aliciante</p>	<p><i>“ganha-se sim muito dinheiro”</i> (Inf.18, 12 anos) <i>“Ah! Costuma ser muito dinheiro mesmo”</i> (Inf. 18, 12 anos) <i>“ontem consegui 100 meticais”</i> (Inf.9, 12 anos) <i>“ sim estou a conseguir pouco, pouco “</i> <i>“Às vezes fazem 500[...] às vezes 2000 meticais por dia”</i> (Inf. 18, 12 anos) <i>“vou levar trezentos[...]vou comprar roupa[...] e o que sobrar vou comprar adubo para a machamba da mamã.”</i> (Inf.6 15 anos) (☉) <i>“a professora pediu se conhece alguma mina porque ela também quer fazer mineração”</i> (Inf.17, 14 anos)</p>
	<p>Atividade económica preponderante para o</p>	<p><i>“ Ya fez duas casas, pôs chapas, só falta rebocar”</i> (Inf.3, 18 anos) <i>“ vou levar trezentos...vou comprar roupa[...] e o que sobrar vou comprar adubo para a</i></p>

desenvolvimento das famílias	<p><i>machamba da mamã.</i>” (Inf.6, 15 anos)</p> <p>“ <i>e comprou roupa para usar</i>” (Inf.5, 12 anos)</p> <p>“ <i>comprar bolos</i>” (Inf.7, 8 anos).</p>
Crescimento do poder de compra	<p>“<i>costumam vender, vender e levar o dinheiro para ir fazer despesas lá em casa</i>” (Inf.18, 12 anos)</p> <p>“<i>eu costumo ouvir algumas mulheres a dizer que quero comprar peixe seco, papinha para os filhos</i>” (Inf.18, 12 anos)</p>
Sujeição perante os compradores do produto	<p>“<i>ganha-se sim muito dinheiro, mas depende dos compradores, alguns compram a um preço que não vale nada.</i>” (Inf.8, 18 anos)</p> <p>“<i>a empresa diz o seguinte que vocês não podem negar [o preço] como essa mina é nossa vocês sempre, sempre têm que vender para nós sempre</i>” (Inf.8, 18anos)</p> <p>“<i>não é bom porque os compradores devem comprar com um preço bom também, agora há compradores que só querem roubar só e não estão a comprar com bom preço, tudo depende de sorte</i>” (Inf.8, 18 anos)</p>
Consciência do aparente impacto económico positivo	<p>“ <i>Ah! abrir machamba só</i>” (Inf.11, 18 anos)</p> <p>“ <i>vão procurar outro serviço lá na vila</i>” (Inf.19, 12 anos)</p>

De seguida, apresentamos a representação esquemática relativa à perceção das crianças no contexto do impacto económico de trabalhar no garimpo.

Figura 4.70: Estrutura da experiência no contexto do impacto económico de trabalhar no garimpo



A síntese apresentada demonstra que as crianças, apesar de terem uma perceção positiva sobre o impacto económico, percecionam um aspeto central negativo que obstaculiza o seu empoderamento económico a partir da atividade do garimpo, a sujeição a que estão expostas ao preço nas transações dos seus produtos.

Passamos agora à análise da percepção das crianças da experiência sobre o impacto ambiental de trabalhar no garimpo.

Quadro 4.35: Senso Geral do todo no contexto do impacto ambiental de trabalhar no garimpo

Estrutura sobre o impacto ambiental do garimpo

As crianças têm consciência de que não se usa mercúrio na mineração do ouro

Falta de percepção de que o uso de terra assim feito afeta negativamente a agricultura (provoca a perda de extensas áreas propícias para a agricultura), as florestas e as alterações hidrológicas da região.

Falta de percepção de que o garimpo provoca a alteração paisagística da região, desvio de cursos naturais dos rios, alteração da qualidade de água, assoreamento de rios de entre outros malefícios prejudiciais ao meio ambiente em geral e aos seres vivos, incluindo o próprio Homem.

Algumas das crianças reportaram a existência de rios com água suja, o que leva a que se tenha de abrir poços ao lado dos rios para a obtenção de água limpa para beber.

Outras reportam a existência de poços com água suja, no sentido de poluídos, razão porque vendem água para os garimpeiros.

Existe uma ideia comum de que os minerais são muitos e nunca acabam, por isso, mesmo há sempre grupos, principalmente de mulheres, varrendo e lavando os materiais para se conseguir ainda algum mineral.

Da experiência das crianças entrevistadas a percepção relativa ao contexto das questões ambientais emergiram diversos aspetos.

i) Consciência de uso indevido da terra

Do conteúdo das entrevistas emerge que haja quem tenha consciência sobre uso indevido da terra. Aquilo que era antes local de produção de comida, transformou-se em campo de garimpo. Quem revela essa consciência é o nosso (Inf. 1, 18 anos) quando diz:

“aqui era nossa machamba. Era machamba do meu pai”

“como eles falaram que iam comprar essa área, meu pai abandonou”

Na verdade, o tom de voz desta criança parece de total indiferença, mas as entrelinhas deixam transparecer a incapacidade do seu pai de manter a sua machamba perante o ímpeto do garimpo.

O pai desta criança foi forçado a abandonar e tornou-se dependente. Faz parte dos que têm de se sujeitar ao preço do comprador. De quem tinha espaço para produzir para a família, passou a ser alguém que só tendo dinheiro pode sobreviver.

Para evitar este tipo de situações, consideramos adequado o conselho de Nacuo (2013) da Associação Progresso, membro da sociedade civil nacional, cujo contributo consta deste estudo quando defende que por via de política o fomento da agricultura deveria fazer parte da responsabilidade social das empresas mineiras. A par da manutenção da capacidade de produção de alimentos para garantir a segurança alimentar, as comunidades fariam o garimpo para aumentar os rendimentos familiares.

ii) Poluição da água

Do jeito como se faz o garimpo polui a água dos rios prejudicando até o próprio homem que não tem água potável até para beber. O nosso Inf. 9 de apenas 12 anos refere o facto:

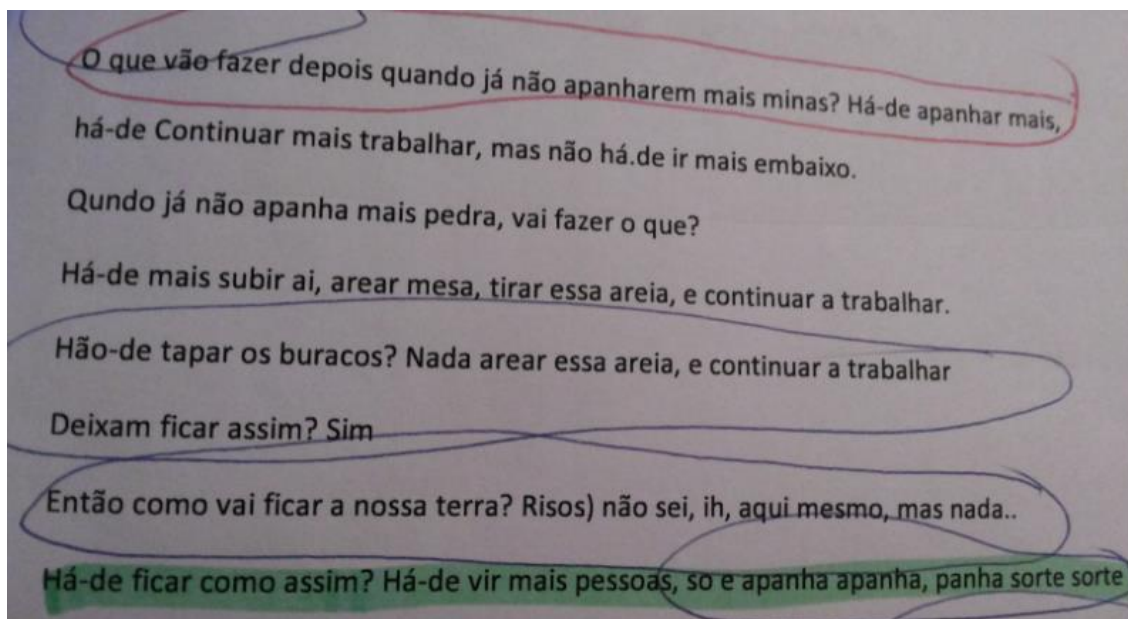
“ abre poço ao lado do rio para ter água para beber”

Por aquilo que as fotografias nos deram a conhecer sobre a situação dos rios, usados como locais para a lavagem do ouro, ficou claro que naqueles locais, nem pessoas, nem animais, mesmo a agricultura tem água adequada. Esta é a razão que leva crianças a desenvolver o negócio de venda de água para os garimpeiros, havendo por perto condições para acesso a água potável.

O mesmo interlocutor sabe que na sua região não se usa mercúrio para a mineração do ouro.

iii) Ausência de educação para a ética de preservar o meio ambiente

O garimpo afeta o ambiente, ferindo-o e violando os direitos mais elementares que concorrem para a sua conservação. Não há, na atividade de garimpo, a preocupação em transmitir valores conservacionistas. Pode-se perceber esta falta no discurso de um dos intervenientes a trabalhar no garimpo de turmalinas.



(Inf. 1, 18 anos)

A mesma ausência pode ser deduzida a partir de outras informações, como a do Inf. 3, 18 anos, no diálogo que se segue:

*“Quando acabarem de fazer o garimpo hão-de fechar aqueles buracos?”
“não sei eu também”*

“O que vês aqui na zona, costumam tapar as minas”

““não costumam esses”

“não, deixamos assim, para qualquer dia que nós quisermos cavar nós voltarmos sempre”

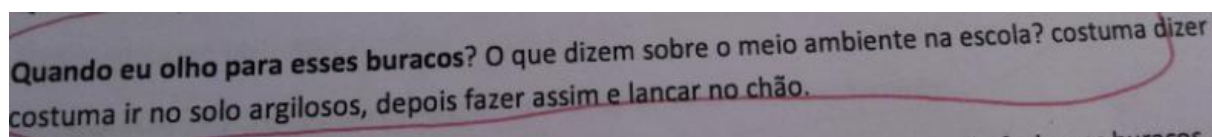
Na grande maioria das minas é difícil identificar o verdadeiro dono. Mas numa delas, a de turmalinas, foi possível saber que a mina pertence a uma empresa com guardas sempre presentes, homens sisudos, vestidos de casacões, o que faz conjecturar serem portadores de armas de fogo. Questionou-se sobre se os donos da mina já ensinaram como fazer o garimpo. A resposta foi curiosa e inesperada:

“sim ensinaram que quando encontrar pedras entregar tudo à empresa [...]e até vasculham nos nossos bolsos” (Inf.1, 18 anos)

E outro interlocutor revelou, num tom de voz que nega veementemente dizendo:

“Ah! naaaada, nada mesmo”(Inf.3, 18 anos)

Mas não só há falta de educação pela prática para a ética do respeito pelo meio ambiente, como a escola também não cumpre com o seu papel de educador, vejamos a resposta curiosa da nossa (Inf. 8, 12 anos), aluna da 7ª classe.

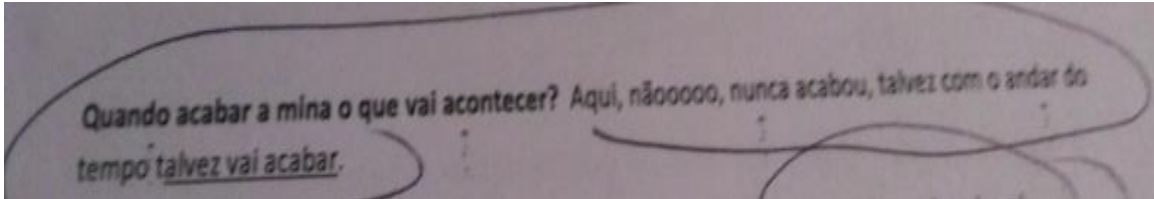


Quando eu olho para esses buracos? O que dizem sobre o meio ambiente na escola? costuma dizer costuma ir no solo argilosos, depois fazer assim e lancar no chão.

Apenas um participante tem a consciência plena de que o ouro um dia vai acabar.

(☉) *“sim conhece(sabe) que vai acabar” (Inf.16, 15 anos)*

Os restantes têm a convicção forte de que a natureza irá dar os recursos minerais sucessivamente sem cessar. Esta convicção é perceptível nas exclamações confiantes, de diferentes participantes, desde os mais jovens (12 anos) até os mais velhos já a caminho da maturidade (18 anos).



(Inf.11, 18 anos)

“ Heish! Acho que nunca acaba. Começou há muito tempo ” (Inf.18, 12 anos)

“ este ouro não acaba, é muito ” (Inf.5, 12 anos)

“ Nada, Ah! ah! é muito mesmo, Éeeee! ” (Inf.15, 18 anos)

A partir destes fatos retomamos a questão sobre a exequibilidade do ideal construído logo no pós-independência, de moçambicanização das escolas do país, no sentido de contextualizar o ensino. Esta verdade mostra que este ideal está esquecido. Sendo o país rico em recursos minerais, a preocupação do sistema de ensino seria adequar os conteúdos a esta temática que se mostra uma oportunidade para todos e em especial para as comunidades vivendo em zonas ricas de recursos minerais.

É evidente que o desconhecimento sobre os limites da natureza conduz à gestão desregrada dos recursos o que não se compadece com as exigências do DS que preconizam que as sociedades do presente satisfaçam as suas necessidades sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também terem essa possibilidade.

Neste caso vertente, a questão não reside no aproveitar os recursos que concorrem para a satisfação das necessidades das gerações atuais, mas efetivamente no não fazer a reposição das

terras, fechar os buracos, para que as terras se regenerem e possam no futuro próximo ou longínquo voltar a satisfazer as necessidades das gerações, voltando a ser propícias para a agricultura e para a pastorícia.

As nossas crianças vivem num mundo onde o lema assumido na Agenda 21 “agir localmente” em prol do desenvolvimento sustentável é uma miragem.

Torna-se relevante recordarmo-nos do que a Ecologia Profunda idealizada por Arne Naess aconselha, a respeito da necessidade de se fazer algo mais profundo com relação aos problemas ambientais (Vaz & Delfino, s.d.), desenvolver práticas institucionais que ensinem os valores para práticas amigas do ambiente, bem como a construção do comportamento das crianças para agirem como membros integrantes deste planeta.

O mais profundo exigido pela Ecologia Profunda pode ser visto de forma mais holístico. As nossas escolas devem ser construtoras dos homens e mulheres que queremos que sejam os moçambicanos. As nossas escolas devem não só ensinar a ler e a escrever, mas e acima de tudo, um sistema de valores que eduquem para a liberdade, a democracia, a solidariedade, a tolerância, o diálogo, à iniciativa ao trabalho, à abnegação (Ngoenha, 2014).

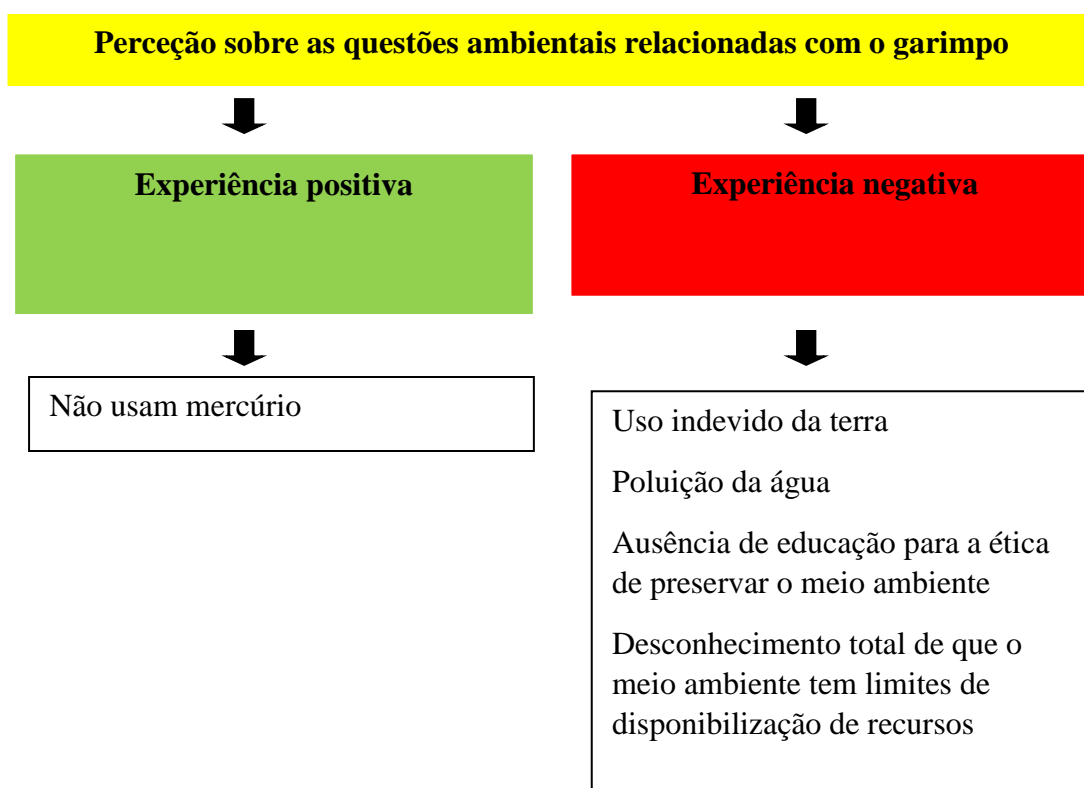
No quadro 4.37 que se segue sistematizamos a estrutura da experiência relativa à percepção das crianças no contexto do impacto ambiental de trabalhar no garimpo.

Quadro 4.36: Apresentação sintematizada dos constituintes que emergiram no contexto do impacto ambiental de trabalhar no garimpo

Contexto	Constituintes chaves	
Percepção das crianças no contexto das questões ambientais	Uso indevido da terra	<p><i>“ aqui era nossa machamba. Era machamba do meu pai ”</i>(Inf. 8, 18 anos)</p> <p><i>“ como eles falaram que iam comprar essa área, meu pai abandonou ”</i> (Inf. 8, 18 anos)</p>
	Poluição da água	<p><i>“abrem poços ao lado do rio para ter água para beber</i> (Inf. 9, 12 anos)</p>
	Ausência de educação para a ética de preservar o meio ambiente	<p><i>“não sei eu também ” ”</i>(Inf.3, 18 anos)</p> <p><i>“não costumam esses ” ”</i>(Inf.3, 18 anos)</p> <p><i>“não, deixamos assim, para qualquer dia que nós quisermos cavar nós voltarmos sempre ” ”</i>(Inf.3, 18 anos)</p> <p><i>“ Ah! naaaada, nada mesmo ”</i>(Inf.3, 18 anos)</p>
	Desconhecimento total de que o meio ambiente tem limites de disponibilização de recursos	<p><i>“Heish! Acho que nunca vai acabar. Desde há muito tempo ainda não acabou ”</i> (Inf.18, 12 anos)</p> <p><i>“Nada, Ah! ah! é muito mesmo, Éeeee!”</i> (Inf.15, 18 anos)</p> <p><i>“Aqui, nãooooo, nunca acabou, talvez com o andar do tempo talvez vai acabar.”</i> (Inf.11, 18 anos)</p> <p><i>“ este ouro não acaba, é muito ”</i> (Inf.5, 12 anos)</p> <p><i>“ aqui, nãooooo! Nunca acabou, talvez com o andar do tempo, talvez vai acabar ”</i> (Inf.3, 18 anos)</p>

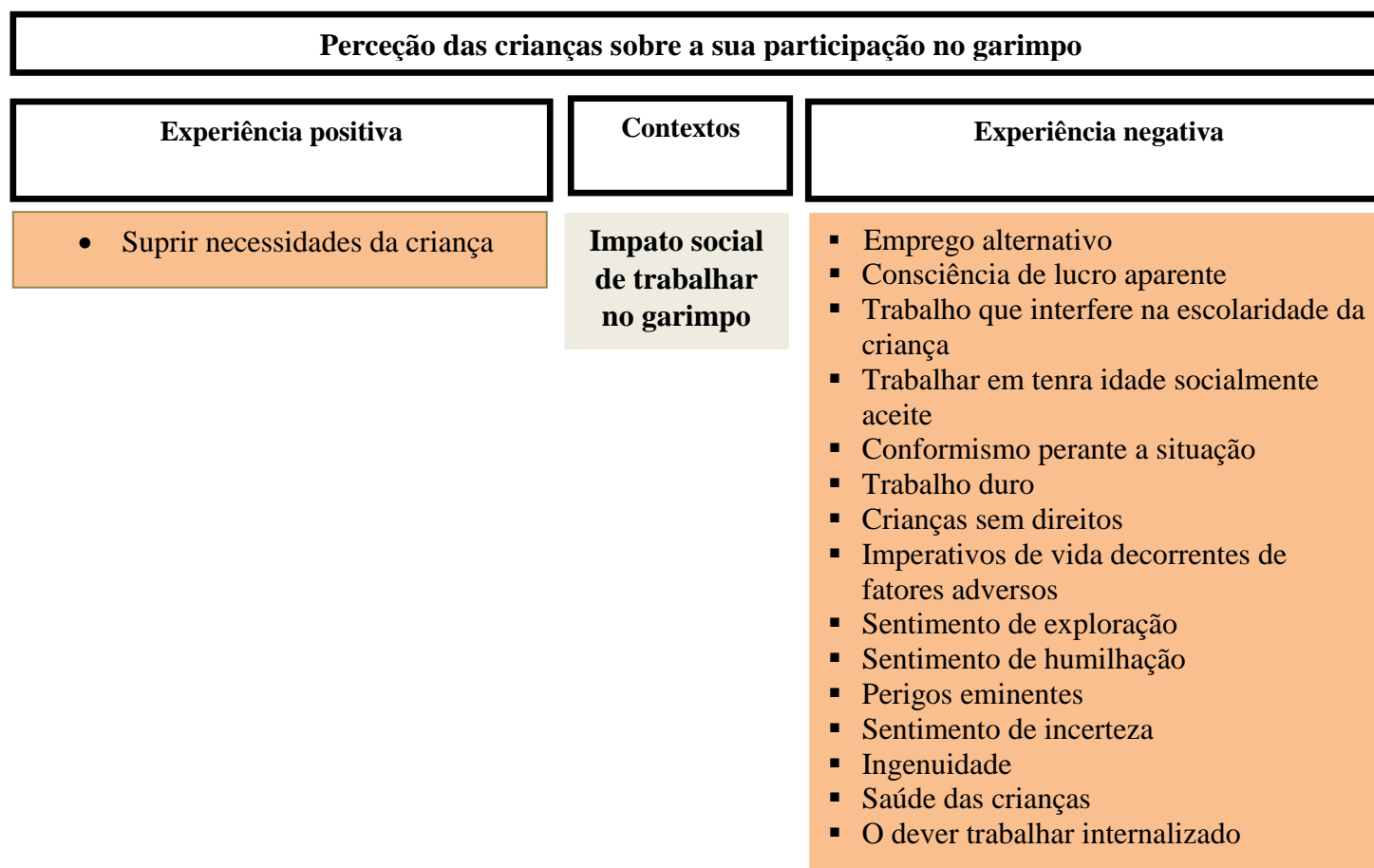
Na figura que se segue (4.71) representamos de forma esquemática a percepção das crianças da amostra relativamente ao impacto ambiental.

Figura 71: Estrutura da Experiência no contexto do impacto ambiental



Depois da análise dos discursos das crianças e apresentação dos resultados sob o ponto de vista fenomenológico, construímos a estrutura da experiência e apresentamo-la na figura 4.71

Figura 4.72: Esquema - Representação da estrutura essencial da percepção das crianças referente aos contextos económico, social, ambiental



Percepção das crianças sobre a sua participação no garimpo- cont.

Constituintes chave da estrutura essencial das experiências positivas

Contextos

Constituintes chave da estrutura essencial das experiências negativas

- Triunfo da esperança sobre o medo
- Atividade económica aliciante
- Atividade económica preponderante para o desenvolvimento das famílias
- Crescimento do poder de compra
- Consciência do aparente impacto económico positivo

Impacto económico

- Sujeição perante os compradores do produto

Não usam mercúrio

Impacto ambiental

- Uso indevido da terra
- Poluição da água
- Ausência de educação para a ética de preservar o meio ambiente
- Desconhecimento total de que o meio ambiente tem limites de disponibilização de recursos

O esquema da estrutura da experiência permite uma visão panorâmica perfeita daquilo que é a percepção das crianças nos âmbitos norteadores do presente estudo.

Apercepção das crianças é uma experiência essencialmente negativa. As crianças trabalham no garimpo por necessidade e os ganhos não satisfazem as suas necessidades e nem das suas famílias.

O garimpo tem repercussões nefastas para a vida das crianças que vão desde interferir na escolaridade e no descanso, prejudicar a saúde e o desenvolvimento físico e emocional, impedir o convívio social harmonioso.

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terminamos o nosso trabalho apresentando as considerações finais.

No presente capítulo estabelecemos uma ligação entre o que foram os questionamentos que apresentamos à partida e que constituíram o fio condutor da nossa investigação com os achados obtidos no decurso do trabalho de campo.

Como nos referimos na introdução, não tínhamos em vista testar variáveis. Ao longo da dinâmica do estudo, conseguimos gerar hipóteses que julgamos importantes, muitas das quais sugerem novos estudos com vista a alargar o conhecimento sobre um assunto da realidade nacional muito pouco conhecido.

A temática criança é uma questão de centralidade para a realidade moçambicana, país com uma estrutura etária da população muito jovem que representa 52% da população (UNICEF, 2014). Este fato constitui um desafio para a capacidade do Estado em satisfazer a demanda pelos serviços básicos de saúde, educação, e emprego (Arnaldo e Cau, 2013).

O trabalho infantil no país é um problema social, um daqueles males que afetam um contingente de crianças moçambicanas e portanto uma daquelas condicionantes que merecem atenção redobrada de quem de direito (Estado, Sociedade) sob pena de manchar o esforço de desenvolvimento sustentável em curso à escala local e planetária.

A nossa opção por abordar esta temática de fórum social, neste trabalho de investigação, surgiu do desejo de disponibilizar conhecimento sobre uma temática que urge ação concertada para a sua eliminação e nesta fase de conclusão da investigação eis-nos com o dever de apresentar as conclusões, destacar os contributos e ao mesmo tempo assinalar as limitações do nosso estudo.

No início o nosso estudo foi orientado por uma questão central, a percepção que as crianças têm relativamente à sua participação em atividade de garimpo ou com ele diretamente relacionadas, as quais são confinadas no tempo e no espaço. Guiados pela Sociologia Compreensiva de Max Weber cujos fundamentos teóricos direcionaram o nosso estudo, entendemos à partida que para uma correta compreensão da forma de pensar das crianças era necessário conhecer e perceber o contexto onde elas vivem e desenvolvem a respetiva atividade. Esta razão levou-nos a formular duas outras questões fundamentais. Uma relacionada com a visão da sociedade moçambicana sobre este problema e outra relacionada com a visão da esfera governativa face ao fenómeno.

Realçamos que os resultados do nosso estudo foram-se construindo ao longo do processo e não apareceram apenas e exclusivamente do resultado de análise dos dados.

Desde o início do projeto compreendemos que o tema em estudo é tratado de forma marginal, muitas vezes existe receio em abordá-lo apesar de se reconhecer a sua existência. Realizar este estudo foi uma ousadia, no meio de um ambiente de pouca literatura, à mistura com receios de não lograr sucesso. Este conjunto de circunstâncias constituíram as limitantes que tivemos que ultrapassar para lograr o sucesso do nosso projeto.

O cruzamento de informação em nosso poder levou-nos a diferentes considerações. Começamos por considerar que há uma contradição entre o que a Constituição da República (2004) estipula e a prática na realidade moçambicana. Vejamos:

O Art.º n.º 1 da CR estipula que o país é um estado democrático que defende a edificação de uma sociedade de justiça social e criação de bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos. No terreno, o agudizar dos níveis de pobreza agora é descrito como estando na fasquia de 60% a percentagem da população vivendo na pobreza (FDC, 2011), sendo a maior concentração nas zonas rurais, numa percentagem de 71.2% (República de Moçambique, 2010a; van den Boom, 2011), onde se concentra 80% da população que nas zonas urbanas 62% (AA.VV., 2001). É difícil falar de justiça social e bem-estar espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos num ambiente de pobreza e de desigualdade.

O bem-estar é ainda condicionado pelo impacto negativo do HIV, que afeta aproximadamente 1,4 milhões de pessoas que vive com HIV e várias outras pandemias que provocam muitas mortes e como consequência muitos órfãos.

O bem-estar é ainda condicionado por fatores adversos que vão desde a explosão demográfica referida no quadro 1.6, (Francisco, 2012), pelas taxas de crescimento muito baixas ou nulas na produtividade agrícola, crescimento económico sustentado apenas pelos mega projetos que pouco emprego dão (Masha & Ross, 2014), pelos efeitos nefastos dos desastres naturais prolongados, fraca capacidade de emprego decente.

O bem-estar é ainda condicionado por fatores exógenos que propiciam o aumento dos preços alimentares resultante do agravamento dos preços nos mercados internacionais (FDC, 2011).

Em referência à infância, a CR consagrou no seu Art.º n.º 121, ponto n.º1, que “Todas as crianças têm o direito à proteção da família, da sociedade e do estado, tendo em vista o seu desenvolvimento integral”. Neste artigo a lei fundamental consagra à família o papel de elemento fulcral para o bem-estar da criança. O conteúdo deste artigo contrasta com a realidade no terreno quando para além dos níveis altos de pobreza, os agregados familiares chefiados por mulheres apresentam fasquias mais altas de pobreza do que as chefiados por homens (República de Moçambique, 2010a), sabido que as mulheres constituem a maior franja da população moçambicana e muitas famílias são chefiadas por mulheres.

As considerações acima, constituem os “velhos problemas”. Os novos problemas consistem no paradoxo de 60% dos pobres de Moçambique assistirem ao nascimento do “novo-rico”, que vive no “paradoxo da abundância” (Selemane e Mosse, 2008). Enquanto o novo-rico nasce e se desenvolve, os velhos problemas não se resolvem como era de esperar. De entre os problemas está o recrudescimento do trabalho infantil.

É no país da “maldição dos recursos” que a criança moçambicana, tesouro e continuidade da nação, como denominada pelo Presidente Armando Guebuza por ocasião da realização do Parlamento Infantil, em 2011, nasce e cresce. Apesar desta constatação, que a criança é tesouro e continuidade, isso não passa de um discurso político, pois, enquanto as desigualdades persistirem, enquanto a abundância não for fruída por todos e o trabalho infantil continuar sendo um problema que ainda faz parte do contexto social do país, essa realidade não passa de um sonho. Não imaginamos que se pretenda que os continuadores deste país venham a replicar as políticas atuais sob pena de manter a nação igual à atual.

O trabalho infantil é uma realidade, uma constatação antiga como foi já referido por (Barros e Tajú, 1999; Barros e Baleiras, 2005; Gonçalves, 2006; Serra, 2006), uma situação que

contrasta com o emanado pela no Art.o n.o 121, ponto n.o 4 da CR que proíbe o trabalho de crianças “quer em idade de escolaridade obrigatória, quer em qualquer outra”.

Nos Objectivos Fundamentais da CR, na sua alínea i) está consagrado o respeito pela: “afirmação de identidade moçambicana, das suas tradições e demais valores socioculturais”. Na abordagem que fizemos dos conceitos sustentabilidade e desenvolvimento (Capítulo II do nosso estudo), desembocamos na ideia de pensadores como Maia e Amador (2012), Makumba, (2014), que defendem que as abordagens do DS devem estar em consonância com a realidade de cada país/região/continente. Existem muitas leis aprovadas no superior interesse da criança. Mas o paradoxo é visível. Se a Lei do trabalho do país apenas abrange as situações de relação de empregador/trabalhador, então a quem cabe legislar sobre as questões similares das crianças no garimpo, que constituem uma autêntica emergência?

Ao abordarmos a fragilidade da lei de Trabalho do País estamos em presença de uma daquelas questões que merece todo o acuidade. Legislar a questão do trabalho tendo em conta todas as situações incluindo as relacionadas com a necessidade de respeitar os aspetos culturais, como é o caso de considerar que a criança deve trabalhar desde a tenra idade. Estamos todos cientes de que a ausência de uma legislação abrangente deixa sem proteção milhares de crianças que têm de trabalhar sem qualquer tipo de proteção contra a saga daqueles que exploram a sua ingenuidade e a agilidade dos seus frágeis corpos.

Retomamos as palavras esclarecedoras do filósofo Ngoenha (2014) enunciadas no Capítulo II do nosso estudo que nos fazem tomar consciência de que se o passado não dependeu de nós, apenas de nós depende o futuro, porque temos a possibilidade de escolher o futuro que queremos. É nesta senda que defendemos o imperativo das sociedades protegerem mais os jovens e lhes fornecerem todas as condições necessárias para o seu desenvolvimento nos mais variados aspetos (educação, saúde, cultura, liberdade), considerando as crianças como sujeitos de direito com capacidade de argumentar a favor delas próprias com plena consciência, muito embora os seus argumentos não tenham força legal.

Após a conclusão do trabalho convergimos com o ponto de vista de outros autores como Barros e Tajú (1999); MITRAB e UNICEF (1999[?]); Serra (2006); Biza e Gonçalves (2007) de que a sociedade moçambicana não tem a noção da magnitude do problema, embora o país, como parte do global, tenha embarcado no processo de DS almejando a construção de uma sociedade mais igualitária. Como poderá o país e a sociedade em geral se organizar corretamente para enfrentar um problema reconhecido pela OIT-IPEC (2013) como complexo de contornos difusos, e cuja dimensão não conhece? O conhecimento da dimensão do fenómeno constitui o primeiro grande desafio para o país e para a sociedade. A mobilização de esforços para o enfrentamento do fenómeno é eficaz se conhecida a verdadeira dimensão do problema.

No presente estudo, de orientação fenomenológica, o “eu” de cada criança reportou a correspondente experiência de vida no garimpo e a partir do processo analítico dedutivo acedemos ao conhecimento sobre a sua percepção sobre o fenómeno. Os argumentos que nos apresentaram através das suas declarações constituíram as evidências que ampliaram o nosso conhecimento sobre a natureza de trabalho que realizam e a profundidade da agressão aos seus direitos.

A descrição estrutural do fenómeno retratada na figura 4.71 permitiu que acedêssemos à compreensão de que, a percepção das crianças sobre a sua experiência de trabalhar no garimpo é negativa. Expostas a várias dificuldades como a insegurança, exploração, humilhação, conformismo, incertezas, perigo eminente, atentado contra a sua saúde, agressão aos seus princípios morais, o trabalho por elas realizado resulta essencialmente de uma necessidade. O conceito de necessidade sumariza a resposta central à pergunta que formulamos às crianças no início do nosso estudo, mas a satisfação das necessidades das crianças é condicionada/obstaculizada pela sujeição ao preço de venda do produto obtido, que condiciona que seja apenas a satisfação das necessidades imediatas, que por vezes se resumem apenas em:

“ comprar minhas roupas e lanche ” (Inf.19, 12 anos)

“comprar bolos” (Inf.7, 8 anos)

“comprar milho e sal (Inf.17, 14 anos)

“estou a trabalhar a procura de dinheiro para comprar sabão” (Inf. 1, 11 anos).

e não uma satisfação de que resultem garantias de um futuro sustentável. Entendemos que as necessidades de crianças de 8, 12, 14 anos, são muito para além de roupa, lanche, bolos, sabão. Têm necessidades de saúde, escola, lazer, necessidades que garantem um crescimento harmonioso e sustentável.

A compreensão obtida, quer através do que percecionamos no decurso do trabalho de campo como através da análise dos discursos das próprias crianças certificou que estamos perante trabalho infantil. Certifica-nos o fato a comparação da atividade das crianças com o conjunto de indicadores aplicados de forma universal referidos por Sarmiento (2008) e abordados na parte introdutória da presente tese, como sendo indicativos de presença do trabalho infantil. i) o trabalho realizado pelas crianças fere com os seus direitos fundamentais ao interferir nos seus diferentes tempos para estudar, descansar, brincar, conviver e participar da vida da comunidade; ii) o trabalho destas crianças no garimpo não respeita a questão de adequação do contexto de trabalho, da idade e muito menos a questão dos princípios morais e de justiça salarial.

Mas se o propósito do DS é propiciar um futuro sustentável, como é que a sociedade moçambicana pode estar confortável com o fato de o garimpo estar apenas a satisfazer as necessidades do dia-a-dia? Será que a sociedade não tem a dimensão das reais necessidades da criança? É uma verdade que a satisfação das necessidades imediatas constitui um imperativo. Mas garantir que as necessidades sejam satisfeitas de uma forma sustentável este constitui o imperativo do DS.

Compreendemos a partir deste estudo que enquanto os adultos colocam o dinheiro em primeiro lugar, nunca percebem o prejuízo de as crianças trabalharem no garimpo, ou fingem que não vêem. As crianças têm um olhar muito assertivo, mais realístico e sincero. Elas revelaram o lado negativo do garimpo, atividade nefasta para as suas idades, exploradora do seu corpo hábil, da sua ingenuidade e da sua mão-de-obra barata. Se os adultos a partir de

interferências históricas e conjunturais sobre os assuntos que dizem respeito a vida não percebem as desvantagens do garimpo, as crianças embora com a ideia de trabalhar cedo internalizado, apontam com toda a sinceridade os aspetos sobre a sua experiência de vida que se resume em duas palavras apenas, obrigação e sofrimento. O garimpo não propicia nenhum bem-estar às crianças, mas sim a adultos ambiciosos, como bem afirmou Moiane, um dos jornalistas por nós entrevistados no âmbito deste estudo.

Perguntamo-nos se o país ao tratar de forma marginal a problemática do trabalho infantil estará a trilhar pelo caminho certo? As políticas vigentes conduzirão a sociedade moçambicana para um DS no espírito do Relatório Brundtland cuja exigência é que todos os segmentos da sociedade sem exceção devem de forma inclusiva caminhar rumo ao desenvolvimento? Não podemos esperar pelo futuro para termos a resposta do que é agora evidente. Devemos termos sempre presente a advertência de Stern (2006) de o custo da fatura de nada ou pouco fazer ser superior ao do agir corretamente agora.

Como nos referimos na introdução do nosso trabalho, não testamos qualquer tipo de variável, mas no percurso da nossa investigação vários foram os questionamentos que a situação prevalente nos sugeriu fazer, como:

- Existirá na sociedade moçambicana um consenso sobre o que é o trabalho infantil? Quais são as representações sociais que existem sobre o fenómeno nos diferentes segmentos da sociedade moçambicana?
- Qual será o nível de conhecimento das leis criadas relacionadas com a proteção da criança no âmbito dos recursos minerais e em outros âmbitos?
- O grau de consciência coletiva governamental de que a solução deste problema social é de carácter intersectorial e só uma ação concertada pode produzir resultados, os mecanismos existentes serão os ideais para o enfrentamento do problema?

A grande contribuição deste trabalho centra-se no alertar a sociedade moçambicana que embora sabendo que o trabalho infantil é uma realidade no país, como vimos, não conhecemos a profundidade do fenómeno e não será esta a grande razão porque o mesmo seja tratado de forma marginal.

Tendo em conta esta constatação, adicionamos, às interrogações anteriores, outras que julgamos poderem originar oportunidades de estudos para enriquecer o conhecimento ou sobre o fenómeno ou sobre a criança:

Qual é a dimensão da população infantil a trabalhar no garimpo? Qual é a profundidade do sofrimento das crianças envolvidas nas diferentes frentes do trabalho infantil e no garimpo em particular? Que instrumento legal deve ser criado para defender as crianças nas diferentes frentes do trabalho infantil que a atual Lei do Trabalho não cobre? Como conciliar os aspetos culturais que influenciam o trabalho infantil com os direitos da criança? Quais são os setores da sociedade moçambicana que mais estão influenciados pelos fatores culturais que interferem na mudança de mentalidade com relação aos direitos da criança? Fiscalizar será a melhor estratégia para minimizar o fenómeno do trabalho infantil ou envolver todos neste processo?

Antes de terminar o nosso trabalho colocamos à consideração o facto das crianças participantes do nosso estudo sendo na sua maioria adolescentes, nos deve fazer refletir como sociedade nos desafios e oportunidades de tratar condignamente esta idade, porque:

A adolescência é uma etapa de oportunidades para a criança e um momento crucial para que possamos continuar construindo seu desenvolvimento [...] ajudá-la a navegar em meio a riscos e vulnerabilidades e colocá-la no caminho da realização do seu potencial

(UNICEF, 2011:2)

E para terminar o nosso estudo afigurou-se-nos importante deixar aqui plasmado o pensamento crítico de Joseph Stiglitz¹⁰¹, prémio Nobel da Economia 2001 sobre como ele

¹⁰¹ *In* Jornal Notícias, Maputo, 5 de Dezembro de 2015.

define a desigualdade, uma escolha, não uma escolha que os pobres fazem, mas uma escolha política, o resultado das medidas que são tomadas.

Trata-se de uma reflexão crítica que coaduna com a realidade no nosso país, rico em recursos e de muitas possibilidades para um desenvolvimento social acelerado. Se as desigualdades são produto de uma escolha, esta tem a possibilidade de mudar em favor dos que sofrem as consequências das escolhas, neste caso concreto, a criança que só nós adultos podemos proteger se o desejarmos.

Bibliografia

AA.VV. (1995a) *Agenda 21: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, Brasília: Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf> [25 de Setembro de 2012].

AA.VV. (1995b) *História Geral de Cabo Verde*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga- Instituto de Investigação Científica Tropical de Lisboa e Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde. ISBN 972-672-830-4.

AA.VV. (2001) *Pobreza: criança o futuro do País-O orçamento da criança em Moçambique*, Maputo: Rede da Criança.

AA.VV. (2002) *Luzes sobre a Idade Média*, Maringaná: Editora da Universidade Estadual de Maringaná.

AA.VV.(2004) *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Segunda Avaliação Nacional (2002-2003)*, Maputo: INE, http://www.sarpn.org/documents/d0000777/P880-Mozambique_P_042004.pdf [27-05-2015].

AA.VV. (2006a) *O Sector Informal em Moçambique: Resultados do Primeiro Inquérito Nacional (2005)*, Maputo: INE/DESE, http://mpr.a.ub.uni-muenchen.de/3703/1/MPRA_paper_3703.pdf [20 de Maio de 2014].

AA.VV. (2006b) *Trabalho forçado africano – experiências coloniais comparadas*. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, Porto: Campo das Letras. ISBN 989-625-091-X.

AA.VV. (2006c) *Dicionário Verbo - Língua Portuguesa*. Editorial Verbo.

ABBAGNANO, N. (2001) *História da Filosofia*, in E. Conceição Jardim & L. e N. Valadas (coord) (Vol. XII), Editorial Presença.

A BÍBLIA sagrada africana, Maputo: Instituto Missionário Filhas de S. Paulo, 2004.

ABREU, A. S. S. de A. (1999) *O Reajustamento Estrutural e o seu impacto em Moçambique (1982-1997): Uma abordagem histórica*. Universidade Eduardo Mondlane, Tese de Licenciatura, <http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/965/1/Ht-001.pdf> [23 de Agosto de 2013].

ADITAL (2015) “Após 12 anos de campanha, redução mundial do trabalho infantil é apenas 33%”, Notícias da América Latina e Caribe, <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=77760> [20 de Abril de 2015].

AIRES, L. (2011) *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional*, Lisboa: Universidade Aberta.

ALLAIS, C.- An Overview of Human Trafficking in Sub-Saharan Africa . In REGIONAL CHILD LABOUR CONFERENCE, 4-6 July, Johannesburg, South Africa, 2006 - Reducing Exploitive Child Labour in Southern Africa. Pretoria: Department of Sociology, University of South Africa.

ALBERTO, Manuel, *et al.* (2010) Manual de Educação Ambiental nas Escolas Vocacionais de Moçambique, <http://www.mng.co.mz/wp-content/download/manual-de-educacao-ambiental.pdf> [23 de Setembro de 2014].

ALBUQUERQUE, M. B. M.; KLEIN, L. E. (1987) Pensando a fotografia como fonte histórica. *Cadernos de Saúde Pública*, 3(3): 297–305, <http://www.scielo.br/pdf/csp/v3n3/v3n3a08.pdf> [12 de Abril de 2015].

ALMEIDA, J. F. de; PINTO, J. M. (2009) "Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais", in Silva e Pinto (Orgs.) *Metodologias das Ciências Sociais*, 15ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 55–78.

AMADOR, F. (2012?) "Coisas maravilhosas e até agora nunca vistas: relatos históricos no ensino da Geologia", Porto: Universidade Aberta.

AMADOR, F.; OLIVEIRA, C. P. (2013) "Integrating Sustainability into the University: Past, Present and Future" in Caeiro, S., Leal Filho, W.

AMORIM, J. A. M. S.; LIMA, W. (2012) "O pensamento Sociológico de Max Weber e a Educação", *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada* 6: 100–110, <http://rica.unibes.com.br/index.php/rica/article/view/499/385> [23 de Abril de 2015].

ANDERSON, Perry (1986) "Modernidade e Revolução" (Tr. Maria Lúcia Montes) *Novos Estudos* 14:2-15 São Paulo: CEBRAP.

ANDRADE, C. C.; HOLANDA, A, F. (2010) "Apontamentos sobre pesquisa qualitativa e pesquisa empírico-fenomenológica", *Estudos de Psicologia I*, Campinas, 27(2): 259–268, <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n2/a13v27n2.pdf> [5 de Maio de 2015].

ARIÈS, Philippe (1981) *História Social da criança e da família* (trd. de Dora Flaksman) 2.ed. - [Reimpr], Rio de Janeiro: LTC.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (coord.) (1990) *História da vida privada*. (Tr. Armando Luís de Carvalho Homem), Porto: Edições Afrontamento.

ARIÈS, Philippe (2006) *História Social da criança e da família* (trd. de Dora Flaksman) 2.ed., Rio de Janeiro: LTC.

ARNALDO, Carlos; CAU, Boaventura (coord.) (2013) *Dinâmica da População e Saúde em Moçambique*, Maputo: CEPISA. ISBN 978-989-9816-03.

AUSTIN, A. (1999) *The Employment of Children and Young Persons in the Mines and Quarries in the North of Lancashire, and on the State, Condition and Treatment of such Children and Young Persons*, http://www.cmhrc.co.uk/cms/document/1842_N_Lancs.pdf [23-09-2014].

BAKER, S. (2006) "The Concept of Sustainable Development" *Sustainable Development*, London: Routledge Taylor & Francis Group, 18-47.

BÁRCIA, P. (2007) "Representações Sociais e Consentimento para o Trabalho Infantil", in Cadete e Bárcia (coord.), *Colecção Documentos PETI 6*, Lisboa: Dar a Volta 2, http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_daravolta2.pdf [26 de Maio de 2016].

BARROS, G; BALEIRAS, S. (2005) *Meninas Empregadas Domésticas: Uma Avaliação Rápida*, Maputo: REDE CAME.

BARROS, J. G de; TAJÚ, G. (1999) *Prostituição Infantil, Abuso Sexual e Trabalho Infantil em Moçambique: o caso específico das províncias de Maputo, Nampula e Tete. Campanha Contra o Abuso Sexual de Menores*, Maputo: Terre des Hommes.

BASTOS, A. et al. (2008) *Um olhar sobre a pobreza infantil: Análise das condições de vida das crianças*, Fundação Económicas, Ed., (2ª série.), Coimbra: Edições Almedina SA.

BATTERHAM, R.J. (2003) "The Years of sustainability: Were do we go from here?", *Trans I ChemE*, 8 (B), London: ElsevierScience Ltd, 283-294.

BECKER, B. (2005) "Geopolítica da Amazônia" *Estudos Avançados* 19 (53):71-86.

BECKLES, H, MacDonald (2002) *Slave Voyages: The Transatlantic Trade in Enslaved Africans*, UNESCO.

BIZA, A. et al. (2008) *Violência contra a criança em Moçambique - Revisão de Literatura*, Maputo: FDC.

BIZA, A.; GONÇALVES, S. (2007) *Clube dos Bradas: Habilidades para a Vida dos Adolescentes*, Maputo.

BLEWITT, J. (2009) *Understanding Sustainable Development*, London: Earthscan.

BONNET, M. (2013) "Sustainable development, environmental education, and the significance of being in place", *Curriculum Journal* 24 (2): 250-271.

BORGES, R. C. P.; COUTINHO, M. C. (2011) "Cenas de trabalho: a fotografia como recurso metodológico para expressar os sentidos do trabalho juvenil", *Arquivos Brasileiros de Psicologia* 63: 38–48, <http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/722/561> [22 de Fevereiro de 2014].

BOURDELAIS, P. (2002) "O corpo da criança no trabalho no cerne das discussões sobre a regulamentação (Inglaterra, França, início do século XIX)" (tr. Eveline Bouteiller), *Proj. História* 25:55-67, <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10580/7870> [23 de Agosto de 2012].

BRAIDOTTI, R. *et al.* (1994) *Mulher Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*. (tr. Clara Fonseca & Gonçalves Feio), Lisboa: Instituto Piaget. ISBN 9727711731.

BREIDLID, A. (2009) "Culture, indigenous knowledge systems and sustainable development: A critical view of education in an African context" *International Journal of Educational Development* 29: 140-148.

BROOMÉ, Rodger, E. (2013) "A Phenomenological Psychological Study of the Police Officer's Lived Experience of the Use of Deadly Force", *Journal of Humanistic Psychology*, xx(x): 1–24.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo (2010) *Educação e cidadania : quem educa o cidadão?*, São Paulo: Editora Cortez. ISBN 9788524916328.

BURKE, P. (2000) *História e Teoria Social*. (Tdr. Klauss Brandini Gerhardt, Roneid Venâncio Majer) São Paulo: Fundação Editora da UNESP. ISBN 857139380X.

BYRNE, M. M. (2001) "Understanding life experiences through a phenomenological approach to research", *AORN journal* 73(4): 830–832.

CAETANO, A. (2007) "Práticas Fotográficas, Experiências Identitárias: A fotografia privada nos processos de (re)construção das identidades" *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras 55:69–89, <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n55/n55a05.pdf> [10 de Maio de 2015].

CAMPBELL, D.T.; FISKE, D. W. (1959) "Convergent and discriminant validation by the multitrait-multimethod matrix", *Psychological Bulletin* 56, 81-105.

CAPELA, J (1993) *O escravismo colonial em Moçambique*, Porto: Edições Afrontamento.

CAPELA, J.; MEDEIROS, E. (1989) "O Tráfico de Escravos de Moçambique para as Ilhas do Índico, 1720-1902" *R. História*, São Paulo:Universidade Estadual Paulista, 183-185.

CAPELA, J. (2010) *Moçambique pela sua história*. Porto: CEAUP, <http://www.dlist-asclme.org/sites/default/files/doclib/Mo%C3%A7ambique%20Pela%20Sua%20Historia.pdf> [1 de Agosto de 2015].

CARMO, H. (2010) "Cultura política e educação para a cidadania: breves reflexões" in *Estudos da Cultura em Portugal e no Brasil*, Porto: Afrontamento, no prelo.

CARMO, H. (2011) *Teoria da Política Social: um olhar da Ciência Política*, Lisboa: Universidade Aberta.

CARMO, H.; FERREIRA, Manuela Malheiro (2008) *Metodologia da Investigação: guia para auto-aprendizagem*, Lisboa: Universidade Aberta, 2ª edição aumentada.

CARTA ENCÍCLICA «**RERUM NOVARUM**» (1891), http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html [25 de Agosto de 2014].

CARVALHO, J. L.F.; VERGARA, S. C. (2002) "A Fenomenologia e a pesquisa de espaços", *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo 42(3):78–91, <http://www.scielo.br/pdf/rae/v42n3/v42n3a07.pdf> [23 de Fevereiro de 2013].

CARVALHO, Ana M A, *et al.* (2004) "O Uso de entrevistas em estudos com crianças", *Psicologia em estudo* 9(2): 291–300, <http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n2/v9n2a15.pdf> [12 de Março de 2010].

CASTEL-BRANCO, C. N. (2005) *Implicações do Protocolo Comercial da SADC para a Família Camponesa de Moçambique: Estudo realizado na Província de Manica para a União Nacional de Camponeses (UNAC)*, http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/SADC_e_camponese_em_Manica.pdf [03 de Abril de 2014].

CASTIANO, J. (2005) *As transformações no Sistema de Educação em Moçambique*, Maputo: Imprensa Universitária.

CASTIANO, J.; NGOENHA, S. (2013) *A Longa Marcha de uma «Educação para Todos» em Moçambique*, 3ª ed. Maputo: Publifi, Lda.

CASTIANO, J. (2015) *Filosofia Africana: da Sagacidade à Intersubjectivação com Viegas*, Maputo: Educar, Universidade Pedagógica.

CASTRO, T. G.; GOMES, W. B. (2011) "Movimento Fenomenológico: Controvérsia e Perspectivas na Pesquisa Psicológica" *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Rio Grande do Sul, 27(2): 233-240.

CHIPEMBE, C. S. *et al.* (2012) *III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007. Indicadores Sócio-Demográficos Distritais - Província de Manica*, Maputo: INE.

CNS (2010) Plano Estratégico Nacional de Resposta ao HIV e SIDA 2010-2014, Maputo: CNS, http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov/programa/PEN_III_2009-2014.pdf [28 de Maio de 2015].

CNS (2013) Índice de Estigma de Pessoas Vivendo com HIV em Moçambique: Relatório Final- Metodologia e Resultados, <http://cncs.co.mz/wp-content/uploads/2015/11/Mozambique-Final-report-August-2013.pdf> [26 de Dezembro de 2015].

CMMAD (1991) *Nosso Futuro Comum* (2ª ed.), Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

COMITÉ DE CONSELHEIROS (2003) *Agenda 2015 - Visão e Estratégia da Nação*, Maputo: PNUD/ African Futures.

COMITÉ NOBEL (2014) "Paquistanesa e indiano partilham Nobel da Paz", *Jornal Notícias*, 11 de Outubro: 29.

CONFERÊNCIA GLOBAL SOBRE TRABALHO INFANTIL, 3ª, Brasil, 2013 - *Documento Orientador da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil* [em linha]. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2013, <http://cooperacionycrisis.com/documentacion/Trabajo%20infantil/Convenios%20y%20recomendaciones/III%20Conferencia%20Trabajo%20Infatil.pdf> [05 Abril. 2014].

CONNOLLY, P. (2003) *Ethical Principles for Researching Vulnerable Groups*, Belfast: Office of the First Minister and Deputy Minister.

CONSUL, A. J.; MANDEVANE, D.; TANKAR, I. (2012) *Impacto da Mineração Artesanal na Vida das Crianças no Meio Ambiente*. Maputo: Centro Terra Viva Estudos e Advocacia Ambiental.

CORAZZA, S. M. (2002) *Infância & Educação-Era uma vez- quer que conte outra vez?* Petrópolis: Editora Vozes. ISBN 8532627617.

COREP&PIREP (2010) Perfil do Sector das Minas: Maputo.

COUTINHO, C.; CHAVES, H. (2002) *O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal*, *Revista Portuguesa de Educação* 15(1): 221-243.

CRESWELL, J. (2007) "Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches", *Designing a Qualitative Study, Qualitative Inquiry and Research Design* (2nd ed.), Thousand Oaks, CA: Sage.

CRUZ, M. (2011) A mídia e os formadores de opinião no processo democrático. *Ponto-e-vírgula* 9: 35–51.

CUSTÓDIO, H. F. F. (2009) "Uma Questão Metodológica: O Interesse Cognitivo em Max Weber". *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades VIII(XXX)*: 95–104, <http://publicacoes.unigranrio.com.br/index.php/reihm/article/viewFile/552/549> [24 de Maio de 2015].

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (2005) *The SAGE handbook of qualitative research*. (3rd ed.), Thousand Oaks, CA: Sage.

DIEGUES, António Carlos S. (1992) "Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas", *São Paulo em Perspectivas* 1(2): 6, 22–29, http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_05.pdf [21 Agosto 2011].

DINIZ, G. dos Santos; VEIGA, A. I. M. (2010) Formas de ver: A Imagem Fotográfica como Construção Social, *Recensio*, <http://bocc.ubi.pt/pag/bocc-diniz-fotografia.pdf> [11 de Maio de 2015].

DIPHULO, K.; BIAO, I. (2013) "Rethinking Education for Sustainable Development in Africa", *World Journal of Education* 3(6):46-53.

DIREÇÃO NACIONAL DE MINAS. (2012) *Relatório do Seminário sobre “Boas Práticas na Mineração Artesanal e de Pequena Escala em Moçambique”*, Maputo: MIREM.

DIVAGE, Sónia Nhamtumbo; DIVAGE, Sérgio; MARRENGLA, Miguel (2010) *Casamentos Prematuros em Moçambique: Contextos, tendências e realidades*, Maputo, www.fdc.org.mz [20 de Outubro de 2015].

DONDEYNE, *et al.* (2007a) *Em Busca do Ouro: Garimpo e Desenvolvimento Sustentável, uma difícil Conciliação?* Chimoio: Centro de Desenvolvimento Sustentável- DPRM.

DONDEYNE, *et al.* (2007b) *Garimpo no Distrito de Gorongosa. Implicações para o Parque Nacional de Gorongosa*. Centro de Desenvolvimento Sustentável para os Recursos Naturais: Ministério para a Coedenação da Acção Ambiental.

DONDEYNE, S; NDUNGURU, E.; BANNERMAN, J. (2009) "Artisanal mining in central Mozambique: Policy and environmental issues of concern", *Resources Policy* 34:45-50.

DONDEYNE, S., KAARHUS R.; ALLISON G. (2011) "Nature Conservation, Rural Development and Ecotourism in Central Mozambique: Wich space do Local Communities Get?", *Making Sense of Place: Multidisciplinary Perspectives*, Woodbridge: The Boydell Press, 291–301.

DONDEYNE, S.; NDUNGURU, E. (2014) "Artisanal gold mining and rural development policies in Moçambique: Perspectives for the future", *Futures* 62:120-127.

d'OREY, F. L. C. (1992) *Origem, transporte e deposição do ouro em Manica (Moçambique)*. Monte de Caparica, Portugal: Centro de Estratigrafia e Paleobiologia da UNL, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

DORMAN, P. (2008) *Child Labour, education and health: A review of Literature*, Geneva: OIT.

DOWLING, M. (2007) "From Husserl to van Manen. A review of different phenomenological approaches", *International journal of nursing studies* 44(1): 131–42, <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16412442> [9 de Maio de 2015].

DREXHAGE, John; MURPHY, Deborah (2010) *Sustainable Development: From Brundtland to Rio 2012*, New York: International Institute for Sustainable Development, http://www.un.org/wcm/webdav/site/climatechange/shared/gsp/docs/GSP1-6_Background%20on%20Sustainable%20Devt.pdf [23 Setembro de 2013].

DREYFUS, F.-G; MAX, R.; POIDEVIN, R. (1996) *História Geral da Europa III: A Europa desde 1789 aos nossos dias* (TR. Álvaro de Salema), Publicações Europa América, LDA.

DUARTE, R. (2002) Sobre o Trabalho de Campo [em linha]: *Cadernos de Pesquisa*, CIES, 115(115), 139–154. [consult. 25 Setembro 2011]. INSS 1647-0893, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt [20 de Janeiro de 2013].

DUCE, P. et al. (2008) *Impacto Demográfico do HIV/SIDA em Moçambique: Atualização - Ronda de Vigilância Epidemiológica 2007*, Maputo: INE/MISAU/MPD/CEA/CNCS/Faculdade de Medicina.

DURKHEIM, E. (2004) *As Regras do Método Sociológico*, Tr. Eduardo Lúcio Nogueira. 9^a Edição, Lisboa: Editorial Presença.

DUTRA, Elza (2002) "A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica" *Estudos de Psicologia*, Rio Grande do Norte 7(2), 371–378, <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a18v07n2.pdf> [27 de Abril de 2015].

ENM & INDE (2009) *Atlas de Moçambique*, Maputo: Macmillan Publishers Limited. ISBN 9780797828216.

EDMONDS, C. N. (2003) *Ethical Considerations when conducting research on children in the Worst Forms of Child Labour in Nepal*, Geneva: ILO, 1–19.

EDUARDO, A. (2009) "O Papel do Governo na Promoção da Mineração Artesanal e de Pequena Escala (MAPE) como parte Integrante do Desenvolvimento Rural". Maputo: MITEM/CASM.

ENGLANDER, M. (2012) The Interview : Data Collection in Descriptive Phenomenological Human Scientific Research, *Journal of Phenomenological Psychology* 43: 13–35.

FDC (2011) *Estudo sobre as Metas do Desenvolvimento do Milénio nos Países da CPLP*, http://www.fdc.org.mz/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=59&Itemid=106&lang=en. [23 Setembro 2013].

FERNANDES, J. P. (2002) *A Política e o Ambiente*, Lisboa: Instituto Piaget. ISBN 9727715621.

FERREIRA, E. S. (2001) *Trabalho Infantil: história e situação atual*. Canoas: Editora da ULBRA.

FERREIRA, J.M.C., *et al.* (2013) *Sociologia*, Lisboa: Escolar Editora. ISBN 978-972-592-303-0.

FINLAY, L. (2008a) "Introducing Phenomenological Research", 1-9, <http://www.apac.org.uk/alms/sessions/4/IntroductionToPhenomenology2008.pdf> [03 de Maio de 2015].

FINLAY, L. (2008b) "A Dance Between the Reduction and Reflexivity: Explicating the Phenomenological Psychological Attitude", *Journal of Phenomenological Psychology* 39: 1–32. ISSN 1569-1624.

FINLAY, L. (2009) "Debating Phenomenological Research Methods", *Phenomenology & Practice* 3(1): 6–25, http://www.psyking.net/HTMLobj-3824/Debating_Phenomenological_Research_Methods.pdf [03 de Maio de 2015].

FLEWITT, R. (2005) "Conducting research with young children: some ethical considerations", *Child Development and Care* 175(6), 553–565.

FONTANELLA, B.; RICAS J.; TURATO, E. R. (2008) "Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas", *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17–27, <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf> [23 de Agosto de 2013].

FRANCISCO, A. (2012) "Moçambique e a Explosão Demográfica ": Somos Muitos ? Somos Poucos ? *IESES*: Maputo.

FRABBONI, Franco (1998) "A Escola Infantil entre a Cultura da Infância e a Ciência Pedagógica e Didática", in Miguel Zabalza, (coord) *A Qualidade em Educação Infantil*, Porto Alegre: Arted.

FREUND, G. (2001) *La fotografia como documento Social*, Barcelona: Gustavo Gili, <http://resumenes-comunicacion-uba.blogspot.com/2012/05/resumene-la-fotografia-como-documento.html> [12 de Maio de 2015].

FREUND, J. (2003) *Sociologia de Max Weber* (5ª edição.) (Trd. Luís Claudio de Castro e Costa), Rio de Janeiro: Forense Universitária. ISBN 85-218-0270-6.

FROTA, A, M, M, C,. (2007) "Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção", *Estudos e Pesquisas em Psicologia* 7(1): 147-160.

GARNICA, A.V. M. (1997) "Algumas notas sobre Pesquisa Qualitativa e Fenomenologia", *Comunicação, Saúde, Educação*, 1(1):109-121.

GEPHART, B. (2004) "Qualitative Research and the Academy of Management Journal", *Academy of Management Journal*, 47(4):454-462.

GEOIDE CONSULTORIA LIMITADA (2010) *Estudo sobre a "Mineração Artesanal, Associativismo e Tecnologias para o seu Aproveitamento Sustentável*, Chimoio: ITC.

GHIGLIONE, R.; MATALON, B. (1997) "Como Inquirir? As Entrevistas", *O Inquérito. Teoria e Prática*. Oeiras: Edições Celta. pp 63-105.

GIDDENS, A. (2000) *Capitalismo e Moderna Teoria Social*, (Tr. Maria do Carmo Cary) Lisboa: Editorial Presença.

GIORGI, A. (2002) "The Question of Validity in Qualitative Research", *Journal of Phenomenological Psychology* 33(1):1-18.

GIORGI, A. (2007) "Concerning the Phenomenological Methods of Husserl and Heidegger and their Application in Psychology", *Collection du Cirp*, 1:63-78, <http://www.cirp.uqam.ca/documents%20pdf/Collection%20vol.%201/5.Giorgi.pdf> [25 de Abril de 2015].

GIORGI, A. (2008) "Difficulties Encountered in the Application of the Phenomenological Method in the Social Sciences", *Indo-Pacific Journal of Phenomenology*, 8: 1-9, versão revista.

GIROUX, H. (1990). *Los profesores como intelectuales: hacia una pedagogia critica del aprendizaje*, Barcelona: Paidós.

GODOY, A. S. (1995) "A Pesquisa Qualitativa e sua Utilização em Administração de Empresas", *Revista de Administração de Empresas* 35: 65–71.

GOLDENBERG, M. (2001) *A arte de Pesquisar: Como Fazer Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais* (5ª Edição), Rio de Janeiro: Editora Record.

GONÇALVES, E. (2006) *O Impacto do trabalho infantil, particularmente nas suas piores formas, na frequência e desempenho escolar em Moçambique*. Brasília: Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil.

GÓMEZ, M. B. (1999) *Educação Moçambicana - História de um processo:1962-1984*, Maputo: Livraria Universitária.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DE MANICA (2013) *PLANO ECONÓMICO E SOCIAL*. Chimoio, http://www.manica.gov.mz/documentos/plano-economico-e-social-e-orcamento-do-estado/PES_2013_V_FINAL_01_03.13_POS_CONSELHO_COORDENCAO_AP.pdf [5 de Dezembro de 2014].

GOVERNO DA PROVÍNCIA DE MANICA (2015) *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Província de Manica 2011-2015*. Chimoio: Governo da Província de Manica.

GRANADO, A; MALHEIROS, José Vítor (2001) *Como falar com jornalistas sem ficar à beira de um ataque de nervos*. Lisboa: Gradiva.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1960[?]) Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia.

GREMIN, P.; NAKABUGO, M.G. (2012) "Education, development and poverty reduction: A literature critique" in *International Journal of Educational Development*, 32: 499-506.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. (1994) Competing Paradigms in qualitative Research: Theories and issues. In N.K Denzin & Y.S. Lincoln (Eds), *Handbook of qualitative research*, 105-117. Thousand Oaks, CA: Sage,
<https://www.uncg.edu/hdf/facultystaff/Tudge/Guba%20&%20Lincoln%201994.pdf> [23 de Maio de 2015].

GÜNTHER, H. (2003) "Como Elaborar um Relato de Pesquisa" *Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais*, Brasília: Laboratório de Psicologia Ambiental, 2:1-9.

HANLON, Joseph; SMART, Teresa (2008) *Há Mais Bicicletas- mas há Desenvolvimento?*, Maputo: Kapticua Livros e Multimédia, Lda.

HARRIS, G.(2007) "Seeking sustainability in an age of compexity". Cambridge University Press.

HEDGES, David (coord) (1999) *História de Moçambique, Volume 2: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*, 2ª edição, Maputo: Livraria Universitária.

HENRIKSSON, C.; FRIESEN, N. (2012) "Hermeneutic Phenomenology", in Norm Friesen (coord.), *Hermeneutic Phenomenology in Education: Method and Practice*, Rotterdam: Sense Publishers, 1-14. ISBN 9789-4609183.

HIMMEL, R. (2014) *Moçambique é dos países mais afetados pelo HIV/SIDA*, DW, <http://www.dw.de/mo%C3%A7ambique-%C3%A9-dos-pa%C3%ADses-mais-afetados-pelo-hiv-sida/a-17790563> [28 de Maio de 2015].

HOHLFELDT, A.; GRABAUSKA, F. (2010) "Pioneiros da Imprensa em Moçambique: João Albasini e seu irmão", *SBPjor/Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo* 6 (1): 195-213, <file:///C:/Users/Manhi%C3%A7a/Downloads/255-1016-1-PB.pdf> [12 de Janeiro de 2015].

HOLANDA, A. (2006) "Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica", *Análise psicológica* 3: 383–372.

HONWANA, A. (2013) *O Tempo da Juventude: Emprego, Política e Mudanças Sociais em África*, Maputo: Kapicua. ISBN 9789899858305.

HOPWOOD, D.; MELLOR, M.; O´ BRIEN, G. (2005) "Sustainable Development: Mapping Different Perspectives", *Sustainable Development* 13(1): 38–52.

HUSSERL, E. (1996) *Meditaciones Cartesianas*. (Tdr. J. e Goas), México: Fundo de Cultura Economica, ISBN 968-16-2256-1.

HUSSERL, E. (2002) *A Crise da Humanidade Européia e a Filosofia*. In Urbano. Zilles (coord.)- 2nd ed. Coleção Filosofia - 41, Porto Alegre: EDIPUCRS, <http://www.pucrs.br/edipucrs/digitalizacao/colecaofilosofia/crisedahumanidade.pdf> consult. [24 de Junho de 2014].

HUSSERL, E. (2006a) *Conferências de Paris*, (Tr. Artur Morão e António Fidalgo), LusoSofia: Press.

HUSSERL, E. (2006b) *Investigaciones Lógicas, I*, (Tdr. Manuel G. Morente y José Gaos, Ed.) 2^{ed.}, Alianza Editorial.

HUSSERL, E. (2008a) *A Ideia da Fenomenologia*, (Tdr. A. Morão). Edições 70.

HUSSERL, E. (2008b) *A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia*, (Tdr. Pedro. M. S. Alves), Covilhã: LusoSofia:Press.

ILO (2002) IPEC Action Against Child Labour 2002-2003: Progress and future Priorities. *International Labour Organization*: Geneva, <http://www.ilo.org/public/english/standards/relm/gb/docs/gb289/pdf/tc-4-ax1.pdf> [11 de Maio de 2016].

ILO (2012) *ILO Global Estimate of Forced Labour - Results and Methodology* [em linha]: Geneva: International Labour Office - Special Action Programme to Combat Forced Labour (SAP-FL), http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_182004.pdf [29 de Março de 2014].

ILO (2013) *World Report on Child Labour: Economic vulnerability, social protection and the fight against child labour*, Geneva: International Labour Office, <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/World Report on Child Labour.pdf>, [25 Abril 2015].

INE (2002) *Relatório Final do Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar, 2002 /0 3*, Maputo: INE /DICRE.

INE (2008) Inquérito de Indicadores Múltiplos. Maputo: Maputo, http://www.childinfo.org/files/MICS3_Mozambique_FinalReport_2008_Pt.pdf [22 de Maio de 2016].

INE (2010) *Anuário Estatístico 2009*, Maputo: INE.

INE/UNICEF (2010) *Inquérito Integrado à Força de Trabalho- Relatório Sobre o Trabalho Infantil em Moçambique- IFTRAB 2004/2005*, Versão Ilustrada, Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

INS/INE; ICF (2010) *Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos Comportamentais e Informação sobre o HIV e SIDA em Moçambique 2009*. Calverton, Maryland, EUA: INS, INE e ICF Macro, <http://www.measuredhs.com/pubs/pdf/AIS8/AIS8.pdf>, [23 de Setembro de 2014].

INSIDA (2009) Prevalência de HIV no INSIDA, Moçambique 2009 Inquérito Nacional de Comportamentais e Informação sobre o HIV e SIDA, <http://dhsprogram.com/pubs/pdf/HF33/HF33p.pdf>. [25 de Agosto de 2012].

IPCC (2007) *Climate Change 2007: Synthesis Report*, IPCC, http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4_syr.pdf [22 de Nov. de 2015].

ISSÁ, A. C. M. (2010) *Lei de Bases de Proteção da Criança, Lei da Organização Jurisdicional de Menores, Lei sobre o Tráfico de Pessoas e Legislação Complementar*, in

Unidade Técnica da Reforma Legal,(coord.) (3ªed.), Maputo: Lexis Publicações, Sociedade Unipessoal, Lda.

JAFFE, H. (1988) *A History of Africa*. 2 ed. London: Zed Books Ltd. ISBN 0-86232-275-8.

JANE, T, J. (2004) "O papel das rádios comunitárias na educação e mobilização das populações para os programas de desenvolvimento local em Moçambique". In: *PINHO, José Benedito* [Editor] - Anuário Internacional de Comunicação Lusófona. São Paulo: INTERCOM.

JICKLING, B.; WALS A. E. J. (2008) "Globalization and environmental education: looking beyond sustainable development" *Journal of Curriculum Studies*, 40 (1): 1-21, <http://www.tandf.co.uk/journals> [23 de Maio de 2016].

JÚNIOR, A. F.; BITTAR, M. (1999) "Educação Jesuítica e crianças negras no Brasil", *R. Bras. Est. pedag* 80(196), Brasília:472-482.

KI-MOON, BAN (2016) "O que é bom para África é bom para o Mundo", *Jornal Notícias*, 26 de Maio:40.

KI_ZERBO, J. (1999) *História da África Negra* Vol I. (3ª ed). (tr. Américo de Carvalho), Publicações Europa-América.

KOHLBACHER, F. (2006) "The Use of Qualitative Content Analysis in Case Study Research", *Forum, Qualitative Social Research*, 7(1).

KOURY, P. (2004) "Fotografia e Interdito", *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 19(54):120-141, <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a08v1954.pdf> [11 de Maio de 2015].

KRAMER, S. (2002) "Autoria e Autorização: Questões éticas na pesquisa com crianças", *Cadernos de Pesquisa* 116: 41–59.

LATOUCHE, S. (2011) *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*, Lisboa: Edições 70.

LÉLÉ, Sharachchandra M. (1991) "Sustainable Development: a critical review", *World Development*, 6(19): 607–621, http://atree.org/sites/default/files/pubs/slele/journal-publications/Lele_SusDev_review_WDev.pdf [25 de Setembro de 2013].

LEWIN Kurt (1931) "The Conflict Between Aristotelian and Galileian Modes of Thought in Contemporary Psychology", *Journal of General Psychology*, 5-141, http://lhc.ucsd.edu/mca/Mail/xmcamail.2012_06.dir/pdfsaaVbu3utm.pdf [23 de Maio de 2016].

- LOUREIRO, L. M. de Jesus (2006) "Adequação e rigor na investigação fenomenológica em enfermagem: críticas, estratégias e possibilidades", *Referência, II* (2):21-32, [file:///C:/Users/Manhi%C3%A7a/Downloads/21-32%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Manhi%C3%A7a/Downloads/21-32%20(1).pdf) [15 de Maio de 2016].
- MACEDO, J. de N. A. (2012) Trabalho infantil: Representações Sociais nos Media. (Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, Ed.) *Cadernos de Emprego e Relações de Trabalho*, http://www.dgert.mtss.gov.pt/estudos/estudos_emprego/CERT-09.pdf [21 de Janeiro de 2014].
- MACHIRICA, V. (2011) "Manica: Muitos recursos poucos investimentos", *Jornal Notícias-Suplemento de Economia e Negócios*, 25 de Novembro: 4–5.
- MACHIRICA, V. (2014) Manica tem tudo para dar o "salto", *Jornal Notícias*, 21 de Agosto:8.
- MADEIRA, Rosa (2007) "Representações Sociais e Consentimento para o Trabalho Infantil", in Cadete e Bárcia (coord.), *Colecção Documentos PETI 6*, Lisboa: Dar a Volta 2, http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_daravolta2.pdf [26 de Maio de 2016].
- MADDISON, A. (2003) *The World economy: historical statistics*, OCDE.
- MAKUMBA, Maurice M. (2014) *Introdução à Filosofia Africana - Passado e Presente*, Maputo: Paulinas.
- MAIA, T.; AMADOR, F. (2012) Educação e Desenvolvimento Local Sustentável: um projecto de Intervenção em Moçambique. Atas do XXI Colóquio da AFIRSE – Educação, Economia e Território. O papel da Educação no Desenvolvimento, 30, 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- MANZINI, E. J. (2003) "Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada", In Maria Cristina Marquesine, Maria Amélia Almeida (coord.), *Colóquios sobre pesquisa em educação especial*, Londrina: Eduep, 11–25.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. (2009) *Metodologia do Trabalho Científico* (7ª Edição), São Paulo: Editora Atlas S. A. ISBN 978-85-224-5152-4.
- MARTINS, J. S. (2000) "Escravos e Escravatura em Moçambique. Problemas Identitários", *Africana Studia*, nº 3, Porto: CEAUP, 33-48.
- MARTINS, O. G. - *Condições de Vida e de Trabalho na Inglaterra da Revolução Industrial*. Lisboa: Universidad Aberta, 2008. Tese de mestrado. f 150, <http://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/446/1/LC456.pdf> [25 de Abril de 2014].

MASHA, Iyabo; ROSS, D. (2014) "A experiência do crescimento, o conjunto de políticas macroeconómicas e as instituições de Moçambique", *Moçambique em Ascensão: construir um novo dia*, Washington: F M I- Departamento de África, <http://www.imf.org/external/lang/portuguese/pubs/ft/dp/2014/afr1404p.pdf> [28 de Junho de 2015].

MASI, Domenico de. (org) (2003) *A Sociedade Pós Industrial*, 4ª Edição, São Paulo: Senac. ISBN 8573590955.

MASON, M. (2010). "Sample Size and Saturation in PhD Studies Using Qualitative Interviews", *FORUM: Qualitative Social Research Sozialforschung*, 11(3), <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1428/3027> [8 de Maio de 2015].

MAZULA, Brazão (2008) *Ética, Educação e Criação da Riqueza: uma reflexão epistemológica*, Maputo: Texto Editores, Lda.

MENDES, I. M. M. M. D. - *Ajustamento Materno e Paterno: Experiência vivenciadas pelos pais no pós-parto*. 2007. 383 f. Acessível na Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.

MERRIAM, Sharan, B. (1995) "What can you tell from an N of 1?: Issues of validity and reability in qualitative research", *PAACE Journal pf Lifelong Learning* (4): 51-60.

MERRIAM, Sharan, B. (1998) *Qualitative Research and Case Study Applications in Education* (2nd ed.) San Francisco: Jossey-Bass Publishers.

MMAS (2004a) *Relatório do Seminário Nacional sobre Crianças órfãs e Vulneráveis*, Maputo: MMCAS.

MMAS (2004b) Plano Nacional de Acção para a Criança I (PNAC) 2005-2010, Maputo: Ministério da Mulher e Acção Social.

MMAS (2012) Plano Nacional de Acção para a Criança II (PNAC) 2013-2019, Maputo: Ministério da Mulher e Acção Social.

MILLER, Graham; Twining-Ward, L. (2005) *Monitoring for a Sustainable Tourism Transition: the Challenge of Developing and using indicators*, CABI Publishing.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2006) *Plano Estratégico de Educação e Cultura 2006-2012-11: Fazer da escola um pólo de desenvolvimento consolidando a moçambicanidade*, Maputo: MEC.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e Cultura (2009) Relatório de Avaliação, Volume II A. Ensino Primário e Ensino Secundário, *Avaliação do Plano Estratégico de Educação e Cultura 2006-2010-11*, Maputo: MEC.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2012) *Plano Estratégico da Educação 2012-2016* - (Anexo 2), Maputo: MINED.

MIREME (2012) *Relatório do Seminário sobre "Boas Práticas na Mineração Artesanal e de Pequena Escala em Moçambique"*, Manica: Direção Nacional de Minas.

MITRAB; UNICEF (1999 [?]) *Trabalho Infantil-Avaliação Rápida Moçambique I Parte*, Maputo: MITRAB.

MONDLANE, Eduardo (1975) *Lutar por Moçambique*. Maputo: Terceiro Mundo.

MONIZ, I. (2007) "Representações Sociais e Consentimento para o Trabalho Infantil", in Cadete e Bárcia (coord.), *Colecção Documentos PETI 6*, Lisboa: Dar a Volta 2, http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_daravolta2.pdf [26 de Maio de 2016].

MORAES, L. F. R. de; *et al.* (2003) "O Paradigma Weberiano da Ação Social: um Ensaio sobre a Compreensão do Sentido, a Criação de Tipos Ideais e suas Aplicações na Teoria Organizacional", *Revista de Administração Contemporânea* 7: 57–71, <http://www.scielo.br/pdf/rac/v7n2/v7n2a04.pdf> [24 de Abril de 2012].

MOREIRA, D. A. (2002) *O Método Fenomenológico na Pesquisa*, São Paulo: Thomson Pioneira.

MORROW, V.; RICHARDS, M. (1996) "The Ethics of Social Research with Children" *Children & Society* 10:90-105.

MOSQUERA, C. *et al.* (2006[?]) Guia para a Mineração Artesanal e de Pequena Escala Responsável - MAPE- Respomin, http://www.redeaplmineral.org.br/pormin/noticias/legislacao/Traducao_CARTILLA_MAPE_RESPONSABLE-V3CE_4_2.pdf [24 de Agosto d 2015].

MUCALE, Ergimino Pedro (2013) *Afrocentricidade - Complexidade e Liberdade*, Maputo: Paulinas.

MUIANGA, C. (2012) *Desafios de Desenvolvimento da Base Produtiva: Um olhar a Partir do PARP 2011-1024*. in *Desafios para Moçambique* (2012) Org. Luis de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco, Maputo: IESE. ISBN 9789898464118.

MÜLLER, V. R. (2001) "Aspectos da Construção do Conceito de Infância" in Crianças e Adolescentes: a arte de sobreviver" (Verônica Regina Müller & Ailton José Morelli coord.) Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá. ISBN 858554564X.

MUNANG, R.; ANDREWS, J. (2014) "The Next Steps: Africa's Sustainable Development Goals and their Implications" *Environment Science and Policy for Sustainable Development*, 56 (5): 4-11, DOI:10.1080/00139157.2014.943625.

NAÇÕES UNIDAS (1992) Declaração do Rio de Janeiro, <http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n15/v6n15a13.pdf> [24 de Abril de 2016].

NAÇÕES UNIDAS (2002) *Um mundo para as crianças - Relatório do Comitê Ad Hoc Pleno da vigésima sétima sessão especial da Assembleia Geral - Suplemento Nº.3 (A/S-27/19/Rev.I)*. Nova Iorque: Nações Unidas.

NDUNGURO (2013) *Experiências de Práticas de Mineração Artesanal Sustentável na Província de Manica*. Maputo.

NEIVA-Silva, L.; KOLLER, S. H. (2002) "O uso da fotografia na pesquisa em Psicologia", *Estudos de Psicologia* 7(2): 237-2502, <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26170205> [10 de Maio de 2015].

NETO, Honor de Almeida (2007) *Trabalho Infantil na Terceira Revolução Industrial*, Porto Alegre: EDIPUCRS. ISBN 9788574306629.

NGOENHA, Severino E. (2014) *Filosofia Africana - Das independências às liberdades*, Mapuro: Paulinas. ISBN 9789896733360.

NUSSBAUM, M. (2012) *Crear capacidades: propuesta para el desarrollo humano*, Barcelona: Paidós Iberica.

OIT (2002) *Un futuro sin trabajo infantil - Informe Global con arreglo al seguimiento de la Declaración de la OIT relativa a los principios y derechos fundamentales en el trabajo*, Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo. ISBN 92-2-312416-6, http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_publ_9223124166_sp.pdf [25 de Setembro de 2014].

OIT (2006) *O fim do trabalho infantil: Um Objetivo ao Nosso Alcance*. Relatório Global no Quadro do Seguimento da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, Ginebra: OIT. ISBN 92-2-116603-1.

OIT (2007) *ECOAR: Educação, Comunicação, e Arte na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente*, Brasília:OIT.

OIT (2009) *Findings on the Worst Forms of Child Labor. Report Required by the Trade and Development act of 2000*, Genebra: OIT.

OIT (2010) *Acelerar a acção contra o trabalho infantil: Relatório global no quadro do seguimento da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho* (p. 104). Genebra,
http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_relatorioglobal_2010.pdf [15 de Setembro de 2011].

OIT (2012 [?]) *A OIT no Brasil: Trabalho Decente para uma vida digna*. Brasília: OIT Escritórios no Brasil,
http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/oit%20no%20brasil_folder_809.pdf [23 de Agosto de 2014].

OIT/IPEC (2012) *Estudo sobre a aplicação das Convenções n.º 138 e n.º 182 da OIT e suas recomendações na legislação nacional dos países da CPLP*, Genebra: OIT e CPLP.

OIT (2013) Documento Orientador da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil,
<http://childlabour2013.org/documentos-de-referencia/documentos-base/?lang=pt-br> [10 de Abril de 2014]

OIT/IPEC (2013) *Medir o progresso na Luta contra o Trabalho Infantil - Estimativas e tendências mundiais 2000-2012*. Turim: OIT, http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---ipec/documents/publication/wcms_221799.pdf [13 de Junho de 2014].

ONATE, A. M. (2006) "A Noção Husserliana de Subjetividade Transcendental" *Veritas*, Porto Alegre 51(2):109-116, <http://philpapers.org/rec/ONAANH> [22 de Maio de 2011]

ONU (2002) *Um mundo para as crianças- Relatório do Comitê Ad Hoc Pleno da vigésima sétima sessão especial da Assembleia Geral*, Suplemento N. 3(A/S-27/19/Rev. I), http://www.unicef.org/brazil/pt/um_mundo.pdf [26 de Agosto de 2014].

ONWUEGBUZIE, A. J.; LEECH, N. L. (2007) "Sampling Designs in Qualitative Research: Making the Sampling Process More Public" *The Qualitative Report*, 12(2): 19–20, <http://www.nova.edu/ssss/QR/QR12-2/onwuegbuzie1.pdf> [20 de Maio de 2012].

OSSWALD, M. C. (2006) *Aspectos iconográficos da escravatura negra na gravura europeia relativa à Índia entre os séculos XVI e XVII*. in Trabalho forçado africano - experiências comparadas.

COREP/PIREP (2010) Perfil do Sector das Minas. Maputo.

PASQUALINI, Juliana Campregher (2009) "A Perspectiva Histórico-Dialético da Periodização do Desenvolvimento Infantil", *Psicologia em Estudo*. Maringá 14(1):31-40.

PEPE, B. L. (1996) "Objetos do Desejo ou Objetos do Conhecimento?" *Caderno de Física-UEFS*, 1(1):35-38, <http://dfis.uefs.br/caderno/vol1n1/p3Fenomenologia.pdf> [30 de Agosto de 2015].

PEREIRA, Renata Marcondes (2011) "O Ser Criança na Sociedade Atual: Reflexões Sobre o Trabalho Pedagógico do Professor". Trabalho de Conclusão de Curso Universidade Estadual de Londrina f.70.

PERSCHELER-Desai, V. (s.d.) *Trabalho Infantil-Avaliação Rápida em Moçambique II Parte*. Maputo: Ministério do Trabalho.

PINTO, C. (2011) "Política Social para o século XXI na EU", in Hermano Carmo (coord.) *Teoria da Política Social: um olhar da Ciência Política*, Lisboa: Universidade Aberta.

PITÉ, Jorge (2004) *Dicionário Breve de Sociologia*, (2ª ed.) Lisboa: Editorial Presença.

POLKINGHORNE, D. E. (2005) "Language and Meaning: Data Collection in Qualitative Research". *Journal of Counseling Psychology*, 52(2): 137–145, <http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.1037/0022-0167.52.2.137> [8 de Maio de 2015].

POKER, J. G. (2013) "Os sentidos de Compreensão nas Teorias de Weber e Habemas", *Trans/Form/Ação* 36:221-244, <http://www.scielo.br/pdf/trans/v36nspe/14.pdf> [29 de Abril de 2015].

PNUD/SADC/SAPES TRUST (1998) *Relatório do Desenvolvimento Humano na SADC: Governação e Desenvolvimento Humano na África Austral*, (trad. CONTACTO, Serviços de Línguas), Maputo: Elo

PONTES, J. P. (2006) "Estudos de caso em educação matemática", *Bolema*, 25:105–132, <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3007/1/06-Ponte%28BOLEMA-Estudo%20de%20caso%29.pdf> [3 de Setembro de 2015].

PORTO, Maria Stela Grossi (2006) "Crenças, valores e representações sociais da violência", *Sociologias: Porto Alegre*16:250-273, <http://rica.unibes.com.br/index.php/rica/article/view/499/385> consult. [12 de Abril de 2015].

PUNCH, S. (2002) "Research with Children: The Same or Different from Research with Adults?", *Childhood* 9 (3), 321–341.

QUIVY, Raymond; Luc Van CAMPENHOUDT (2008) *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (tr. João Minhoto Marques) 5ª ed., Lisboa: Gradiva.

RECAC (2009) *A Criança na Imprensa: Análise da Cobertura Jornalística*, Maputo, www.recac.org.mz [22 de janeiro de 2014].

RECAC (2010) A Criança na Imprensa: Análise da Cobertura Jornalística, Maputo, http://www.unicef.org.mz/online-files/Crianca_Na_Imprensa.pdf [23 de Abril de 2016].

RECAC (2011) A Criança na Imprensa: Análise da Cobertura Jornalística, Maputo <http://www.unicef.org.mz/online-files/Relatorio%20Crianca%20na%20Imprensa%202011.pdf> [22 de Maio de 2016].

RECAC (2012) A Criança na Imprensa: Análise da Cobertura Jornalística, Maputo [file:///C:/Users/Manhi%C3%A7a/Downloads/Relatorio%20Crianca%20na%20Imprensa%202012%20\(7\).pdf](file:///C:/Users/Manhi%C3%A7a/Downloads/Relatorio%20Crianca%20na%20Imprensa%202012%20(7).pdf) [20 de Janeiro de 2016].

RECAC (2013) A Criança na Imprensa: Análise da Cobertura Jornalística, Maputo, <http://www.unicef.org.mz/online-files/RelatorioCriancaNaImprensa2013.pdf> [24 de Maio de 2016].

REPÚBLICA DE MOÇAMBIE (2006) PARPA II: Versão Final Aprovada pelo Conselho de Ministros aos 02 de Maio de 2006, 2009. Maputo.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2010a) Programa Quinquenal do Governo para 2010-2014, http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov/programa/PQG_2010-14.pdf [15-03-2014].

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2010b) *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*, Maputo.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2010c) Relatório de Revisão de Pares, *MARP/UA*, Moçambique.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2013) III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, de 8 a 10 de Outubro de 2013. In *Intervenção de Sua Excelência a Ministra do Trabalho* (1–6). Brasília.

RICHARDSON, Robert Jarry, *et al.* (2011) *Pesquisa Social Métodos e Técnicas* (3ª Ed. Rev.), São Paulo: Editora Atlas.

RIOUX, Jean-Pierre (1996) *A Revolução Industrial*, 5ª ed. (Tr. António Pinto Ribeiro), Lisboa: Publicações Dom Quixote. ISBN 972-20-1320-3.

ROCHA, *et al.* (2006). *As Mulheres e a Cidadania: As mulheres e o Trabalho na Esfera Pública e na Esfera Doméstica*. Coleção A Mulher e a Sociedade, Lisboa: Livros Horizonte. ISBN 9722414372.

RODRIGUES, V. (2009) *Desenvolvimento Sustentável: Uma introdução crítica*, Príncipe Editora Lda. ISBN 9789898131423.

ROLFE, G. (2006) "Validity, trustworthiness and rigour: quality and the idea of quality in research", *Journal of Advanced Nursing*, 53(3): 304-310.

ROSSMAN, G. B. (2003) *Learning in the Field: An Introduction to Qualitative Research* (2 ed.), Sage Publications: Thousand Oaks.

ROTH-Cline, M. *et al.* (2011) "Ethical considerations in conducting pediatric research", in Heyberth, A Rane, M Schwab (coord.) *Pediatric Clinical Pharmacology*, 1-27.

RUQUOY, D. (2005) "Situação de entrevista e estratégia do entrevistador". In L. Baptista (coord.) *Práticas e Métodos de investigação em Ciências Sociais* (2ª Edição.), Gradiva. ISBN 972-662-554-8.

SACHS, Jeffrey (2006) *O Fim da Pobreza: como consegui-lo na nossa geração* (2ªed.) Cruz Quebrada:Casa das Letras/Editorial Notícias, ISBN 972-46-1634-7.

SADC (2000[?]) Pacote Mínimo de Serviços: Para Jovens e outras Crianças e Jovens Vulneráveis. SADC, http://www.repssi.org/download/External Documents/book_6_sadc_package_p_web%282%29.pdf [25-06-2012].

SADC (2008) Plano Estratégico e Programa de Acção (2008-2015): Cuidados e Apoio Abrangentes para Órfãos, Crianças e Jovens Vulneráveis (COVY) na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. Secretariado da SADC.

SADC (2009) *Plano Estratégico Decenal para o Combate ao Tráfico de Pessoas, em Especial de Mulheres e Crianças (2009-2019)*, Maputo:Secretariado da SADC.

SALES, Francisca - *A Perceção das Crianças sobre a Violência*. 2010. 92 f. Acessível na Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, Moçambique. Tese de Mestrado.

SAMAGAIO, F. (2004) Os (novos) problemas sociais da infância: Uma aproximação sociológica. Trabalho apresentado em V Congresso de Sociologia, In Actas do V Congresso de Sociologia, Braga, 9–17, http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628eb28f1b3c_1.pdf [12 de Maio de 2015].

SARMENTO, Manuel Jacinto (2008) "Trabalho infantil por conta de outrem", *PETI 10 anos de combate à exploração do trabalho infantil em Portugal*, Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 109-120.

SARMENTO, Manuel Jacinto (2011) *Estamos longe de garantir o direito à participação das crianças, Organização Mundial Para Educação Pré-Escolar*.
<http://www.acaoeducativa.org.br/deolhonoplano/not0036.html> [30-05-2012].

SAVE THE CHILDREN (2009) *O Tráfico Interno e a Exploração de Mulheres e Crianças em Moçambique*, Maputo: Save The Children in Mozambique.

SCHMIDT, C. (2005) "Phenomenology: An Experience of Letting go and Letting be", *Waikato Journal of Education* 11:121-133,
<http://researchcommons.waikato.ac.nz/bitstream/handle/10289/6210/Schmidt%20Phenomenology.pdf?sequence=1> consult. [25 de Abril de 2015].

SCMIDT, M. H. - *A problemática Vivida por Mulheres Idosas em Relação ao Envelhecimento do Próprio Corpo, Pertencentes a um Grupo de Terceira Idade que Discute Problemas Cotidianos*. 2003. 155 f. Acessível na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil, <http://docplayer.com.br/4066389-A-problematica-vivida-por-mulheres-idosas-em-relacao-ao-envelhecimento-do-proprio-corpo-pertencentes-a-um-grupo-de.html> [12 de Maio de 2016].

SEAMON, D. (2000) "A Way of Seeing People and Place: Phenomenology in Environment-Behavior Research" *Theoretical Perspectives in Environment- Behavior Research*. New York: Plenum Publishers, 157–176).

SELEMANE, T. (2010) *Questões à volta da Mineração em Moçambique. Relatório de Monitoria das Actividades Mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga*. Maputo: CPI.

MOSSE, M; SELEMANE, Tomás (2008) *Alguns Desafios na Indústria Extractiva em Moçambique*, Maputo: CPI, http://www.iese.ac.mz/lib/saber/ind_1.pdf [2 de Abril de 2011]

SEFANE, S. E. N. - *Estudo Comparativo dos Impactos ambientais resultantes da Mineração Artesanal de Ouro no Vale do Rio Revuè em Manica*. Maputo: 2006. n. de f. Tese de Licenciatura. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo.

SEN, A. (2003) *O Desenvolvimento como Liberdade*. (Trd. Joaquim Coelho. Rosa), Lisboa: Gradiva.

SERRA, C. (coord) (2000) *História de Moçambique Vol I*. Maputo: Livraria Universitária.

SERRA, C. (2006) *“Tata papá, tatá mamã” Tráfico de menores em Moçambique*, Maputo: Imprensa Universitária.

SILVA, S. V. de M e. (2009) "Trabalho infantil: aspetos sociais, históricos e legais". *Olhares Plurais-Revista Eletrônica Multidisciplinar*, 1(1):32–51, <http://revista.seune.edu.br/index.php/op/article/viewFile/6/6> [20 de Fevereiro de 2013].

SOARES, N. F. (2006) "A Investigação Participativa no Grupo Social da Infância", *Currículo sem Fronteiras* 6 (1): 25–40, Instituto de Estudos da criança: Universidade do Minho.

SOARES, N. F., SARMENTO M. J.; TOMÁS, C. (2005) "Investigação da infância e crianças como investigadoras: Metodologias Participativas dos mundos sociais das crianças", *Nuances: estudos sobre educação* 12(13): 49–64.

SOROMENHO-MARQUES, V. (2003) As Idades da Política Internacional de Ambiente, Fórum Ambiente, Número 85, pp 5-6.

SOROMENHO-MARQUES, V. (2005) *Metamorfoses: entre o colapso e o desenvolvimento sustentável*, Publicações Europa Amética.

SOUSA, V. e AMADOR, F. (2014) “Educação para o Desenvolvimento Sustentável numa Escola do 3º ciclo do Ensino Básico”, Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável. Livro de Atas do I Congresso Internacional, Coimbra: Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-96810-2-6.

SOUTO, A. N. (1996) *Guia Bibliográfico para o Estudante de História de Moçambique* (1ª ed.) UEM- Centro de Estudos Africanos. (Colecção Nosso Chão nº 6).

SPIEGEL, S. (2009) "Socioeconomic dimensions of mercury pollution abatement: Engaging artisanal mining communities in Sub-Saharan Africa", *Ecological Economics* 68: 3072-3083.

STERN (2006) Stern Review Report on the Economics of Climate Change, HM Treasury, http://www.hm-treasury.gov.uk/independent_reviews/stern_review_economics_climate_change/stern_review_report.cfm [22 de Dezembro de 2015].

STEWART, L. - Employment of Children and Young Persons in the Coal Mines of North Somersetshire, and on the actual State, Condition, and Treatment of such Children and Young Persons. (tr. Ian Winstanley). *Children’s Employment Commission 1842*. LancashirePicks Publishing, http://www.cmhrc.co.uk/cms/document/1842_Somerset.pdf [25 de Fevereiro de 2014].

STRAUSS, A., (1987) "Qualitative Analysis for Social Scientists", *NewYork*: Cambridge University Press.

STRÖHER, Carlos Eduardo; KREMER, Cássia Simone (2007) "A Infância na Idade Média (SÉC.XIV ao XVI): Discussões Pertinentes" *Travessias* 1(1):1, <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/search/advancedResults> [14 de Outubro de 2015].

SUBIRATS, Joan; ALFAMA, E.; OBRADORS Anna. (2009) "Ciudadania e inclusão social frente a las inseguridades contemporáneas-La significación del empleo", in M. Judith Astelarra Bonomi (coord.) *Seguridade Social, Cidadania e Saúde*, Rio de Janeiro: CEBES, <http://www.redetis.iipe.unesco.org/wp-content/uploads/2013/10/Seguridade-Social-Cidadania-e-Sa%C3%BAde-Fleury.pdf>, consult. [22 Janeiro de 2014].

SYMONS, J. C. (1841) "Employment of Children and Young Persons in the Coal Mines of the Cumberland Coal-Field; and on the State, Condition, and Treatment of such Children and Young Persons". in Ian Winstanley (coord.). *Children's Employment Commission*, Lancashire: Picks Publishing, http://www.cmhrc.co.uk/cms/document/1842_Cumberland.pdf [21 de Maio de 2014].

TANKAR, I. (2012) "Garimpo de ouro afasta crianças da escola em Moçambique", *Rádio DW*, <http://www.dw.com/pt/garimpo-de-ouro-afasta-crian%C3%A7as-da-escola-em-mo%C3%A7ambique/a-16728449> [24 de Agosto de 2015].

TANKAR, I. (2013) "Crianças envolvidas no garimpo não podem ser esquecidas", *Boletim Electrónico da Rede da Criança*, 8: 1-2.

THIRY-CHERQUES, H. R. (2009) "Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas", *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro 43(4): 897-918, <http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n4/v43n4a07.pdf> [25 de Abril de 2015].

THOMPSON, E. P. (1989) *Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. (Tr. Rosaura Eichemberg), São Paulo: Companhia das Letras. ISBN 9788571648203.

TRIVIÑOS, A, N, S. (1987) *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação*, São Paulo: Editora Atlas S. A.

TVEDTEN, I.; PAULO, M.; MONTSERRAT, G. (2008) *Políticas de Género e Feminização da Pobreza em Moçambique- Tradução do Relatório R 2008:13*, Acessível na CMI. ISBN 978-82-8062-337-9.

UNICEF (2000[?]) *Avaliação Sumária do Trabalho Infantil em Moçambique- Módulo de Formação para Entrevistadores* [Manuscrito], Acessível no Centro de Documentação do MITRAB, Maputo: MITRAB.

UNICEF (2010) *Pobreza Infantil e Disparidades em Moçambique*, Maputo: United Nations Mozambique.

UNICEF (2011) Situação Mundial para a Infância 2011: Adolescência uma fase de Oportunidades. United Nations Children's Fund. ISBN 9789280645552.

UNICEF (2014) *Situação das Crianças em Moçambique*, http://sitan.unicef.org.mz/files/UNICEF_FULL_Situacao-das-Criancas-em-Mocambique_Portugues.pdf [20 de Abril de 2015].

VALA, S, J, M. (1986) "Análise de Conteúdo", in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.

VALLES, M. S. (1999) *Técnicas Cualitativas de Investigación Social. Reflexión metodológica y practica profesional*. Madrid: Editorial Síntesis.

van den BOOM, B. (2011) *Análise da pobreza em Moçambique: situação da pobreza dos agregados familiares, malnutrição infantil e outros indicadores 1997, 2003, 2009*. Maputo: MPD.

van KLAVEREN, M. *et al.* (2009) Visão Geral do Trabalho e Emprego das Mulheres em Moçambique. Projecto Decisões para Toda a Vida relativo ao ODM3 - Relatório Nacional Nº 1. Países Baixos: Universidade de Amesterdão.

VANWYNSBERGHE, R.; KHAN, S. (2007) "Redefining Case Study", *International Journal of Qualitative Methods*, 6(2), 1–10.

VASQUES, C., SCHLICKMANN, S.; CAMPOS, R. (2009) *Educação e Infância: Múltiplos Olhares, outras leituras*. Ijuí: Ed Unijuí. ISBN 978857429869-6.

VAZ, S. & DELFINO, A. (s.d) Manual de Ética Ambiental da Universidade Aberta nr. 311.

VICENTE, A.; GARNICA, M. (1997) Algumas notas sobre Pesquisa Qualitativa e Fenomenologia, 109–122.

VICENTE, E. M. (2000) *Impact of alluvial Gold mining on Surface Water quality in the Revuè Basin-Manica District Mozambique*. Natal South Africa:University of Durban. Tese de Mestrado.

WARING, E. - Employment of Children and Young Persons in the Collieries of South Gloucestershire and on the State, Condition, and Treatment of such Children and Young Persons. (tr.Ian Winstanley, 1999) Children's Employment Commission 1842. Lancashire.

WEBER, M. (2001) *Metodologia das Ciências Sociais*. 2ª edição, (trd. de Augustin Wernet) Introdução à edição brasileira de Maurício Tragtenberg, Campinas: Cortez Editora.

WEBER, M. (2003) *Fundamentos da Sociologia*. 3ª edição. (trd. Ana Macedo Lima e Mário Rietsch Monteiro), Porto: Rés-Editora, Lda.

WEBER, M. (2010) *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. (trd. Artur Morão).Covilhã: LusoSofia:Press.

WCED (1987) Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development, <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf> [25 de Abril de 2010].

WERTZ, F. J. (2005) "Phenomenological Research Methods for Counseling Psychology", *Journal of Counseling Psychology* 52(2):167–177, <http://psycnet.apa.org/psycinfo/2005-03263-006> [22 de Abril de 2015].

WHITING, Lisa (2002) Analysis of phenomenological data: personal reflections on Giorgi's method, *Nurse Researcher* 9(2): 60-74, <http://journals.rcni.com/doi/pdfplus/10.7748/nr2002.01.9.2.60.c6183> [5 de Setembro de 2015].

YIN, R. (2004) *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. in Grassi (coord.), 2ª ed., Porto Alegre: Bookman.

YOUSAFZAI, Malala (com Christina LAMB) (2013) *Eu Malala: a minha luta pela liberdade e pelo direito à educação*, Lisboa: Presença. <http://multimedia.fnac.pt/multimedia/PT/pdf/9789722351737.pdf> [12 de Janeiro de 2015].

ZAMPARONI, Valdemar (2004) "Da Escravatura ao Trabalho Forçado: Teorias e Práticas" *Africana Studia* 7: 299-325, http://www.cecult.ifch.unicamp.br/pf-cecult/public-files/projetos/9585/zamparoni_africanastudia_2004_-_escravatura_ao_trabalho_forcado.pdf [25 de Junho de 2015].

ZAN, D, P. (2010) "Fotografia, currículo e cotidiano escolar", *Pro-Posições*, Campinas 1(61):149-161, <http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n1/v21n1a10.pdf> consult. [21 de Abril de 2012].

ZILES, U. (2007) "Fenomenologia e Teoria do Conhecimento em Husserl", *Revista da Abordagem Gestáltica* XIII (2):216–221, <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v13n2/v13n2a05.pdf> [12 de Dezembro de 2014]

Lista de legislação

Constituição da República. (Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2004)

Convenção n.º 138 da OIT: Idade Mínima de Admissão em Emprego,
http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C138 [22 de Dezembro de 2014]

Convenção n.º182 da OIT: Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil

Convenção sobre os Direitos da Criança,
https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf [18 de Dezembro de 2014]

Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (Portugal: Gabinete de Documentação e Direito Comparado), http://direitoshumanos.gddc.pt/3_16/IIIPAG3_16_5.htm [12 de Abril de 2013]

Decreto n.º 69/1997- Regulamento de Segurança Privada

Decreto Ministerial n.º15/2000, estabelece as formas de articulação dos órgãos locais de Estado com as autoridades comunitárias

Decreto n.º 40/2008- Regulamenta o Trabalho Doméstico

Decreto n.º 90/2009 - Criação do Fundo de Desenvolvimento Distrital

Decreto n.º 7/2010, de 15 de Abril - Aprova o Regulamento da lei do Serviço Militar

Lei n.º 10/2004: Lei da Família

Lei n.º 23/2007, de 1 de Agosto: Lei do Trabalho,
http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/legisSectores/trabalho/Lei_do_Trabalho.pdf [25 de Junho de 2014]

Lei n.º 6/2008 de 9 de Julho: Lei de Prevenção e combate ao tráfico de pessoas

Lei n.º 7/2008, de Fevereiro: Reforço dos mecanismos legais de promoção e proteção dos direitos da criança,
<https://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/86031/96745/F1095200327/MOZ86031.pdf> [22 de Maio de 2016]

Lei n.º 8/2008: Lei da Organização Jurisdicional de Menores

Lei N.º19/1997: Lei de Terras

Lei n.º 4/83: Lei do Sistema Nacional de Educação,
http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/legisSectores/edu_leg/leiSNE.pdf [12 de Abril de 2015]

Recomendação 146 da OIT,
http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:R146, [22 de Dezembro de 2014]

Regulamento 24/2014 de 17 de Setembro: Regulamento do Trabalho Desportivo,
<file:///C:/Users/Manhi%C3%A7a/Downloads/Decreto%20n.º48.2014%20-%20Regulamento%20do%20Trabalho%20Desportivo.pdf> [26 de Maio de 2016]

Regulamento 9/2007 de 30 de Abril: Regulamento das Empresas de Segurança Privada,
file:///C:/Users/Manhi%C3%A7a/Downloads/Decreto_9_2007.pdf [25 de Abril de 2016]

Resolução n.º 11/95: Ratificação da Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas

Resolução n.º 12/98, de 9 de Abril: Aprova a Política de Acção Social

Resolução n.º 42/2002 de 28 de Maio: Ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança relativo à venda de Crianças, Prostituição e Pornografia Infantil,
<file:///C:/Users/Manhi%C3%A7a/Downloads/ProtocoloFacultativoCriançasConflitoArmado.pdf> [12 de Maio de 2014]

Resolução n.º 5/2003 de 23 de Abril: ratificação da Convenção n.º 138, Sobre Idade Mínima de admissão ao emprego

Resolução n.º 8/90 de 13 de Setembro: Ratificação da Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas e Estupefacientes

Resolução n.º 87/2002, de 11 de Dezembro: Ratificação do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional, relativo à Prevenção e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças

Resolução n.º 32/2006: Política e Estratégia de Desenvolvimento Integral da Juventude

Lista de Sites

A Carta da Terra em Ação, <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html> [21 de Setembro de 2013]

Agência Brasil (2013) "Trabalho Infantil:Papa faz apelo contra exploração de Trabalho Infantil", São Paulo: Rede Brasil Atual, <http://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2013/06/papa-faz-apelo-contr-exploracao-de-trabalho-infantil-2217.html> [22de Setembro de 2014]

Agenda 21, <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global> [21de Abril de 2015]

Associação Progresso, <http://www.progresso.co.mz/sobre-nos/historia/> [23 de Dezembro de 2014]

Carta Encíclica Rerum Novarum, http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html [1 de Julho de 2015]

Código de Hammurabi, <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/hamurabi.htm> [1 de Julho de 2015]

Compêndio para a Sustentabilidade, <http://www.institutoatkwhh.org.br/compendio/?q=node/62> [25 de Abril 2015]

CTV, <http://www.ctv.org.mz/> [11 de Janeiro de 2012]

Declaração da ONU sobre o Direito ao Desenvolvimento, http://direitoshumanos.gddc.pt/3_16/IIIPAG3_16_5.htm [15 de Outubro de 2015]

Declaração dos Direitos da Criança, <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dc-declaracao-dc.html> [19 de Outubro 2015]

INE, http://196.22.54.18/populacao/projeccoes/proj_pop_moz/PROJ_NAC.pdf [29 de Janeiro de 2011]

Jornal A Verdade, <http://www.verdade.co.mz/economia/46038-oit-coloca-mocambique-como-pior-da-sadc> [17 de Maio de 2015]

Global Strategy for Women's and Children's Health,

http://www.everywomaneverychild.org/images/content/files/global_strategy/full/20100914_gs_wch_en.pdf [16 de Agosto de 2015]

Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, <http://www.un.org/millenniumgoals/> [12 de Maio de 2011]

ROCS, <http://www.rosco.org.mz/index.php/noticias/item/123-apoio-as-covs-e-jovens-vulner%C3%A1veis-sadc-estabelece-padr%C3%B5es-e-directrizes-comuns> [29 de Dezembro de 2015]

The Future We Want,

http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=E [17 de Agosto de 2015]

The Guardian, <http://www.theguardian.com/world/2014/nov/17/modern-slavery-35-million-people-walk-free-foundation-report> [19 Novembro 2014]

UNICEF Moçambique, <http://www.unicef.org/mozambique/pt/protection.html> [19 de Maio de 2015]

Anexos

Anexo I- Guião de Entrevista

APRESENTAÇÃO: Eu chamo-me estou a fazer um trabalho de escola, da universidade, e assim estou a fazer entrevistas com pessoas da mesma idade como tu que trabalham no garimpo para conhecer um pouco mais sobre este tipo trabalho. A tua experiência é muito importante, por isso eu gostaria de conversar contigo. Aceitas?

I. SITUAÇÃO SOCIAL DO ENTREVISTADO

1. DADOS PESSOAIS

Podes falar-nos de ti

- a. Como te chamas?
- b. Diz-nos de onde és natural?
- c. Quantos anos tens agora?
- d. Quantos anos tinhas quando começaste a trabalhar?
- e. És casado(a)?
- f. Tens filhos?

g. INFORMAÇÃO ESCOLAR

Na tua idade,...

- a. Estudas? _____ Em que Classe? _____ escola? A escola fica longe ou perto da sua casa?
- b. Se não estudas qual foi a última classe que frequentaste?
- c. Conta-nos porque deixaste de estudar.

h. SITUAÇÃO FAMILIAR

Fala-nos da tua família

- a. Tens pais vivos? _____ pai? _____ mãe?
- b. Com quem vives?
- c. Quantos irmãos tens?
- d. Os irmãos são mais novos ou mais velhos?
- e. O que faz o teu pai?

- f. O que faz a tua mãe?
- g. Tens mais irmãos que trabalham? Onde trabalham?

II. DIMENSÃO SOCIAL DE TRABALHAR NA MINA

Fala-nos do teu trabalho aqui na mina

- a. Há quanto tempo trabalhas aqui?
- b. Explica porque decidiste trabalhar aqui na mina.
- c. O que dizem os teus familiares (pais, tios, irmãos, amigos...) sobre o facto de você ter deixado de estudar e vir trabalhar para a mina.
- d. Fala-nos da tua experiência de trabalhar aqui na mina de ouro
- e. Conta-nos como é que é trabalhar com pessoas muito mais velhas que você.
- f. Podes dizer-nos o que concretamente fazes aqui na mina?
- g. Fala-nos do que é mais difícil fazer aqui na mina?

III. Significado e valor económico de trabalhar na mina

- a. Muita gente diz que se ganha muito dinheiro com o garimpo. E tu o que dizes?
- b. Pedimos que nos fale sobre o que já conseguiste fazer na vida com o que ganha no teu trabalho.
- c. Podes revelar-nos o que pensas fazer no futuro com o dinheiro que ganhar?

IV. A percepção sobre o significado ambiental de fazer a mineração de ouro da forma como está sendo feito

- a. Em quantas minas já trabalhou? Porque saíste de lá?
- b. Fala-nos sobre o que se fazia neste lugar antes de ser mina.
- c. Frequentaste algum curso sobre mineração de ouro? Se sim, o que aprendeste sobre como fazer o trabalho sem prejudicar o meio ambiente. (sem estragar a terra)
- d. O que se faz nos buracos onde já se retiraram os minérios.
- e. Diz o que já aprendeste sobre como fazer garimpo sem prejudicar a terra?

Bom, era isso que eu queria conversar contigo. Alguma coisa mais que queiras falar que achas importante e que poderia ajudar a perceber estas coisas sobre a participação de crianças num trabalho tão duro como este?

Muito obrigada pela colaboração.

Anexo II. Dados biográficos dos informantes e outras informações relevantes

Nr.	idade	Sexo	casado(a)	tem filhos?	classe que frequenta	tipo de minério	atividade	profissão no futuro	quando foi feita a entrevista	nr. de irmãos	observações	situação profissional dos pais
Inf.1	18	M	não	não	7ª classe	turmalinas	cavar	Não sabe ainda	Período de férias	14	Comunica-se fluentemente em português	camponeses/garimpeiros
Inf.2	9	M	não	não	3ª classe	ouro	lavar	professor	Período de férias	3	*Não fala português	camponeses
Inf.3	18	M	não	não	11ª classe	turmalinas	cavar	médico	Período de férias	11	Comunica-se fluentemente em português	camponeses/garimpeiros
Inf.4	17	M	não	não	8ª classe	turmalinas	cavar		Período de férias	13	Comunica-se razoavelmente em português	camponeses
Inf.5	12	F	não	não	5ª classe	ouro	lavar	professora	Período de férias	8	Comunica-se razoavelmente em português	camponeses/garimpeiros
Inf.6	15	M	não	não	7ª classe	ouro	cavar	professor	Período de férias	10	*comunica-se com dificuldades em português	camponeses/garimpeiros
Inf.7	8	F	não	não	3ª classe	ouro	lavar		Período de férias	2	*Não fala português	garimpeiros/camponeses
Inf.8	18	M	não	não	9ª classe não concluída	turmalinas	cavar	enfermeiro	Período de férias	4	Comunica-se razoavelmente em português	Camponês
Inf.9	12	M	não	não	5ª classe	ouro	carregar		Período de férias	4	*não fala português	camponês
Inf.10	12	F	não	não	5ª classe	ouro	Cuidar de bebê		Período de aulas (meio de semana)	19**	*não fala português	camponeses

Inf.11	13	M	não	não	3ª classe	ouro	lavar	professor	Período de aulas		*não fala português	camponeses/garimpeiro
Inf.12	12	F	não	não	4ª classe	ouro	Estudar		Período de aulas (meio de semana)	3	Comunica-se razoavelmente em português	
Inf.13	17	F	não	sim	7ª classe (concluída)	ouro	Em passeio		Período de aulas	Filha única	Fala fluentemente português	
Inf.14	10	F	não	não	Não estuda	ouro	Lavar pratos		Período de aulas	2	Comunica-se razoavelmente em português	
Inf. 15	18	F	não	não	6ª classe (desistiu)	ouro	Venda de produtos de 1ª necessidade	enfermeira ou professora	Período de aulas (meio de semana)	6	*Não fala português	Camponeses/garimpo
Inf. 16	15	M	não	não	5ª classe	ouro	Lavar	enfermeiro	Período de aulas (domingo)		*Não fala português	
Inf. 17	14	M	não	não	4ª classe	ouro	estudar	professor	Período de aulas (meio de semana)	2	*Não fala português	Camponeses
Inf. 18	12	F	não	não	7ª classe	ouro	Venda de água/refrescos	professora	Período de aulas (domingo)	2	Fala fluentemente	
Inf. 19	12	F	não	não	6ª classe	ouro	Venda de água/refresco	enfermeira	Período de aulas (domingo)	5	Fala fluentemente	
Inf. 20	12	F	não	não	7ª classe	ouro	lavar	professora	Período de aulas (meio de semana)	2	*Não fala português	Camponeses
Inf. 21	7	F	não	não	Não estuda	ouro	Venda de produtos de 1ª necessidade		Período de aulas (domingo)		*Comunica-se com muita dificuldade	

407